

volume 2

organizadores

Álison Hudson Veras Lima

Maria Elias Soares

Sávio André de Souza Cavalcante

linguística

GERAL

os conceitos que todos
precisam conhecer

volume **2**

organizadores

Álison Hudson Veras Lima

Maria Elias Soares

Sávio André de Souza Cavalcante

linguística

G E R A L

os conceitos que todos
precisam conhecer

São Paulo . 2020 .



Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2020 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2020 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade dos autores, não representando a posição oficial da Pimenta Cultural.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Airton Carlos Batistela
Universidade Católica do Paraná, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Alexandre Antonio Timbane
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Alexandre Silva Santos Filho
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Aline Daiane Nunes Mascarenhas
Universidade Estadual da Bahia, Brasil

Aline Pires de Moraes
Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Carolina Machado Ferrari
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Andre Luiz Alvarenga de Souza
Emill Brunner World University, Estados Unidos

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Beatriz Braga Bezerra
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Breno de Oliveira Ferreira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Carla Wanessa Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Caroline Chioquetta Lorensen
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Daniel Nascimento e Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Danielle Aparecida Nascimento dos Santos
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Delton Aparecido Felipe
Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Dorame de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Doris Roncareli
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Emanoel Cesar Pires Assis
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Erika Viviane Costa Vieira
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Everly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fauston Negreiros
Universidade Federal do Ceará, Brasil

Fernando Barcellos Razuck
Universidade de Brasília, Brasil

Francisca de Assiz Carvalho
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Gabriela da Cunha Barbosa Saldanha
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Gabrielle da Silva Forster
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Guilherme do Val Toledo Prado
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Vitoriano
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira, Brasil*

Helen de Oliveira Faria
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Heloisa Candello
IBM e University of Brighton, Inglaterra

Heloisa Juncklaus Preis Moraes
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Ismael Montero Fernández,
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Jeronimo Becker Flores
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

José Luis Giovanoni Fornos Pontificia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Josué Antunes de Macêdo
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Júlia Carolina da Costa Santos
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Julia Lourenço Costa
Universidade de São Paulo, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Juliana Tiburcio Silveira-Fossaluzza
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Karlla Christine Araújo Souza
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leandro Fabricio Campelo
Universidade de São Paulo, Brasil

Leonardo Jose Leite da Rocha Vaz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lidia Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Luan Gomes dos Santos de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Luciano Carlos Mendes Freitas Filho
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Marceli Cherchiglia Aquino
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Marcia Raika Silva Lima
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Margareth de Souza Freitas Thomopoulos
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Maria Angelica Penatti Pipitone
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria de Fátima Scaffo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Maria Isabel Imbroni
Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Luzia da Silva Santana
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Sandra Montenegro Silva Leão
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Miguel Rodrigues Netto
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Patrícia Mara de Carvalho Costa Leite
Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

Paulo Augusto Tamanini
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Priscilla Stuart da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Radamés Mesquita Rogério
Universidade Federal do Ceará, Brasil

Ramofly Bicalho Dos Santos
Universidade de Campinas, Brasil

Ramon Taniguchi Piretti Brandao
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Rarielle Rodrigues Lima
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Renatto Cesar Marcondes
Universidade de São Paulo, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Rita Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcisio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade de Brasília, Brasil

Thyana Farias Galvão
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Valdir Lamim Guedes Junior
Universidade de São Paulo, Brasil

Valeska Maria Fortes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wagner Corsino Enedino
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wanderson Souza Rabello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Washington Sales do Monte
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle - Canoas, Brasil

Adriana Flavia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alessandra Dale Giacomini Terra
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alessandro Pinto Ribeiro
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Marques Marino
Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Brasil

Aline Patricia Campos de Tolentino Lima
Centro Universitário Moura Lacerda, Brasil

Ana Emidia Sousa Rocha
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Ana Iara Silva Deus
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Ana Julia Bonzanini Bernardi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ana Rosa Gonçalves De Paula Guimarães
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Antonio de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Anne Karynne da Silva Barbosa
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Antônia de Jesus Alves dos Santos
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Ariane Maria Peronio Maria Fortes
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Bianca Gabriely Ferreira Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruna Donato Reche
Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Camila Amaral Pereira
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Carolina Fontana da Silva
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carolina Fragoso Gonçalves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Cecília Machado Henriques
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Cintia Morales Camillo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Claudia Dourado de Salces
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Cleonice de Fátima Martins
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Cristiano das Neves Vilela
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniella de Jesus Lima
Universidade Tiradentes, Brasil

Dayara Rosa Silva Vieira
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Dayse Rodrigues dos Santos
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deborah Susane Sampaio Sousa Lima
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Diogo Luiz Lima Augusto
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Ederson Silveira
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Elaine Santana de Souza
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Elias Theodoro Mateus
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Elisene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elizânia Sousa do Nascimento
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Emanuella Silveira Vasconcelos
Universidade Estadual de Roraima, Brasil

Érika Catarina de Melo Alves
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Everton Boff
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Fabiana Aparecida Vilaça
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Fabiano Antonio Melo
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Fabírcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fabrírcio Nascimento da Cruz
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Francisco Isaac Dantas de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Francisco Jeimes de Oliveira Paiva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Gean Breda Queiros
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Glaucio Martins da Silva Bandeira
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Graciele Martins Lourenço
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Heliton Diego Lau
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jeane Carla Oliveira de Melo
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

João Eudes Portela de Sousa
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

João Henriques de Sousa Junior
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Juliana da Silva Paiva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Lais Braga Costa
Universidade de Cruz Alta, Brasil

Leia Mayer Eyng
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos dos Reis Batista
Universidade Federal do Pará, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Miriam Leite Farias
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Natália de Borba Pugens
Universidade La Salle, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raick de Jesus Souza
Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Railson Pereira Souza
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Valdemar Valente Júnior
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Wallace da Silva Mello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil
Wellton da Silva de Fátima
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil
Wilder Kleber Fernandes de Santana
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Diretor de sistemas	Marcelo Eyng
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Elson Moraes
Editoração eletrônica	Ligia Andrade Machado
Imagens da capa	Fabrikasimf, Lagretha - Freepik.com
Editora executiva	Patricia Biegging
Assistente editorial	Peter Valmorbida
Revisão	Autores e organizadores
Organizadores	Álisson Hudson Veras Lima Maria Elias Soares Sávio André de Souza Cavalcante

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L755 Linguística geral: os conceitos que todos precisam conhecer - volume 2. Álisson Hudson Veras Lima, Maria Elias Soares, Sávio André de Souza Cavalcante - organizadores. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 437p..

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5939-012-0 (eBook)

1. Linguística. 2. Semântica. 3. Discurso. 4. Teoria.
5. Conceitos. 6. Argumento. 7. Linguagem. I. Lima, Álisson Hudson Veras. II. Soares, Maria Elias. III. Cavalcante, Sávio André de Souza. IV. Título.

CDU: 81.1

CDD: 410

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.120

PIMENTA CULTURAL

São Paulo - SP

Telefone: +55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 0

SUMÁRIO

Prefácio	12

Sávio André de Souza Cavalcante

Capítulo 1

Dimensões analíticas da linguística textual.....	17

Mônica Magalhães Cavalcante

Tainan Santana da Silva

Yanchê Wanoll Silva

Capítulo 2

Considerações sobre a análise do discurso materialista (pecheutiana)	42

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Capítulo 3

Texto e subjetividade: faces (in) dissociáveis?.....	81

Bougleux Bonjardim da Silva Carmo

Capítulo 4

Teorias da enunciação	124

Alexandro Teixeira Gomes

Maria das Graças Soares Rodrigues

Capítulo 5

A distinção de pessoa e alguns aspectos da contribuição de Benveniste para o estudo da enunciação	151

Alena Ciulla

Capítulo 6

Bakhtin e a análise dialógica do discurso..... 174

Asterlindo Bandeira de Oliveira Junior

Capítulo 7

**As heterogeneidades enunciativas
como marcas de construção argumentativa..... 209**

Mariza Angélica Paiva Brito

Carlos Eduardo Silva Pinheiro

Suzana Leite Cortez

Capítulo 8

Referenciação: em síntese 237

Mônica Magalhães Cavalcante

Mayara Arruda Martins

Capítulo 9

**Coerência e coesão textuais
na articulação dos sentidos dos textos 273**

José Olavo da Silva Garantizado Júnior

Capítulo 10

**Processos intertextuais
e fenômenos de plágio..... 311**

Ana Paula Lima de Carvalho

José Elderson de Souza Santos

Maria da Graça dos Santos Faria

Capítulo 11

**Estudo descritivo/explicativo
da teoria das sequências textuais 357**

Daniela Zimmermann Machado

Jussara Maria Jurach

Evandro de Melo Catelão

Capítulo 12

Argumentação: da retórica à linguística do discurso.....	394

Amanda Heiderich Marchon

Rafael Lima de Oliveira

Welton Pereira e Silva

Sobre os organizadores e a organizadora	423

Sobre os autores e as autoras	425

Índice remissivo.....	432

PREFÁCIO

Falar de materialidade discursiva e de análise textual nos obriga a uma certa coerência metodológica e a delimitar os meios para um trabalho acerca dos textos.

Jean-Michel Adam

O segundo volume da coleção *Linguística Geral: os conceitos que todos precisam conhecer* reúne doze capítulos nos quais pesquisadores de distintas universidades brasileiras apresentam as bases que têm norteado estudos linguísticos em torno da noção de texto e de discurso. Não perdendo de vista esse objetivo maior, os autores se propõem a explicitar os principais pilares, referenciais teóricos e categorias de análise utilizados nessas áreas, a fim de popularizar o conhecimento científico e fomentar novas investigações.

Ao longo da obra, são apresentadas as bases da Linguística Textual e da Análise do Discurso Materialista, correntes em que a subjetividade ganha força e fôlego, principalmente com as contribuições de Émile Benveniste. Como condição fundamental da enunciação, a subjetividade supõe ainda um processo dialógico, terreno assentado nas bases teóricas do Círculo de Mikhail Bakhtin. Esses fenômenos podem ser flagrados nos textos, dispostos ao longo de suas unidades composicionais, a partir da observação das marcas de heterogeneidade enunciativa, da intertextualidade, dos processos referenciais, dos mecanismos de coesão/coerência etc., que “acontecem” singularmente a cada novo ato enunciativo, servindo a propósitos argumentativos.

O capítulo que abre esta obra, intitulado *Dimensões analíticas da Linguística Textual*, é assinado por Mônica Magalhães Cavalcante (UFC), Yanchê Wanoll Silva (UERN) e Tainan Santana da Silva

(UERN). Em sua exposição, os autores retomam as preocupações iniciais da Linguística Textual no Brasil, evocando nomes como Koch (1989), Marcuschi (2012) e Antunes (2005), apontando para os desdobramentos desses estudos iniciais, o que tem motivado o desenvolvimento de pesquisas em todo o Brasil.

No segundo capítulo, *Considerações sobre a Análise do Discurso Materialista (Pecheutiana)*, Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior (UFBA) apresenta o desenvolvimento dessa corrente de estudos linguísticos em suas três épocas (ou fases). Ademais, o autor aponta as convergências teóricas com a Linguística, com a Psicanálise e com o Marxismo, cujas premissas pautaram a formação e o desenvolvimento da ADM.

A construção da subjetividade é tema do terceiro capítulo, de Bougleux Bonjardim da Silva Carmo (UFSB), que, em *Texto e subjetividade: faces (in)dissociáveis?*, propõe-se a descrever as linhas teóricas enunciativas e interacionistas que defenderam a inscrição do sujeito na língua, após o apogeu estruturalista. Ao longo do capítulo, entre outros desdobramentos, são apresentados os postulados de Émile Benveniste, Mikhail Bakhtin, Oswald Ducrot e Jacqueline Althier-Revuz.

No quarto capítulo, *Teorias da Enunciação*, Alexandro Teixeira Gomes (UFRN) e Maria das Graças Soares Rodrigues (UFRN) dissertam acerca de teóricos cujas propostas trouxeram relevantes contribuições à Linguística da Enunciação. Neste texto, os autores retomam, entre outras, as propostas de Gustave Guillaume, Charles Bally, Alain Rabatel, Zlatka Guentchéva, Henning Nølke, Fløttum e Norén.

No capítulo seguinte, *A distinção de pessoa e alguns aspectos da contribuição de Benveniste para o estudo da enunciação*, Alena Ciulla (UFRGS) explicita a abordagem benvenistiana e seus aportes à Linguística. Partindo da distinção de pessoa e não pessoa, a autora

reflete sobre os desdobramentos dessa oposição não só para a (inter)subjetividade, mas para outros aspectos, entre os quais as convergências entre linguagem e sociedade.

No sexto capítulo, *Bakhtin e a Análise Dialógica do Discurso*, Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior (UFBA) detalha a contribuição bakhtiniana aos estudos linguísticos. Ganham destaque os conceitos de enunciado concreto, dialogismo, polifonia e gêneros do discurso.

No capítulo seguinte, intitulado *As heterogeneidades enunciativas como marcas de construção argumentativa*, Mariza Angélica Paiva Brito (UNILAB), Carlos Eduardo Silva Pinheiro (UFC) e Suzana Leite Cortez (UFPE) apresentam os fundamentos da noção de heterogeneidade enunciativa tal como formulada por Authier-Revuz (1982). No texto, percebe-se a confluência do que é dialógico em Bakhtin e da noção de sujeito clivado para a psicanálise de Freud e de Lacan. Desse modo, põe-se em destaque a inserção de um Outro no discurso individual e das não coincidências do dizer, aspectos que confirmam a heterogeneidade enunciativa.

No oitavo capítulo, *Referenciação – em síntese*, de Mônica Magalhães Cavalcante (UFC) e Mayara Arruda Martins (UFC), o foco recai nos processos referenciais de introdução referencial, anáfora e dêixis, destacando suas (inter)relações. Em sua discussão, as autoras observam como os falantes mobilizam a articulação dos referentes em rede, visando à reconstrução da coerência, tendo em vista a condução argumentativa no texto.

Em *Coerência e coesão textuais na articulação dos sentidos dos textos*, José Olavo da Silva Garantizado Júnior (UNILAB) traz à cena as noções de coesão e coerência. A partir de uma perspectiva comparativa, o autor apresenta um percurso histórico do desenvolvimento desses conceitos aos estudos do texto, discutindo, entre outras, as propostas de Beaugrande e Dressler (1981), Halliday e Hasan (1976), Charolles

(1988) e Costa Val (2006). O texto culmina nas proposições de Cavalcante (2011), Garantizado Júnior (2011) e Garantizado Júnior e Cavalcante (2014, 2016, 2017), os quais tratam o par coesão/coerência como conceitos imbricados, dispostos em *continuum*.

No décimo capítulo, *Processos intertextuais e fenômenos de plágio*, os autores Ana Paula Lima de Carvalho (IFPI), José Elderson de Souza Santos (UFC) e Maria da Graça dos Santos Faria (UFMA) discutem os fenômenos da intertextualidade e do plágio. Com a inserção de diversos exemplos, os autores revisitam sendas teóricas acerca dos processos intertextuais e, assentados nelas, sugerem uma reclassificação, considerando também a multimodalidade presente nos textos. A discussão se encerra com reflexões sobre as sanções sociais que o plágio suscita.

No *Estudo descritivo/explicativo da teoria das sequências textuais*, Daniela Zimmermann Machado (UNESPAR), Jussara Maria Jurach (UFPR) e Evandro de Melo Catelão (UTFPR) abordam a proposta de Jean-Michel Adam acerca das sequências textuais. Revisitando a obra de Adam (1990), *Les textes: types et prototypes*, os autores apresentam a teoria e as características prototípicas de cada uma das sequências. Incluem, ainda, reflexões posteriores do teórico acerca da caracterização (ou não) da injunção como uma das sequências textuais.

A obra finaliza com o capítulo *Argumentação: da Retórica à Linguística do discurso*, assinado por Amanda Heiderich Marchon (UFF), Rafael Lima de Oliveira (UFC) e Welton Pereira e Silva (UFRJ). Como o título sugere, a argumentação, neste texto, é apresentada por meio de um caminho histórico-cronológico, desde as reflexões de Aristóteles aos estudos mais recentes.

Nosso desejo é que a obra que propomos suscite debates e diálogos nos diversos espaços acadêmicos, por meio da difusão

desses conhecimentos em grupos de estudo, salas de aula, estudo individual etc. Esperamos também que as considerações apontadas neste livro, didaticamente sintetizadas e verticalizadas, instiguem pesquisas não só no âmbito dos estudos do texto, mas também em todas as esferas em que a linguagem é vista como objeto analítico.

Sávio André de Souza Cavalcante

1

Mônica Magalhães Cavalcante
Tainan Santana da Silva
Yanchê Wanoll Silva

DIMENSÕES ANALÍTICAS DA LINGUÍSTICA TEXTUAL

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.120.17-41

Resumo:

O texto é uma forma de interagirmos socialmente com os indivíduos a fim de alcançar propósitos argumentativos nas mais variadas esferas da atividade humana. É a partir da produção e recepção de textos que a linguagem se faz em contextos diferenciados. Por meio de estratégias argumentativo-discursivas, os objetos de discurso se constroem na dinâmica do texto, que acontece como um evento a cada vez. O presente capítulo objetiva fazer um breve retrospecto das principais temáticas estudadas nas pesquisas iniciais da Linguística Textual no Brasil e, para isso, retorna ao aporte que sustenta teoricamente as ideias defendidas por Koch (1989), Marcuschi (2012), Antunes (2005), e diversos outros, a fim de refletir sobre a mudança que as noções ligadas à textualização sofreram ao longo dos anos, como se vê em Koch e Elias (2017) e Cavalcante et al. (2019). Assim, com base nessa introdutória revisão de literatura acerca dos principais pressupostos da Linguística Textual, é indubitável afirmar sua relevância para os estudiosos que se debruçam em estudar o texto não como mero artifício isolado das práticas comunicativas, mas um aporte fundante para compreendê-lo em sua amplitude, levando em consideração o circuito comunicativo e os aspectos sociais que se imbricam em sua composição.

Palavras-chave:

Interação; Texto; Gênero; Discurso; Princípios de Textualização.

INTRODUÇÃO – AS PREOCUPAÇÕES INICIAIS DA LINGUÍSTICA TEXTUAL

A obra pioneira da Linguística Textual no Brasil foi elaborada por Marcuschi, em 1983, ainda que só bem posteriormente publicada, e tinha como preocupação maior em argumentar que uma análise do texto não poderia fundar-se na mesma orientação das regras dos sistemas gramaticais, porque os níveis de sentido e os contextos de uso ampliavam sensivelmente o escopo da investigação textual. Naquele momento e por vários anos subsequentes, os estudos linguístico-textuais se ativeram a aspectos predominantemente linguísticos da coesão e a outros fatores de uma coerência semântica considerada em um âmbito pragmático-situacional.

Esse movimento teórico para a consolidação da Linguística Textual no Brasil foi amplamente incorporado por Ingedore Koch, Leonor Fávero, Irandé Antunes e por numerosos trabalhos voltados para a Análise da Conversação, como os de Kazuê Saito, de Luiz Antônio e outros. As pesquisas sobre texto floresceram, assim, sob a designação dessas duas disciplinas: a primeira mais dedicada a comunicações escritas; e a segunda, à organização das interações faladas.

Hoje, os estudos do texto encampam todos os tipos de interação em diferentes mídias, sobretudo as da internet (ver, sobre isso, a perspectiva ecológica sugerida por PAVEAU (2017)), e reconhecem a inter-relação dos sistemas semióticos na construção compartilhada dos sentidos. As análises de texto, atualmente, se amparam no pressuposto de que os textos:

- Identificam-se consoante as práticas discursivas tipificadas dos gêneros;
- Evidenciam os confrontos e aproximações interdiscursivas;

- Organizam-se em função das diferentes modalidades argumentativas e atendem a uma orientação argumentativa retórico-discursiva, observável por parâmetros de referência, intertextualidade, desenvolvimento tópico, heterogeneidade e composicionalidade.

A REIVINDICAÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE TEXTO

O funcionamento pleno da língua não se dá de forma isolada, ou seja, por agrupamentos de unidades sintáticas e gramaticais soltas, mas por uma unidade maior: o texto, concebido como “um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas” (BEAUGRANDE, 1997, p. 10).

Aqui todo o estudo se concentrava em frases isoladas, desconsiderando razões pragmáticas e cognitivas, fortalecendo uma visão tradicional de ensino, contribuindo para “desconsiderar a diversidade de usos e situações comunicativas e, conseqüentemente, não dando conta das características do texto” (MARCUSCHI, 2012, p. 11). Historicamente, por volta da década de 60, com expressão máxima na Alemanha, despontava um novo ramo da Linguística – a Linguística Textual –, que veio para revolucionar os estudos do texto, bem como ampliar seu conceito e contexto de análise, passando a considerar os aspectos cognitivos e interacionais que, de certo modo, influenciassem em sua produção e recepção.

Nesse contexto, a Linguística Textual passou por vários momentos a fim de revitalizar o conceito a ser dado ao texto, uma vez que os teóricos divergiam nas opiniões acerca do mesmo objeto de estudo, isto é, o texto. Segundo Silva (2011), “o que se tinha de

homogêneo era apenas a ideia de que a frase era muito limitada para permitir um estudo satisfatório de uma língua” (SILVA, 2011, p. 12). Ou seja, embora houvesse dualidade para a abordagem do conceito e análise do texto, ficava nítido que urgia a necessidade de analisar a língua por meio de elementos que englobassem aspectos linguísticos e extralinguísticos.

O primeiro momento ficou conhecido como transfrástico, ou seja, focava apenas nas “relações que se estabelecem entre enunciados” (KOCH, 2015, p. 19). Isso quer dizer que esse primeiro estágio da teoria do texto deu grande relevância aos estudos da coesão textual, dando primazia às relações referenciais, um dos fatores da coesão textual. Além disso, havia uma grande dificuldade da parte dos estudiosos em distinguir a coesão da coerência textual, que era, às vezes, entendida como mera propriedade ou característica do texto, como afirmou Koch (2015).

O segundo momento correspondeu à gramática gerativista de Noam Chomsky, ficando conhecido como gramáticas do texto. Aqui o texto passou a ser visto não como algo concreto, mas motivado por razões psicológicas e biológicas. A respeito disso, Silva (2011) afirma que

As gramáticas textuais, apesar de terem consagrado a ampliação do objeto de estudo, da frase para o texto, ainda o entendiam como unidade acabada, uniforme e abstrata, o que era o oposto do discurso, considerado funcional e comunicativo, apesar de assumirem, ou vislumbrarem, a influência do falante/ouvinte no estudo (SILVA, 2011, p. 16).

A partir desse prisma, passou-se a considerar que todo falante ou ouvinte teria a capacidade de diferenciar um texto de um emaranhado de frases desconexas, de forma intuitiva. Aqui, ficou claro que todo sujeito tem uma competência textual, ou seja, qualquer falante tem a capacidade de escrever, reescrever, resumir, parafrasear e acrescentar

algo ao texto quando perceber alguma incompletude em sua estrutura. Nesse ínterim, segundo as autoras Fávero e Koch (2000), a construção de uma gramática textual teria como intento, com base na competência textual do falante, “verificar o que se faz com que um texto seja um texto; levantar critérios para a delimitação de textos; [e] diferenciar as várias espécies do texto” (FÁVERO; KOCH, 2000, p. 14). Embora esse segundo momento pusesse em foco a competência textual do falante, o texto ainda era interpretado como algo pronto e acabado, o que mais tarde veio a tomar um novo escopo.

Não tardou uma nova revitalização para o conceito do texto, assim, fez-se necessária a criação de uma teoria do texto que pudesse dar conta das questões linguísticas e extralinguísticas que envolvessem a constituição de um texto. Nesse contexto, o texto nesse terceiro estágio, segundo Silva (2011) “já não é mais visto como algo que se fecha em si mesmo, que tem um final, mas como um processo resultante de muitas operações de comunicação que dependem do sujeito e do contexto social e nunca se finda” (SILVA, 2011, p. 19). Com base nisso, podemos interpretar que a língua deixa de ser vista como algo isolado ou independente. A partir da teoria do texto, podemos dizer que tudo que escrevemos ou falamos é fruto da interação dialógica que mantemos com os sujeitos que nos cercam. Nesse viés, o texto é visto como uma ação interacional, que não se acaba em si, mas que é subjacente a atividades processuais, que envolvem aspectos linguísticos, pragmáticos e cognitivos.

Assim, ao escrever, não podemos mais desconsiderar o contexto, ou seja, o local em que se produz o texto para que a mensagem produzida possa ser atraída e compreendida pelo receptor. Sobre isso, concordamos com Koch (2015), quando assevera que

Na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/ construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os

interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos. A produção da linguagem constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realizam, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédico), mas a sua reconstrução – e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal (KOCH, 2015, p. 44).

Como dissemos em trabalho anterior (CAVALCANTE; BRITO; CORTEZ, 2019), as pesquisas iniciais em LT foram motivadas, sobretudo, pela aplicação ao ensino. Por isso, foram fortemente influenciadas por Charolles (1978), para quem era necessário propor uma espécie de normas textuais que, ao mesmo tempo, regrassem as articulações entre formas e sentidos no conjunto do texto, também orientassem para a eficácia comunicativa. Dessa preocupação, adveio a proposta das metarregras de coerência: para avaliar a adequação de um texto a um dado contexto comunicativo, o professor deveria atentar para as metarregras de repetição, progressão, não-contradição e relação. Esses padrões, às vezes com outros nomes, subjazem, ainda hoje, às grades de correção de redação de diferentes exames e concursos. Como bem sintetiza Sá (2018), no desenvolvimento da LT, a coerência foi abordada sob enfoques distintos:

van Dijk (1977) defendeu um conceito de coerência sob uma perspectiva cognitivista; Charolles (1978) propôs que a coerência se constituiria a partir de quatro metarregras, visão adotada e adaptada por Costa Val (2006); Beaugrande e Dressler (1981) analisaram sete fatores de textualidade, dentre eles a coerência como a unidade semântica de um texto e a coesão como a unidade formal, evidenciada por elos coesivos. Em 1997, Beaugrande reavalia todos esses fatores, numa perspectiva sociocognitiva, como princípios de textualidade. No Brasil, os estudos sobre coerência, como o de Koch e Travaglia (2008) e inúmeros outros de Marcuschi e de Koch, têm trazido contribuições inquestionáveis para a compreensão do texto como unidade de coerência, na medida em que buscam defini-

la a partir da apresentação de uma série de aspectos e traços semânticos, sociocognitivos e pragmáticos (SÁ, 2018, p. 15).

Guardadas as diferenças entre as perspectivas adotadas e os interesses analíticos, os autores acima citados admitiam alguns dos seguintes pressupostos:

- A *textualidade* era uma relação de envolvimento entre o cotexto e os interlocutores em uma situação comunicativa imediata, agenciada por elementos de diferentes níveis textuais (MARCUSCHI, 1983; KOCH, 1989). Assim o dissemos em Cavalcante, Brito e Cortez (2019):

Importavam mais aos estudos de Koch e Marcuschi (assim como dos inúmeros orientandos advindos do Nordeste) verificar, por exemplo, a complexidade dos fenômenos de retomada informacional, demonstrando como as anáforas se mostravam linguisticamente pelo cotexto, num jogo de implicitudes bem calculado. Com apoio em Berrendonner (1986), dizia-se que muitos conteúdos poderiam ser inferidos por conhecimentos linguísticos, por pré-requisitos enciclopédicos e culturais e por lugares-comuns de uma dada sociedade (CAVALCANTE; BRITO; CORTEZ, 2019, não paginado).

- Todo locutor possui uma *competência textual*, pela qual é capaz de produzir e compreender um número de textos potencialmente ilimitado; de reformular, parafrasear, resumir etc. para diversas finalidades, avaliando a eficácia das reformulações; enquadrar em algum gênero um dado texto (CHAROLLES, 1978);
- O texto pode se tornar parcialmente incoerente se for inadequado na relação entre sua organização semântico-linguística e os fatores de ordem pragmática, como os interlocutores no contexto interacional (CHAROLLES, 1978);
- Há fatores centrados na semântica do texto, que são denominados de coesão e coerência, e fatores centrados em aspectos

pragmáticos, que põem em correlação a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a intertextualidade e a informatividade (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981).

Este trabalho dedica maior esforço, em um primeiro momento, à síntese desses pressupostos e, em um segundo momento, à discussão de como esses princípios vêm sendo redimensionados.

SOBRE O QUE SE CONCEBIA COMO FATORES DE TEXTUALIDADE

a. A coesão textual

Conforme Antunes (2005), a coesão seria “propriedade pela qual se cria e se sinaliza toda espécie de ligação, de laço, que dá ao texto unidade de sentido ou unidade temática” (ANTUNES, 2005, p. 47). Ou seja, a coesão não é tida como algo abstrato, mas recai sobre ela a função de “promover a continuidade do texto” (ANTUNES, 2005, p. 48). É por meio de mecanismos linguísticos e referenciais que o texto vai progredindo de forma a garantir o entendimento das ideias que se interligam nos parágrafos.

Para que isso não aconteça, é preciso saber explorar de forma satisfatória os recursos que são responsáveis por articular as ideias de um texto, tendo em vista que as palavras precisam estar bem interligadas; os períodos, os parágrafos precisam estar bem encadeados, como aponta Antunes (2005), para garantir sentido às unidades temáticas que são desenvolvidas.

Além disso, é preciso também considerar outros aspectos que subjazem à coesão textual. Operar os elementos linguísticos é uma atividade capaz de referenciar o que é dito, bem como de

retomá-lo como forma de garantir a manutenção das unidades temáticas. Por esse aspecto, a coesão é algo bem mais amplo, como afirmava Koch (2002):

O fenômeno da coesão é bem mais amplo: não se trata apenas do estabelecimento de relações entre enunciados ou partes de enunciados, mas de operar remissões e retomadas referenciais; de criar ou recategorizar objetos-de-discurso; de sumarizar/rotular, muitas vezes estabelecendo orientações argumentativas, sequências textuais; de introduzir recorrências produtoras de sentido (paralelismos, paráfrases, repetições, etc.); de presidir a seleções lexicais adequadas ao tema, ao estilo, ao gênero; e assim por diante (KOCH, 2002, p. 8).

Nessa ótica, dentro de uma unidade textual, esse movimento de retomadas e antecipações de unidades temáticas era chamado de coesão referencial, princípio importante na construção de qualquer texto, mas que, por vezes, foi associado apenas a fenômenos de remissão para trás ou para frente no cotexto. Tomava-se por anáfora o procedimento em que se retomava algo já dito no texto; e por catáfora, o procedimento em que se antecipava algo que ainda seria dito. Esses movimentos permitiam uma sequencialização dos elementos dispostos na superfície do texto e, ao mesmo tempo, mantinham a unidade temática (ou tópica) tratada no texto, fazendo com que houvesse a progressão de ideias. Nesse sentido, a coesão, ao lado de outros fatores da textualidade, não deixa de ser de suma importância para a tessitura do texto, mas não se pode sustentar que os processos referenciais se reduzam a essas funções coesivas.

Muito haveria a dizer sobre a dinâmica da referenciação, mas nos contentamos, neste momento, em confirmar as ideias presentes em Matos (2018) de que a referenciação, como um contínuo processo textual de (re)elaboração de objetos de discurso, efetiva-se por uma confluência de aspectos em ações colaborativas de negociação de sentidos.

A construção e a interpretação dos textos se fazem, inevitavelmente, pelo recurso à formação de redes referenciais, em processos que introduzem e retomam referentes, recategorizando-os, num jogo de apontamentos dêiticos que envolve diversos sistemas semióticos, todos socialmente incorporados (ver, sobre isso, MARTINS (2019)).

Tais redes, e não mais cadeias referenciais passaram a ser observadas não apenas a partir do cotexto verbal, mas através das pistas de toda a materialidade multimodal, pelas quais são coconstruídas as trilhas de sentido. Com base em Custódio Filho (2011) e em Cavalcante e Brito (2016), começou-se a examinar não somente as formas de introdução referencial, mas os diferentes modos de o locutor apresentar os referentes no texto e de recategorizá-los por confirmações, por acréscimos e por desconfirmações, ao longo das etapas interpretativas.

b. Coerência

Os conceitos de coesão e coerência apresentaram mudanças consideráveis no decorrer do tempo. A princípio, não havia distinção entre os dois termos, talvez por isso apareciam sempre juntos e, às vezes, eram usados praticamente como sinônimos. Entretanto, à medida que a concepção de texto foi sendo ressignificada, os conceitos passaram a diferenciar-se, ainda que um ajude a constituir o outro: não há coerência se os sentidos não estiverem coesivamente articulados. Por muito tempo, afirmou-se que a coesão não era condição necessária nem suficiente da coerência, porque a coesão era normalmente associada a elos coesivos identificáveis no cotexto e – mais do que isso: no ensino, a coesão pode ter sido equivocadamente assimilada ao emprego de elos coesivos sequenciais. Esta era a razão para a qual se dizia que era possível haver texto “com coerência, mas sem coesão”. Afirmações dessa natureza soam, hoje, contraditórias, primeiro porque a coesão não se restringe ao uso de elos coesivos;

segundo, porque, ainda que se limitasse a essas marcas, elas não seriam exclusivamente sequenciais (como no uso de conjunções, preposições etc.), já que existe a coesão referencial, grandemente responsável pela continuidade e pela progressão tópica.

Para Koch e Elias (2017), a coerência é um princípio de interpretabilidade do texto. Isto significa que, sempre que for possível e em uma situação de interação, os interlocutores irão construir um sentido para o texto, a fim de que ele possa ser coerente – afinal, que motivo teriam os locutores para elaborar algo sem sentido e internacionalmente ineficaz? Com isso, sendo necessário realizar algum cálculo de sentido, recorrendo a elementos contextuais, já estamos buscando e construindo a coerência.

Para que sejam estabelecidas as relações adequadas entre esses elementos e o conhecimento de mundo, o conhecimento socioculturalmente compartilhado entre os interlocutores e as práticas sociais em ação durante a interação, é necessário recorrer à utilização de outras estratégias de interpretação (KOCH, 2008).

A coerência se estabelece em diversos níveis, simultaneamente: sintático (relacionado ao conhecimento das estruturas linguísticas, ou seja, da ordem dos elementos nas orações, seleção lexical), semântico (das relações de sentido entre as estruturas do texto), temático ou tópico (das subunidades de conteúdo do texto), estilístico (da variedade linguística adequada para aquele propósito), pragmático (das ações de linguagem realizadas), genérico (das exigências impostas pelo gênero do discurso e pelas práticas sociais que eles organizam), dentre outros, todos eles combinados entre si para a construção da coerência textual (KOCH, ELIAS, 2017).

c. Intencionalidade e aceitabilidade

A intencionalidade se referia aos diversos modos como os sujeitos utilizavam os textos a fim de levar a bom termo suas intenções

comunicativas, estimulando, para isso, os recursos mais adequados à concretização dos objetivos pretendidos. Em sentido restrito, o conceito estava relacionado à intenção do locutor de produzir um enunciado coeso e coerente, ainda que esta manifestação linguística nem sempre se realizasse satisfatoriamente. Mas também se falava de casos em que o produtor do texto flexibilizava propositalmente a coerência com o intuito de atingir seus efeitos específicos (KOCH, 2009).

A noção de intencionalidade, em LT, não equivale mais à motivação individual do locutor a ser captada pelo interlocutor, numa suposta cooperação de aceitabilidade. A aceitabilidade, nos anos 1980, era uma espécie de complemento da intencionalidade. Referia-se ao fato de o leitor/interlocutor concordar com o produtor do texto e entrar numa espécie de “jogo de atuação comunicativa”. Ele agia conforme o esperado, seguindo as regras deste jogo comunicativo e fazendo o possível para levá-lo a atingir os objetivos pretendidos. O conceito estava relacionado “à atitude dos interlocutores aceitarem a manifestação linguística do parceiro como um texto coeso e coerente, que tenha para eles alguma relevância” (KOCH, 2009, p. 43). Com isso, compreendia-se que, mesmo que o leitor identificasse incoerências ou lacunas no texto, ele usaria de estratégias para atribuir-lhe um sentido. Mas o dinamismo contextual nem sempre leva a um tencionado acordo.

Como argumentamos em estudo anterior (CAVALCANTE *et al.*, 2019):

Um analista do texto não pode restringir-se ao exame dos efeitos intencionalmente visados pelo locutor para seu projeto de dizer. Estando no centro dos processos de persuasão, o sujeito do ato de linguagem deve ser visto sempre como tendo uma dupla identidade: “uma identidade psicossocial, dada por seu estatuto de sujeito em uma determinada situação, o que o define como *sujeito comunicante*; e uma identidade discursiva de *sujeito enunciadador*” (CHARAUDEAU, 2015, p. 128-129). Os efeitos visados pertencem ao sujeito comunicante ou locutor, e nascem de sua intencionalidade, e os efeitos produzidos

pertencem ao sujeito receptor. Entre os dois efeitos, estão no texto os efeitos possíveis. Por isso compete ao analista tratar “dos sentidos possíveis, de acordo com as hipóteses que ele pode fazer em relação à identidade e ao estatuto dos participantes” (CHARAUDEAU, 2015, p. 128-129). O locutor precisa levar em conta essas restrições e instruções do contrato comunicativo, além das especificidades dos gêneros, se quiser que seu dizer seja legitimado e compreendido. É por essa razão que sustentamos, com Charaudeau e Amossy, que o locutor, para a Linguística Textual, é um sujeito estratégico, ainda que clivado (CAVALCANTE *et al.*, 2019, p. 103).

Passamos da ideia de sujeito individual à visada de influência por um sujeito clivado. É o sujeito que está no centro de todo processo de persuasão. O sujeito clivado tem sido admitido em estudos da Linguística Textual desde a tese de Brito (2010) e a tese de Fonseca (2011), quando os autores reconheceram e evidenciaram que o sujeito, como locutor ou como interlocutor, precisa da ilusão de ter domínio e controle do seu dizer, embora nunca o tenha. O sujeito é sempre cindido, e a linguagem, pela qual ele se constitui, é sempre falha, ou nunca é completamente exitosa. Os autores se fundaram em Authier-Revuz (1982) para demonstrar como as heterogeneidades mostradas, aquelas que inscrevem o outro/Outro no texto, podem se manifestar.

Inscriver o outro no fio do texto significa deixar no texto (conscientemente ou não) marcas de uma outra voz e de um modo de dizer. Todo texto é, assim, atravessado por uma multiplicidade de vozes, que, por vezes, marcam diversos discursos e têm os seus jogos de realização definidos por um contrato de comunicação, no qual a finalidade da situação interativa (e não apenas individual) é determinante.

Cremos que a interação envolve modos de trocas comunicativas, em que os participantes assumem papéis sociais e tentam exercer influências recíprocas uns sobre os outros, tal como defende Rodrigues (2017). Assim, o contrato comunicativo estabelecido em cada texto comporta dois circuitos completamente inter-relacionados, em que

os participantes agem não apenas na função de interlocutores e de participantes passivos, mas também na condição de atores sociais.

d. Informatividade

A informatividade sempre esteve relacionada à dispersão da informação no texto e ao nível de previsibilidade ou redundância com que a informação contida nele é apresentada. Em relação à distribuição da informação, é necessário que haja um equilíbrio entre informação dada e informação nova. Um texto que contém apenas informação já conhecida dos prováveis interlocutores se torna ineficiente, pois lhe falta a progressão de informação para o eficaz desenvolvimento tópico. Por outro lado, um texto que contenha apenas informação nova é difícil de ser processado, já que o leitor não terá âncoras suficientes para processar o que está reconstruindo. Dessa forma, todo texto é organizado pela combinação de dois movimentos: um que retoma as informações introduzidas anteriormente e outro que permite a progressão com as informações novas. A respeito da previsibilidade da informação, quanto mais previsível ou redundante for uma informação, menos informativo será o texto e vice-versa. Assim, a informatividade se refere ao modo como a informação é veiculada no texto, exercendo, assim, um papel fundamental na seleção e disposição dos componentes textuais (KOCH, 2009).

A noção de informatividade continua sendo muito cara às análises de texto que se destinam ao ensino da escrita. Professores de redação, orientados principalmente pelo ENEM, avaliam como o volume de informações é dosado em cada texto: se são postas como esperadas ou inesperadas, conhecidas ou desconhecidas. Sá (2018) defende que, no âmbito do Enem, o princípio de informatividade se relaciona à progressão do tópico central do texto, visto que é pelo acréscimo de informações novas às que já vinham sendo desenvolvidas que o texto progride. Importa observar que o candidato seleciona as informações e as distribui no texto, levando em consideração o seu propósito

comunicativo, com vistas a estabelecer um percurso argumentativo em favor do ponto de vista que busca defender.

Evidentemente, o gerenciamento dos tópicos em um texto não apresenta um padrão único e uniforme para todos os gêneros, nem mesmo depende apenas do modelo dessas práticas discursivas recorrentemente tipificadas. Pode ser que o gênero permita mais de um tópico e pode ser que a interrupção de um tópico e o início de outro sejam normalmente aceitos pelos participantes do circuito comunicativo. O arranjo dos subtópicos guarda interdependência com a orientação argumentativa negociada pelos interlocutores em seus papéis sociais.

e. Situacionalidade

A situacionalidade era um conceito que supunha a separação entre o “texto” e a situação sociocomunicativa em que ele se dava. Primeiro, este fator de textualidade se referia ao conjunto de aspectos que tornavam um texto relevante para determinada situação comunicativa. Neste caso, já se dizia, embora isso nem sempre fosse demonstrado, que era preciso levar em consideração todo o contexto sociopolítico-cultural em que a produção estava inserida. Segundo, dizia-se que o locutor de um texto reconstruía o mundo a seu redor de acordo com seus propósitos, objetivos, crenças, conhecimento de mundo etc.; e que o interlocutor também interpretaria o texto conforme seus propósitos, convicções e perspectivas (KOCH, 2009).

Mas a situacionalidade não pode mais considerar apenas, ou principalmente, os propósitos e conhecimentos de mundo de locutores e interlocutores. Uma grande influência para considerar a “situacionalidade” como uma noção extensa de *contexto* foi a proposta de van Dijk. O autor não se limita a contemplar somente uma cognição individual (memória individual, conhecimentos e opiniões pessoais). Ele salienta a necessidade de se levar em conta uma cognição social,

que inclui memórias compartilhadas com o grupo ou com a cultura em sua totalidade. Para van Dijk (2016), as relações entre macro e microestruturas sociais, a dominação como abuso de poder repercutem sobre o modo como os grupos dominantes tentam controlar o texto e o contexto e, em consequência, a mente.

Ao mesmo tempo, a perspectiva do texto foi recebendo bastante influência de aspectos antropológicos das práticas discursivas, sobretudo do linguista-antropólogo norte-americano William Hanks, que muito vem refletindo sobre as relações entre língua, cultura e sociedade a partir das ideias de Bourdieu e de Bakhtin. Duas noções importantes explicam bem a imbricação entre texto e contexto em LT hoje: a releitura que Hanks faz das noções de *emergência* e *incorporação*, de Bourdieu, que são próprias de todo texto. Essas duas noções levam Hanks a reconceituar *campo dêitico*, que passa a não se reduzir às coordenadas do *eu-aqui-agora* da situação comunicativa imediata, marcadas por formas dêiticas, mas incorporar o contexto sociocultural que faz emergir no acontecimento do texto.

f. Intertextualidade

A intertextualidade se constitui hoje como um dos grandes assuntos de interesse na Linguística Textual no Brasil, embora tenha apenas figurado, por muito tempo, como um dos fatores de textualidade, de Beaugrande e Dressler (1981).

Apesar de sua origem estar relacionada ao texto literário, o conceito se estabeleceu nos estudos linguísticos e se refletiu também no ensino de línguas. Foi Julia Kristeva quem cunhou o termo intertextualidade, ao encampar as ideias do dialogismo bakhtiniano:

todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de intertextualidade, e a linguagem poética lê-se pelo menos como dupla (KRISTEVA, 2005, p. 68).

A partir dos conceitos apresentados por Bakhtin, como o dialogismo, a autora apresenta a intertextualidade como um diálogo entre os textos, em que nenhum deles se origina sozinho e por si próprio, mas como o produto de textos anteriormente produzidos socialmente. Para Zani (2003), intertextualidade e dialogismo “são duas variações de termos para um mesmo significado” (ZANI, 2003, p. 122) e, ainda que “para Bakhtin, a noção de que um texto não subexiste sem o outro, quer como uma forma de atração ou de rejeição, permite que ocorra um diálogo entre duas ou mais vozes, entre dois ou mais discursos (ZANI, 2003, p. 122)”. Podemos dizer, assim, que é através da intertextualidade que construímos nossos textos, servindo-nos de outros para fortalecer ou negar o que dizemos; para nos fazer significar e construirmos sentido aos diversos discursos que nos rodeiam.

Koch (2012) inclui em seu conceito de intertextualidade a relação entre os textos e a memória coletiva: “A intertextualidade (...) ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva (...) dos interlocutores” (KOCH, 2012, p. 17). Aqui a autora acrescenta, na ideia de intertextualidade, a necessidade de que o texto remeta a outros textos ou a fragmentos de textos que tenham alguma relação com a memória de uma coletividade. Dessa forma, para haver a intertextualidade, é necessário que o interlocutor recupere em sua memória um trecho, um som, uma estrutura, um estilo que dialogue com o texto diante de si.

Muitos tipos de intertextualidade têm sido identificados pelos autores, cada qual com suas características e especificidades. Mas nenhum deles exerceu mais influência sobre as classificações do que o de Genette (1982). Como bem assinalam Cavalcante, Faria e Carvalho (2017), os estudos linguístico-textuais no Brasil estenderam o olhar intertextual para gêneros variados, multissemióticos, rediscutindo categorias analíticas, de maneira a torná-las suficientemente eficazes

para recobrir situações intertextuais diversas. Para isso, partiram dos fundamentos de Genette:

responsável pelo mais completo esboço das relações de diálogo entre textos, gêneros e estilos. Genette denominou essas relações “secretas ou manifestas” de “transtextuais”, por serem relações que iam “além dos textos”, ou seja, além da relação entre textos específicos. Seu estudo, inscrito no arcabouço teórico estruturalista, elegeu a forma como principal critério para definir as diversas formas de manifestação dos fenômenos, embora também estabeleça critérios funcionais produtivos, concentrados em três regimes: lúdico, satírico e sério (CAVALCANTE; FARIA; CARVALHO, 2017, p. 8).

A intertextualidade, tal como examinada pela LT, está muito estreitamente relacionada às noções de polifonia, dialogismo, heterogeneidade enunciativa e interdiscursividade, mas não equivale a nenhuma delas – os estudos de Nobre (2014) e Faria (2014) discutem bem o espaço teórico recoberto pela intertextualidade. Afirma Carvalho (2018) que a intertextualidade tem decisivas consequências textual-discursivas, daí a importância de dar-lhe tratamento criterioso, (re) definindo a organização das manifestações específicas de relações intertextuais. A autora amplia o olhar sobre intertextualidade para gêneros variados, multissemióticos, rediscutindo categorias analíticas, de maneira a torná-las suficientemente eficazes de recobrir situações diversas. Carvalho (2018) distingue os fenômenos intertextuais entre estritos e amplos, conforme o diálogo se dê, respectivamente, entre textos específicos ou na retomada de um conjunto difuso de textos. As intertextualidades amplas, pouco descritas na literatura sobre o assunto, pode ser verificada por indícios atinentes à forma composicional de um padrão de gênero; ao estilo de um autor deduzido de vários de seus textos ou a uma temática particular divulgada por variados textos.

No âmbito das ligações intertextuais, outro trabalho ganha destaque: a dissertação de Santos (2020) sobre plágio – fenômeno corriqueiramente debatido nas questões de interpretação e de produção

textual. Salientando que a apropriação indébita não deve ser incentivada como prática intertextual produtiva (em nenhum nível de ensino), o autor argumenta que somente a compreensão em profundidade do plágio pode fazer com que essa prática seja desestimulada.

CONCLUSÃO

Como vemos, a LT ultrapassa, hoje, os fatores de textualidade dos anos 1980, assim como os princípios de textualização de Beaugrande (1997). Saímos de tentativas de caracterizar as condições para a existência de um texto normativamente “bem elaborado”, para fins de leitura e escrita, e passamos para uma caracterização mais amplamente enunciativa do texto, sempre multimodal. Mas, principalmente, incorporamos a contextualização sócio-histórica ao próprio dizer, pressupusemos a interdiscursividade e vinculamos todos os aspectos à argumentação.

Para além de afirmar que “é essencial ver o texto como um evento comunicativo para o qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais, e não apenas como uma sequência de palavras que foram proferidas ou escritas” (BEAUGRANDE, 1997, p. 10), passamos a dizer que analisar um texto exige um duplo movimento: olhar para o texto individual na situação enunciativa e pautar-se por regularidades textuais, como lemos em Adam (2019). As relações de sentido que conferem ao texto unidade de coerência são construídas numa interação comunicativa encenada por locutores e interlocutores, que desempenham papéis sociais em dado contexto sócio-histórico. O texto é hoje entendido como enunciado multimodal completo, único e irrepetível, que se conclui como unidade de comunicação e que é reconhecível por sua unidade de coerência em contexto sócio-histórico.

Saímos também da fase em que se relacionava a argumentação à inscrição de operadores argumentativos no texto. As “estratégias interpretativas” diziam respeito a marcas linguísticas de instruções argumentativas, operacionalizadas por leis do discurso, como as máximas conversacionais, de Grice. Não nos atemos somente ao valor argumentativo dos elementos linguísticos que poderiam fornecer um conjunto de instruções referentes às estratégias que o interlocutor deveria utilizar para “decodificar” o texto. A unidade singular da coerência textual passa a contemplar, cada vez mais, uma convergência de trilhas interpretativas, em função de uma negociação argumentativa, em um contexto enunciativo amplo.

O que concebemos como orientação argumentativa envolve, necessariamente, a negociação da persuasão no acordo e no desacordo. Macedo (2019) defende, justificadamente, a interdisciplinaridade entre análise da argumentação no discurso e a Linguística Textual. Essa tomada de posição requer também a consideração das marcas de heterogeneidade enunciativa e a inelutável consideração das práticas tipificadas dos gêneros, das mesclas de sequências textuais e dos planos de texto.

Os estudos do texto vêm mostrando, com base em Amossy (2017), que os textos são todos argumentativos, em diferentes graus. Esta constatação se deve a Bakhtin, quando sustenta que nenhum texto é neutro, porque todo locutor só enuncia em relação a crenças e valores de uma sociedade, a partir dos quais ele se coloca. É por isso que todo texto supõe pontos de vista, em função dos quais estratégias argumentativas são negociadas.

A argumentação em que nos fundamos não separa um arrazoadado argumentativo das motivações emocionais. A pesquisa de Oliveira (2020) aponta para a necessidade de analisar, nos estudos textuais e nos estudos discursivos, as estratégias de mobilização do *pathos*, propondo observar, para isso, os indícios referenciais e intertextuais.

Uma unidade de sentido e de comunicação só se faz texto quando acontece na interação, em negociações argumentativas.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J-M. *Textos: tipos e protótipos*. Contexto: São Paulo, 2019.
- AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2017[2014].
- ANTUNES, I. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: des éléments pour une approche de l'autre dans le discours*. In: DRLAV. Paris: Université de Paris VIII – Vincennes, 1982, n. 26. p. 53-61.
- BEAUGRANDE, R. de. *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and Freedom of Access to Knowledge and Society*. Norwood, New Jersey: Alex. 1997.
- BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. *Introduction to text linguistics*. London: Longman, 1981. 286 p.
- BERRENDONNER, Alain. Note sur la contre-inférence. *Cahiers de linguistique française*, 7, p. 259-277, 1986.
- BRITO, M. A. P. *Marcas linguísticas da interpretação psicanalítica – heterogeneidades enunciativas e construção da referência*. 213f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2010.
- CARVALHO, A. P. L. *Sobre intertextualidades estritas e amplas*. 136f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- CAVALCANTE, M. M.; FARIA, M. G. S.; CARVALHO, A. P. L. Sobre intertextualidades estritas e amplas. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 2, n. 36, p. 7-22, jul./dez. 2017.
- CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. CORTEZ, S. L. *O caminho da Linguística Textual no Nordeste*. In: Cartografia GELNE: 20 anos de pesquisas em Linguística e Literatura.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. O caráter naturalmente recategorizador das anáforas. In: AQUINO, Z. G. O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. (Orgs.). *Estudos do discurso: caminhos e tendências* [Internet]. São Paulo: Paulistana, 2016. p. 119-133

CAVALCANTE, M. M. *et al.* A negociação persuasiva para a análise da argumentação nos discursos. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, v. 13, n. 25, 2019, p. 99-116.

CHARAUDEAU, P. Le maelstrom de l'interdiscours. In: *L'analyse de discours: sa place dans les sciences du langage et de la communication. Hommage à Patrick Charaudeau*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015. p. 125-138.

CHAROLLES, M. Introdução aos problemas da coerência dos textos. Tradução Paulo Otoni. In: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI, P. (Org.). *O texto: escrita e leitura*. Campinas: Pontes, 1978. p. 39-85.

CUSTÓDIO FILHO, V. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. 329f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

FARIA, M. G. S. *Alusão e citação como estratégias na construção de paródias e paráfrases em textos verbo-visuais*. 120f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2014.

FÁVERO, L.; KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística textual: introdução*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FONSECA, Carlos Magno Viana. *Uma abordagem retórico-argumentativa para as não coincidências do dizer*. 2011. 193 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

GENETTE, Gerard. *Palimpsestes – la littérature au second degré*. Paris: Seuil, [1982]. Tradução para o português. Edições Viva Voz: Belo Horizonte, 2010.

KOCH, I. V. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, I. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Contexto, 2002.

KOCH, I. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.

KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. V. *Argumentação e linguagem*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KOCH, I. V; ELIAS, V. M. *Ler e compreender. Os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

KRISTEVA, J. A palavra, o diálogo e o romance. *Introdução à semanálise*. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MACEDO, P. S. A. *Análise da argumentação no discurso: uma perspectiva textual*. 245f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

MARCUSCHI, L. A. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983. 96 p.

MARCUSCHI, L. A. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MARTINS, M. A. *A caracterização dos tipos dêiticos como processos referenciais*. 141f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

MATOS, J. G. *As redes referenciais na construção de notas jornalísticas*. 259f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2018.

NOBRE, K. C. *Crítérios classificatórios para processos intertextuais*. 2014. 128f. Tese (Doutorado em Linguística), Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

OLIVEIRA, R. L. *Uma análise textual do pathos em polêmicas*. 144f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2020.

PAVEAU, M. *L'analyse du discours numérique*. Dictionnaire de formes et des pratiques. Paris: Hermann Éditeurs, 2017.

RODRIGUES, F. T. P. *A argumentação no discurso científico de pesquisadores da Linguística*. 164f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2017.

SÁ, K. B. *Coerência e articulação tópica: uma análise a partir de redações do Enem*. 260f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2018.

SANTOS, E. S. *Plágio, sanções sociais e marcas intertextuais*. 308f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2020.

SILVA, Rita do Carmo Polli da. *A linguística textual e a sala de aula*. Curitiba: Ibplex, 2011.

VAN DIJK, T. 2016. *Discurso y conocimiento*: Una aproximación sociocognitiva. Barcelona: Gedisa.

ZANI, R. Intertextualidade: considerações em torno do dialogismo. *Revista Em Questão*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 121-132, jan. /jun. 2003.

2

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA (PECHEUTIANA)

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.120.42-80

Resumo:

Neste capítulo, apresentamos os aspectos mais relevantes para se compreender a Análise do Discurso Materialista (pecheutiana). A princípio, traçamos um percurso histórico sobre o seu surgimento, mostrando como esse campo se desenvolveu ao longo de suas três “épocas” (fases). Em seguida, damos destaque para os fundamentos epistemológicos que nortearam a Análise do Discurso Materialista, ou seja, evidenciamos quais foram os principais campos que serviram de base para o seu desenvolvimento, sendo eles: a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo (todos esses sob novas perspectivas). A partir daí, apresentamos alguns dos principais conceitos desse campo teórico, demonstrando seus aspectos mais importantes e inovadores. A finalidade desse texto é permitir que qualquer pessoa possa, sem dificuldades, compreender a proposta teórica da Análise do Discurso Materialista. Ao final do texto, apresentamos algumas indicações de leitura, para aqueles que tenham interesse em se aprofundar no assunto.

Palavras-chave:

Análise do Discurso; Pêcheux; Linguística; Sentido.

INTRODUÇÃO - DESENVOLVIMENTO E FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Os pressupostos da Análise do Discurso Materialista (doravante ADM) se estabeleceram a partir de um lento processo de reflexão teórica. Seu principal articulador, Michel Pêcheux, durante a construção da teoria, apresentou diversas reformulações e deslocamentos, mostrando, assim, que ela estava aberta (e ainda está) a ser questionada e aperfeiçoada.

Segundo o próprio Pêcheux (1997d), podemos falar em “três épocas” da ADM: a AD-1, AD-2 e AD-3. Na primeira época (AD-1), predominou a exploração metodológica da noção de “maquinaria discursivo-estrutural”. Nessa época, Pêcheux desenvolveu uma estrutura formal de análise, capaz de avaliar os discursos de maneira objetiva, matemática. Esse modelo se fundamentava em uma concepção que encarava os discursos como sendo estáveis. Por isso, nesse período se exploraram discursos que eram tidos como regulares e fechados, dando pouca atenção à polissemia e à heterogeneidade.

Por conta de Pêcheux estar engajado politicamente, nessa época, grande parte dos *corpora* analisados eram discursos de determinados partidos políticos. Para ele (PÊCHEUX, 1997d),

O ponto de partida de uma AD-1 é um corpus fechado de sequências discursivas, selecionadas (o mais frequentemente pela vizinhança de uma palavra-chave que remete a um tema) num espaço discursivo supostamente dominado por condições de produção estáveis e homogêneas (PÊCHEUX, 1997d, p. 308).

Tinha-se, deste modo, um método de análise discursiva fechado em si mesmo. Pressupondo condições de produção (doravante CP) estáveis, analisavam-se discursos homogêneos. Porém, apesar da posição dessa época parecer simplória e retrógrada aos estudos

discursivos atuais, alguns conceitos importantes já haviam sido instaurados, como os de CP e sujeito, dentre outros. Pêcheux (1997d) descreverá essa época como sendo:

Um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as “máquinas” discursivas constituem unidades justapostas. A existência do *outro* está, pois subordinada ao primado do *mesmo* (PÊCHEUX, 1997d, p. 309).

Essa postura metodológica vai se modificando e, na segunda época (AD-2), temos um procedimento de análise mais flexível, visto que o conceito de maquinaria discursiva fechada vai sendo questionado. Segundo Pêcheux (1997d), esse deslocamento teórico será resultado de “uma conversão (filosófica) do olhar pelo qual são as relações entre as ‘máquinas’ discursivas estruturais que se tornam objeto da AD” (PÊCHEUX, 1997d, p. 309). É o conceito foucaultiano de formação discursiva (doravante FD) um dos principais elementos responsáveis pela mudança de foco de Pêcheux. Ele perceberá que a FD será constantemente invadida por elementos provenientes de outras FDs, havendo uma relação de troca constante entre elas. Desse modo, não se poderá pensar em um mecanismo de análise discursivo como um espaço estrutural homogêneo e fechado. Sendo assim, ele proporá um método de análise menos formal e mecânico.

Porém, segundo o próprio Pêcheux (1997d), a introdução da noção de interdiscurso, entendido como o exterior específico de uma FD, impedirá a abertura completa da maquinaria discursiva, conservando-se assim o seu fechamento. O interdiscurso atuará na FD com a função de construir um lugar de evidência discursivo, submetendo-a assim à “lei da repetição estrutural fechada”. Desse modo, ver-se-á o sujeito ainda como assujeitado à maquinaria da FD com a qual se identifica. Do ponto de vista dos procedimentos, Pêcheux (1997d) afirmará que essa época “[...] manifesta muito poucas inovações [...]” (PÊCHEUX,

1997d, p. 311). Contudo, os *corpora* que serão analisados aqui serão constituídos por discursos menos estabilizados e homogêneos que aqueles da primeira época.

Será somente na terceira época (AD-3) que o conceito de maquinaria discursiva estrutural entrará completamente em crise, pois prevalecerá o primado do *outro* sobre o *mesmo*. Será adotada a perspectiva segundo a qual o interdiscurso domina a FD. Para Mussalim (2012), essa nova postura teórica frente ao objeto da ADM irá impossibilitar a FD de constituir-se unidade de análise. Para a autora, “o objeto de análise da Análise do discurso passa a ser o espaço de trocas entre formações discursivas, ou ainda, o interdiscurso” (MUSSALIM, 2012, p. 140). Tal posicionamento causará uma desestabilização do antigo procedimento de análise, que ocorria por etapas e com ordem fixa, visto que as garantias sócio-históricas que se supunham nos procedimentos anteriores serão postas em xeque. Nessa época, ainda teremos um sujeito assujeitado à FD, mas apenas na medida em que ela está dominada pelo interdiscurso, ou seja, o sujeito será heterogêneo, definindo-se a partir da relação “eu”/“Outro”. Esse “Outro”, pelo inconsciente, irá interpelar constantemente o “eu” que demonstrará sua subordinação (dentre outras formas) através de sua atividade discursiva.

Essas três épocas da ADM se desenvolverão como resultado de amplas discussões, debates, teorizações e reformulações. Podemos afirmar que diversos pensadores contribuíram teoricamente (direta ou indiretamente) para o desenvolvimento da ADM, tais como Bakhtin, Spinoza, Nietzsche, Foucault, Harris, dentre outros. Contudo, aqueles que serviram de maneira mais acentuada para a construção das bases iniciais dessa teoria foram: Saussure, Marx e Freud.

Porém, apesar de Pêcheux ter se servido de muitas outras teorias para instituir a ADM, engana-se quem pensa que ela é simplesmente o resultado dessa união; ao invés disso, ela constitui-se em um

avanço frente a cada uma dessas teorias em particular e todas elas em conjunto. Isso ocorre porque, em sua articulação, Pêcheux realizou diversos deslocamentos teóricos e importantes complementos, a fim de estabelecer uma teoria coerente do discurso que se atentasse aos efeitos de sentido, ainda pouco explorados na época.

Por essa razão, ele fez os recortes e observações necessários, tornando aqueles instrumentos teóricos aptos para servirem às suas abordagens. Assim, Saussure será retomado a partir de releituras do próprio Pêcheux; Marx, a partir das observações de Althusser e Freud, a partir das contribuições de Lacan. Vemos assim que a ADM é um campo do conhecimento que se serviu de diferentes campos teóricos. Temos, portanto, uma teoria fundada no

materialismo histórico tal como Louis Althusser o havia renovado a partir de sua releitura de Marx; a psicanálise, tal como a reformulou Jacques Lacan, através de seu 'retorno a Freud', bem como certos aspectos do grande movimento chamado, não sem ambiguidades, de estruturalismo (HENRY, 1997, p. 13).

A partir da releitura desses pensadores, Pêcheux irá produzir sua fundamentação teórica. Portanto, ter uma noção daquilo que foi aproveitado de cada pensador ajudará muito na compreensão das propostas da ADM. A cada releitura (Saussure, Marx, Freud), algumas perspectivas serão completamente descartadas, umas completamente aceitas e outras, reformuladas.

Assim, da releitura pecheutiana de Saussure, haverá pontos controversos e pontos em acordo. Dentre os pontos controversos, teremos a visão estruturalista de uma língua autônoma que deveria ser estudada independentemente do falante e de qualquer contexto extralinguístico. Ao surgir, a Linguística tinha o propósito de constituir-se na ciência da linguagem; para isso, necessitaria de um objeto de estudo (a língua) e um método objetivo de análise. Por isso, nos seus primórdios, priorizou-se um estudo meramente formal, onde as CP (o sujeito e a situação

) não tivessem relevância teórica, visto que se buscava um método neutro de estudos da linguagem enquanto estrutura. Por isso, Saussure afirmou (2012) que sua: “definição de língua supõe que eliminemos dela tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao sistema: tudo quanto se designa pelo termo ‘Linguística externa’” (SAUSSURE, 2012, p. 53).

No entanto, para Pêcheux (1997a), não podemos analisar a língua sem levar em conta sua relação com a exterioridade, visto que será apenas em um determinado contexto que ela poderá significar. Devido a isso, Gadet (1997) afirma que, para Pêcheux, “[...] é impossível a Análise do Discurso sem sua ancoragem em uma teoria do sujeito [...]” (GADET, 1997, p. 8). Deste modo, para o pensador francês, apesar de a língua ter sua ordem própria, ela só pode ser entendida como parcialmente autônoma e não como completamente autônoma, como afirmava Saussure. Desse modo, para a ADM, o sujeito e a situação da enunciação são essenciais para o processo de produção de sentidos.

Além disso, Pêcheux rejeitará a língua como seu objeto de estudos, colocando em seu lugar o discurso. Ao dicotomizar língua/fala, Saussure classifica aquela como homogênea, social, sistêmica e objetiva, enquanto esta seria heterogênea, individual, variável e subjetiva. Por conta da falta de sistematicidade da fala, o que (para Saussure) a tornará impossível de ser analisada objetivamente, ele a descartará, elegendo unicamente a língua como seu objeto de estudos. Entretanto, para Pêcheux, tal abordagem, apesar de ter tido sua importância, é reducionista, visto que separa importantes elementos constitutivos da linguagem. Segundo ele, a dicotomia saussuriana teria possibilitado alguns avanços nos estudos da linguagem, como é o caso da Fonética e da Fonologia, mas era insuficiente para compreender questões que envolvessem a semântica, pois o sentido só pode ser apreendido levando-se em conta outros fatores que não puramente linguísticos, como o sujeito, a situação e as formações discursivas em jogo.

Desse modo, a língua, como vista em Saussure, não poderia ser tomada como objeto da ADM, precisava-se de um mecanismo que engendrasse o linguístico e o social simultaneamente. Por isso, o discurso constitui-se em um bom modelo de análise, pois ele mescla o social e o individual, o homogêneo e o heterogêneo, o sincrônico e o diacrônico, uma vez que elementos sócio-histórico-ideológicos serão incluídos na análise. O discurso é, assim, o objeto onde a língua, o sujeito, o social e o histórico se conjugam. Para Brandão (2013), o discurso, como instância da linguagem, “[...] possibilitará operar a ligação necessária entre o nível propriamente linguístico e o extralinguístico [...]” (BRANDÃO, 2013, p. 11). Assim, na ADM, teremos um deslocamento da dicotomia saussuriana língua/fala para uma relação não dicotômica entre a língua e o discurso.

Porém, apesar desses deslocamentos teóricos, haverá convergências importantes entre as abordagens saussurianas e a ADM. Dentre elas, a não aceitação da transparência da linguagem; ou seja, do pensamento de que o significante estabelece uma relação fiel com o significado. Para ambas as posições teóricas, a linguagem não é transparente, mas opaca. Para Orlandi (2012), a ADM “procura mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo a termo, isto é não se passa diretamente de um a outro. Cada um tem sua especificidade” (ORLANDI, 2012, p. 19). Essa postura teórica levará o analista a observar o texto buscando encontrar nele não um sentido literal, ou aquilo que o autor quis dizer, mas sim aquilo que ele realmente disse, ou seja, como o texto, de fato, significou.

Com referência ao Marxismo, teremos também pontos de encontro e importantes reformulações. Uma das principais reformulações diz respeito ao conceito de ideologia. Para Pêcheux (1997a), baseado na releitura althusseriana de Marx, a ideologia não se limita a um sistema de falsa consciência ou ocultação, como defendia

o marxismo então vigente, mas terá existência material, manifestando-se através da linguagem. Assim, a ideologia, ao invés de ser tida como um instrumento de dominação de classe, como vista em Marx, na ADM representará “uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, que se concretiza materialmente em aparelhos e práticas” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 267), não havendo assim o sentido negativo defendido pelo marxismo. Na verdade, objetivando uma teoria “geral da ideologia”, Althusser afasta-se de ideologias particulares e busca as características ideológicas essenciais. Isso o leva a enxergá-la de uma maneira diferente, percebendo que todos (mesmo a classe dominante) estão a ela subordinados, pois somente a partir dela qualquer sujeito pode se constituir.

Assim, ele criará o conceito de interpelação ideológica, segundo o qual a ideologia, atuando no indivíduo, interpela-o para que ele se constitua em sujeito, ou seja, leva-o a assumir uma determinada posição dentro de seu contexto sócio-histórico, impelindo-o a se relacionar de determinada forma (e não de outra) com a sua real condição de existência. Para Pêcheux (1997b), “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (PÊCHEUX, 1997b, p. 164). Esse deslocamento no conceito de ideologia será fundamental para a ADM, pois se entenderá que ela (a ideologia) irá se materializar através da linguagem, pois será a partir da constituição do indivíduo em sujeito, por meio da interpelação ideológica, que o dizer será produzido.

Dito de outro modo, a ideologia não se limitaria a ideias abstratas (idealismo), mas teria existência material (materialismo) a partir de práticas. A partir dela, cada sujeito materializaria sua real condição de existência. No caso da ADM, essa materialidade será vista através da linguagem (por meio do discurso), ou seja, o indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, produziria seu dizer a partir dos pressupostos dessa mesma ideologia. Esse deslocamento é possível, pois, como já foi colocado, Althusser busca uma teoria geral

da ideologia, que seria uma “[...] abstração dos elementos comuns de qualquer ideologia concreta, a fixação teórica do mecanismo geral de qualquer ideologia” (BRANDÃO, 2013, p. 24).

Essa maneira de conceber a ideologia na ADM levará a uma diferente forma de entender a linguagem. Enquanto que em Marx ela será vista como um dispositivo de poder da classe dominante, usada com o propósito de alienar a classe dominada; em Pêcheux, será entendida como um dispositivo materializador da ideologia, entendida (ideologia) como a visão de mundo de um determinado grupo social, sem a atribuição de valor positivo ou negativo. Nessa abordagem, não se dará ênfase a um caráter manipulador da linguagem, mas à materialidade da ideologia, e será nesse sentido que se afirmará que “não há um discurso ideológico, mas todos os discursos o são” (BRANDÃO, 2013, p. 30), ou seja, a ideologia é inerente ao próprio discurso. Para Mussalim (2012), “como a ideologia deve ser estudada em sua materialidade, a linguagem se apresenta como o lugar privilegiado em que a ideologia se materializa” (MUSSALIM, 2012, p. 116).

Além de utilizar-se do conceito de ideologia (ressignificado), a ADM apropriar-se-á também do conceito marxista de materialismo histórico, que, em Marx, “nada mais é do que a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao campo da história. Como o próprio nome indica, é a explicação da história por fatores materiais (econômicos, técnicos)” (ARANHA; MARTINS, 2007, p. 144). Segundo essa perspectiva teórica, o modo de produção econômico e a luta de classes devem ser os princípios de interpretação da história, ao invés de ideias ou personalidades individuais. Ao aplicar esse conceito à língua, teremos um deslocamento do sujeito, que será visto como não sendo senhor do seu dizer, mas, estando subordinado a determinado grupo social, produzirá o seu discurso a partir da posição ideológica que ocupa. Desse modo, entender o lugar ocupado por esse sujeito

(dentro do seu contexto sócio-histórico) será fundamental para compreender o sentido do seu dizer.

Além dessas abordagens teóricas, a Psicanálise também trouxe contribuições relevantes para a ADM. A partir das releituras lacanianas de Freud, que aprofundará a questão do inconsciente, entender-se-á que o sujeito também será afetado por ele (inconsciente), que se estrutura como a linguagem. Desse modo, ele (sujeito) passa a ser visto como clivado, dividido entre consciente e inconsciente. Sob essa perspectiva, “o primado teórico do outro sobre o mesmo se acentua”, ou seja, será colocada em questão a importante influência que o “Outro” exercerá na constituição do sujeito. Tal influência será percebida a partir do seu discurso. Assim, o discurso do sujeito será influenciado pelo inconsciente, e será devido a isso, por exemplo, que o discurso da família, da igreja e da mídia serão vistos no discurso desse sujeito. Para Mussalim (2012),

O sujeito dessubstancializado não está onde é procurado, ou seja, no consciente, lugar onde reside a ilusão do “sujeito centro” como aquele que sabe o que diz, aquele que sabe o que é, mas pode ser encontrado onde não está, no inconsciente (critério do lugar vazio). Assim, a identidade do sujeito lhe é garantida pelo Outro (inconsciente), ou seja, por um sistema parental simbólico que determina a posição do sujeito desde sua aparição (MUSSALIM, 2012, p. 120).

A partir das contribuições lacanianas, o sujeito estará em posição de assujeitamento em relação ao “Outro” que, interpelando-o constantemente, exercerá grande influência sobre ele, levando-o a produzir um dizer contido e, de certo modo, determinado. Assim, a partir do entendimento do inconsciente de Lacan, poder-se-á compreender (ou até mesmo justificar) como se dá o processo de assujeitamento, como o sujeito aceita sua subordinação à ideologia e ao “Outro”.

Temos assim, conforme explicitaram Pêcheux e Fuchs (1997b, p. 160), um campo teórico interdisciplinar que é fruto da articulação

de três regiões do conhecimento científico. O Materialismo Histórico, como teoria das formações e transformações sociais, trazendo aí uma importante teoria da ideologia; a Linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e da enunciação; e uma teoria discursiva, que entende serem os sentidos determinados pela história. Tudo isso perpassado por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, que vê um sujeito influenciado pelo “Outro” através do inconsciente.

Para Orlandi (2012), “na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2012, p. 15). Assim, podemos afirmar que a ADM surge como um campo do conhecimento inédito, o que lhe permitiu ultrapassar os estudos linguísticos da época, trazendo uma proposta que relaciona língua, condições sócio-históricas, sujeito e inconsciente. Temos, assim, a ADM que ora conhecemos. Tal concepção teórica possui muitos conceitos, entre os quais os mais relevantes serão apresentados a seguir.

O DISCURSO NA ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA

Atualmente, a palavra *discurso* pode ser utilizada para designar coisas muito diferentes. Por exemplo, falamos em *discurso* para nos referirmos a uma mensagem formal transmitida por um orador ao seu auditório, como o “discurso presidencial”, o “discurso do padre”, o “discurso do chefe” etc. Utilizamos o termo também para nos referirmos às palavras de alguém que julgamos com desconfiança (como quando afirmamos: não acredite no que ele fala, isso aí é só discurso); falamos ainda em discurso para designar um conjunto de textos de uma determinada área, como o “discurso pedagógico”,

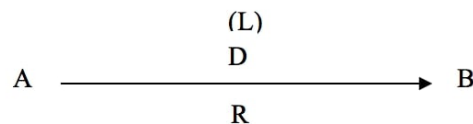
o “discurso filosófico”. Porém, na ADM, *discurso* é entendido como “efeito de sentidos entre os locutores” (ORLANDI, 2012, p. 21).

O discurso foi adotado como objeto de estudos da ADM, como uma forma de superar a dicotomia (*langue versus parole*) saussuriana. Para Pêcheux (1997a), enquanto que, por um lado, algumas abordagens saussurianas ofereceram relevantes contribuições para os estudos linguísticos; por outro, elas impediram uma análise mais completa de importantes aspectos da linguagem, sobretudo no que se refere às questões relacionadas à significação. Como já mencionamos, as abordagens saussurianas excluíram a fala dos estudos da linguagem por julgá-la ocasional, assistemática e desorganizada. Assim, o único objeto de análise linguística possível seria a língua, por ser estrutural e sistemática. Com essa escolha, Saussure dicotomizou língua *versus* fala, separando o puramente linguístico daquilo que envolve questões extralinguísticas, descartando, assim, a possibilidade do estudo da fala. Ao separar língua e fala, o mestre de Genebra separou “Iº o que é social do que é individual; IIº o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental” (PÊCHEUX, 1997a, p. 60). Assim, ele descartou completamente qualquer tipo de análise que levasse em conta o sujeito, o contexto sócio-histórico e a ideologia, trabalhando apenas com o sistema interno da língua, limitando-se à observação de seus aspectos estruturais. Daí o nome de seu campo teórico, estruturalismo.

A ADM se posicionará diferentemente nesta questão, uma vez que ela “[...] desloca a dicotomia entre língua e fala e propõe uma relação não dicotômica entre língua e discurso” (ORLANDI, 2010, p. 14). Essa nova abordagem, dando ênfase ao discurso no lugar da língua, permitirá ao estudioso realizar análises que abarquem tanto o social quanto o histórico, possibilitando interligar o linguístico com o extralinguístico (CP, ideologia etc.) que o determina.

O conceito de discurso foi estabelecido a partir de uma crítica pecheutiana ao esquema elementar da comunicação desenvolvido por Jakobson. Para Pêcheux (1997), apesar de a abordagem de Jakobson possuir vantagens em relação à perspectiva “reacional” que anula o lugar do produtor e do destinatário, ela ainda apresenta inconvenientes. No sistema elementar da comunicação de Jakobson, pressupõe-se: A – o “destinador”; B – o “destinatário”; R – o “referente”; (L) – o “código linguístico” comum a A e B; – o “contato” estabelecido entre A e B; D – a “sequência verbal” emitida por A em direção a B. Graficamente, temos o seguinte esquema:

Esquema 1 - Esquema elementar da comunicação descrito por Pêcheux



Fonte: PÊCHEUX, 1997a, p.80.

Ao fazer sua crítica ao esquema elementar da comunicação de Jakobson, Pêcheux (1997a) inicia seu questionamento a partir do elemento “D”, afirmando que:

a teoria da informação, subjacente a este esquema, leva a falar de mensagem como transmissão de informação: o que dissemos precedentemente nos faz preferir o termo discurso, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B (PÊCHEUX, 1997a, p. 81).

Ao optar pelo conceito de *discurso* ao invés do de *mensagem*, ele está, na verdade, criticando a visão de língua que a limita a um código que serve para transmitir informações de A para B. Para Pêcheux, na comunicação, muito além de uma mera transmissão de informações (o que é pressuposto pelo termo *mensagem*), haverá uma relação complexa entre os sujeitos que, afetados pela língua e pela

história, produzirão os sentidos a partir das CP (o que é pressuposto pelo termo *discurso*), ou seja, ao invés de uma simples transmissão de informações, o que haverá serão “efeitos que resultam da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de circunstâncias dadas. Os efeitos se dão porque são sujeitos dentro de certas circunstâncias e afetados pelas suas memórias discursivas” (ORLANDI, 2010, p. 15). Desse modo, com o discurso, devemos levar em conta elementos extralinguísticos, ideológicos, históricos e sociais. Além disso, devemos notar que o termo pressupõe também um sujeito que não é a origem do seu dizer nem do sentido desse, pelo contrário, ele é assujeitado tanto à língua quanto à história.

Devemos ainda destacar que, apesar de o discurso necessitar de elementos linguísticos para possuir existência material, ele não pode ser confundido com língua, texto ou fala. Na ADM, cada um desses elementos possuirá um conceito específico, os quais veremos a seguir.

Para Orlandi (2012), “na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história” (ORLANDI, 2012, p. 15). Assim, a língua na ADM terá traços bem distintos do que aquela compreendida na linguística de forma geral. Ela não será compreendida como um sistema, como em Saussure, nem como um código ou instrumento de informação, como em Jakobson; ao invés disso, ela será vista como materialidade discursiva, ou seja, o lugar material onde se realizam os processos discursivos, onde os sentidos se manifestam. Sobre essa questão, Pêcheux e Fuchs (1997b) colocam:

De fato, que relação existe entre os processos discursivos e a língua, do ponto de vista da teoria do discurso? A perspectiva do conjunto é a seguinte: estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido (PÊCHEUX; FUCHS, 1997b, p. 171).

Sob essa perspectiva, não há uma dicotomia entre língua e discurso; ao contrário, o que há é uma relação não dicotômica. Enquanto que o discurso será a materialidade da ideologia, a língua será a materialidade do discurso. Devido a isso, afirma-se que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 2012, p. 17).

Além disso, para a ADM, a língua será analisada levando-se em conta suas falhas, rupturas e mal-entendidos. Assim, diferentemente da postura saussuriana, os fatos linguísticos considerados problemáticos, ao invés de descartados, deverão ser levados em consideração nas análises.

Não podemos também, na ADM, confundir o conceito de discurso com o de texto. Para esse campo do saber, o texto constitui-se em unidade de análise, ou seja, é ao texto que o analista recorrerá para proceder o seu trabalho. Porém, no texto não se buscará o seu conteúdo, “aquilo que ele quis dizer”, mas se pretenderá avaliar a sua discursividade, perceber como ele funciona para produzir sentido. Para se chegar a essa resposta, será necessário analisar o texto levando em conta a sua exterioridade, suas CP, ou seja, na ADM, o texto será visto como materialidade do discurso, buscando a partir dele ter acesso aos processos discursivos.

Para Indursky (2010), podemos entender *texto* na ADM como “[...] um efeito-texto, espaço discursivo, dotado ilusoriamente de homogeneidade e completude, sendo seu fechamento da ordem do simbólico” (INDURSKY, 2010, p. 73). Para ela (2010), o texto na ADM não se fecha em si mesmo, por ser composto por outros fatores. Ele será visto a partir de relações contextuais que o relacionarão com sua exterioridade, suas CP; ou seja, o texto em si não possuirá um sentido definido (o sentido do texto), mas ele se estabelecerá a partir das

relações entre os sujeitos, a ideologia e a história. Assim, na ADM, se pode pensar o texto:

como um espaço discursivo, não fechado em si mesmo, pois ele estabelece relações não só com o contexto, mas também com outros textos e com outros discursos, o que nos permite afirmar que o fechamento de um texto considerado nessa perspectiva teórica, é a um só tempo simbólico e indispensável (INDURSKY, 2010, p. 69).

Assim, ao analisarmos um texto levando-se em conta suas CP e suas inscrições discursivas, estaremos tomando-o enquanto discurso. Nas palavras de Guespin (1997), “Um olhar lançado sobre um texto do ponto de vista da sua estruturação em ‘língua’ faz dele um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção desse texto o transforma em um discurso” (GUESPIN, 1997 p. 4 apud INDURSKY, 2010, p. 68). Quando o analista leva em conta as CP, ele supera os elementos intralinguísticos e encara o texto como discurso. É por essa ótica que, diferenciando discurso e texto, Charaudeau e Maingueneau (2008) afirmam que “o discurso é concebido como a inclusão de um texto em seu contexto (= condições de produção e de recepção)” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 169).

Por fim, não podemos ainda tomar o conceito de discurso pelo de fala, visto que, na ADM, a partir do discurso, será possível o estabelecimento de uma ligação entre o puramente linguístico e o extralinguístico, o que não seria possível se entendêssemos na ADM *discurso* como sinônimo de fala. Vemos, dessa forma, que na ADM o discurso possui um significado específico, diferenciando-se de conceitos de outras áreas do conhecimento, nas quais esse conceito se confundirá com outros, como os de texto, língua etc.

As observações apresentadas são relevantes a fim de entendermos o discurso de maneira específica, dentro do quadro da ADM. Nela, discurso é definido como “efeito de sentido entre

locutores”, ou seja, é o produto da interação linguística entre A e B, levando-se em conta todos os fatores linguísticos e extralinguísticos envolvidos no processo, de A até B. Por isso, fala-se em “efeito” e não simplesmente em “sentido fixo”, pois a menor alteração em qualquer aspecto das CP, ou dos sujeitos, poderá mudar consideravelmente o efeito de sentido de determinado enunciado. Por exemplo, o enunciado “heil Hitler” representava algo positivo na Alemanha nazista, servindo como sinônimo de prosperidade e esperança desse povo. No entanto, hoje significa de modo muito diferente, representando racismo, inconsequência e mesmo insanidade. O enunciado continua o mesmo, todavia, se houver mudança nas CP, sem dúvidas haverá também mudanças no sentido. No caso do exemplo apresentado, o mesmo enunciado, se observado pelo viés da ADM, constitui-se em dois discursos diferentes, por produzir efeitos de sentido diversos.

FORMAÇÃO IDEOLÓGICA E FORMAÇÃO DISCURSIVA NA ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA

Temos ainda dois importantes conceitos na ADM: tratam-se dos conceitos de formação ideológica (doravante FI) e formação discursiva (FD). Eles serão fundamentais para na ADM, uma vez que contribuirão para a geração do efeito de sentido. Um mesmo enunciado encarado por FI e FD diferentes será visto como discursos diferentes, pois possuirá sentidos diferentes ou mesmo opostos.

Pêcheux e Fuchs (1997b) irão explicar esses conceitos a partir do estabelecimento de uma articulação entre os conceitos de formação social, ideologia e discurso, vistos, é claro, a partir da perspectiva da ADM.

O conceito de FI é compreendido a partir do entendimento de que “a região do materialismo histórico que nos diz respeito é a da superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997b, p. 162). Temos aí que a ideologia será vista como uma materialidade articulada com os modos de produção e não apenas como uma ideia abstrata. Ela mesma servirá para perpetuar as relações de produção, uma vez que irá interpelar os indivíduos, assujeitando-os, de modo que “cada um seja conduzido sem se dar conta, tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagônicas do modo de produção” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997b, p. 162).

Temos assim que, em um dado momento histórico, levando-se em conta as relações de produção, uma determinada formação social será interpelada a assumir certa posição ideológica. Será a partir desse entendimento que compreenderemos o conceito de FI.

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classe em conflito umas com as outras (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971 p. 102 *apud* PÊCHEUX; FUCHS, 1997b, p. 163).

Vemos assim que a FI está relacionada com a posição social ocupada pelo sujeito, ou seja, o indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, irá ocupar um determinado lugar em um dos grupos sociais existentes, assumindo as posições, atitudes e representações desse grupo. É justamente este conjunto de posições, atitudes e representações de uma determinada formação social, inserida em um complexo de relações de produção e de classes, que se entende como FI.

Porém, é importante notar que, como a ideologia na ADM será entendida como tendo existência material, a FI irá conduzir o sujeito a materializar sua posição ideológica, ou seja, as ideias e valores existentes na consciência desse sujeito serão materializados a partir de sua forma de agir e de se comportar. Sobre isso, Althusser (1970) afirma:

[...] Diremos, portanto, considerando apenas um sujeito (tal indivíduo), que a existência das ideias da sua crença é material, porque as suas ideias são actos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que revelam as ideias desse sujeito (ALTHUSSER, 1970, p. 88).

Já que esse sujeito materializará a ideologia que o interpela, essa materialidade, além de ser percebida através de ações, também se manifestará através da linguagem. É a partir desse entendimento que podemos compreender o conceito de FD. Ele será gestado a partir da relação de dois outros conceitos, o de discurso e o de ideologia.

[...] a espécie discursiva pertence, assim pensamos, ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas de que acabamos de falar 'comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura', isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX; FUCHS, 1997b, p. 163-164).

Assim, as FDs se inscrevem dentro das FIs, ou seja, o sujeito, inscrito em determinada FI, materializará a ideologia a partir do seu discurso. Essa possibilidade de materialidade ideológica a partir do discurso, limitada pela interpelação e pelo assujeitamento, serão as FDs. Por isso é dito que a FD é o que pode e deve ser dito em uma conjuntura a partir de uma determinada posição. Simplificando o entendimento do conceito de FD, Orlandi (2010) afirmará: "chamamos

então de formação discursiva aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2010, p. 17).

Sendo que, a partir de uma determinada posição ideológica, muitas coisas (não todas as coisas) poderão ser ditas, entendemos que uma mesma FI será composta por várias FDs, ou seja, uma FI possui como um de seus componentes uma ou várias FDs interligadas. Porém, segundo o próprio Pêcheux (1997b), será impossível definir tanto quantas FIs existirão numa formação social, como quantas FDs comporão uma FI.

Essa relação das FIs com as FDs é exemplificada por Pêcheux a partir da retomada da Idade Média, durante o modo de produção feudal, período em que a FI religiosa era dominante e interpelava os indivíduos em sujeitos, tornando-os assujeitados a determinadas relações, valores e modos de enxergar a “realidade”. Ele dá o exemplo de duas FDs distintas que surgem a partir dessa FI: a FD do camponês e a FD da nobreza, que, apesar de possuírem a mesma FI, atribuirão sentidos bem diferentes a muitos enunciados.

Tomemos, por exemplo, o enunciado “trabalho” que, dentro da FD do camponês, poderá, naquela conjuntura, ser visto de maneira positiva, pois teria sido algo designado por Deus aos integrantes daquele grupo. Assim, não se trataria de algo puramente enfadonho e cansativo, mas seria a “missão” que Deus lhes havia designado, devendo ser cumprida de forma alegre e motivada; já dentro da FD da nobreza, o “trabalho” era visto como algo pertencente a um grupo inferior. Não seria essa a “missão” dada por Deus para os nobres, seres superiores, a quem possuiria atribuição mais honrosa. Desse modo, para esses, o efeito de sentido de “trabalho” era de algo negativo, uma atribuição inferior dada a um grupo inferior.

A partir dessa compreensão, questiona-se a transparência da linguagem. Percebe-se que os sentidos não são dados *a priori*, não existe o chamado sentido literal de um enunciado, mas ele será determinado a partir das FIs e FDs a que estiverem relacionadas. Os enunciados mudarão de sentido de acordo com as posições assumidas por aqueles que as empregarem. Assim, a FD será a responsável pelo entendimento comum entre os interlocutores do discurso. Segundo Brandão (2013),

O conceito de FD regula, dessa forma, a referência à interpelação/assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso. É a FD que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras, “falar diferentemente falando a mesma língua” (BRANDÃO, 2013, p. 49).

É importante destacar que as FDs não serão homogêneas, visto serem constituídas de diversos discursos, defendidos por sujeitos que ocupam posições distintas e muitas vezes contraditórias. Ou seja, a heterogeneidade, e não a homogeneidade, será um traço marcante das FDs, que estarão ainda marcadas pela oposição e pela contradição. Devido a tais características, nunca poderemos delimitá-las definitivamente com clareza.

Uma FD é, portanto, heterogênea a ele própria: o fechamento de uma formação discursiva é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado de forma definitiva, separando um exterior e um interior, mas se inscreve entre diversas formações discursivas como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica (COURTINE; MARANDIN, 1981, p. 23 *apud* BRANDÃO, 2013, p. 49).

Brandão (2013) afirma que, formalmente, a noção de FD envolve alguns tipos de funcionamento, sendo eles: a paráfrase, a polissemia e o pré-construído. A paráfrase constitui a FD uma vez que, havendo nela um desejo constante de fechamento, enunciados serão retomados e reformulados com essa finalidade; com a polissemia ocorrerá o

contrário, comporá a FD com a função de abertura, dará sempre a possibilidade de que o sentido seja outro. Ela irá, assim, possibilitar a pluralidade e multiplicidade dos sentidos; já o pré-construído servirá para remeter a FD a uma construção anterior e exterior, possibilitando uma impressão de evidência de sentido.

Como vimos, os conceitos de FI e FD são essenciais na ADM, pois eles estão entre os principais elementos que contribuirão para a produção de determinado efeito de sentido. Um mesmo enunciado, visto a partir de diferentes FIs e/ou FDs, serão vistos como diferentes discursos pela ADM. Pense, por exemplo, no seguinte enunciado: “vá com Deus”. Ele significará de forma diferente a depender da FI e FD dos interlocutores. Um sujeito pertencente a uma FI e/ou FD cristã, sem dúvidas, significará de maneira diversa de outro pertencente a uma FI e/ou FD ateuista.

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO NA ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA

A noção de CP é fundamental para a ADM, uma vez que, enquanto nos estudos formalistas, a língua era estudada por si mesma, desprezando-se qualquer relação com sua exterioridade, nos estudos discursivos, tal postura se mostrava insuficiente, impedindo uma análise mais abrangente da linguagem. Para Pêcheux (1997a): “[...] é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada em si mesma [...]” (PÊCHEUX, 1997a, p. 78). Foi justamente objetando-se estudar a linguagem de maneira puramente formal que o analista francês criou o conceito de CP. Assim, em seus estudos linguísticos, o discurso será estudado levando-se em conta as suas CP, visto que, para ele, “um discurso sempre é enunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 1997a, p. 75).

Pêcheux (1997a) definirá as CP como sendo o “estudo da ligação entre as circunstâncias de um discurso [...] e seu processo de produção” (PÊCHEUX, 1997a, p. 73). Podemos assim afirmar que CP na ADM se refere a todo o contexto da enunciação que contribuirá para a produção de um determinado efeito de sentido em lugar de outro. Na prática, elas envolvem alguns elementos. Para Orlandi (2012), “elas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso” (ORLANDI, 2012, p. 30). A professora Fernanda Mussalim destaca a importância desse conceito para a ADM. Segundo ela,

O contexto histórico-social, então, as condições de produção, constituem parte do sentido do discurso e não apenas um apêndice que pode ou não ser considerado. Em outras palavras, pode-se dizer que, para a AD, os sentidos são historicamente constituídos (MUSSALIM, 2012, p. 157).

Vejamos individualmente os principais elementos que compõem as CP do discurso e como eles se relacionam no processo de construção do sentido.

Pêcheux, ao iniciar suas abordagens sobre as CP, deixará claro que, sob a perspectiva da ADM, não se poderá tomar a comunicação como mera transmissão de informações. Para ele, “[...] não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentido’ entre A e B” (PÊCHEUX, 1997a, p. 81).

Outra observação feita por ele se refere à questão do sujeito. Em sua teoria, o teórico francês não pressuporá falantes empíricos reais, organismos vivos individuais; ao invés disso, falará em posição discursiva, ou seja, ele não irá tomar como referência as pessoas reais que participam da comunicação, e sim a posição que elas ocupam no processo discursivo.

Se o que dissemos antes faz sentido, resulta pois dele que A (destinador) e B (destinatário) designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares de “patrão” (diretor, chefe de empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis (PÊCHEUX, 1997a, p. 81).

Falando sobre isso, Orlandi (2010) afirmará que, para a ADM, o sujeito empírico não importará, mas sim a posição sujeito projetada no discurso. Assim, um mesmo indivíduo pode, no mesmo contexto discursivo, apresentar posições sujeito diferentes, alterando assim o efeito de sentido do seu discurso; deste modo, a depender da posição sujeito que os interlocutores assumam, um mesmo enunciado assumirá sentidos bem diferentes.

A partir desse entendimento das posições sujeito, Pêcheux apresentará o que ele denomina de “formações imaginárias”, que será a imagem que o sujeito fará dele mesmo, do seu interlocutor e do objeto do discurso. São imaginárias porque se trata de projeções e não da realidade empírica. Por isso mesmo, em alguns momentos, ocorrerá de as imagens que destinador e destinatário fizerem de si mesmos e um do outro não corresponderem. Essa não correspondência entre as imagens estará, por exemplo, ocorrendo quando um interlocutor afirma para o outro: “você sabe com quem está falando?” Quando o destinador tenta conduzir a formação imaginária do destinatário, tornando-a favorável a si. Para Pêcheux (1997a), nos mecanismos de qualquer formação social, existirão regras de formação, que irão estabelecer as relações entre as situações e as posições. Para ele, as formações imaginárias estão presentes em todo o processo discursivo.

Em resumo, as formações imaginárias para Pêcheux envolveriam: 1 – a imagem que o destinador (A) tem de si mesmo; 2 –

a imagem que o destinador (A) tem do destinatário (B); 3 – a imagem que o destinador (A) tem do objeto discursivo (R); 4 – a imagem que o destinatário (B) tem de si mesmo; 5 – a imagem que o destinatário (B) tem do destinador (A) e 6 – a imagem que o destinatário (B) tem do objeto discursivo (R).

Esquema 2 – Formações imaginárias para Pêcheux

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
{	I _A (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	I _A (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
{	I _B (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	I _B (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”
A	I _A (R)	“ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	I _B (R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Fonte: Pêcheux, 1997a, p. 82.

O próprio Pêcheux ampliará esse modelo, mostrando que, além dessas, haverá ainda outras projeções em jogo nas formações imaginárias, as quais ele denominou de “antecipação”, entendida como a possibilidade que locutor e interlocutor terão de antecipar a imagem que um possui do outro. Assim teremos ainda: 1 – a imagem que o destinador (A) tem que o destinatário (B) tem dele; 2 – a imagem que o destinador (A) tem que o destinatário (B) tem de si mesmo; 3 – a imagem que o destinador (A) tem que o destinatário (B) tem do objeto discursivo (R); 4 – a imagem que o destinatário (B) tem que o destinador (A) tem dele; 5 – a imagem que o destinatário (B) tem que o destinador (A) tem de si mesmo e 6 – a imagem que o destinatário (B) tem que o destinador (A) tem do objeto discursivo (R). Nesse caso, o gráfico é representado da seguinte forma:

Esquema 3 – Formações imaginárias para Pêcheux, descrição da antecipação

$$\begin{array}{cc}
 A \left\{ \begin{array}{l} I_A (I_B (A)) \\ I_A (I_B(B)) \\ I_A (I_B R)) \end{array} \right. & B \left\{ \begin{array}{l} I_B (I_A(B)) \\ I_B (I_A(A)) \\ I_B (I_A(R)) \end{array} \right.
 \end{array}$$

Fonte: Pêcheux, 1997a, p. 83

Esse jogo de imagens não se dará antes da enunciação do discurso, mas na medida em que o discurso for sendo produzido. Assim, a posição sujeito de cada componente da interlocução (enunciador e enunciatário) influenciará o seu dizer, ou seja, o sujeito não estará livre para dizer qualquer coisa que quer, pois o seu dizer será determinado pela posição que ele ocupa.

Já no que se refere à situação, Orlandi (2010) afirma que podemos considerar as CP em dois sentidos: o restrito e o amplo. Porém, ela chama a atenção a que essa separação ocorre apenas para fins didáticos, visto que, na prática, é impossível isolá-los, pois os dois contribuirão concomitantemente para o processo de atribuição de sentido. Como sentido restrito, entende-se o contexto imediato da enunciação, seria o “aqui e agora” do momento da produção do discurso.

Já em sentido amplo, podemos avaliar as CP incluindo o contexto sócio-histórico e ideológico. Para Orlandi (2010), “o contexto amplo é o que traz para a consideração dos efeitos de sentido elementos que derivam da forma da nossa sociedade [...]” (ORLANDI, 2010, p. 31). Dentre esses elementos, teremos as instituições, o imaginário social, a história etc.

Temos ainda, relacionada à questão anterior, a memória discursiva como importante elemento das CP do discurso em seu

sentido amplo. Podemos compreendê-la como um saber discursivo que antecede e torna possível um discurso. É tudo o que já foi dito que constitui o dizer. Para Pêcheux (1999):

A memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

De acordo com Orlandi (2010), a memória discursiva deve ser tratada como interdiscurso, esse compreendido como um conjunto de enunciações que já foram ditas, esquecidas e que não podemos representar. Dentro de uma determinada situação, o interdiscurso irá afetar a significação do discurso.

Assim, para ADM, os sentidos de um enunciado nunca serão fixos, estáticos; pelo contrário, sempre haverá a possibilidade de atribuição de significação diversa daquela atribuída inicialmente pelo enunciador. Esses outros sentidos possíveis encontram suporte a partir das relações do interdiscurso com o intradiscurso. Para Orlandi (2012):

Disso se deduz que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação (ORLANDI, 2012, p. 32).

A constituição, o interdiscurso, é representada na ADM pelo eixo vertical. Estariam nesse eixo todos os já-ditos e esquecidos de uma determinada FD. Já a formulação, o intradiscurso, estaria no eixo horizontal, seria aquilo que se diz no momento da enunciação, também levando em conta uma determinada FD e as CP. Deste modo, todo dizer terá relação com outros dizeres e será afetado por eles.

Contudo, o sujeito terá a impressão de ser o senhor do seu discurso e de que o sentido do seu dizer é determinado por ele. Isso

ocorrerá por conta de dois esquecimentos que, atuando sobre ele, levá-lo-á a esquecer-se de tudo aquilo que já foi dito anteriormente (o já dito). Pêcheux (1997c) denominará esses esquecimentos de “esquecimento nº 2” e “esquecimento nº 1”. Com o esquecimento nº 2, o sujeito irá se esquecer de que há outros sentidos possíveis para o seu discurso, acreditando que apenas o sentido por ele pretendido é possível. Desse modo, esse esquecimento será da ordem da formulação, ou seja, atuará no sujeito principalmente no momento da enunciação, levando-o, sem perceber, a produzir um dizer ao invés de outro. Porém, o sujeito poderá reformular o seu enunciado, o que mostra que esse esquecimento é semiconsciente. Por essas razões, ele é chamado em ADM de esquecimento enunciativo.

O outro é o esquecimento nº 1. Com ele, o sujeito terá a impressão de que é a origem do seu discurso, ou seja, ele esquecerá que a FLe a FD atuarão sobre ele e o influenciara a produzir determinado discurso. É esse esquecimento que faz o sujeito dizer frases como: “a boca é minha. Eu falo o que quero” ou “falo tudo aquilo que vem na minha cabeça”. Esse esquecimento é inconsciente e atua na constituição do sentido e do próprio sujeito. É ele que estará de forma mais diretamente ligada ao interdiscurso, visto que aquilo que será dito pelo sujeito estará instantaneamente sendo relacionado a outros discursos que o precedem e que serão acionados pela memória. Na ADM, será denominado de esquecimento ideológico. Sobre essa questão, Orlandi (2012) assevera:

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Ele não se origina em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos. Por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e sentidos. As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade

para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos (ORLANDI, 2012, p. 35).

Além desses conceitos ligados às CP do discurso, Pêcheux ainda destacará que elas funcionarão de acordo com as relações de força e as relações de sentido. A partir das relações de força, entende-se que o lugar ocupado pelo sujeito será constitutivo do que ele diz, ou seja, o lugar social de onde ele fala marcará o seu discurso com a mesma força que esse lugar representa. Para Pêcheux (1997a):

o que diz, o que enuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ocupa: a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz (PÊCHEUX, 1997a, p. 76).

Assim, qualquer enunciação terá significações diferentes a depender da posição sujeito do seu enunciador.

Já no que diz respeito às relações de sentido, entendemos que um discurso não aparece de forma isolada, pelo contrário, ele sempre estará relacionado a outro que o antecede. E será a partir dessa relação que os efeitos de sentidos serão produzidos, ou seja, o que dizemos sempre terá relação com outros dizeres anteriores e isso fará parte dos efeitos de sentido do nosso dizer. Para Pêcheux (1997a), “[...] tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele ‘orquestra’ os termos principais ou anula os argumentos” (PÊCHEUX, 1997a, p. 76).

A partir do entendimento dos elementos que compõem as CP do discurso, fica claro que o sujeito não será dono do seu dizer, mas o produzirá a partir de uma série de “forças” que atuarão sobre ele e o interpelará a falar de certa maneira ao invés de outra. Ele não poderá fugir disso, uma vez que “um discurso sempre é pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 1997a, p. 75).

Como vimos, em ADM, a compreensão das CP será fundamental para que se possa entender como um determinado enunciado produziu um efeito de sentido ao invés de outro. Elas nos permitem confirmar que os sentidos não se encontram intrínsecos nas palavras, mas na relação estabelecida entre essas e a exterioridade.

BREVISSÍMA ANÁLISE



Fonte: *site curso contextual*¹.

Na tirinha acima, vemos dois personagens, um menino e uma menina (segundo nossa perspectiva). Por meio do discurso, interpretamos que há certo interesse amoroso dela por ele. Percebemos isso, porque, nos dois primeiros quadros, a menina tece vários comentários aparentemente elogiosos para o garoto. Porém, no último, ela afirma “gostar dele assim mesmo”. Isso gera um efeito de estranhamento no leitor. Olhando a partir da nossa perspectiva, questionamo-nos o porquê de ela haver dito isso. Se ele era possuidor de tantas qualidades, qual o motivo de ela haver feito aquele comentário aparentemente contraditório? Tentemos compreender essa questão a partir dos pressupostos da ADM.

Inicialmente, precisamos lembrar que a ADM questiona a transparência da linguagem, mostrando que o sentido de um

¹ Disponível em: <https://cursocontextual.wordpress.com/2011/02/15/compreender-e-interpretar-textos/>. Acesso em: 10 maio 2019.

enunciado não se encontra em si mesmo, mas se constrói apenas a partir da relação que esse estabelece com a exterioridade. Desse modo, apenas avaliando tal relação, poderemos compreender como um enunciado produz um determinado efeito de sentido, ao invés de outro.

No caso da tirinha apresentada, notamos que, para nós, é produzido um efeito de sentido estranho e cômico, justamente porque, em nossa cultura, a posição sujeito que ocupamos, bem como as CPs atuais são bem diferentes daquelas onde um discurso como o demonstrado seria interpretado como coerente. De forma geral, em nossa conjuntura socio-histórica, assumimos uma posição ideológica que valoriza a honestidade, a gentileza, a educação, os bons costumes etc. Por isso, as pessoas que possuem tais características geralmente são vistas de maneira positiva, consideradas como sendo as mais indicadas para que alguém mantenha qualquer tipo de relacionamento, seja de amor ou amizade.

Essa FD é materializada discursivamente a partir de dizeres do tipo: “a gentileza é a essência do ser humano”; “gentileza gera gentileza”, “seja gentil no trânsito”, “a educação transforma o homem”, “a educação é a principal arma para mudar o mundo”, “o homem deve ser polido com as mulheres”, dentre muitas outras. Tais dizeres criam um imaginário daquilo que seria o homem ideal na conjuntura atual. É por isso que, para nós, os dizeres dos dois primeiros quadros não geram nenhum estranhamento, pois são discursos coerentes com nossa perspectiva socio-histórico-ideológica.

No entanto, ao lermos os dizeres do último quadro, percebemos que eles só podem ter coerência numa FI e FD diferente da que a maioria assume atualmente. Desse modo, somos levados a tentar recuperar as CPs apresentadas na tira, para que daí possamos compreender o efeito de sentido a partir de sua CP original, uma vez

que, sob nossas próprias CPs, elas são interpretadas como sendo incoerentes e contraditórias.

Desse modo, acessamos nossa memória discursiva a fim de recuperar os estereótipos sobre os VIKINGS, ou seja, tudo aquilo que já foi dito sobre eles e que serviu para a construção de sua imagem. No nosso imaginário, os Vikings eram pessoas dominadoras, grosseiras, indelicadas, ferozes, rudes, fortes e determinadas. Porém, como viviam para guerrear e conquistar, todas essas (também no nosso imaginário) características eram consideradas como sendo adequadas. Eram elas que definiam, naquela conjuntura, o que, de fato, era ser um bom “macho”. Esse tipo de masculinidade seria visto como aquilo que todos, inclusive as mulheres, valorizariam nos homens.

Sob essa perspectiva ideológica, a gentileza, educação e polimento eram características inadequadas para um guerreiro viking, ou seja, não era isso o que se esperava dos “machos” do grupo. Podemos aqui ilustrar como essa FI poderia se materializar discursivamente naquele contexto. Talvez fossem comuns dizeres como os seguintes: “homem tem que ser brabo”, “homem precisa ser forte”, “homem deve lutar e conquistar”, “o homem deve ser bruto para impor respeito”, “o valor do homem está nos seus músculos, não no seu cérebro” etc.

É apenas a partir da recuperação das CPs, levando em conta tanto o contexto amplo, como o imediato do discurso, que conseguimos atribuir um sentido coerente (sob nossa perspectiva) aos dizeres do último quadro. Entendemos, então, que ali se encontram sujeitos discursivos que assumem posições ideológicas e discursivas diferentes da nossa, possuindo um estereótipo próprio daquilo que consideram o homem ideal.

Sob essa perspectiva, o menino possuiria características desvalorizadas para um guerreiro Viking. Ele não era forte, rude e

agressivo, mas “gentil, educado e polido”, não representando assim o tipo de homem que geralmente atrairia o interesse das mulheres. Por conta disso, a garota, ideologicamente assujeitada, é determinada a produzir um dizer coerente com sua conjuntura sócio-histórica e ideológica. Por isso, diz: “Mas gosto de você assim mesmo”, ou seja, seu dizer produz um efeito de sentido semelhante ao seguinte: “embora você não possua as características valorizadas em um grande homem viking, eu, ainda assim, gosto de você”. Desse modo, ressignificamos os primeiros dizeres da garota, por isso, o que inicialmente interpretávamos como elogios, ao analisarmos a partir de outra FD, levando em conta as CPs, passamos a interpretar como crítica.

Notemos que os conceitos da ADM nos ajudam a recuperar o efeito de sentido discursivo, provando que as palavras não possuem sentido em si mesmas, mas apenas inseridas em uma determinada FD, “[...] em função de uma memória discursiva, do interdiscurso, que o texto retoma e do qual é parte” (MUSSALIM, 2012, p. 143). Vemos assim que, para recuperarmos o sentido do texto, precisamos levar em conta o sujeito, o contexto socio-histórico e a ideologia em jogo no processo discursivo. Não há sentido fora dessas relações. A depender do lugar ideológico de onde é gestado, um mesmo enunciado pode possuir efeitos de sentido bastante distintos, podendo ser interpretado de forma estranha, engraçada, séria, cômica ou simplesmente comum.

A partir da perspectiva da ADM, muitas outras análises ainda poderiam ser feitas da tira apresentada. Poderíamos, por exemplo, demorar-nos na avaliação das relações de força, de sentido, nas formações imaginárias, na memória discursiva, nos esquecimentos etc. Contudo, por conta dos objetos didáticos da obra, ficaremos por aqui. Julgamos (e esperamos) que o que foi apresentado já nos permite ter um vislumbre introdutório sobre a proposta da ADM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria discursiva desenvolvida por Pêcheux trouxe contribuições relevantes para o estudo da linguagem. Enquanto a perspectiva estruturalista valorizou a língua apenas a partir do seu caráter formal e sistemático, a ADM estabeleceu o discurso como seu objeto, analisando a língua a partir das intrínsecas relações que mantém com o sujeito, a história e a ideologia.

Constituindo-se como um campo interdisciplinar, uma vez que se apropriou de diferentes áreas do conhecimento, tais como o marxismo, a psicanálise e a linguística, ela conseguiu analisar a linguagem sob um ponto de vista até então ignorado. “O discurso agora é entendido em uma iminência histórica e social, em que a linguagem é apreendida não como mera unidade significativa, passível de decodificações, mas como efeito de sentidos entre sujeitos” (SANTOS, 2013, p. 233).

Um de seus principais postulados é a demonstração de que a linguagem é opaca, ou seja, não é transparente, mas produz um sentido que está além do sujeito. Esse não é senhor do seu dizer, uma vez que não poderá falar de qualquer maneira, nem ter controle sobre o sentido de seu próprio discurso. Tal sentido dependerá da relação que um determinado enunciado mantém com as condições de produção que estão em jogo no processo discursivo. Assim, a exterioridade é constitutiva do efeito de sentido. “A análise do discurso não trabalha com sentidos ou sujeitos idealizados, mas materialmente constituídos com suas relações com a sociedade e a história” (ORLANDI; RODRIGUES, 2010, p. 28).

Esperamos que este trabalho tenha contribuído para esclarecer aos leitores os princípios fundamentais da ADM. Evidentemente, por conta do caráter introdutório da obra, não pudemos aqui apresentar todos os conceitos dessa abordagem teórica, nem aprofundar aqueles

que foram apresentados. Nosso foco aqui foi apenas facilitar, ao máximo, a compreensão do leitor, dando-lhe uma visão geral sobre o assunto. Por isso, demos destaque apenas aos aspectos que julgamos mais relevantes para seu entendimento, ou seja, tentamos “ir direto ao ponto”. Deixaremos aqui indicações de algumas obras sobre o tema para auxiliar o leitor, caso se interesse pela teoria e tenha o desejo de aprofundar-se no assunto.

PARA SABER MAIS

Nessa seção, apresentaremos, de forma breve e didática, alguns livros que auxiliarão o leitor a obter uma compreensão mais ampla da ADM. Observamos que elas não serão listadas em ordem alfabética, mas em ordem didática, ou seja, das leituras mais fáceis para as mais difíceis. Optamos em fazer dessa maneira a fim de promover um aprofundamento progressivo, que leve o leitor a compreender a teoria da maneira mais ampla e segura possível. Chamamos também a atenção a que as escolhas aqui apresentadas serão completamente pessoais, ou seja, indicarei as obras que, em minha opinião, contribuirão para promover uma melhor compreensão teórica. Por conta do caráter introdutório deste trabalho, evidentemente teremos que deixar algumas boas referências de fora. Assim, recomendamos como indicações de leitura os seguintes livros:

ANÁLISE DO DISCURSO: REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS – CLEUDEMAR FERNANDES – CLARA LUZ

Nesse livro, o professor Fernandes apresenta, de maneira muito didática, as bases conceituais da ADM. Embora essa obra não esteja

entre as mais populares sobre o assunto, sem dúvida, é um excelente começo, por conta da maneira clara e fácil que os principais conceitos dessa teoria são apresentados. Por conta disso, indico-o como primeira leitura para aqueles que queiram continuar seus estudos na ADM.

INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO DISCURSO – HELENA H. NAGAMINE BRANDÃO – UNICAMP

Livro também muito didático sobre o tema. Possui o diferencial de apresentar a análise do discurso a partir de uma perspectiva mais ampla, não se limitando aos postulados da ADM. Além de trabalhar alguns conceitos de Pêcheux, apresenta também outras abordagens de estudos discursivos, tais como as perspectivas de Bakhtin, Ducrot e Foucault. Perceber essa abrangência será fundamental para que o leitor compreenda os princípios fundamentais da análise do discurso de maneira mais ampla.

ANÁLISE DE DISCURSO: PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS – ENI P. ORLANDI – PONTES

Esse é considerado por muitos o livro base para aqueles que desejam iniciar seus estudos na ADM. Ele é escrito por Orlandi, uma das principais representantes dessa perspectiva teórica no Brasil, sendo também a responsável por trazer esse campo de estudos para o país. Nessa obra, ela consegue ser didática sem deixar de utilizar linguagem acadêmica. Explica os principais conceitos da teoria pecheutiana, bem como os mecanismos de análise. É leitura obrigatória para quem deseja compreender, de maneira mais técnica, os princípios e procedimentos da ADM.

POR UMA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO – FRANÇOISE GADET E TONY HAK – UNICAMP

Considerada uma das obras mais importantes sobre o tema aqui no Brasil. Nela, encontramos os principais textos do fundador da ADM, organizados de forma cronológica, a fim de demonstrar o desenvolvimento histórico de suas abordagens. É um livro técnico, uma vez que é nele que encontraremos o próprio Pêcheux apresentando sua teoria, explicando o desenvolvimento dos principais conceitos, bem como seus métodos de análise. Para compreendê-lo bem, o ideal é que o leitor já possua bagagem suficiente sobre o tema. Todavia, como é uma fonte primária, é leitura obrigatória para quem deseja aprofundar-se na abordagem materialista do discurso.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa: Martins Fontes, 1970.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 3. ed. revista. São Paulo: Moderna, 2007.

BRANDÃO, H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Unicamp, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise & HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1997. p. 11-38.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. *In*: ORLANDI, Eni Puccineli (Org.). *Discurso e textualidade*. Campinas: 2. ed. Pontes, 2010. p. 33-80.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina (Orgs.). *Introdução a Linguística: domínios e fronteiras*. vol. 2. 8. ed. São Paulo: Cortez editora, 2012. p. 113-165.

ORLANDI, Eni Puccineli. Análise de discurso. *In*: ORLANDI, Eni Puccineli; LAGAZZI, Suzy (Orgs.). *Discurso e Textualidade*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2010. p. 11-31.

ORLANDI, Eni Puccineli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD 69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1997a. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1997b. p. 159-250.

PÊCHEUX, Michel. Apresentação da Análise automática do discurso (1982). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1997c. p. 251-280.

PÊCHEUX, Michel. A Análise do Discurso: Três Épocas (1983). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1997d. p. 307-315.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. *In*: AC HARD, Pierre [et al.]. *Papel da Memória*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999. p. 49 -57.

SANTOS, Sônia Sueli Berti. Pêcheux. *In*: OLIVEIRA, Luciana A. (Org.). *Estudos Discursivos: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 209-233.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Bliksten. 34. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, José Otacílio da. Althusser. *In*: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola editorial, 2013. p. 71-100.

3

Bougleux Bonjardim da Silva Carmo

TEXTO E SUBJETIVIDADE: FACES (IN) DISSOCIÁVEIS?

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.120.81-123

Resumo:

O legado epistemológico da linguística saussuriana assentou-se na investigação dos aspectos formais da langue como objeto ideal, exterior e coercitivo, resultando no deslocamento do sujeito para fora do sistema linguístico. Diante disso, o objetivo deste texto é refletir nas perspectivas teóricas enunciativas e interacionistas que reinstauram a subjetividade e o sujeito na linguagem para análise dos processos de subjetivação na escrita em diferentes gêneros textuais. A presente discussão mostra como tais linhas estabelecem a presença do sujeito na estruturação semiológica da língua, bem como a assunção da ideologia na constituição intersubjetiva da comunicação, além da emergência de uma semântica do sujeito que permeia a polifonia-ato-acontecimento discursivo. Nesse contexto, diferentes estratégias são mobilizadas nas práticas de escrita dando relevo ao sujeito concreto que enuncia. Portanto, é nesse processo de escolhas e posições de autoria que o texto se configura em um evento comunicativo intersubjetivo e dialógico atravessado pelas constringências sociais, culturais e históricas.

Palavras-chave:

Autoria; Escrita; Gênero Textual; Linguística da Enunciação; Subjetivação.

INTRODUÇÃO - PARA COMEÇO DE CONVERSA

A assertiva do poeta lisboeta coloca no centro deste texto a problemática do sujeito, categoria ora pensada pela racionalidade helênica e presente nas narrativas fundadoras do pensamento ocidental². Seria o ser empírico, que fala e escreve, dono de seu dizer e com ele plenamente identificado? Estaria esse ser histórico – que caminha no mundo, age, produz e sofre – materializado na/ pela/com a linguagem de forma transparente? Ou ainda, pode esse ser suplantar o seu dizer e fazer-se outra coisa no seu dito? Quem é esse sujeito que, depois de falar e escrever, mantém-se no decurso do discurso e da história? Reza o Gênesis bíblico, como é sabido pela doxa judaico-cristã ocidental, que o verbo se fez carne. Sendo assim, a palavra como um dito-escrito pode ser pensada como corpo, divinizada ou imiscuída com as diferentes dimensões sociais, culturais e políticas que fazem do ser humano o que ele é. Assim como, na esteira do pensamento de Fiorin (1996), tê-la em sua condição mítica, pois “o mito é uma explicação das origens do homem, do mundo, da linguagem; explica o sentido, da vida, a morte, a dor, a condição humana” (FIORIN, 1996, p. 10). Portanto, quando Fernando Pessoa escreve, inscreve-se a si naquilo que diz e, por isso, importa interrogar o lugar do sujeito na linguagem.

Explorando ainda a mítica da linguagem e da escrita, não seria absurdo pensar a inscrição do sujeito no dito-escrito como espraiamento e apropriação da divindade pelo ser vivente, pois, assim como Moisés se faz autoridade por mediar a voz do Criador para os homens perambulantes no deserto do Sinai, o grande deus Toth³,

- 2 Para uma historicização desse processo, vide D'AMBROS, B. R. A noção de sujeito na lírica e na tragédia grega e o nascimento da filosofia. *Mosaico Social*, v. 7, p. 110-120, 2014.
- 3 Baseado no texto de Daniel Silva, disponível em: <https://www.mitografias.com.br/2016/05/toth-e-a-invencao-da-escrita/>. Acesso em: 05 jun. 2019.

dominador das artes e do raciocínio, pensa e cria a escrita para captar as imagens fugidias da memória e da criação, entregando ao deus Rá o poder de sua invenção: a escrita hieroglífica (LIRA, 2015). Com isso, a sabedoria se tornaria refém da memória e esta, por sua vez, da escrita. Na mítica dos antigos egípcios, poder escrever/inscrever seria a garantia de manter incólume suas glórias e sabedorias, isto é, inscrever a ordem dos significantes como forma de impedir a elisão cultural (LIRA, 2015, p. 25). Dessa forma, ao que parece, o dito-escrito, em suas diferentes materialidades, vem a ser uma forma de “escutar com os olhos”, conforme a metáfora de Chartier (2010), para dizer que o ser humano vem ampliando os limites de seu dizer, criando diferentes vínculos entre a escritura e os objetos, entre o códex e as formas de inscrição de si na história.

O que se mostra, pois, é a marcação do sujeito no seu dizer e os efeitos desse processo no mundo social, histórico e cultural. Não obstante, agora se afastando desse preâmbulo mítico, mas entendendo que o mito alimenta a Ciência (FIORIN, 1996), convém marcar o espaço da Linguística e suas investigações no que se refere ao sujeito e à subjetividade. Com efeito, o legado epistemológico da linguística estrutural saussuriana assentou-se no descolamento da investigação sobre os aspectos formais da *langue* e, por conseguinte, construiu um edifício teórico-positivista, conforme defende Sobrinho (2013), no qual o sujeito da atividade linguística concreta foi apartado do sistema linguístico, por sua vez, posicionado como objeto ideal, exterior e coercitivo, posto a língua ser vista como um produto da coletividade, um produto *sui generis* ou uma convenção social (SOBRINHO, 2013). Todavia, é a partir do recorte saussuriano que os (as) linguistas passam a pensar a reinserção do sujeito na linguagem.

Esse processo de reinserção instaura diferentes paradigmas para a compreensão da subjetividade e do sujeito e, com isso, se não retira, ao menos propõe novas formas de circunscrever a investigação

sobre essa categoria, já que as noções de sujeito e subjetividade estão no bojo das reflexões filosóficas desde o pensamento ocidental clássico. Diante disso, o objetivo aqui é refletir nas perspectivas teóricas linguísticas que reinstauram a subjetividade e o sujeito na linguagem. Para tanto, estabelecendo um breve panorama conceitual, a presente abordagem se ancora nas linhas enunciativas e interacionistas dos estudos linguísticos, nomeadamente consoante os postulados de Émile Benveniste, Mikhail Bakhtin, Oswald Ducrot e Jacqueline Althier-Revuz, para análise dos processos de subjetivação na escrita.

Apesar da diversidade de perspectivas que se mostram pelos (as) autores (as) supracitados (as), trata-se, pois, uma abordagem introdutória. Sendo assim, urge esclarecer que a seleção dos (as) pesquisadores (as) que ancoram o trabalho, se por um lado estabelece um panorama da variedade de postulados, por outro precisa deixar de lado um quantitativo substancial de autores (as), leituras e pesquisas. Em todo caso, deve servir para uma apreciação geral de como a Linguística investiga o sujeito e, ao mesmo tempo, abrir caminho para estabelecer outras relações, a partir do presente recorte, com outras epistemologias e Ciências. Em consequência, o presente texto deve ser tomado como um esforço de concatenação entre diferentes paradigmas, mas que não encerra e nem pode dar conta da complexidade e variedade conceitual das linhas em questão. Sob esse prisma, trata-se também de um esforço em explanar acerca de uma categoria complexa e entrelaçada a tantas outras nos estudos da linguagem, porém aqui recortada apenas como efeito de uma leitura didática para a construção de uma cartografia do sujeito sob o olhar da Linguística.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem é de cunho bibliográfico e descritivo. Não há a pretensão de se fazer um balanço do estado da arte sobre o recorte da subjetividade na escrita, senão refletir sobre ela em uma perspectiva enunciativo-interacionista e discursiva

fazendo uso de textos ilustrativos em diferentes gêneros e esferas de circulação. Para tanto, constituiu-se um *corpus* com dois gêneros textuais, a saber: a) editoriais jornalísticos, descritos e analisados por Marchesani (2008); b) artigos científicos publicados em anais de eventos (MENDES; SILVA; SILVA, 2017) com o apoio descritivo do gênero artigo científico com base em Santos (2014). Deste *corpus* são retiradas e analisadas amostras que ilustrem as principais categorias, modos de inscrição do sujeito e estratégias de (des)subjetivação.

Para Dallari (1996),

o termo sujeito aparece nos trabalhos linguísticos sem se apresentar e sem dizer a que veio, ao contrário de outros termos técnicos – como morfema, discurso, dêitico – que apareceram acompanhados por uma densa explicação, caracterização, ilustração e justificação (DALLARI, 1996, p. 1).

Por tal motivo, o presente capítulo vigora em contribuir para um sobrevoo focalizado nessa questão e, ao mesmo tempo, evidenciar tanto os avanços quanto algumas das lacunas existentes no debate sobre subjetividade e subjetivação na produção escrita. Nessa perspectiva, a proposta se faz necessária por estimular e considerar a importância da atualização dos diferentes conceitos que respaldam cada paradigma, com fins à problematização e inter-relação desses postulados para o avanço das Ciências da Linguagem e da própria condição do ser humano como ser social. Dessa forma, vigora em contribuir para a compreensão da linguagem como um todo e não somente para os estudos linguísticos.

LINGUAGEM E O LUGAR DO SUJEITO: PERSPECTIVAS LINGUÍSTICAS

Nesta seção, importa explicar acerca dos diferentes campos e linhas de investigação linguística, nos quais a noção de sujeito é retomada como categoria epistemológica constitutiva, de forma específica, em uma perspectiva enunciativa e discursiva. Para tanto, a sequência e organização retórica dessa explanação ancora-se, ao menos em parte, na linearização presente em Flores e Teixeira (2010). De início, vale considerar que a noção de sujeito se coloca como um “conceito difuso, que se presta a muitos entendimentos diferentes, ‘sujeito’ é um termo que encontrou seu uso pleno na Linguística anterior e independentemente de uma definição e conceituação precisas” (DALLARI, 1996, p. 1). Sendo assim, consoante Dallari (1996), interessa mais a concatenação conceitual dessa categoria, bem como os modos de compreensão e instauração da subjetividade na/pela/com linguagem, consoante suas especificidades e respectivos “ambientes” teórico-metodológicos.

Nesse âmbito, questionar o estatuto da categoria sujeito é de suma importância, tendo em conta que uma extensa tradição filosófica que o identifica como uma entidade empírica, racional e existente como expressão, efeito e substância de um conjunto de predicados. Do ponto de vista histórico, vale destacar que “havia um conceito de sujeito em curso mais ou menos preciso, na época de Saussure. Tratava-se de uma entidade identificada com uma cultura nacional ou regional, reconhecível por sua língua, por seus costumes, por suas crenças” (DALLARI, 1996, p. 43). Como relembram Flores e Teixeira (2010), importa considerar a heterogeneidade dos “objetos” de investigação, bem como não adotar modelos constituídos aprioristicamente e, por isso, “as marcas de enunciação no enunciado têm a especificidade de remeter à instância em que tais enunciados são produzidos, fazendo irromper o sujeito da enunciação” (FLORES; TEIXEIRA, 2010, p. 12).

O falante no estruturalismo saussuriano

Como é sabido, foi no seu Curso de Linguística Geral, ministrado entre 1907 e 1911, publicado postumamente em 1916 por seus discípulos mais destacados Charles Bally e Albert Sechehaye, que Saussure não só instaurou uma profunda mudança no estatuto científico dos estudos da linguagem em relação aos estudos comparativistas, filológicos e neogramáticos, como influenciou significativamente as Ciências Humanas no século XX. De partida, Saussure (2012), ao instituir a Linguística, postula seu objeto – a língua – como “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2012, p. 17). É, dessa maneira, um fenômeno heteróclito ao mesmo tempo fisiológico, psíquico e físico, de difícil unidade, ao passo que é individual e social, pois “é um todo por si e um princípio de classificação”, isto é, convencional e adquirida (SAUSSURE, 2012, p. 17).

Ao buscar o lugar da língua nos fatos da linguagem, o linguista genebrino postula que se trata de

um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro, pois a língua não está completa em nenhuma, e só na massa ela existe de modo completo (SAUSSURE, 2012, p. 21).

Assim, delimitam-se importantes dicotomias, dentre elas a *langue* / *parole*, sendo a *langue* o estudo da língua em seus aspectos imanentes, relacionais, como instituição social e ao mesmo tempo virtual-psíquica. A *langue* é o objeto de estudo da Linguística – é o que garante a circunscrição científica da ciência linguística – enquanto a *parole* – a fala individual, dinâmica e que move ou muda os hábitos

linguísticos – estaria excluída das investigações diacrônicas e sincrônicas da Linguística Geral (SAUSSURE, 2012).

Mesmo considerando que a língua também é social, que a fala insere a mudança nos hábitos linguísticos, bem como dos sons como parte do sistema fonético-fonológico produzidos pela condição psicofisiológica do ser humano, para Saussure (2012), importa “localizar algo comum para se fazer ciência e que possa também dar conta da articulação linguística” (ARAÚJO, 2004, p. 29). Isto é, a questão da estrutura que permite a articulação das palavras em um circuito comunicativo e, dessa forma, a linguística da fala do indivíduo não é priorizada. É, na verdade, fundamental evidenciar esses postulados saussurianos, uma vez que diversos linguistas, precipuamente, Émile Benveniste (1988; 2005), Oswald Ducrot (1987), Jacqueline Authier-Revuz (1998; 2004) e Marion Carel (1999; 2011; 2017) vão ressignificar, reapropriar e redimensionar inúmeros elementos do estruturalismo, isto é, nele mantendo-se, mas inserindo novos paradigmas. Nesse contexto, Dallari (1996, p. 03) sinaliza para a problemática de se “nomear a voz que manifesta a linguagem” e, para tanto, urge interrogar a presença do sujeito nas investigações imanentistas da estrutura linguística.

Nessa acepção, o falante é essa voz, uma vez que, para Saussure (2012), importa considerar a Linguística da Língua / Linguística da Fala, colocando a primeira como objeto de estudo científico. Contudo, explana como a fala se manifesta na coletividade, postulando que “é a soma do que as pessoas dizem, e compreende: a) combinações individuais, dependentes da vontade dos que falam; b) atos de fonação igualmente voluntários necessários para a execução dessas combinações” (SAUSSURE, 2012, p. 28). Ferdinand de Saussure não vê aspectos coletivos na fala e pensa sua manifestação como apenas da ordem do individual e momentâneo. O lugar de sujeito no Estruturalismo, conforme Dallari (1996), “era ocupado pelo ‘falante’”. Mais exatamente, o ‘falante ideal’ era ou é um indivíduo virtual que

detinha todo o conhecimento de uma língua qualquer” (DALLARI, 1996, p. 3) – falante como termo técnico.

Faz-se necessário lembrar que o sujeito é objeto de especulação filosófica na tradição ocidental, bem como as linhas sociológicas, psicanalíticas e históricas, para citar algumas que redimensionam, cada uma a seu modo, o estatuto da linguagem, da fala, da escrita etc. como um todo. Nesse contexto, a Linguística busca (re)territorializar-se, em uma tentativa de circunscrever seus objetos ou trazer para si o que estava, de alguma forma, sob a alçada da filosofia da linguagem (AUSTIN, 1990; BOURDIEU, 2008; FOUCAULT, 2008a; 2008b; LACAN, 1998; PÊCHEUX, 1988). De todo modo, consoante Dallari (1996), é na superação do estruturalismo que a noção de falante/sujeito é problematizada e reinserida, passando a vigorar como questão central na compreensão da linguagem.

A subjetividade aparelhada na enunciação: a perspectiva de Émile Benveniste

Considerando o contexto histórico e epistemológico do formalismo dominante na investigação estruturalista na primeira metade do século XX, Émile Benveniste é o pioneiro na revisão e reinscrição de inúmeros conceitos e postulados do estruturalismo saussuriano mediante a publicação do primeiro volume de *Problèmes de linguistique générale* – Problemas de Linguística Geral em português (BENVENISTE, 2005) em meados da década de 60 e, consoante Dallari (1996), foi o primeiro a valer-se do termo *sujeito* e dar a ele um estatuto epistemológico, uma inscrição, em grande medida, afastado da tradição filosófica. É também quem institui a Linguística da Enunciação que, apesar de inserir-se no paradigma estrutural, rompe com o formalismo apriorístico para “incluir no objeto da linguística questões como subjetividade, referência, dêixis,

contexto, modalização, entre outras” (FLORES; TEIXEIRA, 2010, p. 12). Por conseguinte, a perspectiva benvenistiana quer depreender do sistema linguístico o aspecto do uso ou emprego da língua e, sendo assim, “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82). O linguista francês circunscreve o estudo do discurso como produção na enunciação, o ato de enunciar e não propriamente o texto enunciado, isto é, importa a mobilização da língua como instrumento, ou melhor, da conversão da língua em discurso e, por consequência, para longe da formalização das estruturas sintáticas, importa a *semantização da língua*, que, antes de sua utilização, é só possibilidade (BENVENISTE, 1989).

É, justamente, no ponto da passagem da possibilidade para o ato, que o sujeito empírico é alçado à condição de *locutor*. É na Linguística da Enunciação que o locutor se inscreve como a posição de sujeito no discurso, enquanto efeito de apropriação da língua, mediante seu aparelho formal, isto é, índices e procedimentos específicos para fazer funcionar a enunciação e o discurso que emana do locutor (BENVENISTE, 1989). Pela enunciação, portanto, tanto o sujeito quanto os efeitos do contexto são inseridos no processo e, nessa direção, a subjetividade é colocada como objeto da Linguística, ou seja, “o *homem na língua*. Esta é a inovação de seu pensamento: supor o sujeito e estrutura articulados” (FLORES; TEIXEIRA, 2010, p. 30).

Trata-se de uma proposta de sujeito que “compreende as relações que o sujeito (falante/locutor) mantém com o contexto situacional de comunicação em que se encontra; abrange, sobretudo, os procedimentos de discursivização” (VARGAS, 2008, p. 134). Por consequência, o locutor mobiliza os recursos linguísticos necessários para empreender seu projeto de dizer, por meio de um jogo de formas funcionais e, por conseguinte,

centro de referência interno (BENVENISTE, 1989, p. 84). o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um

Se, por um lado, os pressupostos benvenistianos se direcionam para o processo de apropriação da língua pelo locutor, em um processo de significação que engloba referências aos interlocutores e atribuição de sentido às palavras (FLORES; TEIXEIRA, 2010) e não propriamente ao conteúdo do texto enunciado, este só se produz em referência ao locutor, isto é, tudo no discurso gravita em torno da posição de sujeito construída na enunciação. Igualmente, “o *eu* do código pertence a todo mundo, mas falar é apropriar-se dele, é organizar o discurso em torno do eu/aqui/agora” (BRANDÃO, 2001, p. 61) e, por isso,

o locutor cuja subjetividade se funda no exercício da língua, na sua ação discursiva e que se dá a conhecer através das marcas linguísticas de sua inscrição no enunciado, testemunhas objetivas de sua identidade (BRANDÃO, 2001, p. 61).

Por essa razão, a análise enunciativa fornece um substancial conjunto de instrumentos para criar ou localizar o sujeito no discurso. Esse conjunto de índices pode, *grosso modo*, localizar-se nas categorias de pessoa, tempo e espaço (BENVENISTE, 1989; FIORIN, 1996).

Em virtude dos limites deste texto, discorreremos sucintamente quanto à categoria de pessoa, mesmo considerando que as demais também, em maior ou menor grau, marcam a subjetividade e a inscrição do locutor na enunciação. Nesses termos, como postula Benveniste (2005) “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 2005, p. 284). Com isso, o linguista francês pensa o sujeito como posição subjetiva do locutor que é determinado pelo

status linguístico de “pessoa”. Para tanto, sua exposição se inicia pelos pronomes pessoais como revelação da subjetividade, em uma relação estatuída entre o *eu* e o *tu*, ou seja, toda a referencialidade, dêixis e grande parte da organização temporal da enunciação gira em torno dessa intersubjetividade que parte do *ego*, posto que “a linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas” (BENVENISTE, 2005, p. 289).

Fiorin (1996) explicita as várias instanciações da categoria *pessoa* como um processo de actorialização do locutor em suas diferentes marcações de posição enunciativa. A *pessoa demarcada* encontra, no caso do português brasileiro, nos pronomes pessoais retos e oblíquos, nos adjetivos possessivos e nos pronomes possessivos diferentes relações de demarcação. Essa categoria pode se multiplicar por meio da polifonia concernente à “relação entre os diferentes centros discursivos presentes no texto” (FIORIN, 1996, p. 62), ou seja, as várias vozes no interior do discurso. Não se trata, pois, do ser empírico ou real, mas da instauração do autor-implícito, pois “o autor e o leitor reais pertencem não ao texto, mas ao mundo. O autor e o leitor implícitos pertencem ao texto” (FIORIN, 1996, p. 62). Não se trata de uma identificação estrita, mas de níveis de hierarquização das posições subjetivas no discurso que pressupõem o destinador-destinatário, enunciador-enunciatário, interlocutor-interlocutário, narrador-narratário, em suma, diferentes actantes do enunciado a exhibir-se mediante hierarquias de debreagens que podem criar efeitos variados de subjetividade e objetividade (FIORIN, 1996).

O sujeito e o outro no dialogismo e na polifonia interdiscursiva de Mikhail Bakhtin

Como visto, Benveniste (1989; 2005) institui uma tradição de investigação enunciativa que, a rigor, não prescinde do estruturalismo. Paralelamente a essa tradição, por meio de inúmeras publicações em meados do século XX, a partir da filosofia da linguagem como lugar epistemológico, Mikhail Bakhtin e seu círculo engendram um campo conceitual e um *modus operandi* da investigação linguística radicalmente distanciado tanto do subjetivismo individualista quanto do objetivismo formalista abstrato, ou seja, de tradições que viam na linguagem ou como expressão de um psicologismo empirista ou, na antítese, em sua condição de sistema lógico-racional e formal (BAKHTIN, 2014). A proposta bakhtiniana centra-se na confluência de uma releitura e aplicação dos pressupostos marxistas relacionados à ideologia, à luta de classes, às relações materiais de produção e poder. Nas palavras do autor, “a filosofia marxista da linguagem deve justamente colocar como base de sua doutrina a enunciação como realidade da linguagem e como estrutura socioideológica” (BAKHTIN, 2014, p. 131). Em decorrência, a emergência do signo só pode se efetivar em sua historicidade, ou melhor, “a concretização da palavra só é possível com a inclusão dessa palavra no contexto histórico real de sua realização primitiva” (BAKHTIN, 2014, p. 107). Dessa forma, o monologismo enunciativo pensado pelo formalismo estruturalista só pode ser ressignificado por uma semântica que se vale da dialética, histórica e contextualmente posta.

Isso quer dizer que a enunciação como pensada no objetivismo abstrato pressupõe uma língua acabada, contudo “os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada, eles penetram na corrente da comunicação verbal” (BAKHTIN, 2014, p. 111). Sendo assim, nem mesmo a fala tomada a partir “das condições da vida psíquica individual

do sujeito falante" (BAKHTIN, 2014, p. 113), conforme Bakhtin (2014), pode dar conta da compreensão da enunciação, da língua viva e em evolução e, por tais motivos, a enunciação é de natureza social. Essa natureza exhibe a face dupla da palavra: uma alteridade pressuposta, na qual o que se emite se faz para outrem – o auditório social e, assim, não se presume uma forma-sujeito apriorística e universal, mas sua constituição na palavra, no signo ideológico *sui generis* e essencialmente social e histórico, porquanto “a própria realização deste signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais” (BAKHTIN, 2014, p. 117). Assim, enunciação é interação verbal histórica, viva, ideológica e contextualmente constituída e estruturada, já que a estilística evidencia o sujeito e sua constituição verbal e visceralmente social.

Diante desses postulados, para o pensador russo, toda atividade mental, linguística e interacional é semioticamente constituída, ao passo que toda orientação enunciativa pressupõe um outro, um auditório ideológico, um “para quem se dirige”. Esse outro direciona as formas de expressão e, por isso “o centro da organização de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo” (BAKHTIN, 2014, p. 125). Assim mesmo, nem a *parole* saussuriana nem o ato de fala, para esse filósofo, são da ordem do individual, mas do social, constitutivos da interação verbal. Logo, a significação só se opera pela união de interlocutores, em um processo dialético, ativo e responsivo, em suma, em um quadro dialógico da enunciação (BAKHTIN, 2014).

No que diz respeito ao dialogismo, os interlocutores em uma dada situação concreta ou mesmo um locutor enunciando solitariamente – ainda assim tendo internamente a assunção de um auditório ideológico e social – só podem significar compreensivamente. Daí a intersubjetividade, já que o processo semântico depende da integração do “acento apreciativo ao sentido, ou seja, vê a orientação

apreciativa como constitutiva da enunciação” (FLORES; TEIXEIRA, 2010, p. 52). Nesses termos, o enunciado é sempre concretização dos elementos formais, pois fazem referência ao sujeito que enuncia, isto é, o espaço dialógico da enunciação pressupõe o jogo de vozes sociais, de alternância de sujeitos que enunciam, da circunscrição dos elementos sociais que estruturam a interação como um todo (FLORES; TEIXEIRA, 2010).

Se, para Flores e Teixeira (2010), o estruturalismo saussuriano não legou espaço ao sujeito da comunicação e mesmo a enunciação na perspectiva benvenistiana ainda pressupõe uma forma-sujeito ideal só acionado pelo locutor em posições actanciais pelo aparelho formal da enunciação e do ato individual de apropriação da língua, coube, então, ao pensamento bakhtiniano e de seu círculo reinserir o eixo *dialogismo-subjetividade-enunciação* como instâncias da concretude da comunicação, das trocas linguísticas essencialmente ideológicas e da manifestação empírica e histórica da alteridade e, nesse contexto, as diferentes vozes sociais vão se inscrevendo e se reinscrevendo na dinâmica mutável da polifonia porque “no dito coexiste o já-dito” (FLORES; TEIXEIRA, 2010, p. 59).

Quanto ao sujeito nesse ambiente epistemológico, segundo os referidos autores, deve ser visto na realidade comunicativa, dialogizado, posto que “só na comunicação efetiva é que o ‘eu’ se reconhece como alteridade” (FLORES; TEIXEIRA, 2010, p. 59), ou seja, é uma autoconsciência que depende do outro, a própria palavra é sempre também a palavra do outro, na condição de um atravessamento de discursos “constitutivo da própria língua, realizável por um jogo fronteiriço. Acena, também, para um atravessamento do sujeito pela alteridade da interlocução” (FLORES; TEIXEIRA, 2010, p. 59). Sob o prisma bakhtiniano, é no processo de interação verbal, na estabilização dos gêneros textuais e na estilística que esse sujeito se marca.

Sujeito, locutor e enunciador na polifonia argumentativa em Oswald Ducrot

Oswald Ducrot, que foi aluno de Émile Benveniste, inaugurou a *Semântica Pragmática* ou *Semântica Argumentativa*, que rompe com a semântica formal fregeana, ao passo que manteve o vínculo com o estruturalismo saussuriano, com a filosofia analítica e com os estudos investigativos da enunciação para, a partir desse marco epistemológico, determinar o processo de significação na estrutura linguística não reduzida ao estatuto de verdade/falsidade, senão pela consideração dos atos de fala como determinantes das relações intersubjetivas apoiados em uma pragmática integrada (FLORES; TEIXEIRA, 2010). Dessa forma, estabelece a Teoria da Argumentação na Língua – TAL, que se dividiu em fases – versão *Standard*, a Teoria dos *Topoi*, desenvolvida em parceria com Jean-Claude Anscombre (ANSCOMBRE; DUCROT, 1994) e a versão atual com a Teoria dos Blocos Semânticos, desenvolvida e continuada por Marion Carel (2011; 2017) e Lescano (2011) – estabelece a argumentação e a retórica como inscritas na língua por um conjunto de constrições estruturais – lexicais, nominais e verbais principalmente – que, vinculados por um *topos*, levam a determinadas conclusões (ANSCOMBRE; DUCROT, 1994).

Grosso modo, considera-se que a maioria dos enunciados portam elementos pragmáticos independentes do conteúdo informativo e, por meio dessa pragmática integrada, conceitos como *escala argumentativa*, *pressuposição*, *encadeamento*, *modificadores (des) realizantes*, *formas tópicas*, *operadores argumentativos*, dentre outros, estatuem a língua como essencialmente argumentativa (ANSCOMBRE; DUCROT, 1994; DUCROT, 1987). Nas palavras do próprio Oswald Ducrot em entrevista concedida à Moura (1998):

a ideia geral que domina todo o meu trabalho é a percepção de que a língua (mais precisamente, deveríamos falar em discurso)

não pode ser reduzida à função informativa e que as frases da língua comportam, semanticamente, elementos que não equivalem às condições de verdade (MOURA, 1998, p. 173).

Nesse sentido, para esse linguista, qualquer expressão enunciada importa menos pela função de referenciação ou de designação e mais pelas condições que a estrutura enunciativa permite ou não para a continuação do discurso a partir de dada expressão (MOURA, 1998).

É nesse quadro que, para determinar uma teoria semântico-pragmática da enunciação, o estatuto do sujeito é ressignificado por Ducrot (1987), tomando a noção de polifonia bakhtiniana e, ao mesmo tempo, refutando a premissa de unicidade do sujeito. Ducrot (1987) reconsidera a polifonia como sendo um processo semântico interno ao enunciado e não da ordem do encadeamento discursivo. Tal como afirma Carel (2011), há a polifonia semântica e a polifonia intertextual. Assim, “quando a polifonia é semântica, a alusão a vários conteúdos é prefigurada na significação da frase enunciada e o locutor toma posição em relação a esses conteúdos” (CAREL, 2011, p. 28) e na intertextual “a alusão a vários conteúdos decorre do fato de que o conjunto de palavras faz alusão a um conjunto passado, e o locutor toma somente posição em relação ao conteúdo composicional do conjunto novo” (CAREL, 2011, p. 28). Logo, o conceito transita tanto na ordem dos encadeamentos – “no dito coexiste o já-dito”, conforme já mencionado – como na ordem da estrutura mesma do enunciado, consoante abordagem semântico-pragmática que diz respeito “à ação humana realizada pela linguagem, indicando suas condições e seu alcance” (DUCROT, 1987, p. 163).

Para dar conta disso, Oswald Ducrot diferencia os papéis do sujeito empírico, do locutor e do enunciadador para esboçar sua teoria polifônica da enunciação (CABRAL, 2013; DUCROT, 1987). Assim, a enunciação é o aparecimento ou acontecimento histórico de um enunciado e, para sua compreensão, é preciso distinguir a

frase, como entidade teórico-abstrata e da qual se pode caracterizar semanticamente o processo de significação – de enunciado, manifestação singular da frase *hic et nunc* da frase e do qual se pode caracterizar semanticamente o sentido. Assim, o sujeito empírico não se identifica necessariamente com locutor, pois “o sujeito empírico é o autor, o produtor do enunciado. Trata-se de pessoa que efetivamente produziu o texto do enunciado [...] o locutor é o responsável pela enunciação e pelo enunciado; é aquele que se inscreve [...] é uma entidade linguística” (CABRAL, 2013, p. 204, grifos nossos).

Na perspectiva ducrotiana, o sujeito empírico não é objeto de investigação enunciativa, mas sim o locutor, como entidade linguística, “um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado” (DUCROT, 1987, p. 182). Essa responsabilização permite o locutor assumir diferentes posições enunciativas e, por isso, evocar diferentes enunciadore, pois “o enunciadore corresponde a pontos de vista relativos aos conteúdos expressos no enunciado” (CABRAL, 2013, p. 205). Esses elementos em relação à posição que se assume ao conteúdo da enunciação são os que, portanto, delimitam a polifonia semântica em relação à intertextual, sendo, conforme Carel (2011), “uma origem linguística no caso da polifonia semântica, uma origem histórica no caso da polifonia intertextual” (CAREL, 2011, p. 31).

A subjetividade, em razão desses pressupostos, marca-se na enunciação pela posição desse ente do discurso (L) em relação ao sujeito empírico (λ) e na relação λ -L é que, justamente, constrói-se o *ethos* o qual, para Ducrot (1987), “está ligado a L, o locutor enquanto tal: é enquanto fonte da enunciação que ele se vê dotado de certos caracteres que, por contraponto, tornam esta enunciação aceitável ou desagradável” (DUCROT, 1987, p. 188). Os traços ou rasgos de subjetividade se mostram na estrutura enunciativa como um “tom”

que o locutor assume, a saber “o ‘tom’ é o modo de apresentação do conteúdo, independentemente da natureza da origem efetiva do conteúdo. Escolher um “tom” é adotar um tipo de voz, uma postura enunciativa (LESCANO, 2011, p. 88). Esse postulado aprofunda a noção de *ethos* ducrotiano, porquanto a “concepção de enunciador como tom permite ser mais exigente (ou mais preciso)” (LESCANO, 2011, p. 88), já que o conceito de tom de Locutor implica, segundo o referido autor, a construção direta do *ethos* que é colocado em jogo.

Com isso, as posições subjetivas podem ser melhor localizadas e “produzir um enunciado explicitamente ético. O enunciado que propõe um julgamento p num tom de Locutor constrói seu autor como um locutor-que-julga-que-p” (LESCANO, 2011, p. 88). Sendo assim, seguindo as premissas ducrotianas, mesmo que um enunciado apareça como ação de um único sujeito empírico/falante, o locutor do enunciado pode não estar identificado com ele, bem como as imagens que o enunciado faz da enunciação podem ser de diálogo, de troca ou de uma hierarquização de pontos de vista, já que o sujeito empírico é da ordem da experiência; e o locutor, uma ficção discursiva (DUCROT, 1987).

A heterogeneidade e opacidade do sujeito do dizer em Jacqueline Authier-Revuz

Assim como Oswald Ducrot, Jacqueline Authier-Revuz se opõe ao estatuto da unicidade do sujeito e insere-se nos estudos da enunciação entre os “herdeiros” do estruturalismo, na esteira de C. Bally, E. Benveniste e A. Culioli, ou seja, posiciona-se em um “neoe estruturalismo” que relaciona a língua e sua exterioridade (AUTHIER-REVUZ, 1998; FLORES; TEIXEIRA, 2010). Para tanto, a partir da Linguística, Jacqueline Authier-Revuz desenvolve, em inúmeros trabalhos, uma linha de investigação ancorada nas noções

centrais de *modalização autonímica e heterogeneidade enunciativa constitutiva* (AUTHIER-REVUZ, 1990; 1998; 2004 – dentre outros). Para tanto, propõe analisar esses elementos na própria ordem da língua, mas a entendendo como afetada por elementos exteriores, como pontuam Flores e Teixeira (2010), isto é, procura “o apoio e a ancoragem de duas abordagens não-linguísticas da heterogeneidade constitutiva da fala e do discurso: o dialogismo do círculo de Bakhtin e a psicanálise (através da leitura de Freud, marcada por Lacan)” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 22). Eis, portanto, a base epistemológica na qual se assentam suas pesquisas.

Na sua balizagem teórica, a pesquisadora busca dar conta das marcas de autorrepresentação do dizer do sujeito, em uma visada metaenunciativa que se desvela em um modo enunciativo desdobrado, ou seja, posições de sujeito que se marcam em um conjunto de formas e elementos da estruturação enunciativa caracterizadores dos diferentes modos de identidade/alteridade no discurso e na enunciação (AUTHIER-REVUZ, 1998). Daí a assunção do dialogismo bakhtiniano:

O lugar dado ao outro na perspectiva dialógica, mas um outro que não é nem o duplo de um frente a frente, nem mesmo o ‘diferente’, mas um outro que atravessa constitutivamente o um. É o princípio fundador – ou que deveria ser reconhecido como tal – da subjetividade (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 25).

Sob esse prisma, “o lugar ‘do outro discurso’ não é ao lado, mas no discurso. Isso posto como lei constitutiva do tecido de todo discurso, não é surpreendente que um campo tenha, de maneira privilegiada, suscitado o interesse do grupo de Bakhtin” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 37). Em suma, uma perspectiva intersubjetiva da enunciação que dissolve a noção de transparência do sujeito.

No caso, formas do tipo *eu digo X, X, como se diz, o que se diz de X, eu diria X, X ou Y, X que*, além do emprego de formas tipográficas, estruturas sintáticas sucessivas (*X, digo X*), incisos, referências factuais

– *X, digo a palavra Y* – e tantas outras formas, conforme Authier-Revuz (1998), marcam a modalização autonímica os deslizamentos das posições metaenunciativas do sujeito no dizer e evidenciam a opacidade da linguagem, ou seja, as não-coincidências do dizer (AUTHIER-REVUZ, 1998) e a posição dialógica e constitutivamente heterogênea do sujeito, do “um”, uma vez que “visando à compreensão de seu interlocutor, o locutor integra, pois, na produção de seu discurso, uma imagem do ‘outro discurso’, aquele que ele empresta a seu interlocutor” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 42).

O sujeito nessa perspectiva não é tomado como um ser individual, mas que partilha do inconsciente na linguagem, um sujeito dividido e que não é todo dono de sua intencionalidade, mas é efeito de linguagem e de seus tropeços e, por isso

um outro questionamento sobre a unicidade significativa da cadeia linear é o que a psicanálise impõe; inevitável nos textos de Freud, ela é apoiada na teoria de Saussure, explicitada nas leituras lacanianas de Freud (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 48).

Da psicanálise, a autora assume o sujeito como constituído no imaginário, já que a alteridade é radical e atrela-se à sua inserção no mundo mediado pela cadeia de significantes que o constitui (FLORES; TEIXEIRA, 2010).

Para a análise de textos, a perspectiva instaurada por Authier-Revuz (2004; 1998) fornece um conjunto substancial de categorias para a localização das posições de subjetividade no discurso, como fala-dito-escrito heterogêneo e que se denuncia. Por essa razão, “o trabalho psicanalítico consiste em fazer ressurgir conflitos esquecidos, demandas recalçadas – eventualmente portadores de sofrimentos – que agem, sem que o sujeito saiba, na sua vida presente” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 50). Isto é, na heterogeneidade da fala, “o discurso não se reduz a um dizer explícito, pois ele é permanentemente atravessado pelo seu avesso que é a pontuação do inconsciente”

(BRANDÃO, 2001, p. 68). Na prática, as estratégias de modalização autonímica e a heterogeneidade enunciativa são formas de o sujeito posicionar-se no mundo, no discurso, em relação ao que diz e ao outro, porquanto na “impossibilidade de fugir da heterogeneidade constitutiva da linguagem faz com que o sujeito, na sua ilusão de unidade e dominância, negocie com ela, explicitando a presença do outro através das marcas da heterogeneidade mostrada”, mas marcada no *fio do discurso* (BRANDÃO, 2001, p. 68).

Diferente de Ducrot (1987), que busca na categoria locutor uma inscrição no sistema linguístico para dar lugar ao sujeito falante, Authier-Revuz (1990; 1998; 2004) entende que o sujeito do inconsciente é esse que está no mundo sob os efeitos dos tropeços, avessos e reversos da linguagem, uma vez que esse sujeito só pode ter a ilusão de centralidade, centro que não existe forma de sua fantasmagoria e, por conseguinte, “não há um ‘discurso do inconsciente’ que lhe seja próprio. O inconsciente age no discurso ‘normal’” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 52). Por fim, importa ratificar que o sujeito e o discurso são multifacetados, mas isso “não implica diluição, apagamento desse sujeito, mas reconhecimento do outro como parâmetro, como complemento constitutivo da própria identidade” (BRANDÃO, 2001, p. 69).

ASPECTOS METODOLÓGICOS: GÊNEROS TEXTUAIS E POSIÇÕES SUBJETIVAS

Do Corpus e procedimentos adotados

O presente trabalho, para dar conta de demonstrar os diferentes modos de inscrição do sujeito e da subjetividade consoante os estudos

linguísticos, constituiu um *corpus* com dois gêneros textuais, a saber: o editorial e o artigo científico. A abordagem de Santos (2014) nos dá condições para a caracterização dos gêneros textuais da esfera científica – artigo e ensaio – quanto à composicional, elementos relativos à produção, circulação e recepção, conforme Bakhtin (2000), além da descrição que trata da argumentatividade e mecanismos enunciativos de modalização em gêneros científicos. Não obstante, ilustramos a discussão teórica apenas no gênero artigo científico, a partir da verificação da primeira parte dos Anais do X Congresso Internacional da ABRALIN organizados por Mendes, Silva e Silva (2017), composto por 50 artigos. Por sua vez, quanto ao gênero editorial, adota-se a descrição de Marchesani (2008) e Vieira (2009), que também adotam uma perspectiva bakhtiniana para estudo dos processos de produção, circulação e recepção desse gênero. Igualmente, Marchesani (2008) também apresenta uma descrição das marcas de subjetividade, modalização e argumentação nos gêneros da esfera jornalística. De qualquer modo, não é pretensão neste capítulo traçar uma caracterização esmiuçada dos gêneros textuais em questão, posto haver uma substancial literatura quanto a isso (MARCHESANI, 2008; VIEIRA, 2009), senão ilustrar como as práticas de escrita constroem a *démarche* enunciativa, isto é, escrever é enunciar (POSSENTI, 2008).

Do conjunto de textos presentes nas pesquisas supracitadas, são transcritos exemplos demonstrativos e ilustrativos das diferentes categorias atreladas às diferentes linhas linguísticas apresentadas na seção teórica como um todo. Os trechos transcritos do *corpus* são apresentados como sequências discursivas (SD) numeradas. Isso nos permite um olhar detido sobre estratégias específicas. De modo que são retiradas e analisadas as diferentes *marcas de subjetividade*, *posições de sujeito*, *heterogeneidade enunciativa*, *construção do ethos*, *glosas metadiscursivas*, *recursos tipográficos*, *modalização autonímica*, *estratégias pragmáticas de elocução*, dentre outros conceitos aventados pelas diferentes linhas linguísticas. Em todo caso,

para o aprofundamento desses conceitos e modos de análise, reporta-se, além dos trabalhos supracitados e os que ancoram este texto, às pesquisas seminais e representativas, por exemplo, de Amossy (2018), Authier-Revuz (1990; 1998; 2004), Anscombre e Ducrot (1994), Bakhtin (2000), Brait (2001), Ducrot (1987), Carel (1999; 2011; 2017), Fiorin (1996), Negroni (2008), e Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), que se coadunam, cada um(a) a seu modo, com uma das linhas apresentadas na seção teórica. As categorias são apresentadas em subseções específicas e ilustradas com os dois gêneros, embora não se possa pressupor que todas as categorias sejam encontradas na mesma proporção.

Gêneros textuais e os modos de incursão da subjetividade

Se por um lado as linhas teóricas aqui apresentadas têm em comum uma perspectiva enunciativa para instauração do sujeito na linguagem, convém destacar que Bakhtin (2000; 2014) não trata desse processo no nível imanente do sistema linguístico, mas sim no processo tanto da intertextualidade, tal como a noção intertextual de polifonia discriminada em Carel (2011), como na confluência dos elementos estilísticos mobilizados pelo sujeito na construção de seu discurso na interação verbal e comunicação como um todo, porque “o estilo está indissoluvelmente ligado ao enunciado e a formas típicas de enunciados, isto é, aos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2000, p. 283). Sob esse prisma, pode-se afirmar que há um *continuum* na relação entre estilo e gênero.

Sendo assim, o sujeito empírico se inscreve no discurso consoante as diferentes constrições sociais, históricas, institucionais, culturais e políticas que atravessam a estabilização dos enunciados, posto que “o estilo linguístico ou funcional nada mais é senão o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana”

(BAKHTIN, 2000, p. 283). Com efeito, o pensador russo postula que a individualidade se reflete na língua conforme as possibilidades de cada esfera e gênero e, por conseguinte, “na maioria dos gêneros do discurso (com exceção dos gêneros artístico-literários), o estilo individual não entra na intenção do enunciado, não serve exclusivamente às suas finalidades, sendo, por assim dizer, um epifenômeno, seu produto complementar” (BAKHTIN, 2000, p. 283).

Em uma visão retórico-argumentativa, o sujeito que produz seu discurso adapta seu texto ao auditório que pode ser presumido, universal, específico etc. (AMOSSY, 2018; PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996). Se Bakhtin (2000) entende que a produção de enunciados pressupõe a inter-relação em uma cadeia de produção de discursos na interação verbal, na qual cada discurso é construído sobre outros discursos, como posicionamentos sobre o já-dito, assim como uma atitude responsiva. Na perspectiva retórico-argumentativa, o produtor se adapta e mobiliza diferentes recursos para essa adaptação ao auditório pretendido. (AMOSSY, 2018; PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996). Logo, a imagem do auditório construída se inscreve na materialidade do texto, consoante as modalidades argumentativas e recursos retóricos que sinalizam a *instância do alocutário* no texto (AMOSSY, 2018, grifos nossos). Em suma, o produtor não só se adapta ao auditório pretendido, como o inscreve em seu discurso.

Sob essa ótica, tomando os gêneros *editorial*, *artigo de opinião* e *artigo científico*, é de se esperar que a subjetividade esteja inscrita considerando esse conjunto de elementos que atravessam a produção de cada gênero, a circulação desses textos nas diferentes esferas sociais, os modos de recepção e o auditório pretendido. Esses elementos, em contrapartida, não poderão ser descritos aqui, em virtude dos limites deste texto. Não obstante, a partir dessa caracterização geral, pode-se, então, ilustrar as estratégias de (des)subjetivação que se marcam na materialidade dos textos.

ESTRATÉGIAS DE SUBJETIVAÇÃO E DESSUBJETIVAÇÃO: ESCRITA, ENUNCIAÇÃO E AUTORIA

Estratégias no plano textual-discursivo: heterogeneidades e posições elocutivas

Negróni (2008), a partir das categorias em Authier-Revuz (1990; 1998), sintetiza as seguintes marcas de modalização autonímica e heterogeneidade enunciativa constitutiva relativa às categorias de *locutor-enunciador* e *alocutário-enunciatário*: a) *glosas metadiscursivas* e *recursos tipográficos*; b) *não-coincidência interlocutiva entre os coenunciadores*; c) *não-coincidência do discurso consigo mesmo*. Essas categorias sinalizam que a enunciação e a escrita são instâncias de conflito, nos quais quem diz deixa diferentes cicatrizes, ou seja, marcas de sua tentativa de evidenciar ou escamotear o *eu* e o *outro* em uma espécie de autorrepresentação opacificante (RICKES, 2002). Vejamos os excertos, respectivamente, nos editoriais e nos artigos científicos, seguindo a mesma sequência das categorias supracitadas.

Glosas metadiscursivas e recursos tipográficos

O uso das letras em tamanho capital e o uso das aspas podem ter efeitos discursivos subjetivos ou padronizados, conforme o estilo adotado. No caso das aspas, a marcação de atitudes do enunciador especificando um “modo de dizer questionável, relativo” (NEGRONI, 2008, p. 107), como nas sequências SD01-02, a seguir, retiradas dos editoriais:

SD01: os boxeadores Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara empenham-se agora em manifestar à imprensa de seu país o “*sincero arrependimento*” pela tentativa de “*deserção*” que protagonizaram, ao entrar em entendimentos com um empresário internacional (MARCHESANI, 2008, p. 109, grifo nosso).

SD02: Fizeram-no lançando duras críticas a Estados e municípios, muitos dos quais não alocam na saúde os recursos que lhes são constitucionalmente devidos. Confirma-se aqui o ditado popular: “*Em casa onde falta pão, todo mundo briga e ninguém tem razão*” (MARCHESANI, 2008, p. 110, grifo nosso).

As glosas, que correspondem às avaliações do que se coloca na enunciação (NEGRONI, 2008), podem ser construídas com citações diretas, como construção argumentativa ancorada na doxa, isto é, na adesão à crença comum (AMOSSY, 2018), tal como na escolha do dito popular para criar aproximação entre o fato e o que se pensa sobre ele mostrada na SD02 acima.

Nos artigos científicos, na busca pela objetividade e neutralização da subjetividade, geralmente pela estruturação enunciativa com estratégias de dessubjetivação (VIDON, 2003) e a construção do *ethos* científico (SANTOS, 2014), o uso das aspas vigora indicar tanto o reportar-se ao discurso alheio – com ou sem adoção/adesão – quanto a indicação de uma significação não recorrente assentada no interior de uma teoria, tal como os termos marcados com aspas simples na SD03:

SD03: O teórico apresenta dois tipos de procedimento [...]: a ‘*concentração no conteúdo*’, que se substantifica no levantamento de trabalhos teóricos voltados para a linguagem, e o ‘*direcionamento para o contexto*’, que se materializa na recorrência a elementos extralinguísticos. (MENDES; SILVA; SILVA, 2017, p. 53, grifo nosso).

SD04: “o que se pode dizer é que o que funciona na religião é a onipotência do silêncio divino.” (Orlandi, 2007, p. 28). *Essas considerações são importantes*, pois nos situam em um lugar

diferente do que se tem produzido em relação à leitura dos textos em diversas disciplinas de interpretação [...] (MENDES; SILVA; SILVA, 2007, p. 65, grifo nosso).

Nesse gênero acadêmico, é necessário reportar-se a outros pesquisadores, pois, em relação ao discurso citado, a subjetividade marca-se na atitude avaliativa sobre o dito, além da padronização com o uso das aspas, a literalidade das sequências, emprego de sintaxe específica, uso de verbos do dizer (NEGRONI, 2008), conforme vê-se no trecho em destaque da SD04 acima, no qual o autor avalia a fala citada e constrói uma glosa explicativa sobre sua posição.

Não-coincidência interlocutiva entre os coenunciadores

Para Authier-Revuz (1998), uma *não-coincidência interlocutiva* entre os coenunciadores tem relação com a condição de divisão psíquica na qual o sujeito se encontra, conforme pensado pela teoria psicanalítica que ancora o pensamento dessa linguista. Assim, tal categoria mostra que o emprego de determinadas construções ou palavras podem não corresponder necessariamente com quem enuncia ou ao interlocutor. Segundo Negroni (2008) “trata-se de glosas que indicam, quando aparecem de maneira explícita, o fato de que uma palavra, um sentido ou uma maneira de dizer não são necessariamente compartilhados pelos dois protagonistas da enunciação” (NEGRONI, 2008, p. 107). Nos editoriais, tal como na SD05 a seguir, os termos destacados indicam o não compartilhamento com o significado empregado, em uma atitude de desconfiança que se mostra pelo interdiscurso, isto é, os termos não se coadunariam com o que se espera, na posição avaliada e creditada pelo enunciador, em um determinado regime político:

SD05: Num ato típico de “*generosidade socialista*”, Fidel Castro assegura que os boxeadores estão sendo “*bem tratados*”. Já

divulgou, ademais, que terão encerrada a sua carreira esportiva: Fidel assim o quer. Irá garantir-lhes, entretanto, postos de trabalho “*decentes*”. (MARCHESANI, 2008, p. 109, grifo nosso).

SD06: *Digamos* que não se trate de renegar toda a ciência e os avanços do mundo moderno, mas simplesmente de impedir o sofrimento dos animais de experimentação. (MARCHESANI, 2008, p. 137, grifo nosso).

Em contrapartida, na sequência SD06 acima, o enunciador busca “instaurar uma enunciação conjunta” (NEGRONI, 2008, p. 109), para fazer valer sua própria posição, ao empregar um *verbo de elocução* – “*digamos*”. O mesmo verbo *dicendi* é utilizado no artigo científico, porém com outra posição subjetiva. Nesse caso, o enunciador procura adequar o discurso do outro ao seu, inserindo o termo “*avisada*” que não corresponde necessariamente à posição do outro, mas à avaliação do enunciador. Sendo assim, o sentido não é compartilhado:

SD07: através da análise discursiva, percebe-se como se dão as passagens do plano temporal para o plano espiritual e então temos uma leitura, *digamos, avisada*, de como o silêncio divino está passível de ser apropriado, ainda que por seus representantes (MENDES; SILVA; SILVA, 2017, p. 72, grifo nosso).

SD08: Assim, compartilhando do exposto por Cunha, Costa e Cezário (2015), *esclarece-se* que o termo *função* é compreendido neste trabalho como propósito, caracterizando as relações entre as formas linguísticas e a finalidade comunicativa (MENDES; SILVA; SILVA, 2017, p. 74, grifo nosso).

Em contrapartida, na SD08, há tanto uma estratégia de dessubjetivação do locutor pela indeterminação do sujeito – no caso do verbo “*esclarece-se*” – quanto a determinação do sentido que se espera de uma determinada palavra – no caso o termo “*função*” como glosa apresentada pela oração subordinada objetiva direta, qual seja “que o termo *função* é compreendido neste trabalho como propósito”. Dessa forma, ao dessubjetivar-se, o locutor busca um compartilhamento de sentidos com os coenunciadores.

Não-coincidência do discurso consigo mesmo

Há formulas metaenunciativas que mostram “a relação de um interior constituído (delimitado) por exteriores que lhe asseguram sua unidade e sua identidade” (NEGRONI, 2008, p. 109). Com isso, “o discurso constrói uma imagem de si e uma identidade diferenciada, ao especificar reflexivamente os outros discursos, e as relações que os ligam: acordo, apoio, ênfase, divergência, conflito” (NEGRONI, 2008, p. 109-110), conforme mostram as sequências a seguir, nos editoriais – SD09-10 – e nos artigos científicos – SD11-12:

SD09: Referindo-se à Rocinha como “*fábrica de produzir marginal*”, pois são relativamente altos seus índices de fecundidade, o governador fluminense Sérgio Cabral Filho (PMDB) incorreu num lamentável insulto (MARCHESANI, 2008, p. 117, grifo nosso).

SD10: Das planejadas ações de “*higienismo urbano*” [...] parecem surgir na sociedade brasileira sinais de uma perigosa fantasia (MARCHESANI, 2008, p. 117, grifo nosso).

SD11: Tomarei como fio condutor o retorno da designação *revolução*, considerando-a enquanto objeto dividido, isto é, enquanto materialidade que mobiliza significações divididas [...] (MENDES; SILVA; SILVA, 2017, p. 202, grifo nosso).

SD12: Assim ocorreria com “*mudança*” e “*liberdade*”, para citar exemplos de Pêcheux, e também com *revolução*, que mobilizaria sentidos distintos [...] (MENDES; SILVA; SILVA, 2017, p. 203, grifo nosso).

Nas sequências acima e cada uma a seu modo, os termos destacados mostram que o locutor insere termos de outro universo ou campo discursivo, concernente aos alocutários para, daí, tecer suas posições de discordância ou concordância. Assim, são inseridos no discurso do enunciador a palavra que identifica a identidade de outro, isto é, de outro campo discursivo ou como um encontro de coenunciadores (AUTHIER-REVUZ, 1998).

Emergência do ethos, cenografia e argumentatividade no texto

O termo *ethos*, originado na filosofia e retórica clássicas, assume nos estudos retóricos e argumentativos contemporâneos o sentido de imagem de si “apreendida por meio de marcas verbais que a constroem e a propõem ao parceiro da interlocução. A linguística da enunciação fornece uma primeira ancoragem linguística à análise do *ethos* aristotélico” (AMOSSY, 2018, p. 84, grifo da autora). Como visto, em Ducrot (1987), o *ethos* se dirige ao locutor (L) no processo intradiscursivo e, assim, “analisar L no discurso é menos examinar o que ele diz de si mesmo do que estudar a aparência que lhe conferem as modalidades de sua fala” (AMOSSY, 2018, p. 85). O *ethos*, segundo a referida autora, também depende dos estereótipos construídos pelo imaginário social, seus modelos culturais e a doxa. Vejamos, pois, algumas indicações da construção do *ethos* nos gêneros em estudo:

SD13: Referindo-se à Rocinha como “fábrica de produzir marginal”, pois são relativamente altos seus índices de fecundidade, o governador fluminense Sérgio Cabral Filho (PMDB) *incorreu num lamentável insulto – uma correlação automática entre favela e crime a qual hoje, em entrevista à Folha, procura relativizar*. Tal correlação, *é preciso ressaltar*, se manifesta no pensamento de considerável fatia da população (MARCHESANI, 2008, p. 116, grifo nosso).

SD14: *Sejamos radicais no que está implicado nas afirmações acima: [...]* (MENDES; SILVA; SILVA, 2017, p. 203, grifo nosso).

SD15: antes de concluir, *gostaria de compartilhar um incômodo com algumas questões contemporâneas que acredito que este trabalho coloca* (MENDES; SILVA; SILVA, 2017, p. 208-209, grifo nosso).

Os locutores nas sequências acima assumem uma determinada posição consoante a subjetividade social que representam e, nesse

contexto, a voz do(s) locutor(es) assumem uma imagem para si ao estabelecer valorações sobre o conteúdo dos fatos colocados na argumentação. Assim, em SD13, o locutor se posiciona contrário ao estereótipo concebido como insulto e modaliza a asserção – “é preciso ressaltar” – mostrando que não se coadunam com a postura de quem é reportado no discurso. Em SD14 e SD15, os locutores tomam a primeira pessoa do discurso, mostrando considerações apreciativas.

Estratégias pragmáticas do eu/outro: modalização verbal

As estratégias de inscrição do sujeito se efetivam em diferentes níveis no processo da enunciação. Dessa forma, no nível sintático, por exemplo, o tipo de construção empregada – como orações imperativas, orações subjetivas, predicções de cunho avaliativo, construções com o futuro do pretérito, diversas formas de aspectualização, dentre tantas outras estruturas mostram os modos de o sujeito se colocar no discurso. Da mesma forma, no nível lexical, pelas atribuições textual-discursivas dos advérbios, das conjunções e suas locuções e principalmente no nível pragmático pelo uso de marcadores textuais, organização textual das relações lógico-semânticas, dos processos de modalização verbal etc. (NEVES, 2000; SANTOS, 2014; TRAVAGLIA, 1991). Além disso, recursos como a ironia, construções polissêmicas, metáforas e outros recursos estilísticos corroboram para a elaboração de estratégias argumentativas coerentes com as intenções do sujeito-locutor. Por conseguinte, esses recursos contribuem para a constituição do *ethos*, imagens de si, do *logos* em suas modalidades de expressão do pensamento com fins ao convencimento e do *pathos*, como apelo aos elementos apreciativos e emotivos para adesão do alocutário ou do auditório com um todo (AMOSSY, 2018; PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

Apesar da diversidade e interesse na variedade das estratégias, em decorrência dos limites deste trabalho, são pontuadas algumas incursões da subjetividade nos textos escritos a partir das estratégias textuais, enunciativas e pragmáticas de modalização (BRONCKART, 1999; 2009; MARCHESANI, 2008; SANTOS, 2014; TRAVAGLIA, 1991). De partida,

tem-se definido modalidade como a indicação da atitude do falante em relação ao que diz; a explicitação de sua atitude face à situação que exprime numa proposição; a expressão do julgamento do locutor sobre o que diz (TRAVAGLIA, 1991, p. 78-79).

Diferentes autores estabelecem categorizações para os tipos de modalização. Contudo, adota-se o disposto em Travaglia (1991), sintetizados por Bronckart (1991; 2009) e tratados por Santos (2014) e Marchesani (2008) para o estudo dos gêneros em estudo neste capítulo. Entretanto, nem todas as modalidades presentes na literatura serão aqui ilustradas, senão as *modalidades lógicas, deônticas e apreciativas*. Sendo assim, a primeira forma de modalização é chamada de lógica, pois se constrói

em critérios (ou conhecimentos) elaborados e organizados no quadro das coordenadas formais que definem o mundo objetivo, e apresentam os elementos de seu conteúdo do ponto de vista de suas condições de verdade, como fatos atestados, (...), possíveis (BRONCKART, 1999, p. 330).

Travaglia (1991) as divide *em modalização alética e epistêmica*. Assim posto, “as modalidades aléticas referem-se ao fato de o locutor ver a realização da situação como algo possível, viável (possibilidade) [...] ou necessário, ou seja, como algo essencial, indispensável, inevitável (necessidade)” (TRAVAGLIA, 1991, p. 81-82), conforme ilustra-se nas seguintes sequências:

SD16: *É importante* que o governo Lula demonstre, após a derrota, a maturidade que lhe faltou ao longo do processo (MARCHESANI, 2008, p. 123, grifo nosso).

SD17: Sem desmerecer a conquista das mulheres, muito pelo contrário, *é mais do que necessário denunciar* a injustiça e a discriminação que sofrem aqueles que querem exercer plenamente a paternidade (MARCHESANI, 2008, p. 126, grifo nosso).

SD18: As análises realizadas até aqui *nos convidam a pensar* em consonância com Charaudeau (2006, p. 19) que a imprensa parece mesmo não ecoar o que ocorre na realidade social [...] (MENDES; SILVA; SILVA, 2017, p. 200, grifo nosso).

Em geral, quanto às modalidades, “as epistêmicas e as aléticas que têm a ver com a própria realização da situação: a crença ou não do locutor na sua verdade (epistêmicas) e sua possibilidade ou necessidade (aléticas)” (TRAVAGLIA, 1991, p. 83). As sequências a seguir nos mostram algumas asserções com modalização epistêmica:

SD19: Nesse diálogo o governo *poderia recuperar* parte do que perdeu na CPMF. O imposto do cheque *poderia ganhar* status permanente, no lugar de tributos mais perversos. E *poderia ser costurado* um pacto suprapartidário [...] (MARCHESANI, 2008, p. 124, grifo nosso).

SD20: O investimento em educação é, *provavelmente*, a medida mais óbvia e mais eficaz para atacar o problema (MARCHESANI, 2008, p. 131, grifo nosso).

SD21: Tal reapresentação tem como consequência a produção de novos efeitos de sentido. *Talvez* o principal deles relacionado ao modo positivo de a narradora autodiegética lidar com a inevitabilidade da morte (MENDES; SILVA; SILVA, 2017, p. 49, grifo nosso).

SD22: uma vez que os subtipos das orações condicionais *parecem apresentar* forte correlação com questões pertinentes ao uso verbal (MENDES; SILVA; SILVA, 2017, p. 78, grifo nosso).

Considerando o que a literatura ratifica, o que se mostra pelas formas destacadas, na construção da *modalização epistêmica*, é a possibilidade de sinalizar diferentes graus de engajamento do locutor em relação ao conteúdo do discurso e aos alocutários, bem como

determinar sua própria avaliação sobre as asserções e, com isso, relativizar o tópico em evidência. Nessa modalidade, o aparente apagamento do sujeito pelo uso impessoal da 3ª pessoa não escamoteia totalmente a marcação explícita das posições subjetivas pelo grau de incerteza que imputam sobre o enunciado. Dessa maneira, estabelecem-se nuances nas relações de confiança e credibilidade, dentre outros.

Um segundo grupo de estratégias modalizadoras referem-se às *modalizações deônticas*, que são avaliações apoiadas “nos valores, nas opiniões e nas regras constitutivas do mundo social, apresentando os elementos do conteúdo como sendo do domínio do direito, da obrigação social e/ou da conformidade com as normas em uso” (BRONCKART, 1999, p. 331). Nesse âmbito, “as modalidades deônticas têm a ver com a moral, o tratado dos deveres, das normas de conduta” (TRAVAGLIA, 1991, p. 81). Consideremos as sequências do *corpus*:

SD23: o presidente do Brasil *deve evitar* participações especiais em assuntos de política interna de outras nações (MARCHESANI, 2008, p. 120, grifo nosso).

SD24: O país está precisando encontrar um melhor equilíbrio entre a necessidade de recursos, que *poderiam ser* obtidos por um sistema de impostos mais justos (MARCHESANI, 2008, p. 146, grifo nosso).

SD25: *é preciso* entender que ela acontece na interação verbal (MENDES; SILVA; SILVA, 2017, p. 402, grifo nosso).

SD26: *faz-se necessário* que o professor conheça as possibilidades de uso e incorpore-os em sua prática educativa (MENDES; SILVA; SILVA, 2017, p. 462, grifo nosso).

Finalmente, há ainda o subgrupo de modalizações chamado de *modalização apreciativa*. Para Santos (2014), essa modalidade atende à presença da subjetividade ou ao mundo subjetivo, mediante a voz

de constatação e avaliação do sujeito ou, como coloca Bronckart (2009), tem relação com as representações que o locutor sobrepõe na enunciação, estabelecendo, pois, sua responsabilidade enunciativa. Por conseguinte, explicita-se pelos advérbios de modo que expressam não estados ou elementos objetivos, mas apreciação *subjética* e *afetiva* sobre o conteúdo da enunciação:

SD27: Mas, *infelizmente*, não existem métodos alternativos ao emprego de animais em vários estudos imprescindíveis [...] (MARCHESANI, 2008, p. 119, grifo nosso).

SD28: [...] recebem restrições dos entendidos, mas, *curiosamente*, são mais amados do que os modelos originais (MARCHESANI, 2008, p. 157, grifo nosso).

SD29: o padrão lógico-gramatical atende *acertadamente* aos gêneros normativos, enquanto as bases rítmico-semânticas, estilístico-expressivas encontram-se *perfeitamente* adequadas aos gêneros não normativos (MENDES; SILVA; SILVA, 2017, p. 237, grifo nosso).

SD30: *Certamente*, que sempre há objetivos estabelecidos, o que estamos colocando *é que nos interessa mostrar* como esses objetivos estão constituídos [...] (MENDES; SILVA; SILVA, 2017, p. 107, grifo nosso).

Observa-se, nas sequências acima, o tom de Locutor, em razão das posições subjetivas de cada locutor sobre o conteúdo posto. Essas posições podem não ser as mesmas para outros locutores, em outros contextos ou mesmo para os alocutários a quem o conteúdo direta ou indiretamente se reporta. Portanto, “falar num tom de Locutor é mostrar que se constrói uma concepção do mundo, e, ao mesmo tempo, é mostrar que se constrói sua própria imagem” (LESCANO, 2011, p. 88). É ainda parte da predicação inscrita no enunciado para a construção do *ethos* do Locutor (L), conforme Ducrot (1987) e Lescano (2011), em virtude da construção de mundo e marcação da condição polifônica da enunciação.

À GUISA DE CONCLUSÃO

As linhas enunciativas abordadas esgarçam, de diferentes modos, as fronteiras necessárias para a análise textual, bem como dispõem de instrumentos conceituais operatórios para o trato com o discurso, a partir de diferentes níveis de descrição dos processos de subjetivação na linguagem. Assim mesmo, todas têm em comum o fato de considerarem a inscrição do sujeito, na posição de locutor, desde o sistema linguístico – no caso dos estudos benvenistianos e ducrotianos – e na constituição ideológica do signo e na produção polifônico-intertextual do discurso – no caso da perspectiva bakhtiniana. Na linha em que se assume a heterogeneidade enunciativa como constitutiva da estruturação da língua, essa inscrição se dá pelas marcas da heterogeneidade mostrada, embora se valha da noção do sujeito psicanalítico ou dos exteriores teóricos para compreensão de um fenômeno transindividual. Por conseguinte, uma pesquisa linguística enunciativa não pode prescindir das vozes que assumem um dizer ou se fazem sujeitos justamente pela condição de dizer.

Direta ou indiretamente, essas mesmas linhas influenciaram outras frentes de pesquisas que aqui não puderam ser trabalhadas, notadamente, as diversas vertentes de Análise do Discurso. Nesse contexto, valeria destacar o papel da filosofia pecheutiana para quem o estruturalismo saussuriano, o sujeito do inconsciente lacaniano e o materialismo histórico marxista foram epistemes fundamentais para uma concepção própria de sujeito, discurso e de sujeito no discurso. Da mesma forma, considerar a abordagem arqueológica de foucaultiana quanto à emergência e dispersão dos enunciados, bem como a importância das posições de sujeito assumidas no discurso. Nessa teoria, na tentativa de ir além do estruturalismo, buscam-se instrumentos valiosos para a compreensão do sujeito como multiplicação de enunciações em suas condições de existência.

São vertentes, pois, que transitam entre as margens da Linguística, da Filosofia, História e outras Ciências Humanas evidenciando, em todo caso, que as categorias *sujeito*, *língua*, *enunciação* e *enunciado* estão implicadas e imbricadas. São ao fim e ao cabo, indissociáveis, já que uma esbarra, implica, evoca e traduz a outra em via de mão dupla.

A demonstração de algumas das categorias e estratégias de modalização enunciativa e autonímica, construção do *ethos*, as posições de subjetividade social, a polifonia, tom e tantas outras vigorou em explicitar em como a relação sujeito e texto é opaca, atravessada por *jogos de linguagem* – para tomar um conceito wittgensteiniano – isto é, depende do contexto, dos papéis sociais, dos ditos e interditos, das constrictões culturais, políticas, sociais etc. que determinam os limites do dizer. Contudo, é no traçado desses limites que há a possibilidade de se encontrar as rotas de fuga, os mascaramentos discursivos e os subterfúgios argumentativos para enunciar um “eu” que, em última instância, é um “outro”, marcado histórica e ideologicamente, dividido pela emergência do imaginário e do desejo que perpassam, em cada enunciação, seu projeto de dizer. É nesse processo que, apesar da ilusão de transparência e da natureza da intertextualidade, o sujeito deixa pistas de sua subjetividade social.

Assumindo a condição simbólica da linguagem e do fazer social humano, esse projeto de dizer não prescinde das condições de movimentação do mercado das trocas linguísticas e dos diferentes tipos de autorização da fala, como defende a filosofia e a sociologia de Pierre Bourdieu. De todo modo, a presente discussão tentou pontuar a categoria *sujeito* nas linhas da Linguística da Enunciação apenas por um recorte didático, já que, para compreendê-la profundamente, é fundamental considerar tantas outras instâncias e categorias que ancoram os diferentes ambientes epistemológicos apresentados.

A reflexão proposta mostrou, por conseguinte, que coube a essas diferentes perspectivas enunciativas devolverem a presença do sujeito

na estruturação semiológica da língua, à assunção da ideologia na constituição intersubjetiva da comunicação, bem como a emergência de uma semântica do sujeito que se instaura na polifonia discursiva, realizando-se no ato e no acontecimento enunciativo. Nesse contexto, diferentes estratégias são mobilizadas nas práticas de escrita, dando relevo ao sujeito concreto que enuncia. Sendo assim, é por meio das posições de autoria, da seleção dos recursos linguísticos, dos efeitos de sentido produzidos ou mesmo pela busca da neutralidade no discurso que a subjetividade se constrói.

Trata-se, pois, do jogo ambivalente entre mostrar-se e esconder-se na materialidade linguística. Sendo assim, mesmo as estratégias dessubjetivantes, aquelas que tentam escamotear a presença do sujeito na língua, nunca são totalmente bem-sucedidas, porquanto a enunciação é sempre única, e as posições de sujeito ocupadas são idiossincráticas. Portanto, é nesse processo de escolhas na linguagem que o texto se configura em um evento comunicativo intersubjetivo e dialógico atravessado por tantas instâncias. Quanto ao sujeito, esse só é possível na linguagem.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso*: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade*: um estudo enunciativo do sentido. Apresentação Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de estudos linguísticos*, v. 19, p. 25-42, 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas*: as não-coincidências do dizer. Tradução Claudia R. Castellanos Pfeiffer *et al.*; revisão técnica da tradução: Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.

BAKHTIN, Mikhail M. (V. N. Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAKHTIN, Mikhail M. (V. N. Volochinov). *Estética da criação verbal*. Tradução Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. 2 ed. São Paulo: Pontes, 2006.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989. cap. 5. p. 81-92.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; Revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp; Pontes, 1988. p. 284-293.

BRAIT, Beth. Alteridade, dialogismo, heterogeneidade. In: BRAIT, Beth. (Org.) *Estudos enunciativos no Brasil: história e perspectivas*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp, 2001. p. 07-27.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Da língua ao discurso, do homogêneo ao heterogêneo. In: BRAIT, Beth (Org.) *Estudos enunciativos no Brasil: história e perspectivas*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp, 2001. p. 59-69.

BRONCKART, Jean-Paul. Genres de textes, types de discours et “degrés” de langue: hommage à François Rastier. *Texto!* Paris, v. 31, n. 01, p. 01-95, jan. 2008. Disponível em: http://www.revue-texto.net/docannexe/file/86/bronckart_rastier.pdf. Acesso em: 05 jun. 2019.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos*. Por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Prefácio Sergio Miceli. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

CAREL, Marion. Significação e argumentação. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 42, n. 73, p. 2-20, jan./abril 2017.

CAREL, Marion. A polifonia linguística. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 27-36, jan. /mar. 2011.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative. *Langue Française*. Paris: Larousse, 1999. p. 6-26. v. 123.

CHARTIER, Roger. "Escutar os mortos com os olhos". *Estudos avançados*, v. 24, n. 69, p. 7-30, 2010.

DALLARI, Bruno. *O sujeito da linguagem na linguística saussuriana*. Dissertação (Mestrado em Linguística) Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, SP, 1993.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias da pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. p. 238-324.

LESCANO, Alfredo M. Para um estudo do tom. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 86-95, 2011.

LIRA, David Pessoa de. O Mito de Θεύθ [Theuth]: Estudos Mitopoiéticos do Diálogo Platônico de Phædrus 274c-275b. *Eutomia*, Recife, v. 16, n. 1, p. 22-45, dez. 2015.

MARCHESANI, Silvana. *A argumentação em editoriais e artigos de opinião: um estudo comparativo*. Belo Horizonte, 2008. 173f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belo Horizonte – MG, 2008.

MENDES, Luciana Sanchez; SOUZA E SILVA, Nadja Pattresi; SILVA, Silmara Cristina Dela da. (Organizadoras). *Anais do X Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística: pesquisa linguística e compromisso político*, 7 a 10 de março de 2017, Niterói, RJ. Niterói: UFF, 2017

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. *DELTA*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 169-183, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 jun. 2019.

NEGRONI, María Marta García (Trad. Maria Eta Vieira). In: MICHELETTI, Guaraciaba (Org.). *Enunciação em gêneros discursivos*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 92-121.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Tradução Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

POSSENTI, Sírio. Práticas de escrita como processos de enunciação. In: MICHELETTI, Guaraciaba. (Org.) *Enunciação em gêneros discursivos*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 122-132.

RICKES, Simone Moschen. A escritura como cicatriz. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, n. 27, p. 51-71, jan. /jun. 2002.

SANTOS, Nágila Machado Pires dos. *Ensaio e artigo: confluências e divergências entre dois gêneros na esfera acadêmica*. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Letras e Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil*. 1991. 2v. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 1991.

VIDON, Luciano Novaes. *Dialogia, estilo e argumentação no trabalho de um sujeito com a linguagem*. 2003. Tese (doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2003.

VIEIRA, Maria Helena Gomes Naves. *O gênero editorial: uma proposta de caracterização*. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Letras e Artes) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

4

Alexandro Teixeira Gomes
Maria das Graças Soares Rodrigues

TEORIAS DA ENUNCIÇÃO

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.120.124-150

Resumo:

O campo de estudo da enunciação tem sido objeto de interesse de estudantes e pesquisadores há algum tempo e já se apresenta como uma área consolidada no âmbito das discussões mais recentes sobre a linguagem. Nesse sentido, o presente capítulo tem por escopo realizar um percurso teórico sobre as teorias da enunciação em que sejam apresentados seus fundamentos epistemológicos, bem como o quadro da enunciação nos estudos linguísticos e os modelos e/ou propostas de diversos autores para o estudo da enunciação. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma investigação de natureza bibliográfica. Esperamos que este texto contribua para a formação de estudiosos, pesquisadores e/ou interessados na temática em foco, oferecendo, de maneira didática, porém consistente, os conceitos e as referências mínimas para a compreensão da teoria da enunciação.

Palavras-chave:

Linguística da Enunciação; Subjetividade; Vozes; Pontos de vista; Mediativo.

INTRODUÇÃO

O tema da enunciação é surpreendentemente amplo, tem várias perspectivas e vem da retórica de Aristóteles, conforme colocam Teixeira e Flores (2011⁴), em entrevista à Revista ReVEL. Apesar disso, ressaltamos a incomensurável contribuição tanto de Bally, como de Émile Benveniste, considerados por Colas-Blaise, Perrin e Tore⁵ (2016), os pais da linguística enunciativa, na perspectiva que embasa muitos dos estudos contemporâneos, acerca da temática. Neste capítulo, Bally e Benveniste também são focalizados, mas, por questões de espaço, escolhas se fizeram necessárias, entre os inúmeros e relevantes estudiosos.

Por muito tempo, nos estudos da linguagem, a língua foi considerada como uma estrutura homogênea, inerte, descontextualizada e distante dos usos sociais. A Linguística da Enunciação e as teorias da enunciação buscam romper com essa tradição ao proporem um tratamento enunciativo para a linguagem, apresentando como principal preocupação o estudo das marcas do sujeito nos enunciados. A língua, portanto, busca se distanciar de uma visão dicotômica para primar por uma relação integrativa com a fala, em que os significados e os sentidos ganham espaço, uma vez que “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Mas, o que é enunciação? Para esta pergunta, não há uma resposta tão objetiva. É preciso, antes de mais nada, compreender que não há um, mas vários conceitos de enunciação e para compreendê-los é importante conhecer as diversas teorias sobre o tema.

De início, é importante destacar duas questões: i) as propostas iniciais de classificar a enunciação sempre a colocaram “como um

4 TEIXEIRA, Marlene; FLORES, Valdir. Linguística da Enunciação: uma entrevista com Marlene Teixeira e Valdir Flores. *ReVEL*, v. 9, n. 16, 2011. [www.revel.inf.br].

5 COLAS-BLAISE, Marion; PERRIN, Laurent; TORE, Gian Maria (Dirs.). *L'énonciation aujourd'hui: un concept clé des sciences du langage*. Limoges: Lambert-Lucas, 2016.

elo entre a língua e a fala, um meio de preencher o espaço vazio inaugurado pelo corte saussuriano" (MALDIDIER; NORMAND; ROBIN, 2010, p. 69); ii) "a elaboração do conceito de enunciação é sem dúvida a tentativa mais importante para ultrapassar os limites da linguística da enunciação" (MALDIDIER; NORMAND; ROBIN, 2010, p. 66).

Olano (2006, p. 85) propõe três concepções de enunciação:

- i. A enunciação é a ocorrência empírica de uma proposição potencial em uma situação determinada. Segundo a autora, essa concepção foi elaborada por Ducrot e por ela se estabelece uma diferenciação entre frase e enunciado;
- ii. A enunciação é a relação do enunciador com seu enunciado e/ou com seu enunciador. Olano (2006) ressalta que essa é a concepção adotada pelos primeiros teóricos da enunciação;
- iii. A enunciação é um conjunto de operações encadeadas pelas quais o enunciador constrói uma disposição de marcadores e um sistema de localização que permitirá ao enunciador segundo ou destinatário reconstruir uma representação complexa. Essa, segundo a autora, é a concepção de Culioli.

Na tentativa de apresentar uma taxonomia para enunciação, Kerbrat-Orecchioni (1999) a entende como uma proposta teórico-metodológica que busca estudar as marcas de subjetividade na linguagem, considerando os seguintes elementos constitutivos do quadro enunciativo:

- i) os protagonistas do discurso (emissor e destinatário(s)); ii) a situação de enunciação; iii) as circunstâncias espaço-temporais; iv) as condições gerais de produção/recepção da mensagem: natureza do canal, contexto sócio-histórico, pressões do universo do discurso, etc.⁶ (KERBRAT-ORECCHIONI, 1999, p. 34-35).

6 i) les protagonistes du discours (émetteur et destinataire(s)); ii) la situation de communications; iii) circonstances spatio-temporelles; iv) conditions générales de la production/réception du message: nature du canal, contexte sócio-historique, contraintes de l'univers de discours, etc. (KERBRAT-ORECCHIONI, 1999, p. 34-35, tradução nossa).

Conforme já assinalamos, há muitos outros modelos taxonômicos, e a discussão não se esgota nesta introdução sobre o tema. Em todos os modelos, busca-se, pois, “evidenciar as relações da língua não apenas como sistema combinatório, mas como linguagem assumida por um sujeito” (FLORES; TEIXEIRA, 2013, p. 12), ou seja, “é necessário realçar tudo aquilo que pesquisas que ‘dialetizam de algum modo métodos de análise que se inscreviam até o presente momento em uma perspectiva mecanicista’ trazem para a abordagem do discurso” (MALDIDIER; NORMAND; ROBIN, 2010, p. 67).

PERSPECTIVAS TEÓRICAS – REVISITANDO ALGUNS AUTORES

Nesta seção, revisitamos alguns autores que abordam importantes contribuições para a Linguística da Enunciação. É importante lembrar que, no título deste capítulo, o substantivo “teoria” aparece no plural exatamente para demonstrar a diversidade de propostas que há sobre o tema no âmbito dos estudos da linguagem. Lembramos, outrossim, que os autores revisitados aqui não esgotam o assunto, e que a escolha por estes nomes se deve a que, tradicionalmente, tem-se considerado tais teóricos como os mais representativos nas discussões sobre os caminhos da enunciação e seus meandros. Não incluímos Bakhtin em função de já haver neste livro um capítulo dedicado exclusivamente ao autor.

GUSTAVE GUILLAUME

O linguista francês Gustave Guillaume é um importante precursor dos estudos sobre a enunciação e um forte influenciador da teoria das

operações enunciativas desenvolvida mais tarde por Culioli. Apesar de ser estruturalista, Guillaume não concorda com a teoria saussuriana de língua como um sistema e propõe o que se convencionou chamar de psicomecânica pela qual a língua é entendida em uma estreita relação com o intelecto. Guillaume apresenta, ao longo de sua obra, mas sobretudo em Guillaume (1919, 1929), elementos que são considerados chaves em uma teoria da enunciação, embora não os tenha denominado como tal. Dentre esses elementos, podemos citar:

1. A compreensão de que a língua não é um mero sistema;
2. A proposição de que os atos de linguagem possuem uma atividade pensante que carrega uma série de operações constituídas de significado;
3. A diferenciação entre sentido literal e sentido da intenção;
4. O entendimento de que há expressividade em todo ato de linguagem.

Todos esses elementos presentes na obra de Guillaume colocam-no em estreita relação com as ideias presentes em uma teoria da enunciação, logo, como um dos precursores.

CHARLES BALLY

O linguista suíço Charles Bally é outro grande precursor dos estudos enunciativos. É discípulo de Saussure e organizador, juntamente com Séchehay, dos escritos que Saussure ministrou em seus últimos cursos e que compõem o Curso de Linguística Geral, obra considerada marco da linguística moderna. Também foi um dos fundadores da Estilística, buscando a criação de uma estilística da língua, pois, segundo o autor, é na língua que se encontra a subjetividade, uma vez que é na língua que há os elementos afetivos e subjetivos.

Ao ressaltar a afetividade e a expressividade da língua, Bally (1941) critica a concepção intelectualista da língua, colocando em cheque a dicotomia saussuriana *Língua / Fala* e ampliando a concepção de língua, incluindo a presença do sujeito falante. Para o autor,

a língua falada, usada por todos nós, todos os dias e a todo momento, não parece puramente intelectual, mas, ao contrário, profundamente afetiva e subjetiva em seus meios de expressão e ação. No sentido intelectual, esta língua não será, pois, fala? (BALLY, 1941, p. 157).

Importante ressaltar que suas mais importantes contribuições para os estudos enunciativos aparecem na obra *Linguistique générale et linguistique française*, em que há uma seção intitulada *Théorie générale de l'énonciation*.

Bally (1932) apresenta como centro de sua teoria enunciativa a diferenciação entre *modus* e *dictum*. Para o autor, a frase é composta por duas partes: o *dictum*, que é a base da frase, é o enunciado em si, e o *modus*, que é a reação do sujeito falante sobre o *dictum*, é o ato de enunciação. Assim, quando uma frase é produzida, o sujeito produz, ao mesmo tempo, uma representação e uma avaliação dessa representação pelo sujeito falante. Essa avaliação, como o próprio Bally destaca, é a expressão da modalidade, marca do sujeito falante e fonte de subjetividade. A modalidade para Bally (1932) é a alma da frase e a constituição essencial do sujeito falante. Dessa forma, não se pode atribuir um valor à frase que não seja pela modalidade.

Olano (2006) afirma que os estudos de Bally foram importantes para as propostas de vários autores posteriores, sobretudo as de Benveniste e de Ducrot. Para a autora,

o carácter social da linguagem em Bally se pauta na concepção de intercâmbio linguístico como um ‘contato entre sujeito’ pelo qual o locutor busca atuar sobre o interlocutor, ideia também presente em Benveniste⁷ (OLANO, 2006, p. 109).

Além disso, “a explicação de Bally da modalidade explícita e da modalidade implícita [...] motivaram ao linguista francês O. Ducrot a idealizar sua teoria polifônica enunciativa na qual se diferenciam vários sujeitos em uma enunciação⁸” (OLANO, 2006, p. 110-111).

Pelo exposto, podemos concluir que o aporte teórico enunciativo de Bally não se limita à distinção *modus/dictum* como tradicionalmente tem sido entendido. A teoria enunciativa de Bally contempla ainda, conforme Olano (2006) e Flores e Teixeira (2013), a manifestação do sujeito falante em categorias gramaticais específicas e integra o contexto linguístico ao estudo da língua. Em suma, são os estudos de Bally que preconizam “a perspectiva enunciativa que tomará corpo na Teoria da Enunciação de E. Benveniste⁹” (OLANO, 2006, p. 111).

Pelo exposto, podemos concluir que o aporte teórico enunciativo de Bally não se limita à distinção *modus/dictum* como tradicionalmente tem sido entendido. A teoria enunciativa de Bally contempla ainda, conforme Olano (2006) e Flores e Teixeira (2013), a manifestação do sujeito falante em categorias gramaticais específicas e integra o contexto linguístico ao estudo da língua. Em suma, são os estudos de Bally que preconizam “a perspectiva enunciativa que tomará corpo na Teoria da Enunciação de E. Benveniste” (OLANO, 2006, p. 111).

7 El carácter social del lenguaje de Bally se palma en la concepción del intercambio lingüístico como un “contacto entre sujetos” en el que el locutor busca actuar sobre el interlocutor, idea también presente en Benveniste. (OLANO, 2006, p. 109, tradução nossa).

8 La explicación de Bally de la modalidad explícita y la modalidad implícita [...] ha dado pie al lingüista francés O. Ducrot para idear su teoría de la polifonía enunciativa en que se distinguen varios sujetos en una enunciación (OLANO, 2006, p. 110-111, tradução nossa).

9 La perspectiva enunciativa que tomará cuerpo con posterioridad en la Teoría de la Enunciación de E. Benveniste (OLANO, 2006, p. 111, tradução nossa).

ÉMILE BENVENISTE

A chamada Teoria da Enunciação em Benveniste se refere a uma coletânea de artigos publicada sob o rótulo de *Problemas de Linguística Geral I* e *Problemas de Linguística Geral II*. Se é verdade que podemos dizer que Benveniste é um grande seguidor dos ideais saussurianos, também é verdade que é Benveniste o primeiro linguista a desenvolver um modelo de análise linguística especificamente voltado para a enunciação.

Benveniste (1989, p. 83) considera que “a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso”. Para ele, a enunciação pode ser estudada sob diversos aspectos, mas ressalta três: i) a realização vocal da língua; ii) a conversão individual da língua em discurso; iii) o quadro formal de sua realização (BENVENISTE, 1989, p. 82-83). No âmbito desse terceiro aspecto, Benveniste (1989) busca “esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela utiliza” (BENVENISTE, 1989, p. 83), isto é, o próprio ato da enunciação, as situações em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização. Ao compreender a enunciação como ato, Benveniste (1989) aponta como condição necessária para sua manifestação a presença de um locutor, que se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição por meio de índices específicos, implementando “o *outro* diante de si”, uma vez que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Nesse sentido,

a enunciação, vista por esse prisma, é produto de um ato de apropriação da língua pelo locutor, que, a partir do aparelho formal da enunciação, tem como parâmetro um locutor e um alocutário. É a alocução que instaura o outro no emprego da língua (FLORES *et al.*, 2013, p. 35).

Estabelece-se, portanto, a subjetividade no quadro teórico benvenistiano, que “vai se manifestar por um jogo de marcas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Dentre essas marcas, o autor põe em relevo os dêiticos de pessoa, de tempo e de espaço, instaurando, no centro do aparelho formal da enunciação, o *eu/tu*, o *aqui* e o *agora* como marcas utilizadas pelo sujeito enunciador para destacar a relação entre o ato de enunciação e o mundo representado no enunciado.

Em relação à categoria de pessoa, Benveniste (1995) afirma que ela é criada pela instalação da subjetividade na linguagem. O termo *eu*, que é o centro da enunciação, refere-se ao indivíduo que profere a enunciação, enquanto o termo *tu* se refere ao indivíduo que está presente como alocutário. Ambos, referenciados deiticamente, marcam a categoria de pessoa e “não podem existir como signos virtuais, não existem a não ser na medida em que são atualizados na instância de discurso” (BENVENISTE, 1995, p. 281). O *e/e*, em contrapartida, representa o membro não marcado da correlação de pessoa, isto é, a não pessoa.

Em relação às categorias de tempo e lugar, Benveniste (1995) põe “em evidência a sua relação com *eu* definindo-os: *aqui* e *agora* delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém *eu*” (BENVENISTE, 1995, p. 279).

É importante destacar que o próprio Benveniste adverte que esses não são os únicos termos responsáveis pelo seu *aparelho formal da enunciação*, isto é, “embora o quadro da enunciação se constitua, apresentando *eu-tu-aqui-agora*, isso não pode ser tomado como fato redutor” (FLORES *et al.*, 2011, p. 55). Faz-se, portanto, imperativa a leitura da extensa obra do autor para melhor compreender sua teoria enunciativa.

OSWALD DUCROT

É em Ducrot (1987) que encontramos sua Teoria Polifônica da Enunciação. Para compreendê-la, é importante que explicitemos três dicotomias propostas pelo autor. A primeira se refere à diferenciação entre *frase* e *enunciado*, pela qual Ducrot entende a frase como um objeto teórico e abstrato, construído pela gramática, enquanto o enunciado é a realização, a manifestação particular, concreta e observável da frase.

Em correlação a essa primeira dicotomia, Ducrot (1987) introduz uma diferenciação entre *significado* e *sentido*, considerando que, do ponto de vista semântico, a frase é caracterizada por sua significação, enquanto o enunciado é caracterizado pelo seu sentido. O sentido do enunciado “pertence ao domínio do observável, ao domínio dos fatos (DUCROT, 1987, p. 170) e é “uma descrição da enunciação” (DUCROT, 1987, p. 172). A significação é “um conjunto de instruções dadas às pessoas que têm que interpretar os enunciados da frase, instruções que especificam que manobras realizar para associar um sentido a estes enunciados” (DUCROT, 1987, p. 170). Para Barbisan (2012),

A significação não é o sentido literal. A significação é constituída de instruções que indicam ao intérprete de um enunciado como chegar ao sentido. A significação é essencialmente aberta. [...] O sentido construído pelo locutor [...] impõe a seu alocutário a busca da conclusão expressa pelo locutor. É portanto, o locutor que constrói seu sentido e esse sentido é resgatado pelo alocutário, já que a própria significação da frase, portanto, da língua, em termos saussurianos, lhe dá instruções para isso. Ficam, assim, articulados, frase e enunciado, e, do ponto de vista semântico, significação e sentido (BARBISAN, 2012, p. 139-140, grifos do autor).

A terceira dicotomia de Ducrot advém da problemática do sujeito da enunciação. Para ele, a chamada linguística moderna postulava a

unicidade do sujeito falante até Bakhtin elaborar seu conceito de polifonia baseado no entendimento de que os enunciados se caracterizam pela existência de várias vozes que falam simultaneamente. Nesse sentido, Ducrot (1987) aplica a teoria bakhtiniana aos estudos linguísticos procurando rechaçar a ideia da teoria unicitária do sujeito e buscando, ao contrário, mostrar como os enunciados evidenciam, em sua enunciação, uma superposição de várias vozes.

Ao compreender que o sujeito que fala não necessariamente é a instância responsável pela enunciação, Ducrot (1987) diferencia os conceitos de locutor e enunciador. O primeiro é o responsável pela enunciação, enquanto o segundo é o responsável pelo ponto de vista do enunciado.

O locutor, por sua vez, pode ser classificado em: a) locutor enquanto tal, marcado por (L), é o responsável pela enunciação; b) Locutor como ser do mundo, marcado por (λ), é a origem do enunciado (DUCROT, 1987, p. 188). O enunciador é o responsável pelas vozes presentes na enunciação e por seus pontos de vista.

ALAIN RABATEL

Os trabalhos linguísticos centrados na enunciação, na segunda metade do Século XX e nas duas primeiras décadas do Século XXI, contam com os trabalhos desenvolvidos por Alain Rabatel acerca do ponto de vista (PDV), da Responsabilidade Enunciativa, da Responsabilidade, da Empatia, entre outros temas, tendo por objeto análise de narrativa no âmbito de gêneros discursivos literários, midiáticos, religiosos, políticos, acadêmicos, além de outros domínios discursivos.

Buscaremos destacar a relevância de se trabalhar a responsabilidade enunciativa iniciando por uma reflexão acerca do ponto de vista (PDV). Essa articulação permitirá ao pesquisador uma margem de segurança para que ele possa responder a questões do tipo: trata-se de assunção da responsabilidade enunciativa? É responsabilidade linguística? O PDV está relacionado à empatia? Nessa direção, evocaremos Rabatel (2017) quando propõe a seguinte definição de ponto de vista (PDV), em Linguística:

Defino como ponto de vista (PDV), em linguística, todo enunciado que predica informações sobre não importa que objeto do discurso, dando não somente informações sobre o objeto (relativos à sua denotação), mas também sobre a forma que o enunciator observa o objeto, expressando, assim, um PDV. O sujeito pode ser um indivíduo, um coletivo, um anônimo, e pode exprimir PDV singulares ou coletivos, originais ou estereotipados (RABATEL, 2017, p. 43).

Ora, se o ponto de vista é ligado à predicação, naturalmente, poder-se-á estar em face não só da objetividade, mas também da subjetividade, da intersubjetividade, da heterogeneidade discursiva, do discurso indireto livre, ou seja, em contextos linguísticos complexos, muitas vezes, para se identificar de quem é o PDV. Há gêneros discursivos que favorecem a compreensão do interlocutor acerca de quem enunciou o que, isto é, quem é responsável por determinado conteúdo, como, por exemplo, uma ata de reunião, uma vez que há remissão às vozes. Igualmente, depoimentos de testemunhas, tendo em vista haver a identificação do depoente. Diferentemente, há gêneros discursivos em que o interlocutor tem dificuldades para entender a quem pertence a voz.

Para se compreender os fenômenos linguísticos focalizados por Rabatel no quadro de uma concepção de enunciação, compartilhamos a noção de locutor e enunciator, em consonância com Rabatel (2017). Para o autor,

[...] o locutor é a instância que profere um enunciado, em suas dimensões materiais, fonéticas ou escritas. O enunciador corresponde a uma posição (enunciativa) que adota o locutor, em seu discurso, para observar os fatos, as noções, sob tal ou tal ponto de vista (PDV) (RABATEL, 2017, p. 44).

Os conteúdos proposicionais são expressos pelo enunciador que poderá assumir ou não a responsabilidade enunciativa. Para tanto, ele recorre à referenciação e constrói seu PDV acerca do objeto de discurso, que pode ser uma pessoa, um acontecimento, um fato. Quando o enunciador se exprime emitindo opinião, fazendo julgamento de valor, diz-se que o PDV é tradicional, porém se não é marcado pela subjetividade, então se trata de PDV menos convencional. Isso nos aponta a pluralidade de detalhes que a categoria do PDV revela. A título de ilustração, lembramos a questão das posturas enunciativas. Rabatel (2015) observa que elas estão intrinsecamente ligadas ao locutor e ao enunciador, de modo que a forma que o locutor enunciador primeiro (L1/E1) em sincretismo expressa seu PDV apontará para o interlocutor a postura enunciativa adotada. Rabatel (2015) propõe três posturas, transcritas *ad litteram*, a saber:

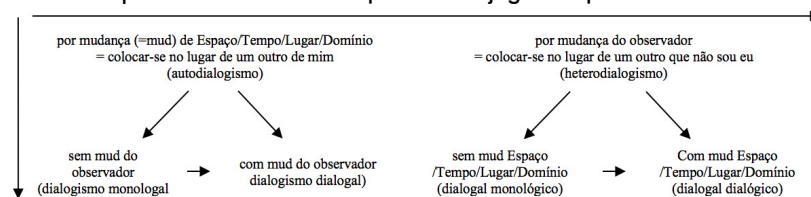
- 1) Coenunciação: coprodução de um PDV comum e partilhado por L1/E1 e um enunciador segundo (e2); [...]
- 2) Sobre-enunciação: coprodução de um PDV que se sobressai por L1/E1 que reformula o PDV parecendo dizer a mesma coisa, modificando por conta própria o domínio de pertinência do conteúdo ou sua orientação argumentativa.
- 3) Subenunciação: coprodução de um PDV “dominado”, L1/E1, o subenunciador, retomando com reserva, distância ou precaução um PDV que vem de uma fonte a que L1/E1 confere um *status* proeminente (RABATEL, 2015, p. 2017).

Em sua abordagem sobre o PDV, Rabatel (2016) também estabelece a relação entre o PDV e a empatia. Para o autor, “a empatia linguística se resume a se colocar no lugar do outro” (RABATEL,

2016, p. 141). Ele postula que a empatia pode se manifestar em duas direções. Em uma delas, o locutor/enunciador primeiro em sincretismo tem a possibilidade de mudar de espaço/tempo/lugar/domínio nocional. A outra diz respeito à mudança do observador acerca do próprio espaço e o do outro. Enfim, de acordo com o autor, trata-se de [...] “uma aptidão a mudar de referencial, no plano afetivo e no nocional” (RABATEL, 2016, p. 141). Isso evidencia que a situação de enunciação permite ao L1/E1 mudar o foco. Além disso, aponta para a coconstrução das representações acerca de um objeto de discurso por enunciadores. Em face da possível pluralidade de visões, pode haver ajustes ao longo dessa coconstrução discursiva, refletindo-se nas posturas enunciativas.

Rabatel (2016) propõe o esquema a seguir, o qual sintetiza sua visão concernente à relação PDV/empatia.

Esquema 1 - Percursos empáticos e o jogo dos pontos de vista



Fonte: Rabatel (2016, p. 141).

O esquema mostra a relevância de conhecimento no âmbito do dialogismo, da pragmática, da semântica, da interação, entre outros campos para estudar o PDV e suas relações em situações de enunciação.

Algumas outras noções circunscritas à enunciação também constituem objeto de estudo de Rabatel, como, por exemplo, tipos de PDV (narrado, representado e assertado). Recomendamos a leitura indicada na nota de rodapé¹⁰, uma vez que os tipos de PDV são muito relevantes para se compreender a responsabilidade enunciativa.

Brevemente, faremos alusão à noção de responsabilidade. Para tanto, esclarecemos que, quando um locutor enunciador primeiro (L1/E1) *assume a responsabilidade enunciativa*, é, também, responsável enunciativamente pelo enunciado, porém a recíproca não é verdadeira. Assim, ser responsável enunciativamente por alguma enunciação não significa *estar assumindo a responsabilidade enunciativa*. Rabatel (2017) explica que

a responsabilidade é, também, de pleno direito, uma noção linguística, e não somente filosófica, moral, ética, jurídica ou política. Certamente, a responsabilidade pode ser questionada a partir das escolhas lexicais, mas seu verdadeiro domínio é o texto. A responsabilidade linguística, que se pode ainda chamar de responsabilidade enunciativa, porque é pelos enunciadores que as coisas se passam, ainda que a língua seja em parte social, encontra plenamente sua pertinência no nível do texto, através de todos os aspectos que concernem à sua gestão, à construção do mundo, à escolha dos quadros de análise, à seleção dos elementos (entre os quais, as fontes), à apresentação dessas últimas, etc. (RABATEL, 2017, p. 134).

Apresentamos a concepção de PDV, as posturas enunciativas, a empatia, a responsabilidade em Linguística, a fim de postular que estudar a responsabilidade enunciativa implica ter conhecimento acerca dessas noções e de muitas outras, como, por exemplo, os tipos de PDV, aos quais fizemos remissão a uma fonte traduzida para a Língua Portuguesa, em nota de rodapé.

10 RABATEL, Alain. Pontos de vista representados, narrados e assertados: os efeitos argumentativos indiretos dos modos de inscrição da subjetividade nos registros percentuais. In: RABATEL, Alain. *Homo narrans*: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luís Passeggi e João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016. p. 119-174.

À guisa de encerramento dessa sucinta exposição, ressaltamos que fizemos um percurso que evidencia noções basilares citadas no parágrafo anterior, a fim de que se compreenda o que é e como se constitui a assunção da responsabilidade enunciativa. Nessa direção, aludimos a Rabatel (2017) para compartilharmos a definição de responsabilidade enunciativa. Para esse autor, “a responsabilidade enunciativa remete à esfera do locutor enunciador primeiro, que manifesta no e pelo discurso que o PDV expresso é o dele” (RABATEL, 2017, p. 111). Evocamos, ainda, Rabatel (2009), quando explica a responsabilidade enunciativa nos seguintes termos: “a responsabilidade enunciativa concerne aos PDV de L1/E1” (RABATEL, 2009, p. 85).

Por fim, esperamos ter deixado claro que compreender a responsabilidade enunciativa pressupõe ter clareza acerca do PDV dos interlocutores, uma vez que é por se ter um PDV acerca de alguma coisa, pessoa, ou situação que se assume ou não a responsabilidade enunciativa.

ZLATKA GUENTCHÉVA

A professora e pesquisadora búlgara, Zlatka Guentchéva, professora emérita do *Centre National de la Recherche Scientifique*, na França, está entre os grandes nomes mundiais que se dedicam à construção do conhecimento no âmbito do mediativo. De modo especial, estuda esses fenômenos na língua búlgara e em várias línguas indígenas.

Guentchéva (1996) explica que

o termo mediativo foi sugerido por Lazard (1956) em um artigo sobre a língua tadjique (variedade moderna do persa) [...] designa a categoria gramatical cuja essência mesmo é indicar que o enunciador faz referência a situações (estáticas ou dinâmicas)

que ele não assume a responsabilidade por ter tido conhecimento por via indireta, daí a possibilidade para ele [enunciador] de manifestar diversos graus de distância em relação ao conteúdo de sua própria mensagem e, para o coenunciador, a possibilidade de questionar, até mesmo refutar o conteúdo da mensagem recebida (GUENTCHÉVA, 1996, p. 11).

Essa noção diz respeito à postura que o locutor¹¹ assume no sentido de fazer circular que a informação transmitida não decorre de experiência pessoal. Isso se manifesta por expressões como, por exemplo, “dizem que”, “parece que”. O enunciador, ao fazer uso de enunciados que apontem para o interlocutor que ele não assume a responsabilidade enunciativa pelo conteúdo proposicional veiculado, marca distância em relação à enunciação.

O mediativo permite que o interlocutor entenda que o locutor está veiculando informação a que ele teve conhecimento por uma das seguintes vias:

- a) relevam de conhecimentos geralmente admitidos ou transmitidos pela tradição;
- b) chegaram ao seu conhecimento por uma terceira pessoa ou por boatos;
- c) são inferidos por ele, a partir de índices observados, ou são o resultado de um raciocínio (GUENTCHÉVA, 1996, p. 47).

Quando um locutor em búlgaro faz uso de enunciados com esse valor semântico, indica para o interlocutor que não teve acesso direto à informação que ele está transmitindo. Ela marca, com recursos

11 Guentchéva entende que enunciou é enunciador, independentemente de assumir ou não a responsabilidade enunciativa pelo conteúdo proposicional. Encontra-se em seus trabalhos o uso dos termos locutor e enunciador de forma indistinta. Usamos o termo “locutor”, porque, diferentemente de Guentchéva, fazemos a distinção entre locutor e enunciador, nos seguintes termos: locutor é aquele que não assume a responsabilidade enunciativa pelo conteúdo proposicional do próprio dizer, enquanto o enunciador é aquele que assume a responsabilidade enunciativa, ou seja, assume a responsabilidade pelo conteúdo proposicional do próprio dizer.

morfológicos e sintáticos da língua, distanciamento do conteúdo proposicional do enunciado, ou pode revelar incerteza, ou fazer citação, evidenciando, assim, a não assunção da responsabilidade enunciativa. Ademais, o enunciado mediatizado não pode ser associado a critérios de verdade e nem de falsidade, na perspectiva da lógica formal e nem das línguas naturais. Em síntese, não há compromisso com a verdade, uma vez que o locutor não está na fonte do fato relatado, isto é, não observou o evento de forma direta.

Nessa direção, Guentchéva (1996) observa que enunciado(s) em relatos mediatizados¹² não são centrados no enunciador, no que diz respeito ao processo referencial de espaço e de tempo. Isso se explica, tendo em vista o relato não ser de experiência vicária, mas ser sobre eventos de terceiros. Essa autora lembra que

a teoria da enunciação coloca o enunciador no centro de toda enunciação, mas no caso do mediativo, trata-se de um ato complexo de enunciação fundado em um 'relato mediativo' que o enunciador institui entre ele e o conteúdo proposicional de sua enunciação (GUENTCHÉVA, 2014, p. 40).

Por fim, reiteramos que o mediativo se reporta a fatos passados, está diretamente associado aos gêneros discursivos narrativos ou a gêneros discursivos em que neles predomine a sequência narrativa (ADAM, 2011, 2019). Em razão disso, incita a presença da sequência descritiva (ADAM, 2011, 2019). Em suma, a narração se dá na 3ª pessoa do singular ou do plural, constitui-se de eventos que não estão ligados ao narrador nem no tempo, nem no espaço, uma vez que não se trata de experiência vicária do narrador. Esclarecemos que Guentchéva (2014) adverte que o uso da expressão "narração mediatizada" é complexo, porque remete à mídia, enquanto a categoria do mediativo ocorre em narrativas não apenas da mídia, mas em narrativas de diferentes situações enunciativas.

12 Que vêm da mídia.

HENNING NØLKE

A atividade enunciativa em Henning Nølle pode ser encontrada, sobretudo, na proposta teórica conhecida como ScaPoLine ou Teoria Escandinava da Polifonia Linguística. Nølle, Fløttum e Norén (2004) propõem a ScaPoLine como uma “teoria enunciativa, semântica, discursiva, estruturalista e instrucional¹³” (NØLKE; FLØTTUM; NORÉN, 2004, p. 28) e, objetivando especificar os níveis de análise da polifonia, Nølle (2009) diferencia “a *estrutura polifônica* (denominada *estrutura-p*) da *configuração polifônica* (denominada *configuração*)¹⁴” (NØLKE, 2009, p. 18-19) e diz que a

estrutura-p fornece as instruções relativas à interpretação polifônica, ou mais precisamente, às interpretações possíveis da enunciação. O resultado desse procedimento é a criação da configuração polifônica [...] que se compõe de quatro elementos fundamentais¹⁵ (NØLKE, 2009, p. 18-19):

- i. O *locutor enquanto construtor* (LOC): assume a responsabilidade da enunciação e está sempre presente na configuração, na medida em que ele é o construtor do sentido (NØLKE, 2001, 2009);
- ii. Os *pontos de vista* (pdv¹⁶): entidades semânticas portadoras de uma fonte da qual se diz ter o pdv. A noção de pdv é um dos conceitos principais da ScaPoLine e é entendida como uma “entidade semântica composta de uma fonte, de um julgamento

13 Théorie énonciative, sémantique, discursive, structuraliste et instructionnelle ((NØLKE; FLØTTUM; NORÉN, 2004, p. 28, tradução nossa).

14 structure polyphonique (abrégée structure-p) de la configuration polyphonique (abrégée configuration) (NØLKE, 2009, p. 18-19, tradução nossa).

15 la structure-p fournit des instructions relatives à l'interprétation polyphonique, ou plus précisément aux interprétations possible de l'énoncé. Le résultat de ce procédé est la configuration polyphonique qui [...] se compose de quatre éléments fondamentaux (NØLKE, 2009, p. 18-19, tradução nossa).

16 Nølle usa a sigla em letras minúsculas.

e de um conteúdo¹⁷ (NØLKE; FLØTTUM; NORÉN, 2004, p. 31). A fórmula geral do pdv é encontrada em Nølke, Fløttum e Norén (2004, p. 31) como $[X]$ (*JULGA* (*p*)), onde *X* simboliza a fonte, *JULGA* o julgamento e *p* o conteúdo. Os pdv são divididos em simples e complexos. Os pdv complexos se subdividem em pdv hierárquicos e pdv relacionais;

iii. Os *seres discursivos* (*s-d*): entidades semânticas suscetíveis de saturar as fontes. Para Gomes (2016),

os seres discursivos são as imagens construídas pelo locutor dos distintos referentes discursivos, ou seja, são as entidades do universo discursivo que podem estabelecer laços de referência linguística. Eles podem ser designados como enunciadores do pdv, apresentando-se, portanto, como a fonte do pdv (GOMES, 2016, p. 79).

Nølke (2001, p. 5) distingue duas classes de *s-d*: a) os locutores-virtuais (LV) e b) os não locutores (NL). Já Nølke, Fløttum e Norén (2004, p. 23) repensam essa distinção e propõem que os *s-d* se agrupem em três classes de acordo com os referentes discursivos que são as imagens: a) as imagens de primeira pessoa; b) as imagens de segunda pessoa; e c) as imagens de terceira pessoa. As imagens de primeira pessoa são:

- *LOC*: constrói os seres discursivos como as imagens de diferentes pessoas linguísticas presentes no discurso e é o autor da enunciação, percebida como um evento histórico associado a uma situação enunciativa com tudo o que isso implica;
- *O locutor da enunciação* (*lo*): a única função do locutor da enunciação é ser a fonte da enunciação no momento exato da enunciação;
- *O locutor t^t: l^t* (*l* indicado por *t* (sendo diferente de *o*) refere-se à enunciação em questão): a única função de *l^t* é ser autor de uma

17 Entités sémantiques composées d'une source, d'un jugement et d'un contenu (NØLKE; FLØTTUM; NORÉN, 2004, p. 31, tradução nossa).

atividade enunciativa anterior ou posterior (t é um lo do passado ou do futuro);

- *O locutor textual L*: é apresentado como possuidor de todos os aspectos de uma pessoa completa. LOC pode construir uma imagem geral de si mesmo ou uma imagem de si em outro momento da história.

Quanto às imagens de segunda pessoa, Nølke, Fløttum e Norén (2004) afirmam que são:

- *O alocutário textual A*: é a fonte de um pdv que o alocutário tinha antes de sua enunciação e que ele sempre tem. A é apresentado como possuidor de todos os aspectos de uma pessoa completa. LOC pode construir uma imagem geral do alocutário ou uma imagem dele próprio em outro momento da história;
- *O alocutário da enunciação a^t* : é a fonte de um pdv que o alocutário tinha no momento t ($\neq o$) onde ele construiu a enunciação E^t .

No que concerne às imagens de terceira pessoa, Nølke, Fløttum e Norén (2004) as dividem em:

- *As terceiras pessoas individuais*: a) terceiras textuais (T); b) terceiras de enunciação (τ^t , $t \neq o$);
- *As terceiras pessoas coletivas*: a) terceiras heterogêneas (ON, ...); b) terceiras homogêneas (LEI, *doxa*, ideias recebidas, ...).

As terceiras pessoas se distribuem em uma escala que vai desde as coletivas heterogêneas até as coletivas homogêneas. As terceiras coletivas heterogêneas, caracterizadas pela impessoalidade (ON), podem aparecer como: ON + L, + A; ON + L, - A; ON - L, + A; ON - L, - A (??) (interrogação do autor porque, segundo ele, não se sabe se pode ocorrer).

Os *elos enunciativos* (*elos*) unem os s-d aos pdv (NØLKE, 2009, p. 19) e têm por função primeira ligar os e-d aos pdv e podem ser divididos em dois tipos: a) elos de responsabilidade; b) elos de não responsabilidade.

Para Nølke, Fløttum e Norén (2004, p. 44), os elos de responsabilidade é o que há de mais importante para uma análise polifônica, na medida em que, para cada pdv, devemos perguntar *quem é responsável?* Para os autores, “a determinação dos elos faz parte dos princípios gerais que regem as regras de interpretação¹⁸” (NØLKE; FLØTTUM; NORÉN, 2004, p. 44), quais sejam:

- a) um s-d é responsável pelo pdv se e somente se esse s-d for a fonte do pdv;
- b) para cada pdv, onde lo não é responsável, o interpretador tende a estabelecer um elo de não responsabilidade específico entre lo e o pdv da ocorrência;
- c) o elo de responsabilidade é ao mesmo tempo indivisível e primordial; o elo de não responsabilidade se realiza em diferentes nuances semânticas (NØLKE; FLØTTUM; NORÉN, 2004, p. 44-45).

Em suma, Nølke, Fløttum e Norén (2004) afirmam que “ser a fonte de” ou “ser responsável por” é ser responsável pelas decisões presentes no pdv. Assim, para esses autores, dizer que X assume a responsabilidade de um pdv (X é a fonte de um pdv) significa que o conteúdo proposicional do pdv é verdadeiro para X; que X tem a ideia de adiantar o pdv; e que X leva em consideração todos os pontos de vista, bem como os sistemas de valores que emanam do pdv, incluindo sua argumentatividade.

18 La détermination des liens fait partie des principes généraux qui dirigent le processus d'interprétation (TRADUÇÃO NOSSA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresentamos um pouco da pluralidade de abordagens teóricas circunscritas ao universo dos estudos enunciativos. Nessa direção, focalizamos Gustave Guillaume (francês), considerado o precursor da teoria das operações enunciativas. Na sequência, Charles Bally (suíço), que propôs a distinção entre *modus* e *dictum*, entre outras contribuições. Por seu turno, Émile Benveniste (sírio, naturalizado francês) se notabilizou por ter sido o primeiro linguista a desenvolver um modelo de análise linguística especificamente voltado para a enunciação. Oswald Ducrot (francês) ficou célebre ao propor a Teoria Polifônica da Enunciação. Alain Rabatel (francês) ganhou notoriedade com os estudos sobre o Ponto de Vista e a Responsabilidade Enunciativa. Zlatka Guentchéva (búlgara) torna-se uma autoridade científica por seus trabalhos acerca do mediativo e da mediatividade. Por fim, Henning Nølle (dinamarquês) propôs com Fløttum e Norén a Teoria Escandinava da Polifonia Linguística (ScaPoLine).

Para definirmos a ordem de aparição desses autores no texto, seguimos um critério cronológico concernente aos três primeiros. Os outros quatro, por continuarem produzindo no âmbito da perspectiva teórica proposta, foram colocados indistintamente.

Isso posto, desejamos que a leitura realizada desperte ideias, conexões com os trabalhos em desenvolvimento e descobertas de novos horizontes na agenda de trabalho.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. La notion de texte. In: *Encyclopédie grammaticale du français*. Disponível em: <http://encyclogram.fr>. Acesso em: 08 out. 2019.

ADAM, Jean-Michel. *Souvent textes varient*: génétique, intertextualité, édition et traduction. Paris: Classiques Garnier, 2018.

ADAM, Jean-Michel. Analyse Textuelle des Discours: niveaux ou plan d'analyse. *Filologia e linguística portuguesa*, São Paulo, v. 2, n. 14, p. 190-201, 2012.

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual*: uma introdução à análise textual dos discursos. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. *Éléments de linguistique textuelle*: théorie et pratique de l'analyse textuelle. Liège: Pierre Mardaga, 1990.

BALLY, C. *El lenguaje y la vida*. Buenos Aires: Losada, 1941.

BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. Paris: Librairie Ernest Leroux, 1932.

BARBISAN, L. B. O sentido no discurso: o olhar da Teoria da Argumentação na Língua. In: FANTI, M. da G. di.; BARBISAN, L. B. (orgs.). *Enunciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 133-151.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2013.

FLORES, V. do N. et al. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2011.

GOMES, A. T. *A responsabilidade enunciativa na sentença judicial condenatória*: uma análise textual-discursiva. Saarbrücken, Deutschland: OmniScriptum, 2016.

GUENTCHÉVA, Z. The Bulgarian future in light of the temporal frames of reference. In: GUENTCHÉVA, Z. (Ed.). *Aspectuality and Temporality*: descriptive and theoretical issues. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2016. p. 679-701.

GUENTCHÉVA, Z. Peut-on identifier, et comment, les marqueurs dits 'médiatifs'? In: ANSCOMBRE, J-C.e; OPPERMANN-MARSAUX, E.; RODRÍGUEZ SOMOLINOS, A. (Eds.) *Médiativité, polyphonie et modalité en français*: étude synchroniques et diachroniques. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2014. p. 35-59.

GUENTCHÉVA, Z. L`opération de prise en charge et la notion de médiativité. In: DENDALE, P.; COLTIER, D. (Dir.) *La prise en charge énonciative: études théoriques et empiriques*. Bruxelles: De Boeck Duculot, 2011. p. 177-142.

GUENTCHÉVA, Z. (Ed.). *L'énonciation médiatisée*. Louvain: Peeters, 1996.

GUENTCHÉVA, Z. Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français, *Langue française*, p. 8-23, 1994.

GUILLAUME, G. *Le problème de l'article et sa solution dans la langue française*. Paris: Hachette, 1919.

GUILLAUME, G. *Temps et verbe*. Théorie des aspects, des modes et des temps. Paris: Champion, 1929.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation*. De la subjectivité dans le langage. Paris: Armand Colin, 1999.

MALDIDIER, D.; NORMAND, C.; ROBIN, R. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010. p. 61-97.

NØLKE, H. La polyphonie de la ScaPoLine 2008. In: KRATSCHMER, A.; BIRKELUND, M.; THERKELSEN, R. (Ed.). *La polyphonie: outil heuristique linguistique, littéraire et culturel*. Berlin: Frank & Time GmbH, 2009. p. 11-40.

NØLKE, H. La ScaPoLine 2001: Version révisée de la théorie Scandinave de la Polyphonie Linguistique. *Polifoni*, 2001. Disponível em: http://www.hum.au.dk/romansk/polyfoni/Polyphonie_III/Henning_Nolke.htm. Acesso em: 25 abr. 2020.

NØLKE, H.; FLØTTUM, K.; NORÉN, C. *ScaPoLine: la théorie scandinave de la polyphonie linguistique*. Paris: Kimé, 2004.

OLANO, C. O. *Análisis lingüístico del discurso: la lingüística enunciativa*. Madrid: Ediciones académicas, 2006.

RABATEL, A. *Pour une lecture linguistique et critique des médias: empathie, éthique, point(s) de vue*. Limoges: Lambert-Lucas, 2017.

RABATEL, A. Diversités de points de vue et mobilité empathique. In: COLAS-BLAISE, Marion; PERRIN, Laurent; TORE, Gian Maria (Dir.) *L'énonciation aujourd'hui: un concept clé des sciences du langage*. Limoges: Lambert-Lucas, 2016. p. 135-150.

RABATEL, A. Postures énonciatives, variable générique et stratégies de positionnement. In: ANGERMULLER, Johannes; PHILIPPE, Gilles (orgs.). *Analyse du discours et dispositifs d'énonciation: autour des travaux de Dominique Maingueneau*. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p.125-135.

RABATEL, A. A. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée, *Langue française*, n. 162, p. 71-87, 2009.

RODRIGUES, M. das G. S. Sentenças condenatórias: plano de texto e responsabilidade enunciativa. In: PINTO, R.; CABRAL, A. L. T.; RODRIGUES, M. das G. S. *Linguagem e direito: perspectivas teóricas e práticas*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 129-144.

RODRIGUES, M. das G. S. Sentenças judiciais: instâncias enunciativas constitutivas e responsabilidade enunciativa. In: TOMAZI, M. M.; ROCHA, L. H. P. da; POMPEU, J. C. (orgs.). *Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito*. São Paulo: Terracota, 2016a. p. 203-2015.

5

Alena Ciulla

A DISTINÇÃO DE PESSOA E ALGUNS ASPECTOS DA CONTRIBUIÇÃO DE BENVENISTE PARA O ESTUDO DA ENUNCIÇÃO

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.120.151-173

Resumo:

Émile Benveniste contribui inegavelmente para os estudos linguísticos e é frequentemente reconhecido por abordagens que valorizam aspectos enunciativos. A noção de enunciação, na leitura de sua obra por muitos autores, está fortemente associada ao ato individual do locutor que, ao tomar a palavra, institui um centro de referência, a partir do qual tudo que é dito é organizado. Contudo, para compreender como funciona esse centro de referência, é preciso, antes, compreender a distinção benvenistiana de pessoa e não pessoa. A essa distinção, estão ligadas muitas questões fundamentais para a enunciação, como a (inter)subjetividade, os diferentes modos de linguagem e planos de enunciação e a relação da linguagem com a sociedade. Neste capítulo, apresentaremos, em linhas gerais, alguns pontos da obra do autor que sustentam essas afirmações, oferecendo uma visão do alcance da obra de Benveniste, que não se circunscreve à questão da alocação, mas pode fundamentar estudos enunciativos em outros domínios.

Palavras-chave:

Enunciação; Categoria de pessoa; Benveniste.

INTRODUÇÃO

Émile Benveniste é um autor frequentemente citado, tanto pela sua contribuição para a constituição do que passou a se chamar *Teoria da Enunciação*, quanto para outros estudos textuais e/ou discursivos, em que de algum modo os âmbitos do enunciativo e da língua em funcionamento são considerados. Três questões devem ser apontadas, no entanto, antes de adentrarmos qualquer leitura deste autor: a primeira delas é no que diz respeito à amplitude de sua obra; a segunda é no que concerne à “incompletude de uma teoria enunciativa benvenistiana”, conforme salienta Flores (2013, p. 28); e a terceira diz respeito à constituição de uma Linguística da Enunciação, que tem seus métodos e objetos próprios.

Ao longo da obra de Benveniste, de acordo com Flores (2013), encontramos textos sobre muitos assuntos, que ultrapassam o campo da enunciação, dialogando com diversas áreas, como a Filosofia, a Psicanálise, a Sociologia e a Antropologia. Benveniste publicou 18 livros, aproximadamente 300 artigos, mais de 300 resenhas e 34 comunicações, entre outros. Assim, a conclusão de Flores (2013, p. 22) é a de que, em se tratando de estudar Benveniste, “é necessário escolher um ponto de vista a partir do qual se torne possível selecionar um corpus textual de pesquisa” (FLORES, 2013, p. 22).

A segunda questão a ser observada é o fato de que Benveniste não teria propriamente construído uma teoria acabada sobre enunciação, mas seus textos devem ser considerados “em conjunto, e cada um em particular, uma contribuição ao grande problema da linguagem” (BENVENISTE, 2005, *prefácio*). E, juntamente com essa questão, o pesquisador deve levar em conta encontrar um caminho para os problemas de cronologia e flutuação terminológica com que nos deparamos ao ler sua obra. É preciso procurar compreender, texto

a texto, em uma leitura cuidadosa, quais as questões que estão sendo mobilizadas ali¹⁹. Assim, e talvez essa seja mais uma das riquezas de seu legado, é preciso reconstruir um fio condutor de sua reflexão, para cada texto, para cada categoria de análise.

Complementando essa introdução sobre o que consideramos ser importante para compreender Benveniste, citamos Flores e Teixeira (2005):

Vale lembrar que as teorias da enunciação estudam as marcas do sujeito no enunciado e não o próprio sujeito. Claudine Normand (1996), referindo-se a Émile Benveniste, diz que a teoria da enunciação supõe um sujeito, mas não faz teoria sobre ele, pois seu interesse é propriamente o sentido (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 11).

De fato, para Benveniste (2006), “antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é o seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano” (BENVENISTE, 2006, p. 222). Além disso, a questão da subjetividade, para o autor, está sempre relacionada à linguagem, à inseparável relação do homem com a linguagem: o fundamento da subjetividade é determinado pelo *status* linguístico da pessoa, e “a ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 2005, p. 286). No caso, então, de se buscarem pressupostos enunciativos em Benveniste, como o da subjetividade, por exemplo, frequentemente citado, é preciso reconhecer o objeto de sua reflexão – que não é exatamente o sujeito, mas de que modo o sujeito se apresenta na linguagem, como se constitui na linguagem, qual sua importância e papel na linguagem, etc. A terceira questão está a essa relacionada: ao tomar de empréstimo categorias de análise de Benveniste (ou de qualquer outro autor), sem

19 Aconselhamos a leitura de *Introdução à Teoria Enunciativa de Benveniste* (FLORES, 2013) como um guia de estudos benvenistianos. Seu autor, Valdir do Nascimento Flores, além de um especialista em Benveniste, com várias publicações e cursos ministrados, é um dos fundadores dos estudos do campo *Linguística da Enunciação no Brasil*.

levar em conta todo o aparato teórico que as suporta, corre-se o risco de proceder a um trabalho superficial e inconsistente.

Após essa pequena advertência, apresentamos o nosso ponto inicial, aqui, que será a distinção entre as categorias de pessoa e não pessoa em Benveniste. Qual a razão de trazer esse assunto à discussão? De acordo com Lahud (1979), a definição de pessoa é “a peça principal à qual se prendem todas as outras” (LAHUD, 1979, p. 106) – especialmente, acrescentamos, quando se trata de compreender o que é e como funciona a enunciação, conforme as postulações de Benveniste. Mas, além disso, uma leitura elaborada da distinção pessoa/não pessoa abre a possibilidade de alcançar, a partir do texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), por exemplo, conforme Flores (2013), o domínio não estritamente linguístico, situando o falante na sociedade, na condição de participante e testemunha da organização social e política. Assim, muito mais do que uma questão puramente formal, a distinção da categoria de pessoa promove uma profunda reflexão sobre a linguagem e sobre a relação da linguagem com o homem em sociedade.

A DISTINÇÃO DAS CATEGORIAS DE PESSOA

O *corpus* de investigação, para esta parte, é composto pelos textos *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *As relações de tempo no verbo francês* (1959), *A natureza dos pronomes* (1956) e *Da subjetividade na linguagem* (1958), publicados em Benveniste (2005), que são os textos em que o autor constrói sua definição fundamental de pessoa e que se constitui como ponto de apoio para o seu conceito de subjetividade e de enunciação.

Primeiramente, Benveniste critica a classificação tradicional das pessoas verbais, que as define com base na correspondência

aos seres de “eu” e “tu”, o que não passa de uma transposição pseudolinguística, nas palavras do autor, de diferenças que têm, de fato, uma natureza lexical. Assim, as denominações de primeira, segunda e terceira pessoa não informam sobre a categoria linguística a que pertencem, nem sobre o conteúdo que implicam, nem sobre as relações que estabelecem com as diferentes pessoas. Benveniste defende, então, uma investigação sobre como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras, alegando que somente se pode atingi-las pelo que as diferencia (BENVENISTE, 2005). Chamamos a atenção para o fato de que, para Benveniste, *eu* e *tu* são categorias da língua e não entes do mundo – o que é, aliás, um princípio que está na origem da crítica à gramática tradicional.

Na gramática do árabe, é revelada a primeira grande disparidade entre as pessoas: o próprio significado da palavra em árabe que indica a primeira pessoa é “aquele que fala”, o da segunda pessoa é “aquele a quem nos dirigimos”, mas o da terceira pessoa é “aquele que está ausente”. Nota-se, então, que, ao passo que, nas duas primeiras pessoas, há uma pessoa implicada e, concomitantemente, um discurso sobre essa pessoa, na terceira há apenas um predicado que é enunciado, ausente da relação *eu-tu*.

O ponto a ressaltar é o de que, quando alguém toma a palavra e enuncia “eu”, estabelece um *tu*, compulsoriamente, a quem se dirige. Assim, essas duas pessoas são sempre implicadas no que é dito. Por outro lado, *e/le* será sempre o ausente da relação *eu-tu* e, por isso, o seu enunciado será somente um predicado não imputável a *eu*. Benveniste (2005) afirma, então:

Estamos aqui no centro do problema. A forma dita de terceira pessoa comporta uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não que está relacionada a uma “pessoa” específica. O elemento variável e propriamente “pessoal” dessas denominações falta aqui. É bem o ausente dos gramáticos

árabes. Só apresenta o invariante inerente a toda forma de uma conjugação (BENVENISTE, 2005, p. 250)²⁰.

As verdadeiras pessoas são, então, *eu* e *tu*, pois são os únicos que participam do ato enunciativo. A partir disso, mais três características singulares da relação *eu-tu* são assinaladas por Benveniste. A primeira delas é a de que *eu-tu* são *inversíveis*, já que a cada vez que um *eu* toma a palavra, seu interlocutor torna-se um *tu*, o que pode ser repetido a cada troca. Com *e/e* não é possível fazer essa troca, pois *e/e* nem pode tomar a palavra e se dirigir a um *tu*, nem pode ser o alocutário de *eu*.

A segunda característica é o da *unidade específica* das pessoas: *eu* e *tu* são únicos, pois alternam papéis entre si e somente entre si, a cada troca de turnos e a cada situação enunciativa, designando somente “aquele que fala” e “aquele a quem *eu* se dirige”, enquanto que *e/e* pode ser uma infinidade de indivíduos e coisas (“alguém ou aquilo de que se fala”).

Como terceira característica, Benveniste apresenta a não homogeneidade entre *eu* e *tu*, apesar de compartilharem a característica da pessoalidade: por *tu* estar em relação de polaridade com *eu* no discurso, é sempre *não subjetivo* ou um *não eu*. A única pessoa marcada pelo traço da subjetividade, de acordo com o autor, é *eu*: “pode-se, então, definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, diante da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas ‘pessoas’ se oporão juntas à forma de ‘não pessoa’ (= ‘ele’)” (BENVENISTE, 2005, p. 255).

Ao propor assim a oposição entre pessoa e não pessoa, Benveniste não apenas desfaz a aparente homogeneidade em que a terminologia da nossa tradição gramatical nos faz acreditar, mas aponta

20 Consultamos os originais, em francês, cuja referência é Benveniste (1966) e Benveniste (1974), para as citações e fizemos pequenas alterações, quando achamos necessário, e, por isso, elas podem apresentar variações em relação às edições brasileiras. Todas as alterações das traduções são de responsabilidade da autora deste capítulo.

para uma regularidade das línguas em enfatizar o sujeito, “o único que pode manifestar”, e a “terceira pessoa”, como a categoria que “é a única pela qual uma coisa é predicada verbalmente” (BENVENISTE, 2005, p. 253, grifo do autor). E, além disso, fundamenta suas postulações em princípios linguísticos, ressaltando as características da categoria como pessoas do discurso, e não como entes empíricos.

A partir da distinção de pessoa e não pessoa, Benveniste propõe dois diferentes modos de linguagem, os quais seriam, de um lado, o das *instâncias de discurso* e, de outro, o da *sintaxe da língua*. À sintaxe da língua, estariam associados os elementos, como o pronome *ele*, que encontra na própria sintaxe do enunciado a sua relação, como em “Pedro está doente. Ele está com febre” (BENVENISTE, 2005, p. 282). Este tipo de pronome opera uma substituição, representando sintaticamente o referente de *Pedro*, conforme o autor²¹.

Para um desenvolvimento dessa explicação, podemos dizer que o pronome *e/e* encontra o referente que representa na linearidade do enunciado, ao associar-se a *Pedro*, sem precisar recorrer a informações que dizem respeito ao locutor. Esse funcionamento dos pronomes realiza-se, portanto, no âmbito mesmo da sintaxe do enunciado, sem a ancoragem na situação enunciativa. E aqui se justifica a oposição que Benveniste faz, quando alega que os elementos de primeira pessoa

21 Faz-se necessário salientar que a substituição e a representação sintática operadas por pronomes de terceira pessoa (ou não pessoa), conforme descritas neste trecho por Benveniste, não fazem justiça aos importantes papéis de progressão textual que as retomadas anafóricas desempenham no texto, como a Linguística Textual vem mostrando, especialmente a partir da década de 80. De um ponto de vista textual, a função desses elementos de retomada, mesmo os pronomes, vai muito além da mera substituição e está intimamente relacionada à produção de sentidos dos enunciados. Contudo, neste trabalho, nosso intuito é, primeiramente, compreender a distinção entre os domínios da pessoa e o da não pessoa, seguindo os passos de Benveniste e, como nos indica a própria terminologia do autor, estamos, neste ponto da reflexão e da obra de Benveniste, no domínio da sintaxe e não do texto.

remetem em outro modo de linguagem, pois se referem às instâncias de discurso²² que os contêm.

Descortina-se aqui mais um aspecto importante sobre as diferentes categorias de pessoa. Cada modo de linguagem comporta tipos diferentes de enunciado, como vimos: os não marcados pela pessoa, proferidos por um locutor que não se mostra, mas refere entidades já introduzidas no enunciado, e os marcados, em que a categoria de pessoa aparece e remete obrigatoriamente à instância de discurso do locutor. Se em um modo, então, a interferência do ponto de vista locutor não é subjetivamente marcada, e o que é enunciado é dado a interpretar como um fato em relação ao que já foi dito, no outro modo de linguagem, aparece o locutor, que se coloca, remetendo a si próprio como o responsável por aquele enunciado.

Observamos novamente, antes de prosseguir, que não se trata de uma distinção meramente formal, mas de uma questão fundamental sobre o *tipo de realidade* a que remetem *pessoa*, de um lado, e *não pessoa*, de outro. No modo da não pessoa, nas palavras de Benveniste, a realidade referida é “objetiva”, em oposição à realidade “subjetiva” a que remete à pessoa. Isso não quer dizer que há uma realidade absoluta a qual pode ser referida tal como é, objetivamente, mas que a linguagem nos propicia simular uma espécie de *ilusão objetiva*, através da possibilidade de referir sem deixar marcas do próprio dizer. Por outro lado, também há a possibilidade de, ao contrário, impregnar o enunciado com a marca de pessoa e balizar o que é dito a partir da própria instância de discurso. As realidades que estão em jogo aqui não têm a ver com uma oposição entre fatos reais e versão de fatos reais, mas trata-se de analisar a realidade a que remete o enunciado, cuja enunciação é marcada ou não pela categoria de pessoa e, assim,

22 Lembramos que discurso, em um primeiro momento, especialmente na expressão *instância de discurso*, enfatiza o funcionamento enunciativo dos indicadores de subjetividade. De acordo com Flores (2013), o termo vai recebendo novas especificidades de sentido ao longo da obra, incluindo a de *discurso* como manifestação, como produto da enunciação.

remete ou não à realidade subjetiva, isto é, à realidade do discurso, que é, como já dissemos, a da instância de quem diz “eu”. As duas realidades são, portanto, linguísticas e não mundanas, nem “realistas”. No entanto, *eu* somente pode ser definido em termos de locução, e não em termos de objeto (BENVENISTE, 2005). *Eu* não aponta para um referente, mas para o discurso que instaura, no momento em que um locutor diz “eu”. Já os elementos de não pessoa – e aí se incluem os pronomes chamados de “terceira pessoa” na gramática tradicional e também os nomes lexicais – são categorias próprias para a designação de objetos. Daí a oposição *realidade objetiva* vs. *realidade subjetiva*.

Na oposição com os nomes lexicais, o autor mostra e reforça, mais uma vez, como se destacam os indicadores de pessoa de todos os outros elementos da língua:

(...) destacaremos uma propriedade fundamental e, além disso, manifesta, de *eu* e *tu* na organização referencial dos signos linguísticos. Cada instância de emprego de um nome se refere a uma noção constante e “objetiva”, apta a permanecer virtual ou a se atualizar em um objeto singular, que perdura sempre idêntica na representação que desperta. Mas as instâncias de emprego de *eu* não se constituem em uma classe de referência, já que não há objeto definível como *eu*, ao qual possa remeter identicamente essas instâncias. Cada *eu* tem sua referência própria e corresponde a cada vez a um ser único, posto como tal (BENVENISTE, 2005, p. 279).

Há uma discussão bastante complexa, envolvida nessa questão, que diz respeito às propriedades extensionais dos elementos lexicais da língua: é nesse ponto que Benveniste toca, quando afirma que *eu* não possui “uma classe de referência” e os considera como “signos vazios”.

Se comparados aos nomes, há uma grande diferença, de fato, já que o léxico da língua oferece a extensão de todas as classes de objetos a que os nomes podem se referir. Assim, ainda que a atribuição

de sentido dependa de uma série de outros fatores, incluindo a constante recategorização promovida pelos processos referenciais²³, a escolha de um nome que designa os objetos é feita pelo locutor a partir de um *denotatum* definido previamente pelo léxico da língua, ao passo que, para *eu*, o próprio *denotatum* não especifica objetos a que pode se referir, mas uma variável, que é o indivíduo que toma a palavra e diz “eu”. Diante disso, consideramos, juntamente com Kleiber (1986), que elementos como *eu* e *tu* não são signos totalmente vazios, pois podem ser definidos pelas suas funções gramaticais: o primeiro como “o que designa o locutor”, o segundo como “o que designa aquele a quem o locutor se dirige”. Mas precisamos reconhecer, ao lado de Benveniste (2005), que não referem da mesma maneira que outros elementos, pois remetem à própria instância de emprego realizada no instante e pelo instante da enunciação. Como já mencionado, *eu* e *tu* não referem os objetos *eu* e *tu*, mas a sua instância de emprego. Essa é a condição única desses elementos, a partir da qual, mais adiante, Benveniste (2005) define a dêixis²⁴.

Também o verbo e o tempo revelam as diferentes relações das categorias de pessoa, conforme veremos a seguir.

Os verbos de fala

Conforme Lahud (1979), antes sequer da edição da célebre publicação de Austin, *How to do things with words*, e da propagação de suas ideias, a partir das quais ficou conhecida a Teoria dos Atos de Fala, Benveniste, em *Da subjetividade na linguagem* (1958), chamava a atenção para o que denominou como *verbos de fala*, que, além de sua peculiaridade em relação à subjetividade, também

23 Ver Ciulla (2008) para uma análise textual dos processos referenciais.

24 Ver Ciulla (2020) para outros aspectos dessa discussão, mais relacionadas à dêixis.

revelam uma não homogeneidade no que diz respeito às três tradicionais pessoas verbais.

Diferentemente de verbos como *comer* em *eu como*, que fornecem a descrição de uma ação, *supor*, *presumir* e *concluir* em *eu suponho*, *eu presumo* e *eu concluo* implicam uma atitude de quem enuncia, e não uma descrição da ação. Em todas essas situações, há uma implicação na sequência: *suponho que algo tenha acontecido* ou *algo vá acontecer*, *presumo* ou *concluo que tal coisa*, etc. e é sobre esse enunciado que os verbos de fala incidem: “incluindo em meu discurso *eu suponho*, *eu presumo*, implico que tomo certa atitude no que diz respeito ao enunciado que vem a seguir” (BENVENISTE, 2005, p. 291). A forma verbal pessoal fornece o contexto subjetivo do enunciado de dúvida, presunção ou inferência, por exemplo, que caracteriza a atitude do locutor diante do enunciado que ele profere. E essa manifestação somente acontece na primeira pessoa: na segunda, em *tu supões*, *tu presumes* e *tu concluis*, há apenas a constatação da atitude do outro.

Também na oposição entre primeira e terceira pessoa com verbos de fala, Benveniste observa que, por exemplo: se, em *eu juro*, a própria enunciação é um ato de compromisso, em *ele jura* trata-se apenas de uma descrição, o que comprova que esse sentido é dado pela subjetividade (expressa pelas marcas de primeira pessoa) e não pelo sentido do verbo.

Benveniste mostra, então, diferentes relações, engendradas pelas diferentes pessoas, salientando como a subjetividade surge no interior da própria língua – dessa vez associada a verbos de uma classe especial, os verbos de fala, que são assim denominados por apresentarem essas características diferenciadas, o que se verifica somente em seu emprego.

O tempo

A partir do exame do sistema verbal do francês, e especialmente das formas do aoristo, Benveniste sugere uma avaliação de outro ponto de vista para os verbos, que não os tradicionais paradigmas de tempo, modo e aspecto:

Os paradigmas das gramáticas levam a crer que todas as formas verbais originadas de um mesmo tema pertencem todos à mesma conjugação, em virtude unicamente da morfologia. Mas nos propomos de mostrar aqui que a organização do tempo se estabelece a partir de princípios menos evidentes e mais complexos. Os tempos de um verbo francês não se empregam como os membros de um sistema único, eles se distribuem em dois sistemas distintos e complementares (...). Esses dois sistemas manifestam dois planos de enunciação diferentes, que nós distinguiremos como o da *história* e o do *discurso* (BENVENISTE, 2005, p. 261).

No *plano histórico*, o autor situa, tipicamente, as narrativas históricas, de acontecimentos em um determinado momento passado do tempo, que não implica o tempo de quem narra, de modo que tais acontecimentos são apresentados como fatos, sem nenhuma intervenção manifesta do locutor, isto é, sem análises ou comentários dos historiadores:

Definiremos a narrativa histórica como o modo de enunciação que exclui toda forma linguística “autobiográfica”. O historiador não dirá jamais *eu* nem *tu* nem *aqui* nem *agora*, porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa *eu:tu*. Assim, na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de “terceira pessoa” (BENVENISTE, 2005, p. 262).

Os tempos que a enunciação histórica comporta são os que podem ser empregados fora da pessoa de um narrador, como o “era uma vez...” dos contos de fada, por exemplo.

Quanto ao *plano do discurso*, em primeiro lugar, Benveniste (2005) alerta:

É preciso entender discurso na sua mais ampla extensão: toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro²⁵ (BENVENISTE, 2005, p. 267).

Neste plano, estão incluídos “todos os gêneros (...) nos quais o locutor organiza aquilo que diz na categoria de pessoa” (BENVENISTE, 2005, p. 267). Além dos diálogos orais mencionados pelo autor, podemos também citar como exemplos bastante típicos de textos desse plano os artigos de opinião e os panfletos, em que tanto o locutor se posiciona explicitamente, quanto engaja seu interlocutor. O tempo fundamental do plano discursivo é o presente – o presente é sempre o de quem enuncia e diz “eu”.

No plano do discurso, cabem, ainda, todas as formas verbais, cujo modo indica uma ação no passado, mas que tem alguma implicação no tempo atual. Ora, o tempo atual é o tempo do locutor e, por isso, ele aí está embutido. Quando o aspecto de um verbo no passado reflete uma relação cronológica de anterioridade no próprio enunciado, que se apresenta na “realidade objetiva”, portanto, o enunciado pertence ao plano histórico.

Qualquer texto pode ser avaliado em termos de planos de enunciação e, conforme lembra Benveniste (2005),

Na prática, passa-se de um ao outro instantaneamente. Cada vez que no seio de uma narrativa histórica aparece um discurso, quando o historiador, por exemplo, reproduz as palavras de uma personagem ou intervém, ele próprio, para julgar os

25 Vemos que Benveniste especifica discurso, aqui, de uma maneira um pouco diferente do que quando menciona *instância de discurso*, nas passagens dos textos que citamos. Em *instância de discurso*, citada anteriormente, a ênfase é o funcionamento dos indicadores de subjetividade, e, no trecho acima, discurso é quase um sinônimo de *enunciação*, isto é, situação em que um enunciado é produzido, com ênfase na intersubjetividade e na persuasão.

acontecimentos referidos, se passa a outro sistema temporal, o do discurso. O próprio da linguagem consiste em permitir essas transferências instantâneas (BENVENISTE, 2005, p. 267).

Novamente, a identificação da marca de pessoa nos enunciados, nesse caso muitas vezes também “embutida” nas formas verbais dos enunciados, ou a sua ausência, revela um aspecto da linguagem que nos permite interagir e significar, ora se colocando no próprio dizer, mostrando-se testemunha e ao mesmo tempo convocando o outro a reagir, ora retirando-se, produzindo um efeito de distanciamento ou neutralidade.

A noção de subjetividade

De acordo com Flores (2013, p. 97), o texto *Da subjetividade na linguagem* é bastante especial, por vários motivos. Em primeiro lugar, por associar “o tema da subjetividade (...) à natureza da linguagem e não da língua” e, além disso, trazer “a reflexão antropológica da qual parte”. Efetivamente, ainda de acordo com Flores (2013), é somente após ter vinculado homem e linguagem, que Benveniste aborda a questão da subjetividade na linguagem. Diante de tamanha complexidade, tentaremos mostrar, mantendo o foco deste capítulo, como atua a distinção das categorias de pessoa nesse texto, a partir das questões que decorrem da seguinte passagem:

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito” (...) não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que diz ego. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo status linguístico da “pessoa” (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Notamos, na citação acima, a preocupação de Benveniste em ressaltar a subjetividade no que diz respeito à capacidade do locutor de

se posicionar como sujeito, através da marca de pessoa. Há também, nesse trecho, importantes pistas para a definição, não somente de *subjetividade*, mas também de *sujeito* e de *pessoa*. Primeiramente, chamamos a atenção para o fato de que, como Flores (2013) observa:

homem, locutor, sujeito, pessoa e eu são todos termos que não se equivalem conceitualmente. *Homem* é o termo que designa o ponto de partida antropológico de Benveniste nesse texto. O homem é homem porque tem linguagem (...).

O *locutor* é o responsável pela apropriação da língua. *Locutor*, portanto, não se equivale a *sujeito*: ele se apresenta na língua como sujeito. Vê-se aqui claramente o que quer dizer Benveniste ao afirmar que a subjetividade da qual fala é a passagem de *locutor* a *sujeito*. Seu interesse reside exatamente nessa passagem.

O *sujeito*, então, não é nem o *locutor*, nem o *homem*, mas uma instância que decorre da apropriação feita pelo *locutor*. Logo, o *sujeito* é um efeito da apropriação. Essa decorrência se marca linguisticamente através da categoria de *pessoa* (FLORES, 2013, p. 101).

Assim definidos esses termos, que podem, em uma leitura apressada, serem tomados como sinônimos, podemos observar a importância de cada um desses conceitos para a configuração daquilo que Benveniste propõe como *subjetividade*. É na *pessoa* que a linguagem encontra os meios de expressar a subjetividade: “a linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas” (BENVENISTE, 2005, p. 289).

Para Benveniste (2005, p. 287), além do mais, “uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível”, pois, sem essa distinção, não haveria como marcar a fala de cada indivíduo, tornando a linguagem um bloco único e infinito, inimaginável. O surgimento mesmo da linguagem não é considerado fora do contraste em relação ao outro. Com isso,

Benveniste (2005) salienta também o papel da intersubjetividade como fundador da linguagem:

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser me dirigindo a alguém, que será na minha alocução um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica em reciprocidade – que *eu* me torne *tu* na alocução daquele que, por sua vez, se designa por *eu*. Vemos aí um princípio cujas consequências é preciso desenvolver em todas as direções. A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso (BENVENISTE, 2005, p. 289).

Vale ressaltar ainda desse trecho que, para Benveniste, a relação eu/tu é “um princípio, que é preciso desenvolver em todas as direções”, ou seja, entre outras coisas, a relação de intersubjetividade não se limita ao diálogo entre dois indivíduos – esta seria unicamente uma situação pragmática – mas é entendida como um princípio dialógico da linguagem, em um sentido amplo, portanto, em que os dizeres individuais estão sempre em relação aos dizeres do outro – que não é apenas um outro na interlocução de uma situação concreta, mas representa todos os interlocutores virtuais, isto é, todo e qualquer falante que, potencialmente, pode se colocar na posição de *tu*. Relação essa que, como vimos, é sempre de simetria sob alguns aspectos, de polaridade, sob outros aspectos, e sempre complementar.

Falta ainda distinguir *eu* dos outros termos essenciais para compreender a *subjetividade*, conforme Benveniste a propõe no corpus que investigamos. *Eu* é uma categoria linguística, que marca a pessoa (lembrando que pode ser realizada por outras formas, que não o pronome, em línguas diferentes do português e do francês), e a característica fundamental dessa marca é a indicação da instância de discurso ou do ato de discurso no qual o locutor fala.

Por fim, lembramos:

É preciso ter em mente que a “3ª. pessoa” é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que não remete a uma pessoa, porque se refere a um objeto localizado fora da alocução. Mas ela somente existe e se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, ao enunciá-la, a situa como “não pessoa”. Está aí o seu estatuto. A forma *e/e...* tira seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu” (BENVENISTE, 2005, p. 292).

A não pessoa só é definida em contraste com a pessoa e por fazer parte de um discurso enunciado por *eu*. A tônica no conceito de *subjetividade* não é, portanto, como pode ser interpretada, de que apenas a pessoa interessa à enunciação. Flores (2013) acrescenta, ainda, sobre o contraste entre pessoa e não pessoa:

Em 1970, no *Aparelho formal da enunciação*, essas dicotomias tomam outra proporção, em função de Benveniste passar a ver, nesse texto, a língua em sua totalidade submetida à enunciação (FLORES, 2013, p. 121).

E, por isso, Flores (2013) aconselha a investigar o estatuto da não pessoa após a formulação apresentada em *Aparelho formal*. Ainda assim, ressaltamos que, muito provavelmente, sem conhecer esses textos iniciais de Benveniste, pouco se compreende do *Aparelho formal da enunciação* (bem como de outros textos desta fase de sua obra).

OUTROS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS TEÓRICOS A PARTIR DA DISTINÇÃO DE PESSOA

O papel dos estudos em enunciação é frequentemente associado à investigação das marcas do sujeito nos enunciados ou, em outras palavras, à “irrupção do discurso no interior da língua” (DUCROT; TODOROV, 2010[1972], p. 232-233). Acreditamos que podemos

encontrar, na obra de Benveniste, sim, vários pontos, como alguns dos que apresentamos, até aqui, que comprovam essa afirmação de Ducrot e Todorov (2010[1972]). Entretanto, a nosso ver, ainda que essa seja uma questão importante, a reflexão de Benveniste, ao longo de sua obra, não se circunscreve somente a esse apontar do próprio dizer – o que esperamos também já ter demonstrado, em parte, até aqui. Outra comprovação disso é o que nos apresenta uma leitura de *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, de 1968, cujo tema já se esboçara em *Da subjetividade da linguagem*, de 1958, conforme observa Flores (2013), na seguinte passagem:

Caem assim as antinomias de “eu” e do “outro”, do indivíduo e da sociedade. Dualidade que é ilegítimo e errôneo reduzir a um só termo original, quer esse termo único seja o *eu*, que deveria estar instalado na própria consciência para abrir-se então à do “próximo”, ou que, ao contrário, a sociedade, que preexistiria como totalidade ao indivíduo e da qual ele só se teria destacado à medida que adquirisse consciência de si. É numa realidade dialética que engloba os dois termos e os define pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade (BENVENISTE, 2005, p. 287).

Aqui fica evidenciada a relação de *eu/tu*, no aspecto em que *tu* é também o que constitui o outro na sociedade, conforme sugerimos. E se pode ver aí um momento em que Benveniste abre explicitamente a discussão, para dar entrada à relação da linguagem com a sociedade.

No texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, encontramos:

cada um fala a partir de si. Para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros. Entretanto, e talvez por causa disso, a língua que é assim a emanção irredutível do *eu* mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supra-individual e coextensiva a toda a coletividade (BENVENISTE, 2006, p. 101).

Revela-se aqui a relação paradoxal em que se encontra o falante na sociedade. Os indivíduos, embora se manifestem de maneira singular, em línguas particulares, do seu “irreduzível *eu*”, não podem se distanciar dos aspectos culturais e sociais que experimentam: a língua está impregnada do outro e do coletivo. A manifestação individual é, então, paradoxalmente “coextensiva a toda a coletividade”.

Benveniste (2006, p. 93) afirma, ainda, que linguagem e sociedade devem ser estudadas em conjunto, porque uma implica outra e porque “em conjunto elas nasceram”. A partir daí, explica o autor em que termos podem ser relacionadas linguagem e sociedade, chegando a duas postulações importantes: a de que “a língua inclui a sociedade” e a de que “a língua fornece a base constante e necessária da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 98). Sobre a primeira, que diz respeito à consideração da língua como interpretante da sociedade²⁶, não nos deteremos, pois exigiria uma discussão mais abrangente do que permite o escopo deste capítulo. Sobre a segunda, podemos nos pronunciar, ainda que brevemente, com base na discussão que apresentamos sobre a distinção pessoa/não pessoa, que Benveniste retoma, inclusive, nesse texto de 68:

A primeira, a oposição “eu-tu”, é uma estrutura de alocação pessoal que é exclusivamente inter-humana. Somente um código pessoal, religioso ou poético, autorizaria empregar esta oposição fora do meio humano.

A segunda oposição, a do eu-tu/ele, opondo a pessoa à não pessoa, efetua a operação da referência e fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é alocação. Temos aí o fundamento sobre o qual repousa o duplo sistema relacional da língua.

Aqui aparece uma nova configuração da língua que se acrescenta às outras duas que eu sumariamente analisei: é a inclusão do falante em seu discurso, a consideração pragmática que coloca

26 Ver, sobre essa discussão, Aresi (2018) e Rosário (2018).

a pessoa na sociedade como participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação (BENVENISTE, 2006, p. 101).

Ressaltamos dessa passagem, “a nova configuração que se acrescenta”, que é “a inclusão do falante em seu discurso, a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade”. Aqui, parece-nos, Benveniste sinaliza para outro tipo de análise, que escapa ao domínio do estritamente linguístico, já que diz respeito a considerações de ordem pragmática e social da linguagem. Contudo, é importante salientar, é pela distinção de pessoa que é possível, em parte, chegar nessa nova configuração, nesse outro tipo de análise. São as diferentes relações de pessoa que, originando e atuando em um “duplo sistema relacional”, permitem referir o próprio discurso e o discurso sobre as coisas, fornecendo o instrumento linguístico que permite “a inclusão do falante em seu discurso”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos, neste capítulo, uma importante discussão, que diz respeito ao funcionamento de recursos que os falantes dispõem, na língua, e que podem distinguir dois modos de linguagem, correspondendo aos domínios da pessoa e o da não pessoa – que é uma das implicações básicas da enunciação, permitindo falar em (inter)subjetividade, entre outras questões. Pela compreensão das “consequências” da distinção da categoria de pessoa, alcançamos um domínio que vai além da enunciação em si, meramente como alocação. Encontramos um fundamento para a própria linguagem, a qual é possível, em grande parte, porque, tendo sido construídos os recursos do duplo sistema relacional nas línguas, deles dispomos para referir e distinguir planos de enunciação. Além disso, na sequência

desses textos de que nos valem para mostrar esse raciocínio de Benveniste, chegamos a algo que pode se constituir na pedra fundamental para compreender também aspectos da relação entre a linguagem e a sociedade. Vislumbra-se, com apenas essa breve incursão, a possibilidade de, com base em Benveniste, alçar voo em direção a outros tipos de análise, de aspectos pragmáticos da linguagem, em relação com a sociedade.

Deixamos, então, a sugestão, para trabalhos futuros, de que seja buscado um aprofundamento sobre os possíveis desdobramentos dessa “nova configuração da língua” sugerida por Benveniste.

REFERÊNCIAS

- ARESI, Fábio. Língua e sociedade: horizontes teóricos da linguística de Émile Benveniste. In: SEMINÁRIO NACIONAL, 7., SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LÍNGUA E LITERATURA, 1, 2018, Passo Fundo. *Anais...* Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2018. Disponível em: https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/seminarioleitura/artigos-2018/ESTUDOS%20ENUNCIATIVOS%20F%a1bio%20Aresi.pdf. Acesso em: 02 maio 2020.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral, I*. Campinas: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral, II*. Campinas: Pontes, 2006.
- BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale, I*. Paris: Éditions Gallimard, 1966.
- BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale, II*. Paris: Éditions Gallimard, 1974.
- CIULLA, Alena. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. 2008. 201p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- CIULLA, Alena. Um lugar para a referência, sob um ponto de vista da enunciação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 60, n. 3, p. 1-18, set./dez. 2018.

CIULLA, Alena. A dêixis e a referência como diferentes modos de relação entre os signos e a enunciação. *In*: FERNANDES, Giovane Oliveira; ARESI, Fábio (Orgs.). *O universo benvenisteano: enunciação, sociedade e semiologia*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. (a sair).

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

KLEIBER, George. Déictiques, embrayeurs, “token-reflexives”, symboles indexicaux, etc.-comment les définir ? *L’Information Grammaticale*, n. 30, p. 3-22, 1986.

LAHUD, M. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.

ROSÁRIO, Heloísa Monteiro. *Um périplo benvenisteano*. 2018. 174p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

WEINRICH, Harald. *Le temps: le récit et le commentaire*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

6

Asterlindo Bandeira de Oliveira Junior

BAKHTIN E A ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.120.174-208

Resumo:

Apesar de nunca ter proposto uma teoria discursiva formal, o círculo de Bakhtin, sem dúvidas, trouxe importantes contribuições para os estudos linguísticos. Por conta disso, apresentamos aqui, de forma didática, os aspectos mais relevantes da Análise Dialógica do Discurso (ADD). Iniciamos expondo algumas considerações fundamentais para uma compreensão mais clara da ADD. Posteriormente, esclarecemos questões relevantes sobre Bakhtin e seu círculo. A partir daí apresentamos alguns conceitos essenciais da ADD. Demos destaque neste trabalho aos conceitos de: enunciado concreto, dialogismo, polifonia e gêneros do discurso. Ao final do texto, apresentamos algumas indicações de leitura, para aqueles que tenham interesse em se aprofundar no assunto.

Palavras-chave:

Análise Dialógica do Discurso; Bakhtin; Enunciado; Dialogismo.

INTRODUÇÃO - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTAIS PARA COMPREENDER OS POSTULADOS DE BAKHTIN

Desde o estruturalismo, os estudos linguísticos cresceram e se desenvolveram bastante. Ao estabelecer os primeiros métodos de análise da linguagem, Ferdinand de Saussure precisou fazer algumas escolhas teóricas. Seguindo um viés cientificista, tomou medidas para que a língua fosse estudada de forma objetiva e sistemática. Por isso mesmo, escolheu-a como seu objeto de estudos, deixando de lado a fala. Para ele, a fala seria heterogênea, individual, variável e subjetiva; logo, impossível de ser analisada cientificamente. No entanto, a língua, por ser homogênea, social, sistêmica e objetiva, tinha total condição de ser analisada de maneira metódica.

Embora atualmente sejam feitas duras críticas aos seus postulados, não se pode negar sua grande contribuição para os estudos linguísticos, nem o impacto que suas ideias trouxeram para esse campo e para muitos outros ramos das ciências humanas.

Todavia, os questionamentos feitos ao estruturalismo saussuriano também contribuíram para que os estudos da linguagem avançassem. Dentre muitas críticas dirigidas a essa linha teórica, destacamos aqui a que questiona o fato de a língua ser concebida de maneira completamente formal, separada de qualquer tipo de exterioridade. Em seus estudos, Saussure privilegiou um método de análise que não levava em conta o sujeito, o contexto, a ideologia e outros elementos fundamentais no processo de comunicação e/ou interação. Sua perspectiva era puramente estrutural e sistemática. No entanto, com o passar do tempo, os estudos linguísticos foram avançando e surgiram diversas abordagens teóricas que levavam em conta não apenas a formalidade da língua, mas também sua

funcionalidade, preocupando-se em “estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas” (CUNHA, 2008, p. 157).

Podemos afirmar que os estudos pertencentes ao campo discursivo se encontram na extremidade dessas abordagens, privilegiando a análise da língua de forma completamente contextualizada, ao invés de tomá-la de maneira meramente estrutural e isolada de elementos extralinguísticos. Assim, as linhas de análise do discurso mais populares aqui no Brasil privilegiam a avaliação de determinado enunciado a partir de suas condições de produção, estabelecendo, assim, um “link” indissociável entre ele e a exterioridade. Para Gregolin (1995), “empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu” (GREGOLIN, 1995, p. 20). Logo, uma das principais preocupações da análise do discurso (doravante AD) é compreender os processos de significações de um enunciado a partir de suas condições de produção, ou seja, entender como determinado sentido foi produzido em um contexto específico.

No entanto, é importante observar que a AD, em sentido lato (amplo), não pode ser compreendida como um campo teórico homogêneo e coeso. Na verdade, há atualmente diversas linhas de AD ao redor do mundo, com metodologias de análise e conceitos bem divergentes. “À análise do discurso podem-se atribuir definições as mais variadas: muito amplas, quando ela é considerada como um equivalente de ‘estudo do discurso’, ou restritivas, quando distinguimos diversos discursos que a tomam como objeto” (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2008, p. 43). Dentre os principais campos de estudos que tomam o discurso enquanto objeto, podemos citar: a análise do

discurso materialista²⁷ (tendo Michel Pêcheux como principal teórico); a análise crítica do discurso (tendo Norman Fairclough como importante teórico); a análise dialógica do discurso (proposta por Bakhtin) etc. Além dessas linhas específicas de ADs, podemos citar ainda diversos teóricos que se demoraram em análises discursivas, trazendo novos conceitos e abordagens, tais como: Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau, Van Dijk, dentre outros.

Vemos assim que o que denominamos atualmente de AD é um campo de estudos que permanece em formação, cujas fronteiras não estão ainda delimitadas de maneira precisa. Compreender isso é de fundamental importância para quem deseja entender a AD de forma ampla ou uma determinada linha em particular.

É comum que os estudantes, ao iniciarem seus estudos em AD, fiquem muito confusos com sua fundamentação teórica, seus conceitos e metodologias. Isso geralmente ocorre porque eles, ao tentarem buscar mais informações sobre ela, acabam tendo contato com fontes que abordam diferentes linhas da AD. Por exemplo, querendo compreender o conceito de ideologia na análise do discurso materialista, acabam pesquisando fontes que dizem respeito à análise crítica do discurso ou outra linha diferente daquela que realmente lhe interessa (também passei por isso). Isso dificulta muito na compreensão da teoria específica que se está buscando compreender.

Portanto, iniciamos nossa abordagem deixando claro que há grandes divergências entre as linhas da AD, e mesmo algumas dentro de uma mesma linha. Por isso, é importante ter ciência de que aqui serão apresentados alguns conceitos propalados por uma linha específica, a

²⁷ Importante destacar que esse campo outrora era conhecido apenas como análise do discurso. Porém, com o surgimento de outras análises do discurso ao redor do mundo, teve que mudar sua denominação, tornando-se, assim, análise do discurso de linha francesa. Entretanto, como na França também surgiram outras abordagens discursivas, convencionou-se denominá-la atualmente de análise do discurso materialista ou pecheutiana, a fim de evitar confusões terminológicas.

análise dialógica do discurso; que tem Bakhtin e seu círculo como os principais teóricos.

Outra importante observação a ser feita é que as abordagens da análise dialógica do discurso (doravante ADD) não devem ser vistas como um corpo teórico sistemático e delimitado de ideias, ou seja, o círculo de Bakhtin não propôs uma teoria formal de análise do discurso, como aconteceu, por exemplo, com a análise crítica do discurso ou com a análise do discurso materialista (pecheutiana). Na verdade, o que ocorreu foi que outros teóricos extraíram de seus escritos uma forma peculiar de enxergar e avaliar o discurso, sobretudo no que tange à questão do dialogismo. Brait (2012) concorda com essa posição. Ela afirma que “ninguém, em sã consciência, poderia dizer que Bakhtin tenha proposto formalmente uma teoria e/ou análise do discurso [...]” (BRAIT, 2012, p. 9). Posteriormente acrescenta:

Por essa razão, mesmo consciente de que Bakhtin, Volochínov, Medvedev e outros participantes do que atualmente se denomina Círculo de Bakhtin jamais tenham postulado um conjunto de preceitos sistematicamente organizados para funcionar como perspectiva teórico-analítica fechada, esse ensaio arrisca-se a sustentar que o conjunto de obras do círculo motivou o nascimento de uma análise/teoria dialógica do discurso, perspectiva cujas influências e consequências são visíveis nos estudos linguísticos e literários e, também, nas Ciências Humanas de maneira geral (BRAIT, 2012, p. 9-10).

Todavia, embora o círculo de Bakhtin não tenha sistematizado uma teoria específica, é inegável a contribuição que ele deu para os estudos da linguagem, possibilitando uma abordagem dialógica do discurso (dentre muitas outras coisas). Fica claro, então, que a ADD não surgiu como uma teoria linguística estruturada, mas é proveniente de diversas reflexões do grupo sobre a linguagem. Esse fato dará vazão à existência de algumas divergências conceituais entre teóricos que tomam a ADD como linha de pesquisa, o que também poderá confundir o entendimento daqueles que iniciam seus estudos em ADD.

A fim de facilitar a compreensão, neste trabalho apresentaremos apenas as definições mais aceitas atualmente pelos principais representantes desse campo teórico.

Objetivando uma facilitação no entendimento, é importante ainda ter ciência de que, embora Bakhtin (e seu círculo) tenha se utilizado de conhecimentos e conceitos da linguística para realizar suas abordagens, ele não se limitou a esse campo teórico. Ele mesmo relatou que “as relações dialógicas são extralinguísticas” (BRAIT, 2012, p. 12), afirmando também que seu campo de estudos, por ele denominado de Metalinguística, “ultrapassa os limites da Linguística e possui objeto autônomo e metas próprias” (BRAIT, 2012, p. 12).

Saber isso é importante, pois, ao adentrar nos estudos discursivos, muitos encontram dificuldades em compreender alguns conceitos, porque encaram as abordagens da ADD com uma mentalidade focada exclusivamente em pressupostos do campo da linguística, fechando a mente para perspectivas interdisciplinares, que envolvem conhecimentos de outras áreas. Para compreender os conceitos da ADD é preciso “libertar-se”, um pouco, das amarras dos estudos puramente linguísticos; embora esse campo não deixe de se constituir em um dos pilares das concepções bakhtinianas.

Essa maneira interdisciplinar de lidar com a linguagem é completamente coerente com uma abordagem dialógica, uma vez que, para existir diálogo, deve haver interação, retomada de diversas vozes. No caso aqui em questão, referimo-nos ao diálogo entre diferentes campos do conhecimento. Não há na ADD uma exclusividade para os postulados da linguística, porque estará aberta para dialogar com outros saberes. “O enfrentamento bakhtiniano da linguagem leva em conta, portanto, as particularidades discursivas que apontam para contextos mais amplos, para um extralinguístico aí incluído” (BRAIT, 2012, p. 12). Portanto, tomar a linguagem sob uma perspectiva mais ampla contribuirá muito para uma compreensão mais adequada da ADD.

O modo como Bakhtin consegue lidar com diferentes campos e propor questões tão amplas nos estudos linguísticos faz com que alguns teóricos, como Faraco (2010), defendam que, na verdade, seu trabalho esteja mais para o âmbito da filosofia do que efetivamente da ciência. Para ele, Bakhtin foi “antes de mais nada, um filósofo, face à abrangência de sua temática e os objetivos de sua reflexão” (FARACO, 2010, p. 35). A fim de sustentar sua posição, ele apresenta uma resposta do próprio Bakhtin, ao qual, quando questionado se se considerava mais filólogo ou filósofo, haveria respondido: “Mais um filósofo. E assim permaneço até os dias de hoje. Eu sou um filósofo” (FARACO, 2010, p. 36).

Evidentemente, outros teóricos defenderão posição diferente. Porém, o que nos interessa nesse momento é perceber que a ADD, em sua relação interdisciplinar, possui um inquestionável cunho filosófico. Notar isso também facilitará o entendimento de alguns conceitos, uma vez que nossa forma academicista de pensar acaba muitas vezes nos levando a engessar certas perspectivas, deixando-nos presos a muitas formalidades teóricas. “Bakhtin se colocava fora de uma racionalidade propriamente científica e desenvolvia um modo de pensar mais globalizante” (FARACO, 2010, p. 36). Isso não significa que seu trabalho tenha se realizado de forma alheia a qualquer formalização teórica, apenas que não houve preocupação por parte do grupo em sistematizar sua proposta de maneira rígida; ao invés disso, propôs importantes reflexões sobre a linguagem.

Ora, quando observamos o modo de Bakhtin elaborar suas reflexões, nunca vamos encontrá-lo ocupado em ver o mundo como objetividade calculável e, em consequência, em construir um modelo instrumentalizante de uma análise científica. Em outras palavras, nunca vamos encontrá-lo ocupado com o rechnende Denken²⁸. Seu interesse está antes posto numa reflexão ampla que se entrega ao inesgotável da existência, ao sentido da criação estética e do Ser da linguagem (FARACO, 2010, p. 38).

28 Uma forma de racionalidade científica.

Diante do que foi posto aqui, notamos que, para uma compreensão mais facilitada da ADD e de seus principais conceitos, precisamos entender que: 1 – a ADD é apenas uma das teorias que trabalham com análise discursiva; 2 – a ADD não é uma teoria formal e sistematizada. Ela se constrói a partir de diversas obras do círculo de Bakhtin; 3 – a ADD dialoga com outros campos teóricos, não se limitando à Linguística; 4 – há algumas divergências entre alguns teóricos, dentro da própria ADD; 5 – as abordagens da ADD gozam de certo cunho filosófico.

É apenas mediante essas asserções que conseguiremos iniciar nossos estudos a partir de uma concepção bakhtiniana.

BAKHTIN E SEU CÍRCULO

Antes de adentrarmos em alguns conceitos da ADD, gastemos aqui algumas linhas para compreendermos um pouco sobre seus influenciadores.

Ao buscar conhecimento sobre esse campo teórico, o leitor iniciante nota que os autores falam ora em “Bakhtin”, ora no “Círculo de Bakhtin”. Mas, finalmente, quem foi Bakhtin? O que significa o “Círculo de Bakhtin”? Quem compunha tal Círculo? Tentaremos aqui, rapidamente, compreender essas e outras questões.

Os principais fundamentos da ADD surgiram na antiga União Soviética, em meio a um período de instabilidade social e política, momento de guerras e revoluções. Foi nesse contexto, de conflitos e incertezas, que os principais postulados da ADD foram desenvolvidos. Na verdade, alguns integrantes do círculo de Bakhtin (inclusive o próprio) acabaram sendo vítimas de perseguição política e/ou exílio.

Mikhail Mikhailovich Bakhtin nasceu em 1895 em Moscou (Rússia), em uma cidade chamada Orel. De família nobre, embora em decadência, conseguiu receber uma educação de qualidade, o que certamente contribuiu para que se tornasse um aguçado leitor e pesquisador. Pelo que parece, os assuntos que mais lhe interessavam estavam relacionados com a filosofia, a literatura e a linguagem. Isso explica o porquê de ele, em muitos de seus trabalhos, ter tratado dessas questões de forma integrada. Por conta disso, alguns o consideram, acima de tudo um filósofo da linguagem. Porém, talvez seja injusto limitá-lo apenas a isso, diante de tantas contribuições que ele trouxe para diversas áreas do conhecimento, tais como: estruturalismo, semiótica, religião, psicologia, antropologia, história, crítica literária, marxismo etc. Bakhtin foi, sem dúvida, um intelectual que não se restringia às amarras de um campo específico; ao invés disso, buscava o conhecimento de forma abrangente; o que é coerente com sua concepção dialógica.

Bakhtin diplomou-se em Filologia e História no ano de 1918. Quando ingressou na graduação de estudos clássicos da Faculdade Filológico-histórica, em São Petersburgo, passou a participar de grupos de estudos de intelectuais, onde discutiam diversos assuntos. Esses grupos eram conhecidos como “círculos”, e eram muito comuns na época. Eles foram fundamentais para o desenvolvimento das propostas da ADD, pois nesses círculos não havia uma interação monológica, onde um falava e todos os outros escutavam (como geralmente ocorre nas universidades); pelo contrário, havia uma constante interação, onde cada um podia dar a sua opinião e discordar da posição do outro, favorecendo assim um diálogo mútuo entre os participantes.

O “círculo de Bakhtin” era um desses grupos teóricos de discussão nos quais diversos intelectuais se reuniam para debater variados assuntos. Foi “um cadinho de ideias inovadoras, numa época de muita criatividade, particularmente nos domínios da arte e das ciências humanas” (BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV V. N, 2012, p. 11).

Na verdade, alguns pesquisadores defendem que, em se tratando de Bakhtin, o correto não seria falarmos em “círculo” (no singular), mas em “círculos” (no plural), uma vez que, durante toda a sua vida intelectual, ele participou de diversos desses grupos, sendo influenciado e influenciando muitos deles. Todavia, por questão didática, falaremos aqui em círculo, no singular.

Como já chamamos a atenção, Bakhtin se interessava por diversos assuntos, por isso, seu círculo não era formado exclusivamente por pessoas de uma área específica; pelo contrário, era composto por pensadores de formações bastante variadas, tais como: “o filósofo Matvei I. Kagan, o biólogo Ivan I. Kanaev, a pianista Maria V. Yudina, o professor e estudioso de literatura Lev V. Pumpiranski” (FARACO, 2010, p. 13), para citar alguns. Todavia, além do próprio Bakhtin, aqueles que mais irão interessar para a ADD serão Valentin N. Volochínov e Pavel N. Medvedev. Eles eram alunos, amigos e seguidores fiéis de Bakhtin, tendo contribuído muito para a publicação de algumas de suas principais obras. São esses os nomes mais recorrentes nos estudos linguísticos, literários e discursivos.

Volochínov era professor de música, vindo a formar-se em estudos linguísticos. Possuía grande interesse em temas relacionados à história da música. Medvedev, por sua vez, embora fosse formado em Direito, desenvolveu atividades em diversas áreas, tais como educação, gestão cultural, jornalismo, literatura etc. Sem dúvidas, o círculo era um grupo dialógico, com conhecimentos extremamente diversificados. Isso certamente contribuiu para o desenvolvimento de uma teoria da linguagem que ultrapassou o campo das letras.

O destaque dado pela ADD a Volochínov e Medvedev se justifica pelo menos por duas questões. A primeira refere-se ao fato de eles estarem entre os membros do círculo que mais se demoraram em assuntos relacionados à linguística, tendo contribuído tanto de forma quantitativa (quantidade de textos escritos) quanto qualitativa (qualidade

dos conceitos) para o desenvolvimento da ADD. Em segundo, por haver um debate, dentro da ADD, sobre quem realmente haveria escrito algumas obras fundamentais para a concepção dialógica do discurso. Não iremos aqui tomar partido nessa discussão, uma vez que há bons argumentos de ambos os lados sobre o assunto.

As obras “Marxismo e Filosofia da Linguagem” e “Freudismo”, inicialmente assinadas por Volochínov, passaram posteriormente a ter suas autorias atribuídas a Bakhtin. De modo semelhante, o livro “O método formal nos estudos literários”, inicialmente publicado com o nome de Medvedev, foi posteriormente atribuído a Bakhtin. Por conta dessa discussão de autoria, julgamos que a melhor saída aqui, uma vez que o pensamento surgiu a partir das discussões do grupo, é atribuir as ideias fundamentais da ADD ao círculo de Bakhtin. Portanto, ao falarmos sobre os conceitos da ADD, utilizamos aqui indistintamente os termos “Bakhtin”, “Círculo” ou “Círculo de Bakhtin”, focando muito mais no pensamento do que em um autor específico.

Mas em que essas informações contribuem para uma melhor compreensão da ADD? Em primeiro lugar, julgamos que é importante que os iniciados na ADD compreendam que, embora Bakhtin seja considerado o ponto central do círculo e geralmente dos conceitos, ele não trabalhou sozinho; outros intelectuais também colaboraram de forma relevante tanto para a produção quanto para a divulgação das principais ideias. Por isso, seria injusto não dar o referido reconhecimento a esses teóricos. Em segundo lugar, pensamos que compreender o modo como o pensamento foi construído nos ajudará a entender alguns conceitos que aqui serão explanados, sobretudo os de *dialogismo* e *polifonia*.

As discussões do círculo se deram em um contexto de debates, onde um determinado dizer era seguido por concordâncias, discordâncias, arguições, revisões, refutações etc, em um espaço no qual diversas linhas de pensamento eram valorizadas e confrontadas.

Em meio a esse contexto, reconhecer a importância do discurso do outro para a constituição do sentido e do dizer era fundamental. Nesse ambiente, não prevalecia a monossêmia, a tentativa de defender uma verdade absoluta e tentar isolá-la das demais; pelo contrário, qualquer discurso era tido como constitutivo do discurso outro, da exterioridade. É apenas sob essa concepção que conseguiremos compreender o pensamento básico da ADD. Seus idealizadores não apenas teorizaram sobre o diálogo, mas o vivenciaram na prática.

Diante do que até aqui foi exposto, já temos condições de passarmos para a apresentação de alguns conceitos-chave da teoria dialógica do discurso. Importante ressaltar que daremos destaque apenas àqueles que julgamos mais relevantes para uma melhor compreensão da ADD. Outros precisarão ser deixados de lado, por conta do caráter introdutório e didático desta obra. Desse modo, apresentaremos brevemente os conceitos de *enunciado concreto*, *dialogismo*, *polifonia* e *gêneros do discurso*.

ENUNCIADO CONCRETO

O termo *enunciado* é empregado de maneira extremamente diversificada nos estudos da linguagem, podendo significar coisas muito distintas, e algumas vezes até mesmo opostas. Ele pode ser compreendido, por exemplo, como uma “unidade de comunicação elementar, uma sequência verbal investida de sentido e sintaticamente completa” (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2008, p. 196); opondo-se, desse modo, à frase. Pode também ser entendido como uma “espécie de equivalente de texto” (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2008, p. 196). Pode ainda se opor ao conceito de texto, dentre outras possibilidades.

Para se ter uma ideia dos diferentes significados atribuídos ao termo, no dicionário de análise do discurso (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2008), ele é definido a partir de diversas perspectivas distintas; como por exemplo, do ponto de vista sintático; do ponto de vista pragmático; no âmbito da linguística textual; da análise do discurso etc. Por conta disso, devemos estar atentos a que esse termo seja corretamente compreendido no interior da teoria específica a que ele esteja atrelado. Por isso, deixamos claro que a definição a que daremos atenção aqui se encontra inserida no quadro teórico da ADD.

Dentre as muitas definições de enunciado nos estudos da linguagem, talvez a mais popular seja a que foi proposta por Émile Benveniste, que estabelece uma distinção entre esse e a enunciação (enunciado *versus* enunciação). Segundo essa perspectiva, a enunciação seria o processo, e o enunciado o produto desse processo. Entretanto, na perspectiva do círculo de Bakhtin, não haverá essa relação opositiva entre eles. O enunciado será compreendido enquanto “enunciado concreto”, que, nesse caso, abarcaria tanto o conceito de enunciado quanto o de enunciação, ou seja, para o círculo, o enunciado é indissociável tanto do processo quanto do produto.

Isso provém do fato de que, para ele, o enunciado é inseparável do momento enunciativo. É apenas integrado a um contexto específico que o enunciado se realiza e produz sentido. Deste modo, o enunciado não pode ser visto separado do sujeito, da história, da ideologia, da sociedade etc., uma vez que ele funciona apenas por estabelecer relação com a exterioridade. Visto dessa maneira, dependente dos fatores externos que o constituem, um enunciado sempre será inédito, pois sempre se realizará em situações específicas. Por exemplo, se um pai diz ao filho: “desligue a TV e vá dormir” e repete a mesma coisa cinco minutos depois, seu dizer não possui mais o mesmo sentido que possuía na primeira vez que foi pronunciado. Já se tratada agora de outro enunciado, pois já

está sendo dito pela segunda vez, o que deixa subentendido um tom mais ameaçador, como se significasse o seguinte: “Eu já pedi para você desligar a TV. Não vou falar mais uma vez”, ou algo semelhante. Fato é que o enunciado concreto possui sua “concretude” (se é que podemos dizer assim) justamente por estar ligado a um contexto externo específico. Para Bakhtin (Volochínov) (2000):

Mas para nós há um outro aspecto do enunciado concreto que é de especial importância: qualquer que seja a espécie, o enunciado concreto, sempre une os participantes da situação comum como co-participantes que conhecem, entendem e avaliam a situação de maneira igual. O enunciado, conseqüentemente, depende de seu complemento real, material, para um e o mesmo segmento da existência e dá a este material expressão ideológica e posterior desenvolvimento ideológico comuns.

Assim, a situação extraverbal está longe de ser meramente a causa externa de um enunciado – ela não age sobre o enunciado de fora, como se fosse uma força mecânica. Melhor dizendo, a situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação. Conseqüentemente, um enunciado concreto como um todo significativo compreende duas partes: (1) a parte percebida ou realizada em palavras e (2) a parte presumida. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2000, p. 8).

Fica claro aí o modo como se constitui o enunciado concreto. Ele comporta o verbal e o não verbal, o linguístico e o extralinguístico. Assim, o dito, a relação estabelecida entre os participantes da interação, as ideologias em jogo, o contexto estrito e lato senso, tudo será constitutivo do enunciado concreto. “A característica distintiva dos enunciados concretos consiste precisamente no fato de que eles estabelecem uma miríade de conexões com o contexto extraverbal da vida” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2000, p. 9).

Tal relação é tão fundamental que, separando-se o elemento verbal do extraverbal, perde-se praticamente quase toda a significação. Sabedores desse fato, muitos programas de comédia brincam com

isso da seguinte maneira: inicialmente colocam algumas pessoas conversando entre si; depois fazem com que outro personagem, que não participava da cena, entre de repente e ouça um “enunciado” fora de seu contexto original. Por não estar inserido naquele contexto, o personagem, desavisado, compreende aquilo que foi dito de forma totalmente diferente, geralmente cômica e estranha, gerando, assim, nos espectadores o efeito do risível.

Diante disso, notamos que o enunciado concreto é constituído dialogicamente, ou seja, ele sempre estará inserido em uma relação com a exterioridade, tendo como elemento fundamental a interação entre os interlocutores (eu/outro). Entretanto, é importante notar que tal relação não significa necessariamente uma conversa face a face, pois, mesmo ao produzir um dizer que originariamente não se destina a ninguém, haverá uma relação dialógica, uma vez que todo dizer recupera diversos dizeres outros, seja para concordar, discordar, refletir sobre ele etc. Por isso, Fiorin (2018) afirma que o enunciado concreto “não existe fora das relações dialógicas” (FIORIN, 2018, p. 24).

Imaginamos que já tenha ficado clara a essência daquilo que o círculo de Bakhtin denominou “enunciado concreto”, entretanto, para deixar ainda mais preciso o conceito, apresentaremos algumas diferenças apontadas por Fiorin (2018) entre o enunciado concreto e as unidades da língua. Como unidade da língua, ele compreende qualquer elemento linguístico, seja uma palavra, frase, oração etc., destituído de qualquer contexto enunciativo, como por exemplo, palavras em um dicionário ou frases em uma gramática. Vejamos então algumas diferenças entre o enunciado concreto e as unidades da língua.

Para Fiorin (2018), “as unidades da língua são os sons, as palavras, as orações, enquanto os enunciados são as unidades reais de comunicação” (FIORIN, 2018, p. 23); ou seja, enquanto aqueles estão alheios à exterioridade; esses se encontram inseridos em um determinado contexto interativo, funcionando na prática discursiva.

Outra característica das unidades da língua é que elas não possuem autor. Por exemplo, nem mesmo o próprio Aurélio Buarque (lexicógrafo) pode reivindicar a autoria das palavras encontradas no seu famoso dicionário, pois, embora tenha organizado uma obra a partir delas, as palavras em si não são suas. Por outro lado, os enunciados sempre possuirão autoria, ou seja, eles sempre serão produzidos efetivamente por alguém em um dado contexto. “Por isso, revelam uma posição” (FIORIN, 2018, p. 24).

Outra distinção é que “as unidades da língua não são dirigidas a ninguém, ao passo que os enunciados têm um destinatário” (FIORIN, 2018, p. 26). Por exemplo, a palavra “ladrão” é uma palavra como qualquer outra (tal como patrão), não sendo por si só ofensiva. Porém, quando efetivamente dirigida a alguém, inserida em uma relação dialógica, torna-se um enunciado concreto, podendo ser ofensiva para a pessoa a quem ela esteja sendo dirigida (dependendo do contexto). Dentro dessa mesma linha, podemos perceber que “as unidades da língua são neutras, enquanto os enunciados carregam emoções, juízos de valor, paixões” (FIORIN, 2018, p. 26).

Por fim, Fiorin (2018) afirma que as unidades da língua, por serem unidades potenciais “têm significação, que é apreendida da relação com outras unidades da mesma língua ou de outros idiomas [...]. Os enunciados têm sentido, que é sempre de ordem dialógica” (FIORIN, 2018, p. 26). Isso quer dizer que, para compreender o significado de uma unidade da língua, basta fazer oposição entre ela e outras unidades da língua. Por exemplo, “dia” se opõe à “noite”; “tarde” seria um meio termo entre ambos. “Carro” é um tipo de veículo diferente de “avião”; e por aí vai. Porém, no caso do enunciado concreto, seu significado só será compreendido na relação dialógica, dentro do contexto amplo. Assim, por exemplo, se uma jovem é chamada de “patricinha”, para se apreender o significado desse enunciado, é necessário compreender as diversas relações dialógicas do que se entende por “patricinha” em

uma dada cultura, em um dado momento; ver quais outros discursos o termo recupera naquele contexto etc.

Vemos assim que, para o círculo de Bakhtin, o enunciado concreto é um conceito que integra o enunciado ao contexto mais amplo da enunciação. Por isso, ele não é apenas o produto da enunciação, mas constitutivo dela, levando-se em conta todos os elementos que o conectam à exterioridade. É apenas assim que ele produz um sentido definido. Separando-o do seu contexto, não poderemos falar em “enunciado concreto”, pelo menos na perspectiva bakhtiniana. Esperamos ter deixado claro aqui o conceito de enunciado concreto para o círculo de Bakhtin. Evidentemente não foi nossa pretensão esgotá-lo, mas apenas apresentar suas características essenciais.

DIALOGISMO

O conceito de dialogismo tem sido muitas vezes mal compreendido. Isso geralmente se dá por conta de o termo ser uma derivação direta da palavra “diálogo”, que possui o sentido informal de uma conversa harmoniosa entre dois ou mais indivíduos. A partir dessa concepção, fala-se que “É preciso haver diálogo na família”; “Os líderes precisam dialogar”; “O diálogo é a melhor saída” etc. No entanto, esse tipo de diálogo não possui relação direta com a perspectiva bakhtiniana de dialogismo. Lembremos que esse conceito está inserido em uma ampla discussão sobre a essência e o modo de funcionamento da linguagem, valorizando-se a relação estabelecida entre ela e seu exterior.

O dialogismo é um elemento essencial no pensamento bakhtiniano. Para Bakhtin, a linguagem é essencialmente dialógica, visto que “nosso discurso é resultado de condições sociais e históricas,

o que faz com que nunca possamos falar sozinhos” (SILVA, 2013, p. 47). Deste modo, percebemos que, para o círculo, sempre que falamos, estamos dialogando com outros discursos, seja para concordar, discordar, ironizar etc., pois, como participantes de um contexto socio-histórico-ideológico, sempre haverá vários outros dizeres que estarão intrínsecos no nosso dizer. Assim, qualquer enunciado se constituirá a partir de uma interação discursiva.

Dessa perspectiva, o dialogismo não está relacionado às pessoas em um processo de interação direta, como foi dito anteriormente, e sim à constituição do próprio enunciado, a partir do momento em que ele é proferido em um dado contexto real de comunicação.

Mas pode-se compreender a palavra ‘diálogo’ num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo (BRAIT, 2012, p. 117).

Assim, embora a interação direta (locutor/interlocutor) possua uma relação dialógica, mesmo que o enunciado seja proferido por um locutor individual, seu discurso continua sendo dialógico, uma vez que nele se encontram marcas de diversos outros discursos. Por exemplo, ao enunciar “Bora, Brasil”, em pleno jogo da copa do mundo, um torcedor, mesmo estando diante da TV, sozinho em sua casa, está fazendo ecoar um senso de pertencimento, retomando outros discursos que já foram ditos sobre o que é ser brasileiro; o destaque dado à seleção de futebol em uma competição desse nível; as expectativas que mantém em relação ao jogo etc. Assim, seu dizer, mesmo que não esteja sendo dirigido diretamente para outra pessoa física, mantém uma relação dialógica com a exterioridade, ganhando significado apenas por conta dessas relações. Esse fato demonstra a assertiva do círculo de que todo discurso é dialógico. Não há como fugir dessa realidade. Sobre isso Bakhtin/Volochínov (2012) nos diz:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2012, p. 127).

Isso posto, é importante frisar que essa interação dialógica não se limitará ao diálogo face a face. Para Bakhtin/Volochinov (2012), o diálogo, no sentido estrito, mesmo que importante, será apenas uma das muitas formas da interação verbal. Porém, ele falará também do diálogo no sentido amplo, que não se limita à comunicação em voz alta de pessoas colocadas uma diante da outra, mas é constituída de toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. Assim, podemos notar que o autor entenderá dialogismo de pelo menos dois pontos de vistas distintos. O primeiro, como interação direta entre interlocutores, o qual denominará de *dialogismo interlocutivo*; e o segundo, como uma relação entre vozes (discursos) presentes nos enunciados, o qual chamará de *dialogismo interdiscursivo*.

Faraco (2010) nos chama a atenção a que é preciso pontuar também que, para o círculo, não há relações dialógicas na língua enquanto essa é analisada como objeto de estudos da linguística, ou seja, não existem relações dialógicas entre elementos de um sistema linguístico. Desse modo, para haver diálogo, é preciso que o elemento linguístico entre na esfera do discurso, ou seja, transforme-se em um enunciado concreto, fixando a posição de determinado sujeito estabelecido em um contexto socio-histórico-ideológico. Assim, não poderemos estabelecer diálogos entre elementos linguísticos como palavras dicionarizadas, morfemas, entre palavras de uma sentença etc.

Chamo aqui a atenção para a relação existente entre o dialogismo e o enunciado concreto, apresentado anteriormente. Esses

dois conceitos são completamente interdependentes, constituindo-se mutuamente. Para Fiorin (2018) “o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado. Todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado, é uma réplica a outro enunciado” (FIORIN, 2018, p. 13). Maingueneau e Charaudeau (2008) também apresentam posição semelhante quanto à relação estabelecida entre dialogismo e enunciado. Para eles, o dialogismo se refere às “relações que todo enunciado mantém com os enunciados produzidos anteriormente, bem como com os enunciados futuros que poderão os destinatários produzirem” (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2008, p. 160).

Outra importante observação a ser feita é que, segundo a perspectiva bakhtiniana, para que haja diálogo, não deve, necessariamente, haver concordância, visto que podemos dialogar com o contrário/oposto. “Nem sempre há harmonia entre o discurso que cita e o que é citado. Podemos citá-lo para combatê-lo” (SILVA, 2013, p. 57). Todavia, a relação dialógica existirá, pois, mesmo em caso de oposição, a dialogia continuará constitutiva do enunciado, um determinado sentido coerente será estabelecido a partir da oposição. Para Fiorin (2016), “um enunciado é sempre heterogêneo, pois ele revela duas posições, a sua e aquela em oposição à qual ele se constrói” (FIORIN, 2016, p. 27). Assim, por exemplo, se alguém diz “lugar de mulher é onde ela quiser estar”, tal enunciado produz sentido a partir da negação de outro enunciado oposto, que diz que “lugar de mulher é na cozinha”. Deste modo, ambos os enunciados, embora conflitantes, estabelecem uma relação dialógica entre si.

Deste modo, no círculo de Bakhtin, o dialogismo pode ser definido, simplificadaamente, como um aspecto responsivo constituinte de todo enunciado. Este dialogismo linguístico se manifestará e poderá ser observado de diversas formas, uma das quais a polifonia, que, segundo Silva (2013), seria “o dialogismo levado ao extremo na esfera

literária” (SILVA, 2013, p. 57). Esse será o próximo conceito, proposto pelo círculo, que apresentaremos.

POLIFONIA

A inspiração do círculo para o estabelecimento do conceito de polifonia é proveniente da música. Na polifonia musical, os cantores (utilizando a voz ou os instrumentos) seguem a sua nota ou ritmo de forma individual, independente dos demais. Há, porém uma junção entre essas vozes, permitindo que haja certa harmonia entre elas. Podemos dizer assim, que, para a música, a polifonia é um efeito que resulta do conjunto harmônico de instrumentos ou vozes que soam simultaneamente.

O círculo tomará esse conceito e o aplicará ao âmbito da literatura. Nesse contexto, a polifonia será vista como “as múltiplas relações que mantêm autor, personagens, vozes anônimas (o ‘diz-se’), diferentes níveis estilísticos: falaremos de ‘polifonia’ se no texto se estabelece um jogo entre várias vozes” (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2008, p. 388). Porém, é importante observar, como nos chama atenção o professor Faraco (2010), que a polifonia não se limita “a um universo de muitas vozes, mas a um universo em que todas as vozes são equipolentes” (FARACO, 2010, p. 78). Assim, a harmonia na polifonia bakhtiniana não está no fato de as vozes serem concordantes, e sim no fato de que, ainda que divergentes, elas terão o mesmo valor no contexto discursivo. Não se favorecerá um discurso em detrimento do outro.

O conceito de polifonia do círculo foi inspirado, basicamente, a partir das obras do escritor russo Fiódor Dostoiévski. Em seu livro *Problemas da Poética de Dostoiévski*, Bakhtin (2011) expõe os principais elementos polifônicos na obra do escritor russo.

Para Bakhtin, muito mais que um simples autor literário, que se limita à escritura de romances, novelas etc., Dostoiévski escreveu discursos filosóficos, visto que seus personagens estiveram além de simples fantoches manipuláveis pelo autor. Eles estariam mais bem descritos como verdadeiros pensadores, dotados de pontos de vistas e opiniões próprias que, muitas vezes, poderiam mesmo discordar, questionar os discursos ou pontos de vista do seu criador. Bakhtin (2011) declara:

À semelhança do Prometeu de Gothe, Dostoiévski não cria escravos mudos (como Zeus), mas pessoas livres, capazes de colocar-se lado a lado com seu criador, de discordar dele e até de rebelar-se contra ele.

A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski (BAKHTIN, 2011, p. 4).

Visto desse modo, seus personagens são dotados de autonomia; manifestam posições ideológicas próprias, posicionamentos plurais; muitas vezes complexos, inconclusos e contraditórios. Quebra-se aqui a visão maniqueísta simplória que opõe bem *versus* mal; certo *versus* errado; quente *versus* frio etc. Seus personagens se manifestam por diversas vozes plurais que dialogam entre si. Ele diz:

Em Dostoiévski, cujo universo é plural, a representação das personagens é, acima de tudo, a representação de consciências plurais, nunca a consciência de um único e indiviso, mas a interação de muitas consciências, de consciências unas, dotadas de valores próprios, que dialogam entre si, interagem, preenchem com suas vozes as lacunas e evasivas deixadas por seus interlocutores, não se objetificam, isto é, não se tornam objeto dos discursos dos outros falantes nem do próprio autor e produzem o que Bakhtin chama de o grande diálogo do romance (BEZERRA, 2011, p. X).

Entre esses diversos aspectos e diversas vozes, aparece também a voz do autor, que “nem de longe figuram em primeiro

lugar” (BAKHTIN, 2011, p. X). Em Dostoiévski, não há a voz do autor onipotente, que manipula os personagens a seguir seu ponto de vista. Bakhtin (2011) vê nele um autor singular, sua voz se confunde com a dos personagens, não porque estes concordam com aquele em tudo, mas pelo contrário. Todas as vozes, tanto as do autor como as do personagem, possuem o mesmo grau de hierarquia, não havendo uma superação da voz do ator em detrimento das vozes das personagens. Segundo Bakhtin (2011),

O herói tem competência ideológica e independência, é interpretado como autor de sua concepção filosófica própria e plena, e não como objeto da visão artística final do autor. Para a consciência dos críticos, o valor direto e pleno das palavras do herói desfaz o plano monológico e provoca resposta imediata, como se o herói não fosse objeto da palavra do autor, mas veículo de sua própria palavra, dotado de valor e de poder plenos (BAKHTIN, 2011, p. 3).

É justamente a partir dessas observações das personagens dostoiévskianas que Bakhtin classificará seus romances como polifônicos. Para Bakhtin (2011), “Dostoiévski é o criador do romance polifônico” (BAKHTIN, 2011, p. 5), que será um gênero literário novo, e só nele poderemos ver a polifonia de maneira plena. Contudo, como afirma Brait (2012), apesar de o círculo não pretender fundar uma nova teoria específica, podemos nos apropriar de seus conceitos a fim de promover novas abordagens teóricas. Deste modo, podemos, a partir de seu conceito e característica da polifonia, avaliar outros gêneros textuais e perceber neles elementos polifônicos.

Em *Problemas da Poética de Dostoiévski*, Bakhtin revela alguns elementos da polifonia. Dentre os principais, na obra polifônica temos: (1) certa independência interior das personagens em relação ao autor. Diferentemente do romance monofônico, que o personagem depende do seu criador e a ele se submete, no romance polifônico, a voz do personagem aparece independente da do autor, podendo mesmo apor-

se a ele; (2) Heterogeneidade. Mostrada a partir de contradições. Os personagens não são totalmente coerentes, mostram-se complexos, com qualidades e defeitos, contraditórios; (3) Multiplicidade de posições ideológicas. Há no romance polifônico uma coexistência de diversas posições ideológicas; (4) Todas as vozes possuem o mesmo valor. Não há aqui uma tentativa do autor em persuadir o leitor a concordar com determinado posicionamento, mas todos são expostos possuindo o mesmo peso. Esses elementos característicos do romance polifônico poderão ser percebidos, em parte, em outros gêneros, podendo, assim, o analista avaliar neles a existência, ou não, da polifonia.

Podemos, por exemplo, encontrar elementos polifônicos no mundo virtual. Com o avanço da internet e os diversos recursos que ela trouxe, a maneira de divulgação de notícias, artigos, vídeos etc. foi ressignificado, possibilitando uma maior interação entre enunciador/coenunciador. Hoje, geralmente encontramos em diversos blogs e sites um espaço específico para que o leitor possa emitir a sua opinião sobre o que ali está sendo apresentado. Evidentemente, não podemos afirmar que haja nesse espaço uma presença plena da polifonia, como em Dostoiévski, visto que existem ali alguns recursos que impedem que alguém diga realmente tudo o que pensa, evitando, assim, expressões de preconceito, ódio etc. Além disso, há também certo controle do gerente do *site*, que pode excluir algumas observações indesejadas. Todavia, podemos afirmar que encontramos nesse ambiente alguns elementos polifônicos, uma vez que há ali um espaço específico para um diálogo aberto, onde diversas vozes independentes e conflitantes podem interagir entre si. Nesse espaço, a posição do autor, embora aparecendo como principal, torna-se uma entre as demais, sendo confrontada, corroborada, ironizada, complementada etc. Por isso, julgamos ser esse ambiente um bom exemplo de elementos polifônicos em outros gêneros discursivos que não se encontram no campo da literatura.

GÊNEROS DO DISCURSO

Eis aqui outro conceito bakhtiniano geralmente compreendido de maneira controversa. Certamente o fato de ele ser apresentado em diversos livros didáticos, a partir de aspectos puramente formais e engessados (sobretudo depois que os Parâmetros Curriculares Nacionais estabeleceram que a Língua Portuguesa fosse ensinada com base nos gêneros – 1996) contribuiu para a difusão de uma definição equivocada dos gêneros discursivos.

Contudo, embora a concepção formalista de gênero tenha sido baseada nos trabalhos de Bakhtin, essa não é a perspectiva apresentada por ele em seus escritos. Ao invés disso, ele trabalha o conceito de forma integrada à sua perspectiva dialógica, tendo os enunciados concretos como elementos fundamentais. Por isso, ele “não vai teorizar sobre o gênero, levando em conta o produto, mas o processo de sua produção. Interessam-lhe menos as propriedades formais dos gêneros do que a maneira como eles se constituem” (FIORIN, 2018, p. 68). Talvez o maior legado do círculo, no que se refere aos gêneros, tenha sido a ligação estabelecida entre eles e os processos interativos da atividade humana. O círculo não os analisa de maneira formal, estática; mas a partir de seu caráter dinâmico, na relação que mantêm com a interação socioverbal. Para Bakhtin (2011),

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da

língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional (BAKHTIN, 2011, p. 261).

Antes de abordar outros aspectos dos gêneros, em Bakhtin, compreendamos como ele define o conceito. Em seu livro *Estética da criação verbal*, lemos: “evidentemente cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros de discurso*” (BAKHTIN, 2011, p. 262).

Essa definição bakhtiniana só pode ser devidamente compreendida a partir de sua conexão com o conceito de enunciado concreto, já apresentado. Como vimos, o enunciado só se constitui mediante sua ligação com seu contexto extraverbal; não existindo alheio a uma situação concreta de comunicação (mesmo que em um monólogo). Bakhtin (2011) afirma que os gêneros são nada mais que “*tipos relativamente estáveis* de enunciados”. Assim, para ele, não se poderá falar de gêneros sem levar em conta o estabelecimento das relações entre os indivíduos, ou, dito de outro modo, entre eles (gêneros) e as atividades sociais. “Seu ponto de partida é o vínculo intrínseco existente entre a utilização da linguagem e as atividades humanas. Os enunciados devem ser vistos na sua função no processo de interação” (FIORIN, 2018, p. 68). Dessa forma, são esses processos interativos que moldarão os gêneros, e não o inverso.

Os seres humanos agem em determinadas esferas de atividades, as da escola, as da igreja, as do trabalho num jornal, as do trabalho numa fábrica, as da política, as das relações de amizade e assim por diante. Essas esferas de atividade implicam a utilização da linguagem na forma de enunciados. Não se produzem enunciados fora das esferas de ação, o que significa que eles são determinados pelas condições específicas e pelas finalidades de cada esfera. Essas esferas de atuação ocasionam o aparecimento de certos tipos de enunciados, que se estabilizam precariamente e que mudam em função de alterações nessas esferas de

atividades. Só se age na interação, só se diz no agir e a ação motiva certos tipos de enunciados, o que quer dizer que cada esfera de utilização da língua elabora tipos relativamente estáveis de enunciados (FIORIN, 2018, p. 68).

Desse modo, não são as relações humanas que se estabelecem a partir dos gêneros, e, sim, esses que são estabelecidos a partir dessas relações, ou seja, os gêneros serão gestados mediante as relações sociais, a partir de certas atividades interativas. Por isso, Bakhtin não os dissocia das condições socioverbais, uma vez que é por meio da interação que a maior parte dos gêneros são gerados e posteriormente institucionalizados, e não o contrário. Como, para ele, tais condições serão muito variadas e heterogêneas, os gêneros também serão; não sendo possível enumerá-los, como tentam fazer os estudos formalistas. Para Bakhtin (2010), assim como há uma quantidade infinita de ações humanas, há também uma quantidade infinita de gêneros discursivos.

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. Cabe salientar a extrema heterogeneidade dos gêneros de discurso [...] (BAKHTIN, 2010, p. 262).

Visando a uma tentativa de categorizar os gêneros, frente à tamanha heterogeneidade, o filósofo russo os classifica em dois grupos: 1 – os gêneros discursivos primários (simples); 2 – os gêneros discursivos secundários (complexos). Os primeiros (primários) são aqueles que se desenvolvem a partir de uma comunicação espontânea e se relacionam diretamente com seu contexto imediato. Nas palavras de Bakhtin (2011), são aqueles “que se formam nas condições da comunicação discursiva imediata” (BAKHTIN, 2011, p. 263). Como exemplos desse gênero, temos: a conversa familiar, a piada, as anedotas etc. Já os segundos correspondem a gêneros mais complexos, aparecendo em circunstâncias de comunicação

que exigem uma elaboração mais precisa. Para Bakhtin (2011), eles “surtem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado [...]. No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples) [...]” (BAKHTIN, 2011, p. 263). Temos, como exemplos desses gêneros: os romances, os dramas, as pesquisas científicas, as dissertações, as teses etc.

É importante ressaltar que essa classificação dos gêneros em Bakhtin não se limita a aspectos puramente formais, mas leva em conta seu caráter social, histórico e concreto. Ligando-os, assim, às situações reais de interação entre os indivíduos, ou seja, apenas os aspectos formais não serão suficientes para caracterizar um gênero discursivo. Apesar de alguns professores tentarem ensinar os gêneros de forma mecânica, apresentando características estáticas e metódicas, é na interação concreta dos indivíduos, na sua relação cotidiana de uns com os outros, que os gêneros são produzidos, aprendidos e devidamente executados. Só posteriormente alguns deles são sistematizados e institucionalizados, tornando-se complexos (secundários). É devido a isso que é possível alguém utilizar adequadamente um gênero, mesmo sem conhecê-lo formalmente.

Em termos práticos nós os empregamos de forma segura e habilidosa, mas em termos teóricos podemos desconhecer inteiramente a sua existência. Como o Jourdain de Molière, que falava em prosa sem que disso suspeitasse, nós falamos por gêneros diversos sem suspeitar da sua existência. Até mesmo no bate papo mais descontraído e livre nós moldamos o nosso discurso por determinadas formas de gêneros, às vezes padronizadas e estereotipadas, às vezes mais flexíveis, plásticas e criativas (a comunicação cotidiana também dispõe de gêneros criativos). Esses gêneros do discurso nos são dados quase da mesma forma que nos é dada a língua materna, a qual dominamos livremente até começarmos o estudo teórico da gramática (BAKHTIN, 2011, p. 282-283).

Devemos ainda pontuar que, apesar de Bakhtin haver definido esses dois grandes grupos de gêneros, para ele não podemos dicotomizá-los, pois são interdependentes, havendo uma relação complexa de interligação e trocas na sua formação.

Outra observação sobre essa questão é o fato de que, em uma determinada situação, o enunciador não se limita à utilização de apenas um tipo de gênero, podendo ir de um primário ao secundário e vice versa. É o caso de professores conversando descontraidamente em um restaurante. Em algum momento da sua interação, poderão utilizar gêneros bem informais e espontâneos, como o bate papo; contudo, a depender do assunto abordado, poderão passar para um gênero secundário e enunciar de maneira mais formal, falando de maneira técnica. Isso pode ocorrer se, por exemplo, no meio da conversa, um colega pede ao outro que esclareça um assunto de seu campo acadêmico. Por outro lado, em um gênero formal como em um seminário científico, o enunciador poderá utilizar-se de um gênero primário (como contar uma anedota), a fim de descontrair seu público.

Para Bakhtin, os gêneros são caracterizados por um tema (ou conteúdo temático), uma construção composicional e um estilo. O tema mantém relação com todo o contexto de produção do enunciado. Segundo Bakhtin e Volochínov (2009 [1929]), “[...] ele se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação.” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009 [1929], p. 133). Sendo, portanto, individual e não reiterável. A construção composicional “é o modo de organizar o texto, de estruturá-lo” (FIORIN, 2018, p. 68). São as caracterizações comuns de determinado gênero. Ela nos ajuda a diferenciar um gênero de outro. Por exemplo, uma carta de um artigo científico. O estilo “diz respeito a uma seleção de meios linguísticos” (FIORIN, 2018, p. 69). Ele permite que haja pequenas variações em um mesmo gênero. Isso se dará por conta da posição socio-histórico-ideológica do locutor, que deixará marcas próprias no

seu enunciado. Essas características permitem que os gêneros sejam, ao mesmo tempo, estáveis e dinâmicos, pois, enquanto que, por um lado, eles mantêm determinados padrões; por outro eles sempre permanecem abertos a algumas mudanças, a fim de adaptarem-se às especificidades reais da interação verbal.

Diante do exposto, notamos que em Bakhtin os gêneros discursivos não são tomados no seu aspecto puramente formal. Ao invés disso, ele os concebe a partir do ambiente onde eles são gestados, no centro das interações humanas. Por conta disso, para o círculo, os gêneros serão flexíveis, concretos, móveis e vivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvidas, as contribuições do círculo de Bakhtin para o estudo da linguagem humana foram sem precedentes. Ele contribuiu significativamente para abalar o distanciamento estabelecido pelo estruturalismo entre a língua e suas condições reais de uso. Após suas abordagens, iniciou-se uma nova maneira de se conceber a linguagem. Infelizmente, em um trabalho introdutório como este, não temos como abarcar muitas outras interessantes discussões do grupo. Por isso, muitos conceitos acabaram sendo deixados de fora, tais como: Carnavalização, Estilo, Ideologia, Significação, Cronotopo etc. Todavia, esperamos ter apresentado de forma clara os mais importantes, aqueles que são fundamentais para uma compreensão dos princípios básicos da ADD. Desejamos também que, a partir da leitura deste texto, o leitor se torne apto para aprofundar-se no assunto, a partir de obras específicas sobre o tema. Deixaremos aqui uma indicação de bons livros.

PARA SABER MAIS

Nessa seção, apresentaremos algumas indicações de leitura para aqueles que desejarem aprofundar-se no assunto. Observamos que elas não serão listadas em ordem alfabética, mas em ordem didática, ou seja, das leituras mais fáceis para as mais difíceis. Optamos em fazer dessa maneira a fim de promover um aprofundamento progressivo, que leve o leitor a compreender a teoria da maneira mais ampla e segura possível. Chamamos também a atenção a que as escolhas aqui apresentadas serão completamente pessoais, ou seja, indicarei as obras que, em minha opinião, contribuirão para promover uma melhor compreensão teórica. Por conta do caráter introdutório deste trabalho, evidentemente teremos que deixar algumas boas referências de fora. Assim, recomendamos como indicações de leitura os seguintes livros:

Introdução ao pensamento de Bakhtin – José Luiz Fiorin – Contexto

Nesse livro, o professor José Fiorin apresenta os principais conceitos bakhtinianos, dando destaque àqueles que mantêm uma relação mais próxima com a ADD. Essa, sem dúvida, é uma excelente obra. Apesar de possuir conteúdo bastante relevante, os conceitos são apresentados de forma muito clara. Por conta disso, recomendo que ela seja a primeira leitura para aqueles que desejarem compreender os conceitos básicos do pensamento bakhtiniano.

Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin – Carlos Alberto Faraco – Parábola

Também é uma obra bastante clara no que se refere à apresentação básica do pensamento do círculo de Bakhtin. Aqui o autor destaca o caráter filosófico do pensador russo, bem como situa suas principais ideias no eixo da história. Um excelente livro e, embora não seja tão direto ao ponto como a indicação anterior, é leitura importante para compreender muitas questões relativas ao pensamento bakhtiniano.

Bakhtin conceitos-chave e Bakhtin outros conceitos-chave – Beth Brait (ORG) – Contexto

Duas obras indispensáveis para aqueles que pretendem compreender os principais conceitos bakhtinianos. Organizada por Beth Brait, estudiosa e pesquisadora renomada em Bakhtin, possui a contribuição de diversos teóricos, também referências no pensamento do pensador russo. O diferencial dessas obras, além do fato de apresentar muitos conceitos, é que possui um caráter acadêmico. Parece ter sido escrita para pessoas que já possuem informações básicas sobre os pressupostos do grupo e buscam aprofundar seus conhecimentos. Todavia, embora apresente caráter um tanto técnico, a leitura delas garantirá um conteúdo muito relevante para aqueles que desejam se aprofundar na temática.

Marxismo e filosofia da linguagem – Bakhtin/Volochínov – Hucitec

Obra publicada na Rússia em 1929, inicialmente atribuída a Volochínov, posteriormente a Bakhtin (por conta do debate da verdadeira autoria, geralmente ela é atribuída a ambos). Esse livro está entre os mais clássicos do(s) autor(es). Foi a partir dele que muitos teóricos tomaram contato com os fundamentos da ADD. Nela, Bakhtin (Volochínov) questiona alguns postulados estruturalistas e apresenta importantes conceitos referentes à sua concepção de linguagem.

Problemas da poética de Dostoiévski – Mikhail Bakhtin – Forense Universitária

Nesse livro, Bakhtin apresenta sua análise da obra polifônica de Dostoiévski. Embora possua caráter de crítica literária, nele, são apresentados importantes conceitos da ADD. Apesar de ser um excelente livro, para ser melhor compreendido, é necessário que o leitor possua uma base teórica prévia da ADD.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). Tradução de Michel Lahud e Franteschi Vieira. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 13. Ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2012 [1977].

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011 [1895-1881].

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). *Estética da criação verbal*. 5. edição. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BAKHTIN, M. M.; VOLOSHINOV, V. N. Discourse in life and discourse in art—concerning sociological poetics. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza. In: VOLOSHINOV, V. N. *Freudism*. New York: Academic Press, 1976. p. 1-16.

BEZERRA, Paulo. Prefácio: uma obra à prova do tempo. In: BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011 [1895-1881]. p. V-XXII.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos chave*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 191-199.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos chave*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 9-31.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. p.157-176.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. *A análise do discurso: conceitos e aplicações*. 1995. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/107724/ISSN1981-5794-1995-39-13-21.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 maio 2019.

FARACO, Carlos A. *Linguagem & Diálogo: as ideias do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2010.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Contexto, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCHEZAN, Renata C. Diálogo. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos chave*. São Paulo: Contexto, 2012. p.115-131.

SILVA, Adriana P. P. F. Bakhtin. In: OLIVEIRA, Luciana A. (Org.). *Estudos Discursivos: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 45-69.

7

Mariza Angélica Paiva Brito
Carlos Eduardo Silva Pinheiro
Suzana Leite Cortez

AS HETEROGENEIDADES ENUNCIATIVAS COMO MARCAS DE CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.120.209-236

Resumo:

A heterogeneidade enunciativa, conceito fundado por Authier-Revuz (1982) a partir do dialogismo bakhtiniano e do sujeito cindido da psicanálise freudolacanianana, consiste no fenômeno de linguagem em que se percebe o jogo de diferentes vozes discursivas e a clivagem do sujeito-enunciador no texto em uso. Tal fenômeno, identificado pelas heterogeneidades constitutiva, mostrada marcada e mostrada não marcada, é abordado neste trabalho a partir dos eventos que cada ato de linguagem comporta, pois entendemos que vários estudos dos eventos poderão, uma vez reunidos, dar uma visão mais ampla do fenômeno. Com base nessa compreensão e entendendo que a materialização dos eventos de linguagem em entidades textuais em uso é heterogênea em sua própria natureza, mostraremos que as não coincidências do dizer, um dos modos de representação da heterogeneidade enunciativa, sinalizam para uma enunciação com diversas estratégias argumentativas utilizadas pelo locutor para construir seu ponto de vista.

Palavras-chave:

Heterogeneidades enunciativas; Não-coincidências do dizer; Estratégias argumentativas.

INTRODUÇÃO

Sendo a argumentação uma condição constitutiva dos discursos e dos textos, é preciso compreender como ela se manifesta e quais seus efeitos nos jogos de linguagem. Nesse sentido, a Linguística Textual (LT) tem se dedicado a explorar, entre outras questões, as estratégias de persuasão impulsionadas pelo uso de certos recursos de textualização. Assim, passa-se, nesse momento específico dos estudos desse campo de investigação, para uma interface teórica oportuna e necessária entre seus pressupostos fundamentais e o aparato teórico-metodológico da Teoria da Argumentação no Discurso.

Desse particular movimento interdisciplinar, despontam indagações acerca das estratégias de persuasão desempenhadas pelos recursos textuais e discursivos mobilizados pelos enunciadores em seus textos, o que vem sendo examinado por algumas pesquisas do grupo Protexto (Cf. BRITO, 2010; FONSECA, 2015; MACEDO, 2018; BRITO; PINHEIRO, 2018). Seguindo o propósito primeiro de investigar os mecanismos textuais relacionados à produção dos sentidos no objeto-texto, tais pesquisas vêm adotando uma compreensão de sujeito que não é nem inteiramente livre e intencional, nem completamente assujeitado, mas, sim, capaz de manobrar seu dizer persuasivamente, apesar da interferência constitutiva de uma dupla alteridade, qual seja, a da ordem do inconsciente e a da ordem do interdiscurso.

É precisamente devido às contribuições que essa noção de sujeito trouxe à compreensão dos fenômenos textuais e discursivos, transformando o entendimento acerca das relações entre língua, polifonia e interação, que retomamos os pressupostos da teoria enunciativa do sentido encapsulada na tese das heterogeneidades enunciativas, de Authier-Revuz (1998, 1999, 2004).

A proposta revuziana, somada às reflexões da teoria da enunciação benvenistiana, fundamenta-se em dois exteriores teóricos, quais sejam: a psicanálise freudo-lacanianiana e o dialogismo bakhtiano. Frente ao complexo desafio que a análise dos fatos de linguagem implica, Authier-Revuz (1998) começa, assim, por reconhecer que essas duas abordagens não estritamente “linguísticas” destituem o sujeito do domínio do seu dizer. Como contemplá-las na análise dos fenômenos linguísticos? O resultado dessa equação é a soma das parcelas de uma totalidade que Authier-Revuz decidiu chamar de heterogeneidade constitutiva do sujeito e do seu dizer.

Evocando uma série de marcas linguisticamente descritíveis e identificáveis no cotexto de diferentes textos, orais e escritos, Authier-Revuz estrutura um campo para a análise da representação cotextual da metadiscursividade ou, nos termos de sua teoria, da *metaenunciação*. Dessa maneira, a autora identifica, classifica e analisa diversos fenômenos que, irredutivelmente, relacionam-se às estratégias de negociação do sujeito com a alteridade que se manifesta no fio do seu dizer. Sua perspectiva teórica é metaenunciativa pelo interesse em descrever marcas da alteridade nos modos de enunciar dos sujeitos.

Desse modo, flagrar o aparecimento de uma marca metaenunciativa na superfície textual é tornar o dizer seu próprio objeto. As marcas de heterogeneidade enunciativa terminam constituindo, na verdade, uma máscara de vidro, porque elas revelam mais do que escondem. Esta negociação do sujeito com as imperfeições e incompletudes da linguagem evidencia a tentativa de disfarçar com ataduras a ferida exposta – a heterogeneidade constitutiva –, sem eliminá-la do caminho enunciativo.

Interessava à autora descrever um conjunto de formas linguísticas pelas quais fosse possível analisar a alteridade nos modos de enunciar. Sua intenção era observar, organizar e descrever as estratégias mobilizadas pelos enunciadores para enfrentar a alteridade

que afeta o seu dizer, e não vê-las como estratégias relacionadas a um fazer persuasivo, do ponto de vista retórico. Por isso, dentro do que se propõe a descrever, tendo em vista os parâmetros teórico-metodológicos de uma Linguística da Enunciação, Authier-Revuz não assume uma análise retórica dos fatos de linguagem, quando muito sugere sua eficácia argumentativa, vez ou outra, de modo incipiente.

Olhadas de modo puramente descritivo, as marcas de heterogeneidade não interessariam a uma análise linguístico-textual. Mas, reconduzidas para uma perspectiva argumentativa dos discursos através de textos, essas marcas possibilitam uma análise promissora dos meios pelos quais os modos de administrar as vozes no dizer (na enunciação) atestam a negociação dos sentidos na construção argumentativa dos textos. Uma análise retórica da metaenunciação colaboraria para a compreensão de como os recursos persuasivos de organização dos dizeres no texto acontecem em diferentes situações de interação.

Este trabalho explica como as marcas de heterogeneidade, especificamente as não coincidências do dizer, atendem a propósitos persuasivos em certos textos. Nosso objetivo é investigar as estratégias de persuasão desempenhadas por essas marcas para, a partir disso, compreender sua influência na construção de pontos de vista no percurso do dizer.

INTERDISCURSO E INCONSCIENTE NA ATIVIDADE LINGUAGEIRA

Talvez uma representação matemática simplificada sirva-nos para a compreensão de como se estrutura o campo das Heterogeneidades Enunciativas. Apoiado sobre dois exteriores

teóricos, o complexo objeto de investigação tomado por Authier-Revuz é o resultado da soma das bases do dialogismo bakhtiniano, sobretudo a discussão acerca da representação material polifônica desse princípio constitutivo da linguagem, com os pressupostos da teoria psicanalítica freudo-lacanianana, em especial a noção de sujeito clivado, dividido pelo inconsciente. Assim, temos que $DB + SC = HE^{29}$.

Authier-Revuz (1999) reverbera os pressupostos bakhtinianos ao assumir que a linguagem é o campo do múltiplo, da alteridade, do heterogêneo. Assim, se a linguagem é o campo do diálogo, havendo inúmeras vozes que se cruzam e se entrecruzam, às vezes consoantes, às vezes dissonantes, logo exige do locutor certas escolhas que vão se impondo ao longo da enunciação. Essas escolhas, quer conscientes quer inconscientes, vão desvelando ou ocultando um tipo de sujeito-enunciador e de sentidos que ele veicula por meio de suas enunciações. Portanto, se o dialogismo é uma condição *sine qua non* da linguagem, e a heterogeneidade é caracterizada pelo princípio dialogal, é justo supor que a heterogeneidade é um princípio constitutivo da linguagem.

Para Bakhtin, o dialogismo é um princípio abstrato, um pressuposto, e não há modo de investigá-lo enquanto fenômeno linguístico. Todavia, o autor concebe a existência da materialização desse princípio na atividade languageira, chamando-o de polifonia. Do mesmo modo, o fenômeno da heterogeneidade, da não-unidade do sujeito na linguagem, só poderia ser investigado se o considerássemos para além da sua condição constitutiva, levando em conta também as diferentes formas de representação material do heterogêneo nos enunciados. Um fenômeno de tais proporções não poderia ser estudado sem que o compartíssemos de modo tal que o estudo viesse a incidir não sobre o fenômeno linguístico propriamente dito, mas sobre os eventos que cada ato de linguagem comporta.

29 DB (Dialogismo Bakhtiniano) + SC (Sujeito Clivado) = HE (Heterogeneidades Enunciativas).

Para lidar metodologicamente com esse pressuposto, Authier-Revuz admitiu a existência de uma heterogeneidade *constitutiva* da linguagem, imaterial, abstrata e, por isso mesmo, não passível de observação empírica, e uma heterogeneidade *mostrada*, tornada evidente na enunciação por meio de vários mecanismos linguísticos e textuais que anunciam (e denunciam) sua presença.

Fonseca (2015) questiona se o que a autora realizou, em relação a Bakhtin, foi apenas uma mudança na terminologia, uma modificação de nomes mantendo-se os mesmos conceitos, e conclui que uma resposta positiva a essa indagação seria uma acusação injusta. Para o autor, o dialogismo é o reconhecimento de que uma enunciação responde a outros enunciados passados, suscitando novas respostas a partir de si. A polifonia é a presença de várias vozes (marcadas ideologicamente) que materializam o dialogismo e provam sua existência. Mas a heterogeneidade, ainda que suponha ambos os traços – a atitude responsiva ativa do sujeito e o entrecruzamento de vozes ideologicamente marcadas –, não equivale isoladamente a nenhum dos dois, primeiro porque a heterogeneidade mostrada e marcada é apreensível por marcas; segundo porque postula a marcação não somente das possíveis vozes dos interlocutores, mas também as vozes do inconsciente.

A noção de dialogismo desenvolvida por Bakhtin refere-se a um diálogo de vozes (sempre ideológico), já que Bakhtin parte das concepções sociais de Marx e das lutas de classes. Desse modo, a linguagem é um campo de batalha em que conflitos ideológicos são, por assim dizer, resolvidos, ou não.

Authier-Revuz, por sua vez, ao tratar da heterogeneidade constitutiva, mostra que a linguagem é também o campo de várias presenças, isto é, é sempre não-Um: há vozes, como em Bakhtin, mas há que se considerar igualmente os campos específicos de usos

linguísticos, contextos distintos, teorias distintas, idiomas, dialetos, socioletos distintos; há sempre um outro em jogo.

Se em Bakhtin o outro de que ele fala é outro-enunciador, em Authier-Revuz esse outro ganha dimensões maiores: outro enunciador, outra língua, outra época, outro sentido, outro contexto, outro lugar, outro ambiente discursivo etc; é justamente isso que faz a linguagem o ambiente do não-Um. A heterogeneidade constitutiva se nos apresenta como a possibilidade de múltiplos, sejam esses múltiplos de que modo forem (e não apenas ideológicos) e, estruturalmente falando, podem ser mostrados, marcados (formalmente) ou não, sendo, então, a heterogeneidade mostrada, sintoma da outra (FONSECA, 2015, p. 65).

Assim, a mais importante contribuição de Authier-Revuz é a ampliação que realiza da própria noção de alteridade, visto que pensa o diálogo constitutivo da língua e da linguagem em dois planos transversais, o do interdiscurso, que concerne aos fatos de Representação do Discurso Outro (RDO), isto é, às manifestações de uma exterioridade discursiva no interior de um discurso aparentemente unívoco, e o do inconsciente, relacionando a alteridade a uma Autorrepresentação do dizer (ARD), ou seja, a um momento pontual em que o próprio dizer se revela não homogêneo, mostrando-se a si mesmo pelo estranhamento de uma forma anômala, o lapso, a palavra imperfeita, o dizer incompleto, evidenciando, ao mesmo tempo, um sujeito desejoso e as falhas de um sistema linguístico que é incapaz de exprimir completamente seus anseios.

Authier-Revuz (1982) afirma que a psicanálise interessa à linguística sobretudo devido ao seu olhar outro do sujeito falante; contrariamente à imagem de um sujeito pleno e total, o sujeito psicanalítico é dividido, o que não quer dizer que ele seja compartimentado, nem desdobrado. Daí a psicanálise tratar o sujeito como um efeito de linguagem, ou seja, um sujeito clivado cujos desejos deixam marcas nos modos de dizer:

Atos falhos (erros: sobre lugares, tempos e pessoas...; esquecimentos, perdas, hesitações, gafes; lapsos de fala, de escuta, de escrita, de leitura, toda essa coleção de uma palavra por outra), os sonhos como produtos significantes de uma intensa atividade psíquica, a fala do corpo, cujas paralisias, dores, significativamente localizadas, gravidez psicológica, perdas de voz, por exemplo, constituem manifestações que escapam da vontade consciente do sujeito (AUTHIER-REVUZ, 1982, p. 49-50).

E por tudo isso escapar ao sujeito é que o trabalho psicanalítico consiste em fazer ressurgir, em conflitos esquecidos, demandas recalçadas, muitas vezes portadoras de sofrimento, que agem sobre o falante, em sua vida presente, sem que ele se dê conta disso. Para tanto, o psicanalista não se valeria de um “terceiro ouvido”³⁰ que lhe possibilitaria a entrada para manifestações do inconsciente, uma vez que o inconsciente está presente no discurso comum, normal. Não há um discurso próprio do inconsciente.

Isto explica o comentário de Lacan (1998) de que o psicanalista só pode regular o afluxo de seus ouvidos de acordo com o uso que o Evangelho acha normal: ouvidos para ouvir, ou dito de outra maneira, ouvir só o que deve ser ouvido, pois não existem nem terceiro, nem quarto ouvidos para uma transaudição direta do inconsciente. Também não podemos conceber a escuta psicanalítica do discurso outro como um comentário ou interpretação, como a escuta de um “a mais”, a partir daquilo que foi dito.

Para Authier-Revuz (1982), a língua é o lugar por excelência da interpretação psicanalítica, não se tratando, por conseguinte, de passar de um sentido manifesto ao latente através de uma explicação

30 Expressão escolhida de Reik (1948) para a escuta psicanalítica: “o analista ouve não apenas o que está nas palavras; ele ouve também o que as palavras não dizem. Ouve com o ‘terceiro ouvido’, ouvindo não só o que o paciente fala mas também suas próprias vozes interiores, aquilo que emerge das profundezas de seu próprio inconsciente. É mais importante [para o analista] reconhecer o que a fala oculta e o que o silêncio revela” (REIK, 1948, p. 125-126).

verdadeira do enunciado, mas de um trabalho que é de corte, de pontuação, de colocação em eco, e que se efetua sobre a materialidade da cadeia falada. Authier-Revuz (1982), apesar de se referir à relação especificamente psicanalítica, ou seja, aquela que se dá em transferência, sustenta que a língua é sempre a mesma, tanto para o psicanalista como para o linguista, pois ambos estudam a língua em seu funcionamento: “se a situação analítica é anormal, a língua é a língua normal, não uma língua analítica” (AUTHIER-REVUZ, 1982, p. 55).

Segundo a autora, o trabalho do inconsciente, incidindo na materialidade da língua, estaria presente já desde Freud quando este apontou os tropeços da linguagem como um rico material interpretativo. Para ela, baseando-se em Lacan (1979), o trabalho psicanalítico vem a ser a escuta dos significantes, que consiste na busca de um significante escondido, e não de um significado conscientemente pretendido, convencionado, para se chegar ao sentido do desejo.

O trabalho interpretativo de análise seria levar a ouvir ao mesmo tempo as diferentes vozes do discurso, mesmo que habitualmente dissonantes. Por isso, Authier-Revuz afirma que todo discurso é polifônico, daí a conceber o discurso como sendo atravessado pelo discurso do Outro e por outros discursos. Assim, a autora entende que a alteridade é condição constitutiva de todo enunciado, e o sujeito que fala não é a única fonte do seu dizer, conquanto lhe seja necessária essa ilusão.

Nesse sentido, a heterogeneidade constitutiva se nos apresenta como a possibilidade de múltiplos, sejam esses múltiplos de que modo forem (e não apenas ideológicos) e, estruturalmente falando, podem ser mostrados e sempre serão marcados formalmente, pois, apesar do que pensa Authier-Revuz quando considera a existência simultânea de formas marcadas e não marcadas de heterogeneidade mostrada, pensamos que o surgimento do outro no fio do discurso é sempre um

sobressalto, uma forma diferente daquelas clássicas de marcação (as aspas, o negrito, o itálico, o discurso reportado etc).

Authier-Revuz considera como “marca” apenas o apontamento formal da heterogeneidade, isto é, o momento em que o enunciador conscientemente indica a presença do outro em seu dizer, por rupturas sintáticas, por certos empregos lexicais e/ou pelo uso de um recurso gráfico, como as aspas. Brito (2010), porém, defende que há sempre algum tipo de marcação, se entendermos por “marcação” tudo o que se deixa mostrar ao interlocutor por recursos vários. Bastaria, pois, opor heterogeneidade constitutiva à heterogeneidade mostrada, porque tudo o que consideramos mostrado é perceptível, capturável pelo interlocutor ou pelo participante indireto da comunicação. Assim, até mesmo os fatos do inconsciente, considerados por Authier-Revuz como formas não marcadas de heterogeneidade, também são marcados, embora de formas diferentes, como nos casos abaixo:

(1) Quantos aqui votaram em mim, até eu sendo o mais ruim?! O menos ruim, melhor dizendo.³¹

(2) Art. 2º Esta Porcaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições anteriores.³²

Nos dois casos, há um afastamento do sujeito em relação ao seu próprio dizer, fato que marca a presença de um o/Outro³³, de uma outra voz, mesmo que não trazida conscientemente pelo sujeito³⁴. No

31 Trecho da fala de Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil, em discurso oficial. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-wPwN-ypV3U>. Acesso em: 22 jun. 2019.

32 Trecho de uma portaria publicada no Diário Oficial da União. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=14/03/2019&jornal=529&pagina=52>. Acesso em 22 jun. 2019.

33 Segundo a teoria psicanalítica, o sujeito é, por definição, efeito de linguagem, pois dividido entre a representação que faz de si mesmo ao se assumir como um ‘eu’ que fala, já que só é sujeito quando fala, e o Outro que lhe é constitutivo, entendido como as vozes do inconsciente que afloram na superfície do texto.

34 Segundo a teoria psicanalítica, o sujeito é, por definição, dividido entre a representação que faz de si mesmo ao se assumir como um ‘eu’ que fala, já que só é sujeito quando fala, e o Outro que lhe é constitutivo, entendido como as vozes do inconsciente que afloram na superfície do texto.

primeiro exemplo, somam-se dois casos de alteridade representada: o primeiro é o lapso que atravessa o dizer de modo aparentemente inocente, evocando tanto os discursos acerca da fiabilidade do presidente à época das campanhas eleitorais de 2018, quanto a sua própria resposta a esses discursos, que pode ser resumida a uma confirmação realizada através do equívoco sobreposto ao seu enunciado; o segundo é a marca de não coincidência do dizer “melhor dizendo”, que manifesta a passagem do lapso para uma palavra-objeto que precisa ser imediatamente ultrapassada, como uma pedra no meio do caminho, exigindo uma outra elaboração. Se, inicialmente, a expressão “mais ruim” parecia plenamente adequada, passando despercebida no cotexto, depois, quando da percepção de sua presença inadequada aos propósitos comunicativos do enunciador, foi preciso refutá-la, negá-la, explicitando um ponto de vista que diz, em outras palavras, “não foi isso que eu quis dizer, mas outra coisa. Não fui o candidato à presidência mais ruim, mas o menos ruim”.

No segundo exemplo, talvez mais prototípico que o primeiro, pois continua a existir na realidade cotextual, não sendo percebido pelo enunciador e, portanto, não se submetendo a correções de qualquer tipo, ocorre outro ato falho, um lapso de escrita que, por razões que um linguista apenas poderia supor, substitui a palavra “Portaria” por “Porcaria”. Destaca-se, em ambos os casos mencionados, o contexto situacional, extremamente formal e burocrático, no qual a alteridade se instaura, prova de que somos incapazes de fugir completamente da heterogeneidade de vozes que constitui a natureza da linguagem humana.

Esse conflito de vozes da heterogeneidade se revela principalmente através do que Authier-Revuz convencionou chamar de modalização autonímica, noção formulada pela autora a partir do conceito semiótico de “conotação autonímica” proposto por J. Rey-Debove (1978) e que compreende o acúmulo de uso e menção

de uma expressão linguística. Podemos ver esta distinção nos seguintes exemplos:

(3) A palavra *impeachment* tem onze letras.

(4) O “*impeachment*” da presidente brasileira Dilma Rousseff foi decidido em 2016.

(5) O *impeachment*, /ou golpe, se preferir,/ da presidente Dilma Rousseff foi decidido em 2016.

Há, nos enunciados acima, clara diferença no estatuto semântico e, a nosso ver, por isso mesmo persuasivo do termo *impeachment*. Em (3), a palavra *impeachment* constitui uma menção, tem uso metalinguístico, e seu referente é o próprio vocábulo, como a expressão referencial deixa transparecer. A expressão é tomada em seu sentido metalinguístico transparente, apontando direto para a própria forma linguística.

No enunciado (4), contudo, ocorre uma autonímia diferente, pois, na laçada reflexiva sobre o próprio modo de dizer, de enunciar, o sentido da palavra *impeachment*, pelo recurso do aspeamento, ativa um processo de interpretação que considera outros sentidos para além daquele do uso transparente. Nesse caso de conotação autonímica, tem-se a sugestão de que o signo linguístico em análise pode ser interpretado ou como um “*impeachment* legítimo” ou como um “*impeachment* não legítimo”. Além disso, o processo de conotação da palavra “*impeachment*” pode revelar que o locutor não concorda com o uso desse termo e, que, ao invés de substituí-lo por outra expressão linguística que, porventura, poderia prejudicar sua face (como “*impeachment* não legítimo” ou “golpe político”), apenas se distancia dele com o uso das aspas. Ao laçar o termo e refletir, pois, sobre o próprio modo de dizer, dá-se o fenômeno de opacificação do signo.

Em (5), além de uma conotação autonímica, ocorre também uma ruptura na sintaxe do enunciado e a intercalação de uma glosa, de um comentário sobre a expressão laçada, em torno da qual o locutor tece reflexão: “ou golpe, se preferir”. Fazer uma laçada reflexiva, para nós, é tomar um modo de expressão, olhar para ele, em um movimento autonímico, dar-lhe uma determinada conotação, opacificando-o³⁵, isto é, demonstrando que o sentido dele não é óbvio, transparente, e acrescentar uma glosa, um comentário sobre ele. As funções dessas glosas podem ser diversas dentro de um texto.

Parece-nos haver, assim, uma consideração consciente da heterogeneidade constitutiva do termo “impeachment” no contexto em que está sendo utilizado. A expressão modalizadora “ou golpe, se preferir”, que revela a consideração de dois pontos de vista diferentes sobre o assunto, visa a evitar uma possível reação do grupo que não compreende o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff como um processo político-criminal legítimo, mas como um golpe político.

As diferenças nos processos autonímicos nos enunciados supracitados consistem no fato de que, no primeiro caso, “A palavra *impeachment* tem onze letras.”, ocorre apenas a menção da expressão “impeachment”, cujo referente é a própria estrutura linguística. Os efeitos de sentido desse emprego metalinguístico de *impeachment* – uma menção – não são os mesmos dos efeitos de *uso* em um

35 Como afirma Fonseca (2015, p. 85): “Em outras palavras, dizendo como Rey-Debove (*apud* AUTHIER-REVUZ, 2004), tome um enunciado e fale dele e teremos uma opacificação enunciativa (Rey-Debove apresenta esse princípio com o signo linguístico em si e diz, ao pé da letra: “tome um signo, fale dele e temos uma opacificação” [AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 105-171]); o exemplo b.1 também representa esse fenômeno. Glosa (de onde derivam os termos glosar, sujeito-glosador). Segundo Ferreira (1999, p. 992), este termo, proveniente do grego (*glôssa*), em sua origem relaciona-se à língua e à linguagem, cuja significação remete a uma “nota explicativa de palavra ou do sentido de um texto; [constituindo um] comentário, interpretação”. Assumido pelo latim (*glossa*), teve sua abrangência reduzida a um “termo raro, obscuro”, passando a significar uma “anotação marginal ou interlinear” que esclarece a obscuridade do termo em questão; no baixo-latim (*glosa*), o termo assimila os sentidos anteriores, adicionando-os à noção de “cancelamento, suspensão” temporária”.

enunciado como *Aprovaram o impeachment da Presidenta*, cujo sentido é transparente ao significado convencional de *impeachment*.

Em “O ‘*impeachment*’ da presidente brasileira Dilma Rousseff foi decidido em 2016.”, o sentido se complexifica mais do que nos dois casos anteriores, respectivamente de menção e uso. Não se trata mais, ou apenas, do significado transparente da palavra *impeachment*, mas do acréscimo de um viés diferente, de uma conotação a mais ao sentido esperável convencionalmente. Estamos, aqui, diante de um caso de *conotação autonímica*, quando, segundo Authier-Revuz, tem-se a complexidade de um signo em dois estágios, um desdobramento enunciativo: ao mesmo tempo que é menção e uso, representa uma nuance de sentido além daquilo que a expressão denota, no momento em que se põe em questão o sentido convencional de *impeachment*. É menção porque se olha para a própria forma da expressão; é uso porque não deixa de sobreviver, como fundo, no enunciado, o sentido esperado de *impeachment*; é conotação porque figura no emprego um novo sentido, que parece negar ou pôr em causa o sentido original da expressão.

Muitas vezes, quando o signo se autorrepresenta de um modo diferente do convencional na conotação autonímica, o locutor insere no enunciado um comentário reflexivo sobre o sentido que tentou alterar e sobre o referente que terminou por recategorizar. A esse caso, Authier-Revuz (1999) chama de *modalização autonímica*, como no comentário intercalado em “O impeachment, ou golpe, se preferir, da presidente Dilma Rousseff foi decidido em 2016.” De acordo com Fonseca (2015), esse acontecimento enunciativo ocorre quando sujeito e signo se enfrentam e, no campo de batalha, exige-se a metaenunciação de função reflexiva desdobrada por meio da qual o locutor torna a própria linguagem seu objeto de enunciação – daí porque o objeto de investigação de Authier-Revuz é a metaenunciação, ou o modo de refletir sobre o segmento de linguagem laçado, em que o sujeito se

revela ou se oculta na hora de fazer a escolha, argumenta ou manipula, expõe-se ou se protege, afasta-se ou se aproxima do outro com quem dialoga, abre a ferida do (no) sistema linguístico, ao mesmo tempo em que procura obturar tal ferida.

A partir disso, Authier-Revuz (1982) descreve, caracteriza e sistematiza uma série de formas linguísticas, identificáveis no cotexto, as chamadas não coincidências do dizer, que revelam a negociação obrigatória do sujeito com as falhas que constituem seu modo de enunciar. Authier-Revuz (1999) classifica as formas de modalização autonímica das não coincidências do dizer em dois grupos: o das formas segmentais e o das formas suprasegmentais. As estruturas suprasegmentais (aspas, itálico, negrito) são exemplificadas em (6)³⁶, primeiramente, pela combinação com uma marca segmental de não coincidência do dizer e, em seguida, pela marcação isolada do segmento citado:

(6) Há duas semanas, jovens ocupavam *“pacificamente”* - para usar o termo preferido de quem acha a juventude vândala - a Praça dos Leões quando a Guarda Municipal disparou balas de borracha com gritos de *“acabou a festa”*. (Artigo Policial que chuta policial, de Iana Soares, 2016, O Povo online)

O outro grupo proposto pela autora é o das formas segmentais, representadas pela opacificação da expressão e por sua conotação autonímica acompanhada de uma glosa reflexiva, um autocomentário (em itálico). Dentre essas formas segmentais, a autora descreve as figuras do bem dizer, como em (7):

(7) *Bandidos. Não existe outra palavra.* Bandidos. (Artigo *Bandidos usam camisas de time de futebol como máscaras*, de Luiz Zini Pires, GaúchaZH).

36 Os exemplos foram extraídos de um *corpus* de cem casos de modalização autonímica coletados por Brito (2016) em artigos de popularização da ciência, comentários de leitores da página da *Folha de S. Paulo* no Facebook e notícias publicadas na internet.

As figuras do bem dizer, como na estrutura “não existe outra palavra”, evidenciam a escolha “correta” das palavras empregadas pelo locutor. A autora as chama de “coincidências do dizer”, pela função que têm de reafirmar o dito. Entendemos, no entanto, que devam ser tomadas como não coincidências, já que são, do mesmo jeito que em (5) e (6), um desdobramento de sentidos: o sentido convencional supostamente questionável pelo interlocutor e a confirmação/enfatização desse mesmo sentido.

As formas segmentais mais recorrentes são aquelas a que a autora chama de não coincidências do dizer, como em (8), que, de formas diversas, refletem acerca do estatuto do próprio enunciado, comentando-o pela especificação de um outro registro textual, de uma outra modalidade de consideração do sentido, de uma outra palavra, de um outro interlocutor etc.

(8) O educador não pode *vendre la mèche*, como dizem os franceses. (Artigo *Contexto e contextualização nos processos de ensino de aprendizagem da matemática*, de Saddo Ag Almouloud, revista *Nova Escola*, edição 270).

As não coincidências do dizer se caracterizam, portanto, por uma propriedade de reflexividade metaenunciativa e realizam um movimento de laçada reflexiva que torna o enunciado o próprio objeto da enunciação, ao comentar sobre ele. Authier-Revuz (1998) classifica as não coincidências do dizer em quatro categorias, cada uma podendo cumprir funções discursivas específicas. São elas:

1. *Não coincidência interlocutiva (entre os participantes da enunciação)*: estas marcas apontam o distanciamento entre locutor e interlocutor. São estruturas que assinalam que os interlocutores não compartilham, imediatamente ou de modo algum, um mesmo sentido de um enunciado. Por exemplo, “digamos X”; “X, compreenda...”; “X, se você prefere”; “X, se você vê o que quero dizer”; “X, como ousa dizer” etc;

2. *Não coincidências do discurso consigo mesmo (do enunciado consigo mesmo):* assinalam a presença de enunciados pertencentes a outros textos. Por exemplo, “X, como diz Y.”; “Para retomar as palavras de X”; “X, no sentido em que Y emprega” etc;
3. *Não coincidências entre as palavras e as coisas:* evidenciam o desejo do sujeito de fazer uso da “palavra certa”, plenamente adequada àquilo que deseja nomear. Estas formas revelam que não existe uma correspondência exata entre o dito e o que se quis dizer, mas que o locutor tentou superar esta falha buscando uma expressão mais ou menos adequada. Por exemplo, “ousou dizer X”; “X, por assim dizer”; “X, maneira de dizer”; “X, eu falho dizendo Z”; “X, propriamente dito” etc;
4. *Não coincidência das palavras consigo mesmas:* apontam para a necessidade de se compreender um sentido específico para determinada palavra indicando na superfície do texto o caráter de polissemia, homonímia, trocadilho etc. deste termo. Por exemplo, “X, em todos os sentidos do termo”; “X, em sentido próprio, figurado”; “X, não no sentido Y”; “X, nos dois sentidos” etc.

Authier-Revuz (1982) considera que, além de desempenharem estratégias comunicacionais, como a precaução, a diferenciação e a especificação do sentido, as formas de representação dos fatos de não coincidência manifestam de modo não intencional a negociação obrigatória de todo sujeito com a heterogeneidade que lhe é constitutiva e que atravessa o seu dizer.

Sobre esse processo de negociação, Brito (2010) esclarece:

[...] essa negociação assume a forma de uma denegação, na qual, segundo Settineri (1997), a emergência pontual do não-um é mostrada e ao mesmo tempo obturada, isto é, o sujeito movido pela ilusão, necessária, de ser o centro de sua enunciação, e ao mesmo tempo impossibilitado de escapar da heterogeneidade que o constitui, abre, em seu discurso, o espaço para o não-um,

por um processo que procura mostrar como homogêneo o que é heterogêneo em sua essência (BRITO, 2010, p. 36).

Dessa forma, o aparecimento de uma não coincidência do dizer na linearidade da superfície textual atua como uma máscara de vidro porque revela mais do que esconde. Esta negociação do sujeito com as imperfeições da linguagem evidencia a tentativa de disfarçar com ataduras a ferida exposta – a heterogeneidade constitutiva –, sem eliminá-la do caminho enunciativo.

AS HETEROGENEIDADES ENUNCIATIVAS ANALISADAS POR VIÉS RETÓRICO- DISCURSIVO NA LINGUÍSTICA TEXTUAL

Como dissemos, este trabalho objetiva refletir sobre o emprego de marcas de não coincidências do dizer como estratégias persuasivas relacionadas à construção argumentativa dos textos e, mais especificamente, à elaboração de pontos de vista. Pelo exposto, vimos que as palavras modalizadas de modo segmental e/ou suprasegmental são “uma pedra no meio do caminho” dos sentidos do texto. Essas estruturas metaenunciativas refletem, assim, a superação de uma barreira (a falha constitutiva da linguagem) que precisa ser ultrapassada tanto por quem enuncia quanto por quem interpreta, para que a coerência textual seja, efetivamente, instaurada.

Dessa maneira, nossa principal hipótese é que existe no trajeto entre a transparência e opacidade das palavras no enunciado um processo argumentativo complexo, visto que as escolhas enunciativas intencionais dão ao locutor a ilusão de controle do dizer e orientam o interlocutor para determinado “caminho de interpretação”, no qual o locutor simultaneamente se afirma e se defende de interpretações outras.

Tomamos as heterogeneidades enunciativas como um modo de enunciação que revela bem mais do que a presença do outro no fio textual, porque nos interessa examinar como a metaenunciação e a representação do discurso outro pode revelar propósitos argumentativos. Na escolha de certas expressões, em detrimento de outras, o enunciador vai construindo o seu viés argumentativo, em um jogo de esconde-esconde. Ao mesmo tempo em que ele se distancia do seu dizer, no uso de expressões de não coincidências do dizer, ele se coloca em uma situação de conforto, uma vez que se protege de qualquer acusação ao atrair o auditório para a sua teia (BRITO, 2017). Vejamos o exemplo:



Fonte: Twitter.

Nesse exemplo, acumula-se o uso de três marcas de heterogeneidade enunciativa. Em um primeiro momento, a expressão

“terrivelmente evangélico”, representando a fala citada de um outro texto, é integrada ao enunciado, pois sua exterioridade não é verbalizada pelo enunciador. Não ocorre, por exemplo, uma especificação da fonte da expressão citada, que seria se o enunciador dissesse: “De acordo com o site *O antagonista*, Jair Bolsonaro prometeu indicar um ministro ‘terrivelmente evangélico’”. Assim, escolhendo não manifestar explicitamente a fonte do segmento de texto citado, o locutor Sukarno Cruz parece assumir o enunciado como seu.

Todavia, cumpre reconhecer que o trecho aspeado não pertence ao locutor, mas à notícia que ele comenta. Por que o locutor optou por representar o texto do outro como integrado a seu texto, sem um comentário que informasse a autoria da citação? Provavelmente, porque isso não lhe permitiria fazer o jogo de esconde e mostra, para proteger sua face e, ao mesmo tempo, não deixar de “dizer” o que pretendia. Esse tipo de jogo constitui uma formidável estratégia de persuasão, pois busca sutilmente influenciar o interlocutor, sem se responsabilizar por uma crítica ácida.

A essa modalidade de heterogeneidade enunciativa, aqui analisada como estratégia persuasiva, Authier-Revuz (2008) vem chamando de representação do discurso outro (RDO).

O exemplo mostra que o locutor verbaliza a presença do dizer do outro em seu enunciado através do discurso direto marcado com aspas: “O estado é laico, mas nós somos cristãos. Ou, para plagiar a minha querida Damares, nós somos terrivelmente cristãos”, atribuída ao presidente por inferência. Uma terceira marca ainda pode ser percebida, a saber, aquela do interior da fala do Presidente quando afirma que suas palavras são emprestadas. Assim, o enunciador, nesse caso Jair Bolsonaro, revela o lugar de origem do item “terrivelmente cristão” que, segundo ele, é plágio de uma fala anteriormente situada da ministra Damares Alves. Ao atribuir à Damares o emprego original da expressão, a fala do Presidente insinua alinhar-se ao ponto de vista

que a ministra defende e, em um mesmo movimento, situa seu próprio posicionamento. O locutor da notícia gerencia todas essas falas do outro e, sutilmente, assume um posicionamento crítico a esses dizeres.

No exemplo a seguir, temos a insistência do uso das aspas utilizadas como uma forma de posicionamento. Conforme Brito, Cabral e Moraes (2018), Authier-Revuz (2004) encampa uma visão na qual as aspas fazem evidenciar uma atitude de reflexão sobre o dizer, uma atitude que manifesta uma aptidão para colocar “o locutor em posição de juiz e de dono das palavras, capaz de recuar, de emitir um julgamento sobre as palavras no momento em que as utiliza” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 219).



Fonte: Twitter.

No exemplo, temos uma sobreposição de duas formas de representação do discurso outro, ou “modalizações de empréstimo”, como denomina Authier-Revuz (2008). A primeira delas é manifestada interpretativamente pelo uso das aspas para marcar a heterogeneidade que circunscreve os termos “cantora”, “homem” e “honesto”. Nesse trecho, vê-se um uso reflexivo dessas expressões por parte do locutor que, pelo aspeamento, marca a inadequação ou estranheza dessas nomeações para entidades que, do seu ponto de vista, não podem ser nomeadas como tal, como se dissesse “Não ousou chamar Pablo Vittar de cantora, Thammy Miranda de homem e Lula de honesto!”.

Todavia, um interlocutor desavisado pode supor que o conteúdo verbal do texto é do locutor da postagem, mas, na verdade, é um empréstimo, uma citação com laçadas de conotação autonímica. Trata-se, em sua origem, de uma fala atribuída ao apresentador Ratinho, que, no vídeo anexado ao texto, diz: “A cantora mais sexy é homem, o homem mais sexy é uma mulher, é a Thammy, o homem mais honesto está preso e o João de Deus é do capeta!”.

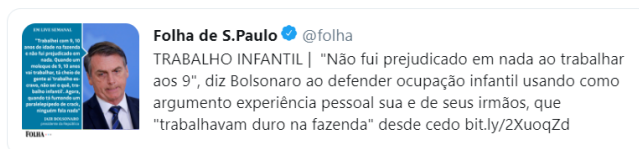
As aspas são marcas de uma fala sob vigilância, uma fala que tem que ser mantida em um terceiro sentido. Desta forma, Authier-Revuz (2004) define o emprego das aspas como uma marcação do heterogêneo. Dizemos, então, que a voz de um outro se faz ouvir para estar a serviço de uma estratégia argumentativa. Corroboramos as palavras de Brito, Cabral e Moraes (2018), para quem as aspas são um recurso de direcionamento consciente do dizer, não um lapso. Para os autores, o suposto controle do dizer, na verdade, serve a um propósito bem definido pelo locutor, o do uso persuasivo das aspas, pois implica em um distanciamento do dizer ao mesmo tempo em que influencia o interlocutor em seu modo de ver, pensar e sentir (AMOSSY, 2017).

(11)



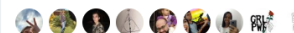
Seguir

Olha, sobre não ter sido "prejudicado", de que tipo de "prejudicamento" estamos falando? Pq, talvez, se vc tivesse dedicado seus primeiros anos ao estudo, Jair, a gente não passaria tanta vergonha juntos e shallow now...



22:21 - 4 de jul de 2019

5.249 Retweets 20.683 Curtidas



288 5,2 mil 21 mil

Fonte: Twitter.

É interessante notar que, para Authier-Revuz (2004), as aspas indicam uma suspensão de responsabilidade, uma vez que, por meio delas, se “manifesta um questionamento do caráter apropriado da palavra ao discurso no qual é utilizada – nos dois sentidos desta: “pertencente a” e “adaptado a” –, correspondente a uma glosa, implícita, remetendo a um discurso-outro (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 219). Isso aponta para a ideia das aspas funcionando sempre como marca de falta, como se o locutor dissesse “não convém, mas digo mesmo assim”.

No exemplo (11), a ocorrência dessas marcas está delimitada na expressão “prejudicada”, que remete à fala de Jair Bolsonaro colocada no corpo da notícia compartilhada. Além dessa, notam-se

outras modalizações: a modalização de empréstimo interpretativa em “prejudicamento” e a modalização de empréstimo zero grau por meio da alusão à canção “Juntos”, interpretada por Paula Fernandes e Luan Santana, em “juntos e shallow now”.

Para Authier-Revuz, a alusão é uma retomada não explícita de segmentos em sua linearidade, faz parte da modalidade autonímica, é um desdobramento – metaenunciativo – de um dizer que, em um determinado ponto, faz, ao mesmo tempo, uso das palavras para falar de “coisas” e, por isso, um retorno, em menção, a essas palavras tomadas como objeto, para tecer sobre elas algum comentário. A alusão opera o conjunto das formas de modalização autonímica “de empréstimo”, assinalando localmente um “eu falo aqui com palavras exteriores”, com citações. As aspas são uma marca separadora entre o exterior e o próprio das palavras que o enunciador escolheu em um processo de estabelecimento de fronteiras (AUTHIER-REVUZ, 2007, p. 8), para representar o discurso outro.

Vemos que o comentário feito pela enunciadora não tem marcação nenhuma que remeta à música dos cantores sertanejos: “talvez, se você tivesse dedicado seus primeiros anos ao estudo, Jair, a gente não passaria tanta vergonha juntos e shallow now”. Para Brito, Falcão e Souza (2018), o locutor da postagem apelou para uma alusão provavelmente como uma confirmação de adesão, como se presumisse que atingiria um maior auditório, de quem esperaria convivência. Vale ressaltar que, por ser uma alusão, exige uma erudição maior do seu leitor quanto às informações implícitas. Os autores afirmam que as alusões marcam a negociação do sujeito com o outro dizer, circunscrevendo a exterioridade discursiva, e evidenciam o uso persuasivo das heterogeneidades discursivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As palavras nunca alcançam satisfatoriamente a tarefa de nomear o referente. As não coincidências do dizer exercem mais do que uma função de marcar a presença de outro enunciador, pois podem marcar a existência de outro sentido, mostrar que um determinado signo é imperfeito para nomear determinada coisa, propor uma nova nomeação, convocar balizagem teórica exterior, entre muitas outras, conforme sugere Authier-Revuz (2004).

Vimos ainda que, através das não coincidências do dizer, também é possível refletir sobre sentidos e referentes que se escondem e que se deixam trair pelo modo como são nomeados e pelo emprego de expressões de não coincidência entre vozes que se embatem.

Por fim, apresentamos um outro modo de heterogeneidade enunciativa: as diferentes maneiras de representação do discurso outro. Demonstramos, neste capítulo, como Authier-Revuz discute, ao tratar do uso das aspas, o poder que o locutor tem de gerenciar a fala citada ou parafraseada do outro, inserindo-as em seu próprio enunciado e modalizando o dizer de acordo com seus propósitos.

Evidentemente, a mobilização das marcas de heterogeneidade enunciativa pode ser avaliada, segundo a perspectiva da linguística textual, como um importante instrumento para a condução argumentativa do texto, na negociação instaurada pelos interlocutores na interação.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Algumas considerações sobre modalização autonímica e discurso outro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, ed. 116, p. 7-30, 1999.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo. *Revista Investigações*, Recife, v. 28, n. Especial, p. 1-39, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1846/1460>. Acesso em: 18 jul. 2019.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 19, p. 25-42, 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. O estrato meta-enunciativo, lugar de inscrição do sujeito em seu dizer: implicações teóricas e descritivas de uma abordagem literal. O exemplo das modalidades irrealizantes do dizer. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 22, p. 33-63, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/27906/0>. Acesso em: 18 jul. 2019.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BRITO, Mariza Angélica Paiva. *Marcas linguísticas da interpretação psicanalítica: heterogeneidades enunciativas e construção da referência*. 2010. 213 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8892/1/2010_tese_mapbrito.pdf. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRITO, Mariza Angélica Paiva; FALCÃO, Maria Dayanne Sampaio; SANTOS, José Elderson Souza. Apelo a um exterior: as alusões como estratégias argumentativas. *Revista de Letras*, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, v. 2, n. 36, p. 23-35, 2018.

BRITO, Mariza Angélica Paiva; CABRAL, Ályna Maria Fragoso; MORAIS, José Edileudo da Silva. O uso das aspas como recurso argumentativo - o apelo à voz do outro. *PERcursos Linguísticos*, Vitória, v. 7, n. 17, p. 105-120, 2017.

BRITO, Mariza Angélica Paiva; PINHEIRO, Carlos Eduardo Silva. O estatuto argumentativo das não coincidências do dizer. In: AZEVEDO, Isabel Cristina Michelin de; PIRIS, Eduardo Lopes. (Orgs.). *Discurso e Argumentação: fotografias interdisciplinares*. vol. 2. 1 ed. Coimbra: Grácio Editor, 2018. p. 173-188.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; FONSECA, Carlos Magno Viana. Linguística Textual e Teoria da Enunciação. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco de; PENHABEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério. (Orgs.). *Linguística Textual: interfaces e delimitações*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 357-393.

FONSECA, Carlos Magno Viana. *Uma abordagem retórico-argumentativa para as não coincidências do dizer*. Mossoró: Edições UERN, 2015.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACEDO, Patrícia Souza Almeida de. *Análise da argumentação no discurso: uma perspectiva textual*. 2018. 245 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/38840>. Acesso em: 18 jul. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, v. 6, 1992.

REY-DEBOVE, Josette. *Le métalangage*. Etude linguistique du discours sur le langage. Paris: Armand Colin, 1978.

8

Mônica Magalhães Cavalcante
Mayara Arruda Martins

REFERENCIAÇÃO: EM SÍNTESE

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.120.237-272

Resumo:

Este trabalho visa apresentar um panorama geral dos três processos referenciais considerados nos trabalhos de Linguística Textual, a saber: introdução referencial, anáfora e dêixis. Para além de apresentar tipologias, pretendemos evidenciar a relação existente entre cada um desses processos, demonstrando diferentes modos pelos quais os referentes são introduzidos no texto e por quais pistas os interlocutores são levados a vê-los evoluírem. Para tanto, tomamos como base principalmente as discussões presentes em Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), mas também nos valem os trabalhos que se dedicaram a explorar aspectos específicos de processos referenciais, como Silva (2013), Esteves (2017) e Martins (2019). Destacamos ainda os trabalhos de Custódio Filho (2011) e de Cavalcante e Brito (2016), pela relação feita entre as anáforas e o fenômeno da recategorização. Com isso, apresentamos uma síntese de como os interlocutores podem se valer das estratégias de referenciação na negociação argumentativa que se efetiva dentro de cada interação.

Palavras-chave:

Processos referenciais; Introdução referencial; Anáfora; Dêixis.

INTRODUÇÃO

O que supõe o estudo da referenciação que o diferencia de outras pesquisas descritivas da referência? A proposta de *referenciação*, tal como Lorenza Mondada a nomeou, em sua tese de 1994, tem seu nascedouro em uma abordagem etnometodológica e sociointeracionista da linguagem. A etnometodologia, iniciada com a obra de Harold Garfinkel, na década de 1960, propõe uma concepção singular da construção social dos sentidos e sugere um novo método de coleta e de tratamento dos dados. Os etnométodos, ou métodos de que todo indivíduo se vale para interpretar, descrever, construir e agir sobre o mundo social nas práticas languageiras, privilegiam a compreensão que os atores sociais têm dos fatos que os cercam, porque acreditam que os papéis sociais que os atores representam não lhes são impostos, mas construídos pelos próprios sujeitos.

É dentro dessa filiação teórica que Mondada insere a análise da *referenciação* – um termo por ela cunhado –, defendendo uma concepção praxeológica do dizer e do saber, pela qual as atividades de linguagens estão fundamentalmente integradas aos contextos sociais (um pressuposto que passou a ser importante para a Linguística Textual). Não adotamos, no entanto, o método documentário interpretativo da etnometodologia nas análises linguístico-textuais, mas um método abdutivo de lidar com a interpretação das práticas languageiras de construção negociada dos sentidos de qualquer texto, em qualquer interação. Como afirma Leite (2007), o procedimento abdutivo prescinde de uma verdade, isto é, não precisa estar correto, pois não consiste em um meio certo e definitivo para o conhecimento, mas em um método de tentativas de reconstrução ou de adequação de um objeto a um determinado contexto.

Contemporâneo de Mondada, Apothéloz, em 1995, também se mostrava favorável, em sua tese, a uma concepção construtivista da

referência, assumindo plenamente que os referentes, a que Mondada chamara de *objetos de discurso*, não preexistiam “naturalmente” à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, pois, na verdade, emergiam fundamentalmente das atividades culturais de linguagem. Recusava-se, desde aí, a concepção realista pela qual o significado se reduz a uma relação, não manipulável pelos sujeitos falantes, entre a língua e o mundo.

Essa influência muito cedo chegou ao Brasil pelas pesquisas de Marcuschi e Koch. Três anos após essa tomada de posição, decisiva para os estudos referenciais, Marcuschi já declarava, em um colóquio em Berlim, em 1998, a assunção do mesmo ponto de vista de Mondada e Dubois (2003[1995]):

A referenciação, tal como a tratam Mondada e Dubois (1995), é um processo realizado no discurso e resultante da construção de referentes de tal modo que a noção de referência passa a ter um uso diverso daquele que se lhe atribui na literatura semântica em geral. Referir não é uma atividade de “etiquetar” um mundo pré-existente extensionalmente designado, mas sim uma atividade discursiva de tal modo que os referentes passam a ser objetos-de-discurso. Isso não quer dizer que se nega a existência do mundo extramental, pois este continua sendo a base para a designação. Afinal, não postulamos uma teoria subjetivista nem idealista na qual o mundo seria uma criação de nossos discursos. A rigor, a realidade empírica extramental existe, mas mais do que uma experiência estritamente sensorial e especularmente refletida pela linguagem é discretizada no processo de designação discursiva e dependente de um trabalho cognitivo realizado no discurso. (MARCUSCHI, 1998, p. 4).

Marcuschi (1998) já vislumbrava, assim, que o ato de se referir a alguma coisa em um texto não requeria, necessariamente, uma lexicalização explícita dos referentes. Essa constatação seria, posteriormente, encampada e desenvolvida por Cavalcante (2011) e por outros pesquisadores do grupo Prottexto. Ao refletir sobre o

exemplo abaixo, o autor demonstra como os objetos de discurso são construídos no próprio uso, no decorrer da negociação entre os participantes do texto:

(1) E015 – 001-012

De malas prontas para o Brasil, onde participará do Fórum Econômico Mundial, em São Paulo, o presidente uruguaio, Julio María Sanguinetti – que parece ter uma bola de cristal para prever o futuro nas relações do Mercosul – assiste de camarote à queda-de-braço entre seus amigos Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso. Se diverte comparando os dados da economia de seu pequeno país de três milhões de habitantes com os brutamontes que tem em suas fronteiras. Nesta entrevista exclusiva concedida no Palácio de la Libertad, ele comenta os problemas entre argentinos e brasileiros e manda um recado: “Já estamos prontos. Vocês que se acertem.” (MARCUSCHI, 1998).

Marcuschi atenta para o fato, por exemplo, de o país Uruguai não ser nominalmente designado no cotexto, mas apenas inferido por indícios contextuais, dentre eles outras expressões referenciais, como “o presidente uruguaio, Júlio Sanguinetti” e “seu pequeno país”. Comprova também que, por outro lado, nesta ocorrência, Argentina e Brasil também não são nomeados, mas, sócio-historicamente, podem ser inferidos pela expressão referencial “os brutamontes” e por outras relações. Assim, há referentes que podem ser introduzidos diretamente por uma expressão referencial que os manifesta, mas, como afirmaram Cavalcante *et al.* (2019), há inúmeros outros que são apenas sugeridos por pistas de sistemas semióticos diversos, e a verdade é que todos os objetos de discurso só são (re)construídos na integração de saberes culturalmente compartilhados.

Tendo em vista esses pressupostos muito gerais, traçamos, neste trabalho, um panorama descritivo dos processos referenciais que vêm sendo analisados pela Linguística Textual no Brasil, ao longo do qual mostraremos como, efetivamente, a referenciação compõe os sentidos de todo texto.

QUAIS SÃO OS PROCESSOS REFERENCIAIS E COMO SE OPÕEM OU SE COMPLEMENTAM

Os processos referenciais se agrupam em três grandes tipos: introdução referencial, que se opõe à anáfora; e dêixis, que pode se sobrepor aos outros dois anteriores. Como defendemos em Cavalcante e Brito (2016), em termos de funcionamento no texto, as introduções se prestam a apresentar o referente da maneira que o locutor supõe mais persuasiva, encapsulando ou não proposições do texto, ao passo que as anáforas operam como retomadas de referentes já introduzidos, que vão sofrendo, necessariamente, alterações durante a interação. As retomadas anafóricas (que podem ser de referentes pontuais ou de encapsulamentos de proposições), quando retomam um referente, operam acréscimos, confirmações e, às vezes, correções (CUSTÓDIO FILHO, 2011).

(1)



Fonte: Grupo Prottexto.

No exemplo em apreço, assim como em diversos textos, não há como assegurar por qual dos meios os referentes “III Workshop em LT” e “canudos” foram introduzidos no texto. O interlocutor pode acessar primeiro o que está localizado acima, em posição de relevo, como uma espécie de chamada, ou de título, e a imagem do copo com um canudo. Mas não há garantias sobre esse primeiro acesso, por causa da interveniência de outras variáveis. O que vale ressaltar aqui é que só se pode falar, em Linguística Textual, em possibilidades de introdução e de retomada anafórica. Não é objetivo desta área de investigação descrever e explicar o processamento cognitivo da compreensão, mas, sim, descrever as possíveis trilhas de sentido que os critérios de textualização permitem reconstruir, quando se projeta o contrato de comunicação estabelecido pelos interlocutores.

A essas funções de introduzir ou de retomar objetos de discurso, podem somar-se as funções dêiticas de ostensão (para chamar a atenção do interlocutor) e de subjetividade (para situar os referentes a partir do ponto de origem do locutor). Quando o referente “canudo plástico” é retomado como “esse [tipo plástico]”, a recuperação do objeto de discurso é feita por um elemento simultaneamente anafórico (porque é uma retomada) e dêítico (porque situa a menção ao referente como já dita antes no texto e chama a atenção do leitor pelo emprego do demonstrativo). Um quadro sinóptico dos processos referenciais poderia desenhar-se da seguinte maneira:

Quadro 1 - Quadro resumitivo dos processos referenciais

Os processos referenciais	
Introdução referencial Inauguração de referente.	Anáforas/Recategorização Retomada de referente, sempre evoluindo, recategorizando-se. vs. • Direta (pela correferencialidade); • Indireta (pela não correferencialidade – referente novo recuperado pelo contexto); • Encapsuladora (pela sintetização de um referente difusamente apresentado por proposições).
Dêixis Introdução ou retomada de um referente situado em relação à origo, ressaltando-o para o interlocutor. • Pessoal (por remeter diretamente às pessoas da situação enunciativa simulada); • Social (por indicar as relações entre os participantes da situação enunciativa, revelando graus de formalidade e informalidade, estratégias de polidez, além de papéis sociais e estereótipos culturais que eles assumem); • Espacial (por apontar para determinados referentes espacialmente situados, tomando o locutor como ponto de origem); • Temporal (por indicar aspectos temporais pressupondo o “agora” do locutor para situar o tempo da enunciação); • Textual (por orientar cotextualmente, pressupondo a instauração de um ponto de origem na superfície textual e a relação deste com o entorno espaço-temporal); • Memorial (por fornecer base para a construção de um referente a partir de uma indicação a um tempo ou um espaço que costuma ser ativado na memória compartilhada entre os interlocutores); • Fictiva (por orientar espacialmente, a partir da transposição do ponto de origem, seja em uma situação física, seja fictiva); • Modal (por englobar modos indicados por comportamentos de qualquer ordem, tais como movimentos corporais ou outras sensações que apelem para os sentidos).	

Fonte: elaborado pelas autoras.

Trataremos brevemente desses processos, mas já antecipamos que a relevância do estudo da referenciação não se limita à identificação e classificação de expressões referenciais, e sim, à (re) construção da coerência, à negociação argumentativa e às relações interdiscursivas. Lidamos com os processos referenciais como estratégias argumentativas que buscam atender às tentativas de influência do locutor sobre o interlocutor (e, quando for o caso, sobre o participante indireto da interação). A referenciação consta entre as principais estratégias de orientação argumentativa de um texto. Com base em Amossy (2017), entendemos que, em todo texto, há uma dimensão argumentativa, já que pressupõe um sujeito que atende às coerções sociais e discursivas, mas é intencional e tem livre arbítrio para tentar exercer influência sobre o outro. Para isso, o locutor, supondo-se dono de seu dizer, mobiliza determinadas estratégias argumentativas, bem-sucedidas ou não, que requerem várias escolhas, dentre elas a dos processos referenciais, os quais, articulando todos os referentes em rede, permitem (re)construir a coerência textual.

Como dissemos, os referentes podem se evidenciar nos textos por diferentes sistemas semióticos, não somente pelo meio linguístico das expressões referenciais. Para a elaboração e reelaboração (sempre colaborativas) dos referentes, aspectos multimodais de toda ordem estão envolvidos e se encontram atrelados a fatores contextuais. Assim, “a explicitação das expressões referenciais não é uma condição indispensável para a construção do referente, nem do ponto de vista” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 73).

Os itens deste capítulo estão organizados de maneira a apresentar conceitos, exemplos analisados e discussão do funcionamento dos processos referenciais nos textos, relacionando-os a aspectos metadiscursivos, intertextuais, polifônicos, interdiscursivos, dentre outros que colaboram para a negociação argumentativa que se efetiva dentro de cada interação.

A entrada do referente no texto – as introduções referenciais

Uma das indagações que mais perturbaram as pesquisas em referenciação foi a da legitimidade ou não de um processo que pudesse ser chamado de *introdução referencial*, quando se costumava falar apenas de anáforas. Dois posicionamentos costumam ser dicotomizados nesta polêmica. Há, de um lado, os que defendem que não há necessidade de tomar as introduções como processos referenciais, porque seria um retrocesso, em linguística textual, estar condicionado a uma marca do cotexto que introduz o objeto de discurso. Os partidários dessa posição alegam que olhar para tais pistas introdutórias é supor uma obediência à linearidade do cotexto durante a compreensão leitora. Assim, bastaria tratar de processos anafóricos (de retomada) e de processos dêiticos (de ostensão e subjetividade). É como se todas as relações dentro de um texto, por estarem ligadas em rede, fossem anafóricas, por não se poder determinar quando o referente entrou no universo textual, nem se estabelecer limites para o texto, já que se conta muito com o compartilhamento de dados contextuais durante a compreensão. Em um exemplo analisado por Ciulla (2008, p. 75), a autora diz, em vista disso, que a expressão referencial em destaque constitui uma anáfora:

(3) O impaciente francês (publicidade de um carro da Renault, apresentada em outdoors – CIULLA, 2008, p. 75).

A justificativa para tal posicionamento é que, em situações como esta, por sinal extremamente recorrentes, faz-se alusão a uma informação já conhecida pelo público alvo (neste caso específico, ao nome de um filme, *O paciente inglês*). A alusão a esse título gera uma transformação do texto-fonte, originando uma expressão parodiada. O que explicaria ser esta uma retomada anafórica é que o termo “impaciente francês” ativaria o texto-fonte “O paciente inglês”, por um procedimento dêitico de apelo à memória compartilhada. As

inferências, que fazem parte, necessariamente, de todo processo anafórico, comporiam o “universo textual”, e não se poderia precisar onde começa e onde termina um texto.

Há, de outro lado, os adeptos do ponto de vista oposto a este – e é neste que nos enquadramos – que advogam em favor dos limites de um texto. Uma das razões para isso é que a noção de texto, para nós, pressupõe a de interação. Como dissemos em Cavalcante *et al.* (2019),

Comungamos com o dialogismo bakhtiniano a ideia de que o texto acontece concretamente como evento enunciativo, mas pensamos que as relações de sentido que instituem o texto como unidade de coerência são construídas numa situação enunciativa imediata simulada, porque não se trata de sujeitos empíricos, num tempo e espaço físico real, mas de uma encenação criada pelo universo textual a cada vez. (CAVALCANTE *et al.*, 2019, p. 27).

Desse modo, por entendermos o texto como enunciado completo, que se conclui como unidade de comunicação e que é reconhecível por sua unidade de sentido em contexto, existe um limite para ele. Esse limite é estabelecido pela própria interação simulada, que, em determinado tempo-espaço, termina por findar; pelo tipo de gênero a que ele se filia; e pela unidade conteudística que se espera de uma comunicação.

Outra razão importante para considerar o texto um todo, com começo e fim, é a necessidade de tratá-lo analiticamente como um objeto de investigação e a necessidade de lidar com suas categorias de análise. Como seria possível falar de intertextualidade como diálogo entre textos, se os textos não se delimitam? Como lidar com a noção de coerência textual, com os aspectos composicionais do texto e com o desenvolvimento do tópico textual, se não se sabe o que é o texto? Como examinar a foricidade dos elementos que apontam para os referentes postos em rede no texto, se essa rede não se fixa em lugar algum?

É por causa da conclusibilidade de um enunciado (tal como proposto por BAKHTIN, 1997) que é possível propor objetos de discurso como entidades que só se instauram no texto e que só podem ser retomadas no universo textual. Mas esse universo textual não pode ser infinito. E, por uma questão de lógica, só se retoma o que já foi tomado e é dado.

Por isso, elementos tratados na tese de Helenice Costa (2007) como anafóricos encapsuladores são aqui concebidos como introduções referenciais encapsuladoras:

(4) From: "A S" <as@terra.com.br>
To: <CVL@yahoogroups.com>
Sent: Tuesday, May 18, 2004 11:01 AM
Subject: [CVL] Re: o assunto das cotas!!!!!!!!!!

Não se poderia dizê-lo melhor!

A.S.

A autora toma o "lo" como uma espécie de anafórico encapsulador que retomaria proposições de outro comentário em uma lista de discussão. Costa (2007, p. 12) comprova que muitos debatedores iniciavam comentários com "retomadas" de conteúdos de outros comentários, criando, nos participantes, a ilusão de um espaço físico comum, onde as trocas pareciam dar-se em tempo real. A autora argumenta que, se a natureza de um encapsulamento é seu caráter resumitivo, o que esse "lo" resume, por exemplo, não está no texto em que se encontra, mas em outro. Por raciocínio semelhante, Valdinar Custódio Filho (2011) chegou a propor uma categoria de "anafóricos intertextuais" para situações em que uma expressão referencial já fosse introduzida no texto como um apelo a outro texto.

Pensamos ser mais coerente com a própria noção de anáfora, que sempre se definiu como retomada de referentes no texto, reservar

esse termo para ocorrências em que se dá continuidade a entidades de algum modo já inseridas no universo textual. Se retomar significa “tomar novamente, recuperar, dar continuidade a”, então só é possível retomar o que já foi iniciado no texto.

Um referente não é introduzido no texto apenas por expressões referenciais, nem é retomado somente com outra expressão. Admitir isso é supor, de fato, o objeto de discurso como uma entidade que resulta da dinâmica interacional no texto. Se é para essa constatação que têm se encaminhado as noções de anáfora e dêixis, como fenômenos de referenciação, então será necessário aceitar que o fenômeno da anáfora é mais amplo do que o uso de um anafórico (nominal ou pronominal), e que o fenômeno da dêixis é mais amplo que o uso de um dêítico (pronominal ou nominal).

As retomadas anafóricas de objetos de discurso – o caráter recategorizador

A forma de manifestação, como expressão introdutória, anafórica ou dêítica, não é exclusivamente responsável pela representação do referente, pois todos os sistemas semióticos (incluindo o verbal, por expressões referenciais) cooperam na construção intercognitiva e socialmente situada do referente. Como explicam Cavalcante e Brito (2016),

as formas de realização dos referentes no texto não só ajudam a ancorá-los, por diferentes evocações, como também a estabilizar as confirmações (ou manutenções) e os acréscimos das recategorizações que eles sofrem na construção da coerência textual. O procedimento anafórico consiste, então, nesses movimentos de ancoragem e estabilização (CAVALCANTE; BRITO, 2016, p. 127).

Embora a ocorrência mais prototípica de anáfora (e a mais classicamente reconhecida como tal) seja a correferencial manifesta por uma expressão, o fenômeno anafórico é muito mais diversificado do que isso. O termo *anafórico* sempre foi associado a formas pronominais e nominais que manifestavam a retomada de referentes. Assim, considera-se um anafórico direto (ou correferencial) a forma linguística que recupera um referente já evocado antes no texto. Quando a expressão referencial não retoma exatamente o mesmo referente, mas apresenta outro que mantém associações com um referente anterior, é denominada de anafórico indireto. Vejamos a ocorrência de anafóricos no texto abaixo:

(5) *Mulher empurra Padre Marcelo Rossi de palco durante missa*

Cena surpreendeu fiéis que assistiam à celebração do religioso em Cachoeira Paulista, no interior de São Paulo. 'Estou ótimo', disse o padre em vídeo.

Por Da Redação access_time14 jul 2019, 18h54 - Publicado em 14 jul 2019, 17h43more_horiz

Mulher empurrou padre durante missa na Canção Nova (Canção Nova/Reprodução)



Após a queda, Marcelo Rossi voltou ao palco, rezou uma Ave Maria, e disse “amados, vocês viram como o demônio me

odeia”. “Doeu, mas preste bem atenção, eu justamente ia falar sobre dor, mas não imaginava que ia ser assim”, completou, antes de iniciar outra Ave Maria. “Se o inimigo achou que eu não ia falar, ele perdeu, porque Maria me segurou”, afirmou o padre.

Depois da missa, Marcelo Rossi gravou um vídeo, divulgado nas redes sociais, no qual informa que não se feriu e está “ótimo”. “Canção Nova, glória a Deus, Maria passou na frente e pisou na cabeça da serpente. Estou ótimo. PHN 2020, vai ser o nosso lema: Maria passa na frente e pisa na cabeça da serpente. Fiquem tranquilos, tudo bem, só umas dorzinhas, isso é normal, não quebrou nada. Amém”, disse o padre.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/brasil/mulher-empurra-padre-marcelo-rossi-de-palco-durante-missa/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Os anafóricos diretos, também chamados de correferenciais, ocorrem quando se retoma o mesmo referente que já tiver sido introduzido no texto. Essa retomada por expressões referenciais pode ser dar por SNs (núcleos substantivados ou pronomes) ou elipse.

No exemplo em questão, observamos diversas ocorrências de anafóricos diretos, como é o caso de “uma mulher”, “a mulher” (referente já introduzido por “mulher” no título da notícia), “o religioso”, “o padre” (referente já introduzido por “Padre Marcelo Rossi” no título da notícia). Observe-se que, nas escolhas lexicais empregadas nos anafóricos, já estão marcados posicionamentos argumentativos que se quer defender – as escolhas nunca são aleatórias, nem neutras.

Neste trabalho, defendemos ser mais apropriado separar a *anáfora*, como processo ampliado de retomada, de *anafórico*, uma expressão nominal ou pronominal. A anáfora é mais do que um mecanismo substitutivo de formas. Como afirma Ciulla (2008), a concepção de que a correferencialidade é apenas a retomada direta de um mesmo referente é, no mínimo, reducionista, porque toda anáfora se ancora em diferentes pistas. Portanto, não haveria apenas um antecedente para cada anáfora direta, mas vários, como no exemplo

discutido pela autora, em que a expressão correferencial “linha férrea” aparece ambígua, podendo se referir tanto à coluna do velho, de modo a promover uma macabra alusão aos vagões atropelando o velho, quanto ao trem que percorre os trilhos.

(6) (...) “É como uma linha férrea desativada” – o médico lhe mostrava o raio X, levantando a chapa contra a luz. Lá estava a coluna vertebral, na estrada completa, com todos os seus ossinhos aparentemente em perfeito estado. Mas agora não servia para mais nada, os membros paralisados (...). Agora observa outra vez a chapa contra a luz. Uma linha férrea, sim. Sem ligações nervosas, sem circuitos, o trenzinho parado não se sabe em que canto do corpo, enferrujando. (...) O trem das onze chega logo. Sente um arrepio: a luz do poste iluminou o rosto do homem, o mesmo que descia na estação, anos atrás. Não podia imaginar que um dia estaria deitado na linha do trem, com o menininho lhe ajeitando os membros (...). Afasta-se. Pensa em voltar rápido para casa; a cadeira de rodas leve, ágil. Mas não resiste a um impulso: o de ver os vagões correndo, correndo, atravessando a linha férrea e correndo, correndo. (Tércia Montenegro, *Linha Férrea*. In: CIULLA; SILVA, 2008, p. 51).

As anáforas diretas, tanto quanto as anáforas indiretas, recuperam, reformulam e confirmam referentes, mesmo os não explicitados contextualmente. Além disso, como vimos no exemplo anterior, as retomadas diretas, além de manterem o referente no texto, acrescentam-lhe um novo viés, como bem mostrou Lima (2003), quando já propunha uma função recategorizadora dos anafóricos diretos correferenciais. É impossível, como diz Costa (2007), que os processos referenciais não contemplem algum tipo de inferência, ainda que em menor grau.

Dissemos, em trabalho anterior (CAVALCANTE; BRITO, 2016), que o percurso dos objetos de discurso no texto se inicia nos modos como o locutor escolhe introduzi-los e evolui com todas as pistas multimodais pelas quais ele vai orientando o interlocutor sobre como espera que interprete os referentes. Jamais se pode garantir que a

produção e a recepção dos objetos de discurso aconteçam conforme as expectativas de cada participante. Os processos de introdução referencial e de anáfora são, portanto, estratégias argumentativo-discursivas postas em prática para a colocação em rede (MATOS, 2018) de todos os objetos de discurso no texto.

A evolução dos referentes pela qual se pauta a reconstrução da coerência textual tem sido chamada em Linguística Textual de *recategorização* – uma transformação de traços dos referentes conforme as pistas deixadas no cotexto e o modo como elas se integram com aspectos sócio-históricos. De acordo com a tese de Lima (2009), “é preciso passar pelos vários elementos em que ela se ancora para, num movimento inverso, chegar-se à (re)construção do processo” (LIMA, 2009, p. 74), por isso temos sustentado que a transformação de referentes não incide sobre pontos precisos, pois se dá em direções imprevisíveis e requer muitas idas e vindas de uma âncora para as outras (como expressões referenciais, imagens, recursos tipográficos etc.), em sucessivas formulações de hipóteses pelos interlocutores (CAVALCANTE; BRITO, 2016).

Analisar os processos referenciais de introdução e de retomada recategorizadora como etapas de reconstrução das referências foi a proposta da tese de Custódio Filho (2011). O autor sugeriu duas grandes etapas da reconstrução referencial: a apresentação do referente e as mudanças recategorizadoras, que se dariam por acréscimo, por confirmação ou por correção. Em exemplos de textos mais extensos, como contos e episódios de séries televisivas, Custódio Filho (2011) demonstra como um referente pode confirmar-se e modificar-se por outros referentes e por outros traços contextuais.

O processo de recategorização é desencadeado logo após a apresentação de um referente, que pode remeter a outros, por pistas intertextuais, e geralmente já antecipa pontos de vista que serão confirmados ou refutados ao longo do texto. A recategorização, por

isso, não é um processo a mais, além das anáforas e da dêixis, mas uma construção evolutiva de referentes que só se efetiva no movimento de idas e vindas dos interlocutores na interação. É talvez por essa razão que Bonomi (1994) prefere falar não em elementos anafóricos, mas em “espaço anafórico”, porque, após instaurado no texto, o referente entra em relação com vários outros, formando uma espécie de rede. Matos (2018) se fundamentou nesse pressuposto para defender a tese da existência de redes referenciais no texto, não de cadeias pontuadas por expressões referenciais substitutivas.

Para Custódio Filho (2011), na primeira etapa da dinâmica da referenciação, os referentes podem ser apresentados de diferentes modos, dependendo do projeto de dizer do locutor. Na segunda etapa, já se iniciam hipóteses sobre as trilhas de sentido possíveis. As mudanças são perceptíveis por acréscimos na superfície que autorizam o interlocutor a ir confirmando ou desconfirmando (como sugere MATOS, 2018) as entidades que colaboram para a unidade de coerência do texto. Como explicamos em Cavalcante e Brito (2016), “o autor chama de mudança por acréscimos aos elementos que modificam a situação inicial de apresentação do referente” (CAVALCANTE; BRITO, 2016, p. 128). As subetapas de confirmação consistem na comprovação de indícios que reiterem algum traço do referente já apresentado. Assim, aspectos do referente apresentados por reelaborações anteriores são homologados, o que é fundamental para a continuidade dos referentes e para a continuidade temática. Os processos de reconstrução referencial podem, então, ser sumarizados em modos de reconhecimento de como os referentes foram apresentados no texto pela primeira vez e em modos como são retomados e transformados no texto. A essas duas etapas da evolução referencial, somamos os usos dêiticos em procedimentos de localização dos referentes em relação ao ponto de origem do locutor e de subjetivação dos modos de apresentá-los e de recategorizá-los.

A função de encapsulamento das introduções e das anáforas

O alargamento do escopo dos processos de referenciação para uma análise das estratégias argumentativas de apresentação, de retomadas recategorizadoras (por confirmação, por acréscimos e por desconfirmações) e de (re)focalização dêitica dos referentes inclui, evidentemente, o emprego de formas linguísticas de expressões referenciais e de formas de expressão multissemiótica de traços dos objetos de discurso em reconstrução. Merecem menção alguns estudos que investiram nas marcas formais de apresentação, de retomada e de focalização, como o de Esteves (2017), o de Oliveira (2002), o de Teixeira (2016) e o de Sales (2017).

Esteves (2017), em sua dissertação, demonstrou como as formas de introdução e de anáfora que encapsulam proposições podem funcionar argumentativamente para, metadiscursivamente, favorecer o posicionamento do locutor, tentando engajar o interlocutor, e para, coesivamente, direcionar a atenção do interlocutor para certos pontos da estruturação textual. O autor encontrou um número expressivo de anafóricos encapsuladores e de introdutores referenciais avaliativos. Algumas dessas expressões também eram empregadas como organizadores cotextuais, viabilizando remissões para trás ou retrospectção; remissões para a frente ou prospecção; e remissões concomitantemente para trás e para frente, ou retroprospecção. Esteves (2017) também constatou uma grande recorrência de artigos indefinidos quando prospectivos, colaborando para o acréscimo de dados que se relacionam com o ponto de vista do locutor sobre o referente encapsulado. Também demonstrou a recorrência de anafóricos encapsuladores definidos que funcionavam ao mesmo tempo como retrospectivos para um dado referente, mas prospectivos para outro.

Destacamos ainda a dissertação de Soares (2018) sobre as apresentações e retomadas recategorizadoras formalizadas pelo emprego de expressões com nome próprio ou de imagens que evocassem nomes próprios. Segundo a autora,

os referentes evocados por nomes próprios possibilitam a recategorização dos referentes em função dos conhecimentos compartilhados que se tem sobre eles, principalmente, pela representação social desses nomes próprios no meio cultural (SOARES, 2018, p. 93).

Um dos exemplos analisados pela autora é o seguinte:

(7) A primeira-dama reza por breviário mais simples e bem conhecido. Trafega em zona ultrassegura, nada precisa prover ou provar. Tem as contas pagas, as falas prontas, a vida decidida. Nem o nome do filho careceu escolher: no menino se reproduziu o senhor seu pai.

Marcela não se exprime, comparece. No papel de compor a paisagem, talvez visasse o estilo Jackie Kennedy, da simplicidade elegante. Mas acabou em campo retrô, meio Barbie, meio Rapunzel, entre dois mundos, o da boneca, boa moradia para ex-miss dedicada ao consumo, e o reino do faz de conta, onde se encastela qual a mocinha do cabelão.

A senhora Temer pertence a uma linhagem, a das primeiras-damas decorativas, afeitas ao serviço social – a caridade, a filantropia e outras formas de generosidade talhadas para camuflar a desigualdade.

[...]

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/angela-alonso/2016/10/1825018-a-republica-das-marcelas-o-reino-das-princesas-e-o-sonho-das-meninas.shtml>. Acesso em: 01 mai. 16.

Note-se que, após a introdução referencial, o referente passa a ser retomado como “a primeira-dama”, além de apontar informações como ter “as contas pagas”, “as falas prontas”, “vida decidida”. Tais anafóricos confirmam um estereótipo de uma mulher sem expressão

social suscetível às vontades do seu esposo, que não tem firmeza nem para escolher o nome do próprio filho.

A autora argumenta que, quando o locutor menciona o anafórico “estilo Jackie Kennedy”, induz o leitor a recategorizar o referente sob o ponto de vista de Jacqueline Kennedy Onassis, esposa do presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy e que participava de ações beneficentes, sendo popularmente conhecida por sua elegância – trajes refinados. Chama a atenção também para os anafóricos correferenciais “meio Barbie” e “meio Rapunzel”, que promovem acréscimos relevantes para a defesa do ponto de vista do locutor: Marcela não alcançou o perfil de Jacqueline Kennedy e permaneceu entre mundos ligados a seu status de ex-miss consumista e de boa moradia e de princesa de um reino. Isso se confirma no texto por anáforas como “castelo” e “a mocinha do cabelão”. Já o anafórico “a senhora Temer” sugere ao leitor que reflita sobre o fato de Marcela ser esposa do presidente e “ocupar uma posição social de primeira-dama ‘ilustrativa’, sem engajamento no cenário político, e destinada a um papel arcaico de envolvimento com causas sociais e ações beneficentes, como ‘Jackie Kennedy’”.

As retomadas recategorizadoras por nomes próprios são inferidas a partir dos conhecimentos compartilhados e culturais que se têm sobre os indivíduos “portadores” desses nomes, amplamente divulgados nas mídias por diversos textos, reafirmando estereótipos.

Com análises dessa natureza, Soares (2018) salientou a importância argumentativa da convocação de nomes próprios para apresentação e retomada de referentes já relacionadas a pontos de vista pressupostos no texto. Assim afirma a autora:

Essas considerações confirmam a importância de analisar os processos referenciais por nome próprio como estratégias argumentativas, tendo em vista que o locutor, intencional e “constrangido” por suas próprias ideologias, ao selecionar um processo referencial, prevê determinados efeitos persuasivos

em seu interlocutor, podendo este fazer essas associações ou outras não previstas (SOARES, 2018, p. 80).

O FUNCIONAMENTO FOCALIZADOR DOS DÊITICOS

A dêixis é o processo referencial que pressupõe a marcação do ponto de origem do locutor (instauração de uma *origo*), a partir da criação de um campo dêitico, ora introduzindo referentes, ora retomando-os.

Chamar a atenção do interlocutor é uma função peculiar à dêixis, como ressaltam Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014): “todo dêitico já cumpre, por definição, sua função metadiscursiva de tentar engajar o interlocutor” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 85).

O estudo da dêixis, muito mais do que as pesquisas em anáfora, investiram muito esforço na descrição das formas dêiticas convencionais. Os tipos de dêixis já descritos na literatura sobre o assunto foram agrupados na dissertação de Martins (2019) em oito: pessoal, social, espacial, temporal, textual, memorial, fictiva e modal, conforme mudem os modos de ostensão, ou apontamento. A seguir, apresentamos em que se diferenciam cada um desses tipos.

Dêixis pessoal

Formalizados gramaticalmente por pronomes pessoais, os dêiticos pessoais são caracterizados como um fenômeno definido pelas coordenadas de pessoa. Por remeter diretamente às pessoas da situação enunciativa simulada, seria a dêixis que, segundo Cavalcante (2000), teria maior grau de deiticidade, se considerarmos que o traço

comum a todo processo referencial dêitico é a pressuposição de um ponto de origem (*origo*) do locutor em relação a seu interlocutor.



Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/6d/d3/42/6dd342cc7d0b919cfad26c94830293b4.png>. Acesso em: 20 jun. 2019.

No exemplo anterior, verificamos ocorrências de formas dêiticas pessoais em desinências verbais como em “queria”, “compro”, “paguei”; em pronomes possessivos, como “minha”; em pronomes de tratamento, como “você”.

Em Martins (2019), discutiu-se a respeito das diferentes concepções de dêixis pessoal, em que questionamos o caráter autorreferencial dos diversos dêiticos pessoais, afirmando que:

[alguns dêiticos] apontam para referentes outros, que, sim, pressupõem a *origo* para a identificação e o acesso ao referente sobre o qual se fala, e estão em relação direta com os sujeitos, mas não são, de fato, as pessoas envolvidas no ato enunciativo. Esses referentes podem expressar traços de “posse”, “proximidade” com os falantes, mas não são eles. O que lhes confere o caráter dêitico é a pressuposição do ponto de origem do locutor. Quanto à autorreferencialidade, tais tipos dêiticos “pessoais” não se referem às pessoas inseridas na situação comunicativa, mas, sim, a objetos relacionados a ela. (...) Embora pronomes pessoais e pronomes demonstrativos [ou possessivos], por exemplo, sejam comumente classificados como marcas de dêixis pessoais, o nível de autorreferencialidade que eles apresentam é diferente (MARTINS, 2019, p. 96).

Dêixis social

Os dêíticos sociais são colocados por Cavalcante (2000) como um subgrupo dos dêíticos pessoais, o que, de certo modo, é confirmado por Ciulla (2008), quando afirma que formas dêíticas sociais instituem o eu e o tu da situação comunicativa. No entanto, mais do que instaurar os participantes diretos da comunicação, tais formas servem para indicar as relações entre eles, de formalidade e informalidade, bem como para revelar os papéis sociais e estereótipos culturais que eles assumem na situação enunciativa.

A depender do contexto de uso, o emprego de formas dêíticas que expressam hierarquias, relações sociais de poder, demonstra muito mais que uma forma adequada ou respeitosa de se referir a alguém. Os papéis sociais desempenhados pelos interlocutores na situação de enunciação estão sempre presentes, por mais que não estejam marcados, através de formas dêíticas sociais, por exemplo. Verifiquemos um exemplo:

(3)



Fonte: <https://www.facebook.com/fortalezaordinaria/photos/a.204802973430777/475132829731122/?type=3&theater>. Acesso em: 21 jun. 2019.

No exemplo em análise, poderíamos afirmar que a forma dêitica “mulhé” (*sic*) tem a função de tão somente expressar um chamamento. Mais do que isso, a forma empregada para se referir expressa a proximidade social dos interlocutores e muda a cada vez que a forma é empregada em contexto.

Dêixis espacial

Os dêiticos espaciais dizem respeito às coordenadas de lugar da situação enunciativa. Diferentemente da dêixis pessoal e da dêixis social, não fazem referência aos participantes da situação, mas, sim, a determinado referente espacial construído tomando o locutor como ponto de origem. Esse tipo dêitico é marcado, sobretudo, pelos advérbios de lugar e pelos pronomes demonstrativos. Neste exemplo, vemos um pronome demonstrativo funcionando como indicador de distanciamento em relação a quem fala (a fada).

(4)



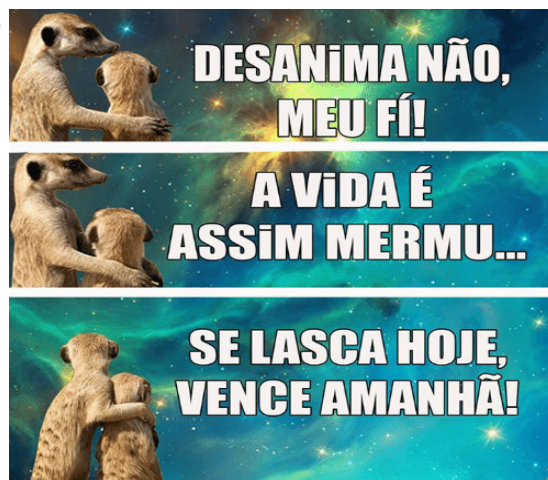
Ivo Viu a Uva – www.ivoiviauva.com.br

Fonte: <http://www.ivoiviauva.com.br/category/contos-de-fada/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

Dêixis temporal

Do mesmo modo dos dêiticos espaciais, os dêiticos temporais não se referem aos participantes da situação enunciativa, mas pressupõem o “agora” do locutor para situar o tempo da enunciação. Esse tipo dêítico é marcado, sobretudo, pelos tempos verbais e pelos advérbios de tempo.

(11)



Mensage do dia!!

Fonte: <https://me.me/i/desanima-nao-meu-fl-a-vida-e-assim-mermu-se-3657615>. Acesso em: 21 jun. 2019.

Em Martins (2019), com a intenção de extrapolar um estudo dos dêiticos com foco nas formas, evidenciamos o caráter circular que as formas dêíticas temporais podem dar aos textos a partir da atualização recorrente de tais termos, como ocorre nesse exemplo.

Dêixis textual

Os dêiticos textuais são os responsáveis por guiar os interlocutores no cotexto. A orientação feita considera aspectos temporais e espaciais, pressupondo a instauração de um ponto de origem na superfície textual e a relação deste com o entorno espaço-temporal. Ao discutirmos em Martins (2019) acerca da sobreposição de tipos dêiticos, constatamos que “é por fazer uma analogia entre o espaço da situação enunciativa e o tempo-espaço do cotexto que a dêixis textual não tem marcação própria gramaticalmente convencional: ela toma de empréstimo as marcas das dêixis temporal e espacial” (MARTINS, 2019, p. 89), conforme verificamos na forma espacial “abaixo” do excerto a seguir, retirado do exemplo (5):

(5) Mulher empurra Padre Marcelo Rossi de palco durante missa

(...) Marcelo Rossi estava no local para a missa de encerramento do acampamento “Por Hoje Não” (PHN). Por volta das 14h50, a mulher, que participava do evento, conseguiu furar a segurança, invadiu o palco por trás e empurrou o padre, que caiu da estrutura (Veja o vídeo *abaixo*).



Fonte: <https://veja.abril.com.br/brasil/mulher-empurra-padre-marcelo-rossi-de-palco-durante-missa/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Dêixis memorial

Os dêíticos memoriais são comumente caracterizados pelo uso de pronomes demonstrativos. Concordamos com Ciulla (2008) ao afirmar que os dêíticos memoriais fornecem base para a construção de um referente a partir de uma indicação a um tempo ou um espaço que costuma ser ativado na memória compartilhada entre os interlocutores, como é o caso de “aquela mágoa” no poema abaixo. Além desse exemplo mais clássico, acreditamos que “lá no fundo”, ainda que não utilize um demonstrativo, também evoca um referente a partir do compartilhamento de memórias entre interlocutores.

(6) *Bem no fundo*

Paulo Leminski

No fundo, no fundo,
bem lá no fundo,
a gente gostaria
de ver nossos problemas
resolvidos por decreto

a partir desta data,
aquela mágoa sem remédio
é considerada nula
e sobre ela — silêncio perpétuo

extinto por lei todo o remorso,
maldito seja quem olhar pra trás,
lá pra trás não há nada,
e nada mais

mas problemas não se resolvem,
problemas têm família grande,
e aos domingos
saem todos a passear
o problema, sua senhora
e outros pequenos probleminhas.

Dêixis fictiva

Os dêiticos fictivos, do mesmo modo que os memoriais, exigem a negociação para o compartilhamento de sentidos entre os interlocutores. No entanto, para que haja construção a partir de dêixis fictiva, faz-se necessária uma orientação espacial, seja em uma situação distante fisicamente, seja em uma situação construída fictivamente. Por essa constatação, concluímos que

[a] diferença fundamental entre a dêixis memorial e a fictiva, [é] o fato de que, enquanto naquela a indicação espaço-temporal está distante do ponto de origem (*origo*) dos interlocutores, esta supõe a instauração de uma nova origo que permita que as orientações sejam compreendidas. Por isso, Fonseca (1989) afirma que a dêixis fictiva supõe que haja uma “transposição fictiva” (MARTINS, 2019, p. 90).

Para demonstração da dêixis fictiva, apresentamos um exemplo presente em Cavalcante (2015), trabalho no qual a autora discute o estatuto da dêixis.

(7) *Secretária de hospício*

Obrigada por ter ligado para o Instituto de Saúde Mental. A companhia mais certa para seus momentos de maior loucura.

Se você é obsessivo compulsivo, aperte repetidamente o número 1.

Se você é codependente, peça a alguém que aperte o número 2 por você.

Se você tem múltiplas personalidades, aperte 3, 4, 5 e 6.

Se você é paranoico, nós sabemos quem você é, o que você faz e o que quer. Espere na linha enquanto rastreamos sua chamada.

Se você sofre de alucinações, aperte o sete *nesse telefone colorido gigante que você, e só você, vê à sua direita*.

Se você é esquizofrênico, escute cuidadosamente e uma voz interior indicará o número a pressionar.

Se você é depressivo, não importa que número aperte, nada vai tirá-lo de sua lamentável situação.

Porém, se você votou no Lula, não tem jeito. desligue e espere até o final de 2010. Aqui atendemos loucos e não imbecis.

Obrigada!

Fonte: <http://www.escutaisso.com.br/humor/piada/call-center-do-manicomio>. Acesso em: 02 dez. 2012.

O trecho grifado anteriormente utiliza marcações espaciais (“esse” e “à sua direita”) para orientar o interlocutor. No entanto, por ser um referente construído a partir de uma “alucinação”, distante do local em que o enunciador se encontra e tomando o interlocutor como ponto de referência, caracteriza-se como dêixis fictiva.

Dêixis modal

Os dêiticos modais são descritos por Fonseca (1989) como apontamentos expressos por “assim”. Esse apontamento pode englobar comportamentos de qualquer ordem, tais como movimentos corporais ou outras sensações que apelem para os sentidos. Os dêiticos modais muitas vezes podem funcionar como dêiticos textuais, como é o caso do exemplo a seguir, em que o “assim”, além de indicar o modo, marca determinado ponto no texto, indicando o que vem depois:

(8) *Amor, meu grande amor*
Barão Vermelho
(...)
Amor, meu grande amor
Me chegue assim
Bem de repente
Sem nome ou sobrenome
Sem sentir
O que não sente

Que tudo o que ofereço
É meu calor, meu endereço
A vida do teu filho
Desde o fim até o começo
(...)

No exemplo acima, a forma “assim” toma um caráter textual por instaurar um ponto de origem e guiar o leitor dentro do ambiente do cotexto, explicitando que é a informação que aparece depois desse ponto – “bem de repente” – o modo como o interlocutor deve chegar.

Comentou-se, em Martins (2019), que, partindo do pressuposto assumido pela Linguística Textual de que o conceito de texto comporta todos os elementos cotextuais e situacionais, ou contextuais em sentido sócio-histórico mais amplo, é possível ultrapassar a própria definição de dêiticos como expressões que apontam para aspectos “extralinguísticos” ou “extratextuais” e tomá-los como a manifestação de processos referenciais que consideram, necessariamente, a *origo* da cena enunciativa em que locutor e interlocutor simulam situar-se, cumprindo papéis sociais nas situações comunicativas.

Ehlich (1982) comenta que muitos linguistas veem o destinatário como um receptor passivo do ato de fala do locutor, o que não faz jus à complexidade das ações do interlocutor como um todo. Segundo o autor, o locutor antecipa as capacidades do interlocutor na interação, assim como o interlocutor precisa executar uma série de procedimentos reconstrutivos dos sentidos pretendidos pelo falante. Ehlich (1982) sugere que é necessário haver uma atenção conjunta dos participantes para dar-se uma comunicação efetiva:

Quero usar o termo ‘focalizar’ para denotar este ofício de comunicação. Um dos principais meios de focalizar a atenção do ouvinte é o *procedimento dêitico*. Ele opera sobre a base de uma orientação prévia comum a falante e ouvinte. Por meio das expressões dêiticas, o falante traz o ouvinte para o foco de algum elemento específico, diretamente acessível, fazendo uso do espaço do ato discursivo (EHLICH, 1982, p. 325).

O autor distingue, assim, o procedimento dêitico de um procedimento anafórico. É como se a instrução dada por formas para retomadas anafóricas fosse o oposto da instrução dada por um elemento dêitico:

Um anafórico instrui o ouvinte a tratar o elemento previamente verbalizado como permanecendo em foco. Em vez de instruir o ouvinte a orientar sua atenção para um novo item, ele lhe pede que *mantenha a orientação de foco previamente obtida*. A expressão anafórica é empregada para realizar esta instrução (EHLICH, 1982, p. 328).

Ehlich demonstra o caráter contrastante do emprego de formas anafóricas e formas dêíticas operando substituições de expressões nominais anafóricas por expressões convencionalmente dêíticas. O resultado é a estranheza que se percebe abaixo:

(9) “Quero contar uma história sobre *um velho homem*, sobre um homem que não diz mais nenhuma palavra, que tem um rosto cansado, muito cansada para sorrir, muito cansada para querer dizer. (b) *Este* mora numa cidade pequena, no final da rua, ou perto da esquina. (c) Quase não a vale a pena descrever *este (homem)*, (d) dificilmente alguma coisa *este (homem)* distingue dos outros. (e) *Este* usa um chapéu cinza, calça cinza, jaqueta cinza e, no inverno, um longo sobretudo cinza, (f) e *este* tem um pescoço magro, cuja pele é seca e enrugada, (g) colarinho branco curto é, para *este*, muito grande. (h) No andar de cima da casa, *este* tem seu quarto, (i) talvez *este* fosse casado e tivesse filhos, (j) talvez *este* tenha vivido em outra cidade...” (EHLICH, 1982, p. 326).

O modo de retomar o referente “um velho homem” nessa narrativa soa inadequado porque formas que deveriam realizar um procedimento só de continuidade do referente no texto são substituídas por formas de refocalização do referente a todo momento. Assim explica o autor:

Em suma, mudamos as instruções que damos ao leitor: não mais pedimos a ele para continuar o foco sobre o velho homem que é introduzido na sentença (a); em vez disso,

continuamente exigimos nova orientação. Na medida em que ele atende a nossa exigência, e tenta orientar sua atenção para os elementos no domínio da fala que identificamos pelo uso da expressão dêitica, ele encontra um item que ele já tem em foco. Assim, ele é *sobreorientado* – em vez de isto o levar a realmente aguçar seu foco de atenção, tem o efeito de *desorientá-lo* (EHLICH, 1982, p. 326).

Essa distinção nos parece bastante adequada até para os fenômenos de anáfora e dêixis, de modo geral, porque se funda nos usos. Por isso não concordamos que os procedimentos anafóricos e os procedimentos dêiticos sejam associados apenas a formas convencionalmente dêiticas. Poderíamos definir *procedimento dêítico*, em sentido mais extenso e coerente com os pressupostos da Linguística Textual, como o uso de recursos textuais para focalizar a atenção do interlocutor e do participante indireto para um dado referente, assim como para situar esse referente em relação ao ponto de origem do locutor. Em contraponto, o procedimento anafórico poderia ser mais do que o mero uso de “um instrumento linguístico para que o ouvinte continue a manter um foco previamente estabelecido sobre um item específico para o qual ele orientou sua atenção antes” (EHLICH, 1982, p. 330). O procedimento anafórico compreenderia o uso de qualquer recurso textual que instrísse os participantes a manter no texto um referente, confirmando-lhe alguns traços e acrescentando outros, ou desconfirmado alguns tantos.

CONCLUSÃO

Muito há que ser demonstrado analiticamente como examinar a introdução referencial, a anáfora e a dêixis como processos referenciais que são mobilizados em todo texto para produzir efeitos de sentido que colaborem para a tentativa de influência do locutor sobre

o interlocutor e sobre o participante indireto da comunicação. Este trabalho argumentou em favor da concepção de que tais processos sejam considerados dentro das redes referenciais que se tecem na reconstrução da coerência, a partir de todos os sistemas semióticos envolvidos no contexto. O contexto integra todos os elementos negociados na superfície textual, e dela jamais se separa.

Pleiteamos que as análises da textualização contemplem mais do que a função das formas nominais e pronominais que manifestam esses processos no cotexto e que a Linguística Textual não tome para si a tarefa de descrever, com base em modelos formais, o processamento sociocognitivo da referenciação. A sociocognição é apenas um pressuposto, ainda que fundamental, para o programa analítico desta disciplina.

Investigar a complexidade da referenciação é observar e explicar como podem ser interpretados os diferentes modos apresentar, de confirmar, de desconfirmar e de alterar os objetos de discurso nas diversas trilhas de sentido que se abrem e que se fecham na reconstrução da coerência.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. *Apologia da polêmica*. Trad. de Mônica Magalhães Cavalcante *et al.* (org.). São Paulo: Contexto, 2017.

APOTHELOZ, Denis. (1995). *Role et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle*. Tese (Doutorado) – Université de Neuchatel.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BONOMI, Andrea. *Lo spirito della narrazione*. Milão: Bompiani, 1994.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. v. 1. 192 p.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. *Coerência, Referenciação e Ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva. O caráter naturalmente recategorizador das anáforas. In: AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto (Orgs.). *Estudos do discurso: caminhos e tendências*. São Paulo: Editora Paulistana, 2016. p. 119 – 133. Disponível em: <http://cied.ffiich.usp.br>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. In: MARQUESI, Sueli Cristina et al. (Con) *textos Linguísticos*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

CIULLA, Alena. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. 2008. 201f. Tese (Doutorado em Linguística). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

COSTA, Maria Helenice Araújo. *Acessibilidade de referentes: um convite à reflexão*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza-CE, 2007.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. 329f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

ESTEVES, Laurenci Barros. *Funções discursivas dos processos referenciais de encapsulamento em artigo de opinião*. 113f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

GARFINKEL, Harold. *Studies in ethnomethodology*. New Jersey: Prentice Hall, 1967.

LEITE, Ricardo Lopes. *Metaforização textual: a construção discursiva do sentido metafórico no texto*. 2007. 213f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2007.

LEMINSKI, Paulo. *Bem no fundo*. Disponível em: <https://www.revistabula.com/385-15-melhores-poemas-de-paulo-leminski/>. Acesso em: 04 jul. 2019.

LIMA, Silvana Maria Calixto de. *(Re)categorização metafórica e humor: trabalhando a construção dos sentidos*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

LIMA, Silvana Maria Calixto de. *Entre os domínios da metáfora e da metonímia: um estudo de processos de recategorização*. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação Em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Fortaleza, 2009.

MARCUSCHI, L. A. Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português do Brasil. In: *I Colóquio Internacional de Língua Portuguesa*, Berlim, março de 1998.

MARTINS, Mayara Arruda. *A caracterização dos tipos de dêixis como processos referenciais*. 2019. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza-CE, 2019.

MATOS, Janaica Gomes. *A construção das redes referenciais na nota jornalística: uma proposta de descrição*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MONDADA, Lorenza. *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: approche linguistique de la construction des objets de discours*. Thèse. Lausanne: Université de Lausanne, 1994.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A.; (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52. (Clássicos da Linguística).

OLIVEIRA, Suelene Silva. *Estratégias de referenciação a personagens em narrativas infantis*. 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza - CE, 2002.

SALES, Thais Yuli Nogueira. *Processos Referenciais em Charges de Jornais Cearenses sob o Aspecto Multimodal*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SILVA, Franklin Oliveira. *Formas e funções das introduções referenciais*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

TEIXEIRA, Jeannie Fontes. *Estratégias de referenciação em textos multimodais: contribuições da imagem na construção referencial do infográfico*. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

9

José Olavo da Silva Garantizado Júnior

COERÊNCIA E COESÃO TEXTUAIS NA ARTICULAÇÃO DOS SENTIDOS DOS TEXTOS

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.120.273-310

Resumo:

Este capítulo tem como objetivo (re)discutir as noções teóricas de coerência e de coesão no processo de articulação na geração de sentidos do texto. Para isso, faremos um cotejo das principais abordagens sobre esses fenômenos nos estudos da linguagem, dando uma visão panorâmica de como eles foram estudados por pesquisadores importantes da Linguística de Texto (LT). Iniciaremos por Beaugrande e Dressler (1981), que descreveram a coerência como uma continuidade de sentidos e determinaram os fatores de textualidade. Depois disso, passaremos para a visão de Halliday e Hasan (1976), que viam a coesão a partir de uma série de critérios semântico-discursivos. Em seguida, apresentaremos as visões que defendem a coerência como um princípio de interpretabilidade (CHAROLLES, 1988; COSTA VAL, 2006). Por fim, falaremos das abordagens de Cavalcante (2011), Garantizado Júnior (2011) e Garantizado Júnior e Cavalcante (2014, 2016, 2017), que veem a coerência/coesão como um par indissociável, um contínuo em que, mesmo quando não tenhamos elementos linguísticos explícitos, outros fatores poderão implicar na construção de sentidos textual.

Palavras-chave:

Coerência textual; Coesão textual; Sentido.

INTRODUÇÃO

A noção de texto vem sendo amplamente discutida e ainda continua proporcionando questionamentos em professores (no Ensino Básico e na universidade), pesquisadores e estudantes (na graduação e na pós-graduação). O que faz com que um texto seja um texto? Esse questionamento, durante muitos anos, foi o centro de debates de especialistas de diversificadas áreas do conhecimento, preocupados com o processo de geração dos sentidos.

Os estudos da linguagem, principalmente os desenvolvidos pela Linguística de Texto (LT), vêm se debruçando sobremaneira sobre a identificação, compreensão, análise e estabelecimento de critérios capazes de nos fazer entender os sentidos textuais. Nesse contexto, o texto se constitui a partir de uma série de elementos linguísticos, sóciocognitivos, socioculturais, interacionais e pragmáticos, que fazem sentido dentro de um dado evento comunicativo.

Há determinadas condições que necessitam ser observadas, a fim de que um conjunto de enunciados constitua um todo organizado e dotado de sentido, de modo a atender as principais necessidades de uma situação interativa. Tais condições são definidas como *fatores de textualidade* que qualquer manifestação linguística deve possuir para ser considerada um texto.

Entender o processo de construção e interpretação da geração dos sentidos de uma estrutura textual possui uma importância significativa para as pesquisas teóricas da LT, assim como para as práticas pedagógicas baseadas, principalmente, nas orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em que o texto emerge como produto interativo e concreto de uso em sala de aula, desenvolvendo competências e habilidades em nossos estudantes de diversificados níveis de ensino.

Beaugrande e Dressler (1981) foram os responsáveis por sistematizar um conjunto de fatores responsáveis para o processo de construção da textualidade. Neste trabalho, concentraremos nossa atenção nos dois fatores que, na verdade, subsumem os demais: a coerência e a coesão, para os quais todos os demais (intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, intertextualidade e situacionalidade) convergem, como defenderam Beaugrande e Dressler (1981) e tantos outros pesquisadores (KOCH; TRAVAGLIA, 2008; CAVALCANTE, 2011; GARANTIZADO JÚNIOR, 2011).

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo (re) discutir as noções teóricas de coerência e de coesão no processo de articulação na geração de sentidos do texto. Para isso, faremos um cotejo das principais abordagens sobre esses fenômenos nos estudos da linguagem, dando uma visão panorâmica de como eles foram estudados por pesquisadores importantes da LT.

Em termos teóricos, entendendo a complexidade de definição dessas noções e da quantidade de diferentes perspectivas científicas geradas ao longo das últimas décadas sobre o assunto, analisaremos, neste trabalho:

- (a) Abordagens que consideram a coesão como fator determinante para que um texto possa ser entendido como tal, tomando-a como algo decisivo para garantir o “sentido textual”, conceito que, nos estudos iniciais da Linguística Textual, priorizava os aspectos semânticos (HALLIDAY; HASAN, 1976);
- b) Abordagens que veem a coerência como princípio de interpretabilidade do texto e condição necessária para a existência deste (CHAROLLES, 1988; COSTA VAL, 2006), e a coesão como relações de identidade, de inclusão ou de associação dos constituintes no enunciado (CHAROLLES, 1988);
- c) Noções teóricas que defendem a coerência e a coesão como um par indissociável, coerência/coesão, constituindo um contínuo (CAVALCANTE, 2011; GARANTIZADO JÚNIOR, 2011; GARANTIZADO JÚNIOR; CAVALCANTE, 2014, 2016, 2017).

Para fins de organização dos dados e dos resultados, optamos por seguir com os debates teóricos e analíticos conjuntamente, começando pela visão de Beaugrande e Dressler (1981), que descreveram a coerência como uma continuidade de sentidos e determinaram os fatores de textualidade. Depois disso, passaremos para a visão de Halliday e Hasan (1976), que viam a coesão a partir de uma série de critérios semântico-discursivos. Em seguida, apresentaremos as visões que defendem a coerência como um princípio de interpretabilidade: começaremos tratando do trabalho de Charolles (1988), que propôs que a coerência se constituiria a partir de quatro “metarregras”; em seguida, falaremos do trabalho de Costa Val (2006), que adaptou as “metarregras” propostas por Charolles (1988), trazendo-as para a realidade de análises de textos no Brasil; por último, falaremos do trabalho de Koch e Travaglia (2008), responsáveis por considerar vários outros aspectos de natureza externa ao texto como constituintes da coerência. Por fim, falaremos das abordagens de Cavalcante (2011), Garantizado Júnior (2011) e Garantizado Júnior e Cavalcante (2014, 2016, 2017), que veem a coerência/coesão como um par indissociável, um contínuo em que, mesmo quando não tenhamos elementos linguísticos explícitos (elos coesivos), outros fatores poderão implicar na construção de sentidos textual, logo podem gerar coerência textual.

OS FATORES DE TEXTUALIDADE E VISÃO DA COERÊNCIA COMO CONTINUIDADE DE SENTIDOS

Beaugrande e Dressler (1981)³⁷ propuseram haver sete *fatores de textualidade*, uns diretamente ligados aos fatores de ordem pragmática no processo sociocomunicativo, sendo eles: a *intencionalidade*, a *aceitabilidade*, a *situacionalidade*, a *informatividade*, e a *intertextualidade*; outros estavam ligados ao material conceitual e linguístico do texto, que seriam os casos da *coerência* e da *coesão*.

Quando os autores propuseram os fatores de textualidade, a intenção deles não foi a de apresentar regras de boa formação de um texto, mas sim determinados critérios de acesso à produção de sentido. Como explica Marcuschi (2008),

é bom frisar de modo enfático que o uso da expressão “critério”, ao invés da expressão “princípio” para a noção de “critérios de textualidade”, deve-se ao fato de não se admitir que esses aspectos da textualidade funcionem como leis linguísticas, já que são apenas critérios que *no caso de sua ausência, não impedem que tenha um texto*. O texto, quando considerado como unidade, é uma unidade de sentido e não unidade linguística (MARCUSCHI, 2008, p. 97 [grifos nossos]).

Dessa maneira, a *textualidade* ou textura seria o que faz com que uma dada sequência linguística constitua um texto. A tentativa de se determinar os principais critérios que poderiam fazer com que um

37 Para Beaugrande e Dressler (1981), os princípios de textualidade não são características do texto, mas condições necessárias para sua compreensão e para a produção. É nessa perspectiva que os pesquisadores consideram que a não satisfação de algum dos sete fatores propostos leva o texto a ser considerado como *não comunicativo* e, dessa forma, poder ser tido como *não texto*. Segundo Koch e Travaglia (2008): “para esses autores, embora a coesão e a coerência constituam os padrões mais evidentes de textualidade, não são por si só, suficientes para estabelecer fronteiras entre textos e não textos, já que as pessoas muitas vezes utilizam textos que, por várias razões, não se apresentam totalmente coesos e/ou coerentes” (KOCH; TRAVAGLIA, 2008, p. 21).

texto fosse entendido como tal fez com que houvesse uma verdadeira mudança nos estudos de Linguística de Texto, propiciando uma maior preocupação com o que se convencionou chamar de textualidade.

A definição da textualidade e de quais critérios seriam mais relevantes quando se quer determiná-la foram questões envoltas em indefinição nos estudos da Linguística de Texto. Essa indefinição continuou até, mais ou menos, o final dos anos oitenta e início dos anos noventa do séc. XX, quando se definiram a coerência e a coesão como os principais fatores de textualidade. Em trabalhos mais recentes (KOCH; TRAVAGLIA, 2008; CAVALCANTE, 2011), entende-se que a coerência subsume os demais e torna-se um dos conceitos mais nucleares nos trabalhos de Linguística de Texto no que tange aos fatores de textualidade. Assim, os demais fatores, de certa forma, acabam mais contribuindo articuladamente para a construção dos sentidos do que sendo fatores isolados e independentes. Passemos para a demonstração de como os autores trataram esses fenômenos e como eles contribuem para a constituição da coerência textual.

A Situacionalidade

A situação comunicativa é um dos fatores primordiais no processo de geração de sentido. Nessa perspectiva, não se pode produzir, interpretar, compreender um texto sem que se pense na situação comunicativa em que ele será usado.

Para tal, tomemos como exemplo a situação de um Deputado Federal, por exemplo, que irá fazer um breve pronunciamento na tribuna da Câmara dos Deputados. A situação comunicativa desse sujeito exige uma série de precauções formais por parte dele. Espera-se que ele tente obedecer a várias regras que um discurso de um político na tribuna exige, entre elas, as formalidades situacionais (saber

que não pode ofender os pares da casa, que seus posicionamentos podem repercutir nacionalmente, que ele se filia a um partido político que possui regras e uma plataforma política a ser seguida pelos seus partidários, entre outras); a formalidades comportamentais (o ambiente exige que ele esteja trajado de terno, obedeça ao tempo que lhe é dado, para citarmos apenas duas); e a formalidades linguísticas (ele não pode usar termos de baixo calão, por exemplo).

O texto sempre será interpretado a partir de um contexto em que ele está inserido, de forma que os sentidos são construídos no momento interacional em que os agentes envolvidos (interlocutores) tenham contato com a materialidade textual. Vamos atentar para outro exemplo: imaginemos que um sujeito produziu um lindo poema de amor para sua namorada e entregou para ela. A leitura desta, se ela o amar e entender o poema como uma bela declaração de amor, será de uma interpretação amorosa. O texto em si possui um sentido para o produtor (que tem uma intenção de agradar) e para a receptora (que será agradada). Agora imaginemos que, por algum outro motivo, esse mesmo casal tenha terminado o relacionamento e, dias depois desse fim, a mesma receptora tenha encontrado o poema. Será que a interpretação dada será a mesma? Será que ela entenderá o texto com o mesmo sentido que a primeira leitura? Obviamente, a situação comunicativa já é outra, e o contexto em que o texto está inserido também; mesmo que os agentes envolvidos na comunicação sejam os mesmos, o sentido que se constrói nessa segunda situação será outro.

A intencionalidade

Beaugrande e Dressler (1981) denominaram a intencionalidade como um dos fatores que propiciam a textualidade e que estaria ligada diretamente ao produtor do texto, pois ela diz respeito especificamente ao que o sujeito do texto queria, quando o produzia. Saber qual o

objetivo do produtor no processo de escrita um determinado texto, o que ele pretendeu atingir e qual a principal finalidade da produção textual são os principais caminhos para se identificar as intenções de quem o produz. Essa intenção pode ser analisada a seguir, exemplo retirado de Garantizado Júnior (2011, p. 78):

Figura 1 - Texto publicitário da Nestlé



Fonte: <http://www.chocolatesemcacao.wordpress.com>. Acesso em: 22 jul. 2011.

Ao analisar as intenções produzidas pelo texto, Garantizado Júnior (2011), à luz das reflexões de Beaugrande e Dressler (1981), defende que a intenção da propaganda é fazer que o produto “Bono” seja consumido. O sentido do texto se constrói a partir de uma série de fatores, entre eles, o conhecimento de mundo do receptor, que, quando entra em contato com a propaganda, associa o “encha seu filho de bolachas” não aos tradicionais castigos que habitualmente os pais podem aplicar aos filhos, que culminam às vezes em agressões físicas às crianças (as “bolachas”, como falam na gíria), mas se associa ao próprio produto, “Bono”, uma marca de bolachas que as crianças (e qualquer indivíduo) comem. A intenção do produtor é a de fazer que o seu produto seja comprado e, para isso, usa da artimanha da ambiguidade e supõe que o seu receptor irá entender o sentido dado a “bolachas”, apresentado no texto.

A aceitabilidade

A aceitabilidade é um fator que está diretamente relacionado com a maneira como o receptor (alocutário) do texto o vê, recebendo-o como aceitável, dotado de significação e passível de uma interpretação. Dessa forma, a aceitabilidade, entendida como um critério de textualidade, como fora proposto por Beaugrande e Dressler (1981), está intimamente ligada com a intencionalidade. No exemplo da figura 1, por exemplo, quando as pessoas entendessem que “encher” o filho de bolacha não teria uma relação direta com “bater” no filho e, sim, em “comprar” o produto, teríamos a aceitação da informação e dos objetivos da propaganda.

Como os fatores de textualidade não podem ser analisados de maneira estanque, o alocutário de um texto, para entendê-lo, tenta calcular os sentidos deste e o vê como um produto aceitável. A situação comunicativa em que o texto está inserido, assim como as intenções do produtor, de certa forma, são levadas em conta pelo receptor no momento da interpretação.

A aceitabilidade pode ser definida a partir do momento em que o receptor entra em contato com o texto e o insere em uma situação comunicativa, buscando entender os motivos do enunciador. Essa noção se constitui, nessa perspectiva, como uma espécie de atitude do receptor de um dado texto de que o conjunto de ocorrências textuais às quais ele está submetido, ao longo de suas várias interações comunicativas, possui um sentido. Essa forma de ver o texto traz como consequência o fato de que o receptor, na possibilidade de poder ter contato com um texto coeso e coerente, age com certo grau de tolerância em relação às incompletudes com que se depara. Essas incompletudes – podemos dizer sem nenhum problema – seriam o que Beaugrande e Dressler chamam

de “lacunas textuais”, fazendo inferências ou desconsiderando, em conversa informal, estruturas sintáticas incompletas. Desse modo, ainda fazendo referência ao exemplo da figura 1, quando o leitor entende que o “encha seu filho de bolacha” se refere, na verdade, ao argumento da propaganda de “compre bolacha para seu filho”, ele está aceitando as intenções do produtor.

A informatividade

Um dos importantes critérios, entre os propostos por Beaugrande e Dressler (1981), foi o da informatividade, tanto que muitos outros autores se utilizaram desse fator como objeto de estudo em suas pesquisas (FÁVERO, 1985; COSTA VAL, 2006; CUSTÓDIO FILHO, 2006). Dessa maneira, essa importante noção teórica funciona como uma espécie de controle na seleção e no arranjo de alternativas no texto. Sendo assim, informações novas possibilitam novos sentidos e são as ocorrências de um texto, esperadas ou não, conhecidas ou não, pelo receptor, que proporcionam o grau de informatividade textual.

O excesso de informatividade pode ser rejeitado pelo receptor, que não poderá processá-lo. O ideal é que o texto se mantenha em um nível mediano de informatividade, que fale de informações que tragam novidades, mas que venham ligadas a dados conhecidos. Isso fica mais evidente com o exemplo abaixo, usado por Garantizado Júnior (2011), que é uma definição matemática acerca da existência dos conjuntos abertos, abaixo:

Se o conjunto X possui algum ponto interior, ele deve conter pelo menos um intervalo aberto, logo é infinito. Assim, se $X = \{x_1, \dots, x_n\}$ é um conjunto finito, nenhum dos seus pontos é interior, ou seja, temos $\text{int}(X) = \emptyset$. Melhor ainda, como todo intervalo aberto é um conjunto não-enumerável, se $\text{int}(X) \neq \emptyset$ então X é não-enumerável (LIMA, 2010, p.163-164).

A leitura do texto anterior é fácil ou complexa? A resposta dessa pergunta nos possibilita indicar o grau de informatividade que o Locutor possui. Na verdade, por termos um texto de uma área específica do conhecimento, no caso os estudos matemáticos, as informações contidas nele, para uma pessoa leiga no assunto, podem ser de difícil compreensão. O leitor, quando lê o texto em questão, pode não saber em que consistem as informações contidas nele, o que acaba dificultando a compreensão em sentido global. Essa não compreensão da informação no seu conjunto nos permite dizer que o texto não é interpretado globalmente pelo seu locutor, embora muitas informações presentes possam até ser compreendidas com muito esforço por parte deste último.

A intertextualidade

A intertextualidade foi um dos fatores propostos por Beaugrande e Dressler (1981), e é mais um dos critérios que podem propiciar a coerência textual e gerar sentidos no texto. Reconhecer o intertexto e os seus vários desdobramentos na produção dos sentidos é um fator essencial para a apreensão dos conteúdos que são expostos na superfície textual.

Para os autores, a intertextualidade compreende as diversas maneiras pelas quais a produção de dado texto depende do conhecimento de outros por parte dos interlocutores (KOCH; TRAVAGLIA, 2008, p. 88). Sendo assim, é um importante fator que gera a coerência textual, pois, a partir dela, outros fatores são acionados. Por isso, uma série de conhecimentos são exigidos, para que o receptor possa compreender de maneira satisfatória as informações, buscando sentido no texto. De certo modo, esse fenômeno é muito complexo e se constitui, na grande maioria das vezes, da incorporação de um texto em outro.

A coerência e a coesão

Na proposta de Beaugrande e Dressler (1981), a *coerência* está diretamente relacionada com a *continuidade de sentidos* que se faz presente em um texto. A visão desses autores é de que a coerência seria o resultado da atualização de significados, responsáveis pela configuração direta dos sentidos que emanam de um texto. A coerência seria fruto de complexos processos cognitivos que são operantes entre os usuários e não são somente traços da superfície textual.

A base da coerência textual, na proposta de Beaugrande e Dressler (1981), centra-se no fato de termos a *continuidade de sentidos* entre os conhecimentos ativados diretamente por uma série de expressões linguísticas ao longo do texto e que, de certa forma, devem ser percebidas no momento da codificação (produção) e no momento da decodificação (compreensão). Na concepção desses estudiosos, a coerência é compreendida como o *fator fundamental da textualidade* responsável pelos sentidos existentes no texto. Entender o fenômeno da coerência dessa maneira nos possibilita dizer que a proposta de Beaugrande e Dressler (1981) termina por se restringir à unidade semântica, apesar de considerar aspectos de ordem cognitiva e pragmática.

Fica evidente que os autores valorizam sobremaneira o conceito de coerência textual, colocando-a como principal fator de textualidade. Contudo, eles também falam da importância da coesão, que eles consideram ser o material linguístico do texto. Para esses autores, dessa maneira, a coesão seria a manifestação da coerência e adviria de como os vários conceitos e as várias relações subjacentes se expressariam na superfície textual. A coesão, portanto, só existiria como a explicitação dos elos coesivos. A coesão, para Beaugrande e Dressler (1981), seria responsável diretamente pela unidade formal do

texto, sendo constituída, dessa forma, por uma série de mecanismos gramaticais e lexicais.

A coesão como elemento semântico do texto

Outra maneira de se entender os fenômenos da coerência e da coesão já havia sido apresentada por Halliday e Hasan (1976), que, diferentemente da proposta de Beaugrande e Dressler (1981), defendem que a coesão propicia a textura de um texto. Para Halliday e Hasan (1976), a coesão se dá por uma série de critérios semântico-discursivos; ela se estabelece sempre que se busca entender um elemento do discurso a partir de outro elemento, estabelecendo-se *relações de sentido*. A defesa da coesão como elemento central da articulação da busca dos sentidos proporcionou o pensamento de que ela fosse essencial e necessária.

Halliday e Hasan (1976), dessa forma, propõem um conceito de coesão como sendo um *princípio de dependência semântica*. Quando o fazem, eles acabam descrevendo o fenômeno como sendo um conjunto de recursos linguísticos os quais se realizam no texto e fazem com que este tenha *tessitura*. Isso possibilitaria que o ouvinte/leitor o diferencie de uma mera sequência de enunciados. Essa visão recebeu críticas (CAVALCANTE, 2011; GARANTIZADO JÚNIOR, 2011) por ser bastante reducionista, limitando-se a entender o processo de geração de sentido de um texto a partir da presença ou da ausência dos mecanismos de coesão.

Fonseca (1992) sintetiza um esquema com a proposta de Halliday e Hasan (1976) para a coesão textual:

- a) *textura externa*: que tem a ver com a consistência de “registro”; envolve fatores externos que afetam as escolhas linguísticas, como a natureza da audiência, o meio, os propósitos comunicativos etc.

b) textura interna:

- *ao nível supra-enunciados*: que englobaria aspectos superestruturais e macroestruturais, estabelecendo um texto como um gênero particular;
- *ao nível intra-enunciados*: que se relaciona, de um lado, à organização de tema e rema e, de outro, à articulação de informação dada e nova;
- *ao nível inter-enunciados*: que respeita aos nexos semânticos expressos por laços coesivos (FONSECA, 1992, p. 09-10 [grifos nosso]).

Cavalcante (2003), ao analisar o quadro proposto por Fonseca (1992), constatou que as noções de textualidade para Halliday e Hasan (1976) e para Beaugrande e Dressler (1981), muito mais se aproximam do que se separam. De fato, as aproximações entre as propostas são perceptíveis; basta lembrarmos que, quando Beaugrande e Dressler (1981) propõem sete fatores de textualidade (já apresentados aqui), dois desses fatores estariam ligados à substância linguístico-conceitual de um texto: a *coesão* e a *coerência*; e os outros cinco fatores se relacionariam a aspectos pragmáticos: a *intencionalidade*, a *aceitabilidade*, a *situacionalidade*, a *informatividade* e a *intertextualidade*. Dentre os fatores mencionados, convencionou-se indicar a coerência subsumindo os demais.

A COERÊNCIA COMO UM PRINCÍPIO DE INTERPRETABILIDADE

As propostas de Charolles (1988) e Costa Val (2006)

Para Charolles (1988), um texto, para ser coerente, deve satisfazer a quatro requisitos, que ele chama de “metarregras”, que

seriam: a repetição, a progressão, a não contradição e a relação. Na concepção de Garantizado Júnior (2011), Charolles (1988) propõe as “*metarregras*” de *coerência*, que seriam um artifício encontrado pelo autor para tentar fazer uma *articulação dos principais elementos de ordem formal do texto com os elementos de ordem semântica*, considerando-se também o contexto situacional em que o texto está devidamente inserido. A seguir, preparamos um quadro sistemático e didático com as principais definições sobre as metarregras defendidas na proposta de Charolles (1988):

Quadro 1 - Definições das Metarregras de Charolles (1988) a partir de Garantizado Júnior (2011)

Metarregra defendida por Charolles (1988)	Definição
Repetição	Seria a necessidade de retomar elementos no decorrer do discurso. Tal requisito é importante por propiciar uma unidade textual, haja vista ser responsável diretamente pela retomada de conceitos e de ideias.
Progressão	Um texto coerente deve apresentar novas informações acerca dos elementos retomados. A progressão é dividida em dois planos, o macroestrutural (coerência) e o microestrutural (que equivaleria à coesão). No que tange ao plano macroestrutural, a progressão se dá a partir da soma de ideias novas às que já vinham sendo tratadas.
Não contradição	Esse requisito deve ser analisado considerando-se os aspectos internos ao texto (elementos linguísticos) e os externos (no âmbito das relações do texto com o mundo a que se refere). As informações não podem se contradizer; devem ser, pois, compatíveis entre si, não só no que trazem explícito como também no que delas se pode concluir por pressuposição ou inferência.
Relação	Estabelecimento de relações entre as informações, que podem ser presentes no plano conceitual do texto (sem os elementos formais) ou a partir de elementos mais formais.

Fonte: Elaboração nossa.

No quadro 1, como ficou evidente, temos as principais definições teóricas das “metarregras” defendidas por Charolles (1988). Importante que se diga que elas serviam como elementos definidores da interpretação de conteúdos capazes de estabelecer a construção de sentidos no texto.

Costa Val (2006), seguindo a linha de pensamento de Beaugrande e Dressler e de Charolles (1988), é uma das teóricas que consideram a coerência como *fator fundamental da textualidade*, por esta ser responsável pelo sentido do texto. Para a autora, a coerência envolve uma série de aspectos que não se limitam somente aos elementos lógicos e semânticos, mas também a fatores cognitivos. Essa constatação já representa um avanço em relação à proposta mais semântica de Charolles (1988). Dá-se isso pelo fato de, no processo comunicativo, os interlocutores dependerem de partilhar conhecimentos para que um texto seja tido como coerente, logo com sentido.

Para ela, “um discurso é aceito como coerente quando apresenta uma *configuração conceitual* compatível com o conhecimento de mundo do receptor” (COSTA VAL, 2006, p. 6, [grifos nossos]). A autora reconhece que um texto não possui sentido por si só, mas necessita de que sejam construídos os sentidos entre os participantes do ato comunicativo. Segundo ela,

a coerência do texto deriva de sua *lógica interna*, resultante dos *significados que sua rede de conceitos* e relações põem em jogo, mas também da compatibilidade entre essa rede conceitual – o mundo textual – e o conhecimento de mundo de quem processa o discurso (COSTA VAL, 2006, p. 6 [grifos nossos]).

Percebemos, assim, que a noção de coerência da autora está ligada a uma lógica interna existente em um texto, somada ao conhecimento de mundo de quem processa o discurso. Quanto ao conceito de coesão, Costa Val (2006) afirma que tal fenômeno é a manifestação linguística da coerência. Para ela, a coesão é

responsável pela unidade formal do texto e se constrói por intermédio de mecanismos gramaticais e lexicais. Sendo assim, “percebemos uma estreita ligação entre a proposta de Costa Val (2006) e as de Beaugrande, Dressler (1981) e Koch (2009a), pois estas perspectivas viam a coesão como a manifestação” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2011, p. 48) linguística da coerência, “limitando aquela aos elos coesivos tradicionais” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2011, p. 48).

Costa Val (2006) defende a importância de três dos sete fatores de textualidade apresentados por Beaugrande e Dressler (1981) por serem relacionados aos aspectos pragmáticos da textualidade, a saber: a intencionalidade, a aceitabilidade e a situacionalidade. Entendamos o primeiro fenômeno como sendo o “empenho do produtor em constituir um discurso coerente, coeso e capaz de satisfazer os objetivos que tem em mente numa determinada situação comunicativa” (COSTA VAL, 2006, p. 10). O segundo, a autora nos apresenta como sendo “a expectativa do receptor de que o conjunto de ocorrências com que se defronta seja um texto coerente, coeso e útil e relevante, capaz de levá-lo a adquirir conhecimentos ou a cooperar com os objetivos do produtor” (COSTA VAL, 2006, p. 11). Já o terceiro diz respeito à “adequação do texto à situação sociocomunicativa” (COSTA VAL, 2006, p. 12). A autora considera que a junção desses fatores traz duas implicações para a prática comunicativa: (1) o produtor deve saber quais os conhecimentos com que o receptor poderá contar e (2) os fatores propiciam a existência de vários tipos de discursos, sendo que cada ato comunicativo exige o uso de um tipo particular de discurso.

Como mostramos, nas “metarregras” propostas por Charolles (1988), um texto coerente e coeso satisfaz a quatro requisitos de constituição da coerência: a repetição, a progressão, a não contradição e a relação. Costa Val (2006), seguindo as concepções daquele outro autor, apresenta-nos uma nova roupagem para a nomenclatura proposta por Charolles (1988) a dois desses fatores:

a repetição, que a autora chama de *continuidade*; e a relação, que chama de *articulação*. A seguir, observemos o quadro 2 com a sistematização das definições dos critérios de coerência e coesão textuais propostos por Costa Val (2006):

Quadro 2 - Definições da proposta de Costa Val (2006) a partir de Garantizado Júnior (2011)

Metarregra defendida por Charolles (1988)	Proposta de Costa Val (2006)	Definição de Costa Val (2006)
Repetição	Continuidade	"Retomada de elementos no decorrer do discurso" (COSTA VAL, 2006, p. 21). Para ela, no que tange à coerência, a continuidade se manifesta pela retomada de conceitos, de ideias contidas ao longo do texto. No que tange à noção de coesão, a continuidade se dá a partir do emprego de recursos linguísticos específicos, como: a repetição de palavras, o uso de artigos definidos ou pronomes demonstrativos para determinar entidades já mencionadas, o uso de pronomes anafóricos e de outros termos vicários, a elipse de termos facilmente recobráveis, entre outros.
Progressão	Progressão	A progressão se constitui como a relação existente entre o <i>tópico/comentário</i> e/ou articulação entre o <i>tema/rema</i> . Seria a retomada de seus principais elementos conceituais e formais, sem se limitar a essas repetições, devendo, então, apresentar novas informações.
Não contradição	Não contradição	O produtor do texto deve respeitar a certas exigências do quadro enunciativo instaurado, tais como o modo como o discurso está funcionando, no que respeita aos processos de modalização e de controle da argumentação textual e ao encadeamento temporal das informações e, assim, não se contradizer.

Relação	Articulação	Refere-se à maneira como os fatos e conceitos apresentados no texto se encadeiam, como se organizam, que papéis exercem uns com relação aos outros. Articular bem as ideias de um texto significa verificar se elas têm a ver umas com as outras e que tipo específico de relação se estabelece entre elas.

Fonte: elaboração nossa.

No quadro 2, temos a sistematização da proposta de Costa Val (2006) e as principais mudanças de nomenclaturas e de concepções teóricas em relação ao modelo desenvolvido e aplicado por Charolles (1988). Merece destaque para a maneira como a autora redefiniu a “metarregra” de “relação”, dando-lhe um teor mais concreto, com foco na articulação das ideias entre o texto.

Os fatores de coerência propostos por Koch e Travaglia (2008)

Outro trabalho de extrema importância para os estudos da Linguística de Texto foi o de Koch e Travaglia (2008). Os autores reconhecem a dificuldade de se conceituar a coerência textual, mas tentam defini-la a partir da apresentação de uma série de aspectos, de traços, não se limitando somente aos elementos eminentemente semânticos, como fizeram Beaugrande e Dressler (1981). Dessa maneira, Koch e Travaglia (2008) propõem que a coerência estaria diretamente ligada à “possibilidade de estabelecer sentido para o texto” (KOCH; TRAVAGLIA, 2008, p. 21).

Acrescentam que a coerência está ligada, também, “à *interpretabilidade* do texto numa situação comunicativa e à capacidade que o receptor tem para *calcular o sentido deste texto*” (KOCH; TRAVAGLIA, 2008, p. 21, [grifos nossos]). De fato, a

noção de coerência para Koch e Travaglia (2008) está relacionada a um *princípio de interpretabilidade textual*, tanto que os autores reconhecem que “a coerência é, basicamente, um princípio de *interpretabilidade e compreensão do texto* caracterizado por tudo de que o processo aí implicado possa depender” (KOCH; TRAVAGLIA, 2008, p. 13, [grifos nossos]).

Os autores supracitados apresentam, paralelamente ao conceito de coerência, constituindo um par opositivo, o conceito de coesão, que “é explicitamente revelada através de marcas linguísticas, índices formais na estrutura da sequência linguística e superficial do texto, sendo, portanto, de caráter linear, já que se manifesta na organização sequencial do texto” (KOCH; TRAVAGLIA, 2008, p. 13). Percebemos uma breve aproximação da perspectiva de Koch e Travaglia (2008) com a proposta de Beaugrande e Dressler (1981).

Para os autores, *a construção dos sentidos é decorrente de uma série de fatores de ordem linguística, cognitiva, cultural, interacional e discursiva*. Dessa forma, eles entendem que a coerência textual se dá a partir de uma multiplicidade de fatores que já foram tratados por Beaugrande e Dressler (1981) e, de certa forma, não sofreram mudanças, como a aceitabilidade, informatividade, intertextualidade e situacionalidade. Entretanto, Koch e Travaglia acrescentaram as noções de conhecimento de mundo, conhecimento compartilhado, inferências, fatores de contextualização, focalização, relevância e consistência. O que se nota é uma nova abordagem do fenômeno e o acréscimo de novos elementos constitutivos da geração de sentidos que, na proposta dos autores com preocupações mais semânticas ou mais estruturais foram esquecidos ou pouco valorizados. Na verdade, segundo Garantizado Júnior (2011),

outra importante observação a ser feita é o fato de o que Beaugrande e Dressler (1981) chamavam de *fatores de textualidade*, incluindo entre estes a coerência textual, Koch e

Travaglia (2008) chamam de *fatores de coerência*. A diferença de nomenclaturas não se dá por acaso (GARANTIZADO JÚNIOR, 2011, p. 54, [grifos do autor]).

Na verdade, Beaugrande e Dressler (1981) definem sete fatores e colocam a coerência como sendo mais um dos fatores que proporcionariam a tessitura de um texto, enquanto Koch e Travaglia (2008) valorizam a coerência textual como elemento básico; os fatores propostos por Beaugrande e Dressler (1981) contribuiriam para a constituição dos sentidos de um texto, logo da coerência. Embora tenhamos duas perspectivas teóricas que, de certa forma, centram-se em diferentes maneiras de ver o mesmo fenômeno – a textualidade –, percebemos que há uma estrita ligação entre as abordagens, pois a textualidade é um fenômeno linguístico que se constitui a partir da coerência e da coesão existentes nas mais diversificadas práticas sociais em que tais fatores são inseridos. Apresentaremos brevemente apenas os fatores que Koch e Travaglia (2008) propõem como acréscimos.

Nesse sentido, um dos fatores de coerência propostos por Koch e Travaglia (2008) foi o conhecimento de mundo, que estaria diretamente relacionado às experiências dos sujeitos a partir do mundo que os cerca. Para os autores,

o nosso conhecimento de mundo desempenha um papel decisivo no estabelecimento da coerência: se o texto falar de coisas que absolutamente não conhecemos, será difícil calcularmos o seu sentido, e ele nos parecerá destituído de coerência (KOCH; TRAVAGLIA, 2008, p. 72).

Outro tipo de conhecimento destacado pelos autores foi o *conhecimento compartilhado*. De acordo com Koch e Travaglia (2008), cada um de nós vai armazenando os conhecimentos na memória a partir de suas experiências pessoais. Eles acrescentam ainda que “é preciso, no entanto, que produtor e receptor de um texto possuam,

ao menos, uma boa parcela de conhecimentos comuns” (KOCH; TRAVAGLIA, 2008, p. 77).

Koch e Travaglia (2008) defendem ainda a existência de *fatores de contextualização*, que “são aqueles que ‘ancoram’ o texto em uma situação comunicativa determinada” (KOCH; TRAVAGLIA, 2008, p. 81). Os autores dividem este tipo de processo em dois tipos: os contextualizadores propriamente ditos (datas, o local, a assinatura, elementos gráficos, timbre etc.) e os perspectivadores (título, autor, início do texto, entre outros).

Os autores falam ainda de outro aspecto importante para a constituição da coerência, que eles chamam de *focalização*. Nas palavras deles, “a focalização tem a ver com a concentração dos usuários (produtor e receptor) em apenas uma parte do seu conhecimento, bem como com a perspectiva da qual são vistos os componentes” (KOCH; TRAVAGLIA, 2008, p. 88) do mundo textual. Para eles, diferenças de focalização podem causar problemas sérios de compreensão, impedindo, por vezes, o estabelecimento da coerência. Dessa maneira, eles defendem que “um mesmo texto, dependendo da focalização, pode ser lido de modo totalmente diferente” (KOCH; TRAVAGLIA, 2008, p. 88).

Há ainda dois outros fatores. O primeiro é o da *consistência*, os autores falam ser a relação entre os enunciados novos e os já usados ao longo do texto; o outro é o da *relevância*, que seria a manutenção da importância da informação para o próximo tópico discursivo existente no texto. Importante é a forma como Koch (2009a), em outro trabalho, trata os fenômenos da coerência e da coesão. Para ela, os muitos anos de reflexão fizeram com que ela saísse em defesa da visão segundo a qual a coerência e a coesão são fenômenos distintos, similares a várias outras abordagens sobre o assunto (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1983; CHAROLLES, 1985). A autora, assim, posiciona-se: “sou de opinião que

se trata de fenômenos distintos (...) em concordância com a maioria dos autores que trabalham neste campo” (KOCH, 2009a, p. 45).

Para Koch (2009b), a concepção de coesão seria um fenômeno que diz respeito à maneira como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados entre si, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentidos. A autora apresenta duas modalidades de coesão: a remissiva (ou referencial) e a sequencial.

A *coesão remissiva* se dá quando temos o processo de reativação de referentes ou quando temos o processo de sinalização textual. No que tange à reativação, tal processo se constitui por meio da referenciação anafórica, possibilitando a formação de cadeias coesivas que podem ser até longas. Para que esse tipo de coesão ocorra, a remissão pode ser feita por meio de recursos gramaticais, tais como: uso dos pronomes pessoais de terceira pessoa e os demais pronomes, os diversos tipos de numerais, advérbios e artigos definidos ou até mesmo por recursos de natureza lexical, como sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, entre outros. No que tange à “sinalização” textual, que é responsável pela organização textual e fornece ao interlocutor subsídios para o processamento textual, tal tipo de remissão se dá a partir de uma série de “orientações” ou “indicações” ao longo do texto, que se confirmam por expressões como “para cima”, “para baixo”, “mais adiante”, “a seguir”, que, como podemos perceber, servem como indicadores textuais.

Para Koch (2009c), a coesão por *sequenciação* está relacionada diretamente com os procedimentos de natureza linguística pelos quais se estabelecem entre as partes que constituem o texto como um todo (os vários enunciados, partes do enunciado, parágrafos e sequências textuais). Tais recursos fazem com que tenhamos um processo de progressão textual. Koch (2009c) propõe a existência de dois tipos

de *sequenciação*: a frástica (sem procedimentos recorrentes) e a parafrástica (com procedimentos recorrentes).

Os sistemas de conhecimentos contribuindo para a constituição dos sentidos do texto

Koch (2004, 2006) e depois Koch e Elias (2010) dizem-nos que o processamento textual se constitui a partir do momento em que temos o reconhecimento de três sistemas de conhecimento: o conhecimento linguístico, o conhecimento enciclopédico (ou de mundo) e o conhecimento interacional.

De acordo com Koch e Elias (2010), o *conhecimento linguístico* abrange o conhecimento gramatical e lexical. Segundo as autoras, é a partir desse tipo de conhecimento que podemos compreender, por exemplo, a organização do material linguístico na superfície textual, o uso dos meios coesivos para efetivar a remissão ou sequenciação textual, além da seleção lexical adequada ao tema ou aos modelos cognitivos ativados. Percebemos, assim, que esse conhecimento está diretamente relacionado com o que a tradição convencionou chamar de coesão, ou seja, as marcas linguísticas que estão presentes em um texto.

Outro conhecimento proposto pelas autoras é o *enciclopédico ou conhecimento de mundo*. Segundo elas, tal tipo de conhecimento se refere a conhecimentos gerais sobre o mundo, bem como a conhecimentos alusivos a vivências pessoais e a eventos espaço-temporalmente situados, permitindo a produção de sentidos.

O terceiro tipo de conhecimento que deve ser levado em conta é o *interacional*. De acordo com as autoras, esse tipo de conhecimento se refere às formas de interação por meio da linguagem

e engloba o *conhecimento ilocucional* (que nos permite conhecer os objetivos e os propósitos pretendidos pelo produtor do texto, em uma dada situação comunicativa); o *conhecimento comunicacional* (que diz respeito à quantidade de informação necessária em uma determinada situação comunicativa concreta, para que o parceiro seja capaz de reconstruir o objetivo da produção, e está ligado também à seleção das variantes linguísticas adequadas para as situações comunicativas, além da adequação ao gênero textual); o *conhecimento metacomunicativo* (que permite ao locutor assegurar a compreensão do texto e conseguir a aceitação pelo parceiro dos objetivos com que é produzido); o *conhecimento sobre os gêneros textuais* (que permite a identificação de textos como exemplares adequados aos diversos eventos de vida social, além de conhecimentos sobre as macrocategorias ou unidades globais que distinguem vários tipos de textos, bem como sobre a ordenação ou sequência textual em conexão com os objetivos pretendidos).

Observemos o texto a seguir, retirado de um site da internet, posicionando-se sobre as mudanças do governo brasileiro na Previdência Social:

Figura 2 – Charge política



Fonte: www.humor.grafico@bol.com.br. Acesso em: 22 jul. 2019.

O texto em destaque é uma charge. Como podemos perceber, temos uma relação intertextual *stricto sensu* com o mapa do Brasil. Contudo, no texto em questão, este mapa, em vez da demarcação geográfica dos estados, municípios ou qualquer outra questão de natureza política, social ou geográfica, traz a representação de um buraco. Atente-se para o fato de que as duas personagens estão olhando justamente este “buraco”, e um deles fala: “É o rombo na previdência!”. O sentido do texto se constitui a partir de uma série de conhecimentos que estão relacionados. Um desses conhecimentos é o linguístico, que nos faz entender que a palavra “rombo”, usada na fala de uma das personagens, seja associada com o buraco no mapa do Brasil na charge.

Imediatamente, o nosso conhecimento de mundo também é acionado, pois, se não soubermos que esse “rombo” de que trata o texto nada mais é do que uma das grandes questões políticas e sociais de nosso país (a possibilidade de se aumentar a idade para a aposentadoria dos cidadãos, a fim de estes tenham garantidos os direitos de se aposentar), não teremos o sentido do texto. Por isso, associamos “rombo” no texto à dívida, ao momento ruim pelo qual as finanças da previdência passam, tanto que há riscos de as pessoas não terem o direito da aposentadoria garantidos no futuro. Mas temos também o conhecimento ilocucional, que, a nosso ver, está associado ao que Beaugrande e Dressler (1981) chamaram de intencionalidade. O objetivo do produtor do texto é chamar a atenção para o problema da previdência e tenta usar de outros conhecimentos para isso. Basta percebermos que o uso de “rombo”, de vermelho e destacado no texto, confirmando a intenção do interlocutor de chamar a atenção (conhecimento metacomunicativo), ganha uma conotação popular de ruína, de algo que está próximo do fim, de negócio falido. Observamos que as informações postas no texto não são claras e simples de serem percebidas, o que faz que tenhamos a ativação do conhecimento comunicacional, que se confirma pelo uso da variante

informal “rombo”, a qual, de certa forma, está sendo empregada adequadamente como *roubo* para o gênero charge, que tem como fim propiciar o riso e satirizar determinadas situações cotidianas.

Koch e Elias (2010) nos falam da problematização existente entre inferência e compreensão, pois muitas vezes elas são tomadas como intercambiáveis. Além disso, as autoras falam ainda da necessidade de haver uma limitação acerca do que seria inferência e do que seria uma parte de um complexo sistema de compreensão do discurso. Sobre as inferências e a contribuição delas para o processo de geração de sentidos, observemos o seguinte exemplo:

Figura 3 – Charge como exemplo de inferências



Fonte: www.arionauocartuns.com.br. Acesso em: 22 jul. 2019.

O texto anterior é outro exemplo de charge, gênero do discurso em que as inferências são fundadas especialmente em conhecimentos enciclopédicos. Percebemos que se trata de um carro parado próximo de um sinal de trânsito, que está vermelho. Assim, há o conhecimento de mundo que nos faz saber que a linguagem não verbal do sinal de trânsito vermelho indica que o motorista deve parar. É do conhecimento

de todos que há sinais de trânsito que ficam na vertical e outros que ficam na horizontal das estradas ou nas ruas do ambiente urbano, como a sinalização horizontal de “pare”, comumente usada nos sinais.

A charge usa do humor e da ironia ao substituir a faixa de pedestre, que deveria ser comum na situação cotidiana das ruas de uma cidade, para colocar “assalto”. A substituição só faz sentido se o receptor da mensagem fizer um processo inferencial de tentar preencher as lacunas textuais deixadas pelo produtor do texto que expliquem de maneira satisfatória a substituição de um item lexical por outro. Contudo, para que o texto tenha de fato sentido, deveremos acionar o conhecimento de mundo e a memória coletiva para, assim, podermos entender que, nos grandes centros urbanos, principalmente, está muito comum a prática de assaltos para os carros que param nos sinais. Dessa maneira, o produtor da charge faz uma severa crítica ao setor público de segurança e sugere que os motoristas que pararem nos sinais de trânsito podem ser assaltados, o que justifica a palavra “assalto” posta no lugar de “pare”.

O pensamento de Koch e Elias (2010) foi fundamental para que novas maneiras de se pensar os fenômenos da coerência e da coesão surgissem (ou pelo menos rediscutissem alguns posicionamentos já existentes). Sendo assim, na próxima seção, trataremos da abordagem desenvolvida por Cavalcante (2011), seguida posteriormente por Garantizado Júnior (2011) e por Garantizado Júnior e Cavalcante (2016, 2018).

COERÊNCIA/COESÃO TEXTUAL: UM NOVO OLHAR SOBRE O PROCESSO DE GERAÇÃO DOS SENTIDOS DO TEXTO

Cavalcante (2011) defende que a coerência/coesão e a textualidade não dependem exclusivamente de propriedades inerentes à organização dos elementos no cotexto, mas, sim, de um contexto sociocultural mais amplo, o que inclui uma série de atividades interpretativas dos coenunciadores. A autora advoga em favor do ponto de vista de que o fenômeno da coerência/coesão não está relacionado apenas ao que é de natureza interna do texto (aos mecanismos interiores do texto que, em outras pesquisas, seriam atribuídas somente à coesão e à “coerência” semântica), mas sim também a fatores de natureza pragmática, cognitiva e sociointeracional.

Nesse sentido, a coerência e a coesão estão, dessa forma, unidas, imbricadas e em contínuo. Essa concepção teórica, seguindo Cavalcante (2011), já fora apresentada, embora que sutilmente, por Koch, Bentes e Cavalcante (2007):

coesão e coerência não podem ser vistas de forma totalmente estanques, visto que, na construção de ambas, operam processos de ordem cognitiva, de tal modo que se deveria pensar em contínuo: haveria alguns fenômenos mais típicos da coesão (por exemplo, as anáforas diretas correferenciais), e outros mais típicos de coerência (detecção da presença da intertextualidade, construção da macroestrutura global do texto), caminhando-se de um polo a outro do contínuo conforme a complexidade das inferências como a referenciação, a interpretação de enunciados justapostos sem presença de articuladores, haveria uma imbricação necessária entre coesão e coerência, pois estaria em jogo um “cálculo de sentido” (KOCH, BENTES, CAVALCANTE, 2007, p. 12-13, [grifos nossos]).

Fica evidente que a citação reforça a ideia de entender a *coerência e a coesão como um contínuo*, algo que não pode ser visto de maneira separada e indissociável, pelo contrário, elas caminham juntas. Garantizado Júnior e Cavalcante (2017) defendem que “a coesão não pode ser vista apenas como um fenômeno que ocorre somente com elos sequenciais, que costumam ser aceitos como marcas linguísticas explícitas” (GARANTIZADO JÚNIOR; CAVALCANTE, 2017, p. 147), pois, “além de poderem existir outras evidências explícitas, há marcas de fenômenos referenciais. Podemos dizer que a concepção de coerência/coesão faz emergir a necessidade de analisarmos outros fatores que, antes, ficavam em segundo plano” (GARANTIZADO JÚNIOR; CAVALCANTE, 2017, p. 147) e que, em algumas análises, não eram explorados.

Garantizado Júnior (2011) defendeu que a coerência/coesão se constitui a partir da consideração das abordagens defendidas por Beaugrande e Dressler (1981), Charolles (1988), Koch e Travaglia (2008) e Costa Val (2006), além de diversos fatores sociocognitivos, que ativam conhecimentos compartilhados. Segundo ele,

não estamos defendendo que o fenômeno da coerência/coesão se dá a partir da união de todas essas perspectivas em um só momento ou que a falta de um desses fatores possa propiciar a falta de coerência/coesão, pois ver o fenômeno dessa forma, para nós, seria fazer uma junção de perspectivas teóricas com objetivos e propósitos diferentes. Na verdade, o que queremos demonstrar é que o fenômeno é muito mais complexo e não se limita somente aos mecanismos de coesão (tradicionalmente chamados na literatura especializada de elos coesivos). Dessa maneira, tivemos que levar em conta o que já foi dito por outros teóricos (GARANTIZADO JÚNIOR, 2011, p. 73).

Nesse contexto, “o pesquisador usa de alguns critérios já existentes na literatura sobre o assunto para indicar a sua proposta” (GARANTIZADO JÚNIOR; CAVALCANTE, 2017, p. 133). É inegável que, para que um texto tenha sentido,

devemos saber a *situação* em que ele foi produzido, bem como *quem o fez e para quem o fez*, assim como *qual a intenção* que o produtor o fez e *como o leitor o recebeu*, além de quais as *informações* que o texto possui (GARANTIZADO JÚNIOR; CAVALCANTE, 2017, p. 135).

Todavia, outros aspectos podem ser acrescentados aos que já foram analisados.

Em Garantizado Júnior (2011), apesar de a noção ter sido apresentada e defendida, não havia uma sistematização mais explicativa de como a teoria poderia ser usada em outras pesquisas sobre assunto, por exemplo. Desse modo, em outro trabalho (GARANTIZADO JÚNIOR; CAVALCANTE, 2017), os pesquisadores apresentaram um conjunto de traços que poderiam indicar o pensamento mais sistematizado dos critérios para a coerência/coesão. A seguir, apresentaremos um trecho em que esses fatores são tratados, segundo Garantizado Júnior e Cavalcante (2017, p. 137-138):

- a) Situacionalidade: “O sentido, dessa forma, é estabelecido, levando-se em conta a situação em que um texto é utilizado. Por conta disso, a situação comunicativa é um dos fatores primordiais no processo de geração de sentido” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2014, p. 73);
- b) Intencionalidade: “o uso da linguagem por um determinado sujeito se dá, por si só, de maneira bastante argumentativa, isto é, o falante sempre tem *intenções* específicas de agir sobre os seus alocutários enquanto se comunica” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2014, p. 77);
- c) Aceitabilidade: “A aceitabilidade é um fator que está diretamente relacionado com a maneira como o receptor (alocutário) do texto o vê, recebendo-o como aceitável, dotado de significação e passível de uma interpretação” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2014, p. 80);

d) Informatividade: “o grau de informatividade de um texto é importante para o processo de compreensão textual. (...) O alto grau de informações pode fazer com que os sujeitos que estão tentando calcular os sentidos do texto apelem para outros fatores que não sejam apenas linguísticos” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2016, p. 88);

e) Intertextualidade: “reconhecer o intertexto e os seus vários desdobramentos na produção dos sentidos é um fator essencial para a apreensão dos conteúdos que são expostos na superfície textual” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2011, p. 89).

f) Conhecimento linguístico: “abrange o conhecimento gramatical e lexical (...) é a partir desse tipo de conhecimento que podemos compreender, por exemplo, a organização do material linguístico na superfície textual” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2011, p. 102);

g) Conhecimento de mundo: “se refere a conhecimentos gerais sobre o mundo, bem como a conhecimentos alusivos a vivências pessoais e a eventos espaço-temporalmente situados, permitindo a produção de sentidos” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2011, p. 103);

h) Conhecimento interacional: “interacional. De acordo com as autoras, esse tipo de conhecimento se refere às formas de interação por meio da linguagem” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2011, p. 103);

i) Tópico discursivo: “uma unidade de estatuto textual-discursivo que é usada no processo de estruturação e na organização de partes de unidade de conteúdo de um texto (macroestrutura), e que faz com que tenhamos o desenvolvimento da coerência textual” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2011, p. 113);

j) Processos referenciais: “A referenciação constitui, portanto, uma atividade discursiva. O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição e sobre escolhas significativas para representar estados de coisas, de modo condizente com a sua proposta de sentido” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2014, p. 121).

Como se pode perceber, vários fatores (já mencionados em outras perspectivas teóricas) foram unidos com o objetivo de indicar a geração dos sentidos. O grande diferencial dessa abordagem, de fato, foi na forma como viu os elementos coesivos, pois estes poderiam não aparecer na superficialidade textual, mas poderiam ser considerados de forma implícita. Isso fica evidente no exemplo a seguir:

Figura 4 – Imagem de poema concreto



Fonte: Garantizado Júnior (2011, p. 139).

O texto acima é um poema concretista de Décio Pignatari. Para Garantizado Júnior (2011), analisando brevemente o poema, percebe-se que, na passagem dos versos “beba coca cola” para “babe cola”, há uma visível modificação de sentido que se constrói a partir da bricolagem com as letras presentes no texto. A modificação das letras, neste caso, gera um sentido negativo para o *slogan* da marca de refrigerantes “Coca cola”. Percebamos que, devido a essa alteração morfológica, o item lexical “beba” será transformado, respectivamente em “babe”, “coca” e torna-se “caco”. A disposição das palavras nos

versos desconformes, para nós, é um recurso que merece destaque e que faz que a coerência textual esteja presente, pois, valendo-se desses espaços vazios, o poeta, no segundo verso, forma a frase: “babe cola”, que denigre o produto. O texto não possui elos coesivos explícitos, demarcados ou apresentáveis, mas, na visão de Garantizado Júnior (2011) e de Garantizado Júnior e Cavalcante (2017), há elementos coesivos implícitos que nos fazem entender o texto em si.

As palavras, transformando-se e modificando os sentidos, fazem que tenhamos um texto em que o leitor busca entender os sentidos a partir de uma série de recursos, um dos quais é o da fragmentação das palavras e a disposição delas ao longo do poema. Esse recurso, inclusive, é um forte indício de que elas, embora dispostas a fim de produzirem um efeito complexo de sentido, estão a partir de uma ordenação e uma sequência em que o autor, propositalmente, quis atingir as múltiplas significações que poderemos dar ao texto. É por isso que podemos dizer que os diversos recursos aludidos, empregados no decorrer do poema, alcançam força máxima com o verso final formado pelo substantivo “cloaca”.

Ocorre, assim, uma gradação que tem como objetivo desconfigurar o *slogan* da “Coca cola”, em que, no início, há um enunciado típico do texto publicitário “Beba coca cola”, com o uso até de um verbo no imperativo, valorizando o efeito positivo da marca “Cola cola”, para um enunciado eminentemente negativo, “cloaca”, que o faz algo repugnante, sujo e nauseabundo, isto é, numa cloaca, palavra que se refere a esgoto e à parte final do intestino das aves.

Para entendermos o texto, devemos levar em consideração que ele se enquadra em uma corrente estética literária que tinha como objetivo quebrar os padrões vigentes na época. No entanto, mesmo um leitor desavisado desconhecedor dessa teoria pode fazer as suas próprias interpretações, logo busca aceitar o texto como coerente. Assim, o entendimento do poema acima se dá através de uma série de

recursos no campo semântico (como o uso da polissemia), no campo sintático (justaposição e encadeamento de informações), no campo lexical (siglas, neologismos, tecnicismos, entre outros), no campo morfológico (desintegração do sintagma em seus fonemas), no campo fonético (jogos sonoros propiciados por aliterações), e o não uso dos versos, configurando um recurso topográfico. Dessa maneira, quando um determinado leitor efetua a leitura do texto, ele está buscando entender a disposição das palavras, a fragmentação destas e a forma como as letras se constituirão ao longo do poema. Isso, para nós, é um indício de que há certa ordenação que faz com que o leitor busque o sentido do texto e, para tal, ele busca obedecer a uma sequência em que fará a leitura do texto, ou uma organização mental que consideramos serem marcas “não explícitas” da coesão sequencial. Para além dessas marcas, é evidente o emprego de expressões referenciais, que, associadas por anáfora indireta, promovem a coesão referencial e asseguram a coerência do texto.

Sendo assim, “a coesão não pode ser vista apenas como um fenômeno que ocorre somente com elos sequenciais, que costumam ser aceitos como marcas linguísticas explícitas, pois, além de poderem existir outras evidências explícitas” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2011, p. 71), há marcas de fenômenos referenciais. Na verdade, esse fenômeno pode ocorrer também em outras circunstâncias em que se apela mais para outros fatores para a compreensão textual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho rediscutiu as noções de coerência e coesão textuais como elementos constitutivos para a geração dos sentidos dos textos. Para isso, fizemos um cotejo das principais abordagens sobre os fenômenos, destacando diferentes teorias e aplicações. Vimos que

a proposta de Halliday e Hasan (1976) considera a coesão como fator determinante para que um texto possa ser entendido como tal; já na proposta de Charolles (1988), Costa Val (2006) e Koch e Travaglia (2008), a coerência é considerada como princípio de interpretabilidade do texto e condição necessária para a existência deste. Por fim, vimos também as noções teóricas que defendem a coerência e a coesão como um par indissociável, coerência/coesão, constituindo um contínuo (CAVALCANTE 2011; GARANTIZADO JÚNIOR, 2011; GARANTIZADO JÚNIOR; CAVALCANTE, 2014, 2016, 2017).

Nesse sentido, fomentamos uma discussão acerca do que faz que um texto seja um texto, a partir dos pressupostos teóricos de diferentes autores da Linguística Textual, refletindo sobre a evolução das noções de coerência e coesão. Esses fenômenos constituem-se a partir da conjunção de fatores abstraídos não apenas da superfície textual, mas também de uma construção feita pelos interlocutores, em uma situação interativa dada pela atuação de uma série de fatores de ordem cognitiva, situacional e interacional.

REFERÊNCIAS

- BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang U. *Introduction to text linguistics*. London and New York: Longman, 1981.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. *Caderno de estudos linguísticos*, Campinas, n. 44, p. 105-118, jan./jun. 2003.
- CHAROLLES, Michel. Introdução aos problemas da coerência dos textos. Tradução de Paulo Otoni. In: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI, P. (Orgs.). *O texto: escrita e leitura*. Campinas: Pontes, 1988. p. 39-85.

COSTA VAL, Maria da Graça Ferreira. *Redação e textualidade*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. *Expressões referenciais em textos escolares: a questão da (in) adequação*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

FÁVERO, Leonor Lopes. *A informatividade como elemento de Textualidade*. Letras de Hoje, PUC/RS, n. 60, p. 13-20, 1985.

FONSECA, Fernanda Irene. *Dêixis, tempo e narração*. Porto: Fundação Engenheiro Antônio de Almeida, 1992.

HALLIDAY, Michael Alexander K.; HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

GARANTIZADO JÚNIOR, José Olavo da Silva. *Preliminares para a definição de coerência/coesão*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

GARANTIZADO JÚNIOR, José Olavo da Silva; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Para além da coesão textual apenas como elos coesivos. *Dialogia (UNINOVE. Impresso)*, v. 19, p. 147-162, 2014.

GARANTIZADO JÚNIOR, José Olavo da Silva; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Coerência/coesão: uma forma de olhar os elos coesivos. *Caderno Seminal Digital (Rio de Janeiro)*, v. 1, p. 126-153, 2016.

GARANTIZADO JÚNIOR, José Olavo da Silva; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. A intertextualidade como um critério de coerência/coesão. *Línguas e Letras (ONLINE)*, v. 18, p. 132-150, 2017.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A intertextualidade como critério de textualidade. In: FÁVERO, L. L.; PASCHOAL, M. S. Z. (Orgs.). *Linguística textual e leitura*. São Paulo: EDUC, 1985. p. 39-46.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antonio. Processos de referenciação na produção discursiva. *Revista DELTA*, São Paulo, v. 14, 1998.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

10

Ana Paula Lima de Carvalho
José Elderson de Souza Santos
Maria da Graça dos Santos Faria

PROCESSOS INTERTEXTUAIS E FENÔMENOS DE PLÁGIO

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.120.311-356

Resumo:

Este capítulo apresenta e discute a noção de intertextualidade assumida nos estudos da Linguística Textual vinculada ao Grupo Protexto/UFC, pautando-se, sobretudo, nas pesquisas de Faria (2014), Carvalho (2018) e Souza Santos (2020). Assim, tecemos considerações, alicerçadas em exemplário, acerca dos processos intertextuais, analisando-os enquanto intertextualidades estritas e amplas, bem como discutimos caminhos para estudo do plágio a partir de arcabouço teórico-metodológico dos estudos textuais e discursivos. Nossa compreensão acerca das relações de diálogo entre textos, gêneros e estilos aparece esboçada no quadro classificatório das categorias, o qual objetiva possibilitar a descrição e análise de ocorrências manifestadas em textos diversos, inclusive dos casos de relações difusas de intertextualidades, vistas em sentido amplo e em sentido estrito. Além disso, demonstramos como as sanções sociais impostas ao plágio e sua movimentação intertextual podem ser analisadas pela Linguística Textual.

Palavras-chave:

Linguística Textual; Intertextualidade; Intertextualidades estritas e amplas; Processos intertextuais; Plágio.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta e discute a noção de intertextualidade assumida nos estudos da Linguística Textual vinculada ao Grupo Protexto/UFC, pautando-se, sobretudo, nas pesquisas de Faria (2014), Carvalho (2018) e Souza Santos (2020). Definimos e exemplificamos os processos intertextuais, analisando-os como intertextualidades estritas e intertextualidades amplas, bem como discutimos caminhos para estudo do plágio à luz da linguística.

Estas investigações resultam da articulação de abordagens ao fenômeno das intertextualidades feitas, principalmente, por autores como Genette (2010); Piègay-Gros (2010); Christofe (1996); Koch, Bentes e Cavalcante (2008); Koch (2009); Cavalcante e Brito (2011); Cavalcante (2012); Cavalcante e Brito (2012); Forte (2013); Nobre (2014) e Faria (2014). Nossa compreensão acerca das relações de diálogo entre textos, gêneros e estilos aparece esboçada no quadro classificatório das categorias, com exemplificação por textos diversos. Além disso, demonstramos como as sanções sociais impostas ao plágio e sua organização intertextual podem ser analisadas pela Linguística Textual.

Precisamente, objetivamos analisar como textos, verbais e verbo-visuais, enquadram-se nas tipologias intertextuais propostas nas classificações tradicionais provenientes de textos literários, além de apontar em que medida essas caracterizações precisam ser repensadas. Para este fim, dividimos este trabalho em três partes. A primeira parte trata das categorias intertextuais propostas por teóricos que descrevem as intertextualidades aplicando seus pressupostos a obras literárias. A segunda parte trata de uma reclassificação das categorias intertextuais de modo que possa atender aos textos multimodais que circulam fora e dentro do ciberespaço. A terceira parte

trata de uma prática social ilícita que demanda as intertextualidades para se efetivar – o plágio –, que, embora ilegal e vilipendiado, é também um processo intertextual presente na construção de textos.

A INTERTEXTUALIDADE: CATEGORIAS E USOS

A *intertextualidade* se originou da ideia de influência de um texto sobre outro, isto é, da percepção de que, em diferentes graus, todo texto era um intertexto, pois, ao escrever, estabelecemos um diálogo (do qual temos consciência ou não) com tudo o que já foi dito-escrito. Assim, cada texto seria como um elo na corrente de produções verbais. Em outras palavras, um texto retoma outro, contestando-o ou reafirmando-o.

Dentre os vários estudos sobre tipologias de intertextualidade, destacamos a obra *Palimpsestos*, de Gérard Genette (2010), que aborda categorias de *transtextualidade* (todo processo que contempla a relação de um texto com outro), porque nos parece mais completo, abrangendo uma maior variedade de tipos intertextuais.

Como dito, a classificação de Genette sobre intertextualidade faz parte de suas reflexões em torno de um conceito mais amplo de “transtextualidade”, ou transcendência do texto literário. Baseado nesse princípio de que as categorias da transtextualidade são dinâmicas e se relacionam de diversas formas, Genette (2010) afirma que “as diversas formas de transtextualidade são ao mesmo tempo aspectos de toda textualidade e, potencialmente, em graus diversos, das categorias de textos” (GENETTE, 2010, p. 21).

Genette (2010) identifica cinco tipos de relação transtextual: “*intertextualidade*”, *paratextualidade*, *metatextualidade*, *arquitextualidade* e *hipertextualidade*, classificação que atende ao critério de “ordem

crescente de abstração, implicação e globalidade” (GENETTE, 2010, p. 12). Acreditamos que essa gradação, ainda que muito bem pontuada pelo autor, dificulta as distinções classificatórias, na medida em que salienta os traços comuns entre os fenômenos.

- A “*intertextualidade*” – aqui aspeada pela definição específica que lhe dá o autor dentro dessa tipologia – é uma relação de copresença efetiva entre dois ou vários textos. Essa relação se manifesta de forma explícita por meio de citação, plágio e alusão.

A citação, a forma mais conhecida, tem em comum com o plágio o fato de utilizar textos de outros autores, mas, ao passo que na citação há um reconhecimento da autoria legítima, no plágio a transcrição literal não inclui a declaração de que se trata de um empréstimo nem menciona a autoria, exatamente porque o objetivo do plagiador é se passar por autor do texto-fonte.

Enquanto a citação apresenta geralmente marcas tipográficas, o plágio e a alusão não apresentam, por razões diferentes, pois, na alusão, a referência ao texto-fonte é mais sutil, pode ser apenas uma palavra, ou uma ideia, ou um nome de personagem que remete a outro texto. Por exemplo, o título e o prefácio do livro *Crítica da razão impura ou o primado da ignorância*, de Millôr Fernandes (2002), por exemplo, fazem alusão à obra *A crítica da razão pura*, de Kant;

- A *paratextualidade* é constituída por uma relação textual menos explícita, que contém informações importantes do texto para fins de análise literária. Essas informações podem surgir em partes do texto que remetem a outros textos, como: “título, subtítulo, intertítulos, prefácios, posfácios, advertências, prólogos etc.; notas marginais, de rodapé, de fim de texto: epígrafes, ilustrações, *release*, orelha, capa, e tantos outros tipos de sinais...” (GENETTE, 2010, p. 13).

Em outras palavras, o paratexto é um texto paralelo, como no caso de finais diferentes nas novelas como as versões de *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós, ou os rascunhos dos poemas de *O Guardador de rebanhos*, de Fernando Pessoa. Para que constituam o que estamos chamando, aqui, de intertextualidade *stricto sensu*, é necessário que citem, refiram-se ou aludem a outro texto, pois o conhecimento desses textos paralelos altera a percepção e a compreensão da leitura;

- A *metatextualidade* é a relação chamada de “comentário que une um texto a outro texto do qual ele fala, sem necessariamente citá-lo (convocá-lo), até mesmo, em último caso, sem nomeá-lo” (GENETTE, 2010, p. 15). O autor ilustra com *A fenomenologia do espírito*, de Hegel, que alude, de forma não explícita, à obra *O Sobrinho de Rameau*, de Diderot, um diálogo filosófico imaginado pelo autor, entre personagens que se identificam como Ele e Eu.

Como se vê pela definição, a metatextualidade é um fenômeno que evidencia que as copresenças são muito importantes para a configuração das derivações. Na verdade, a metatextualidade se constitui por citações ou alusões a outro texto, não necessariamente identificadas pelo título, mas que presumem um conhecimento prévio do que se fala. Conforme Koch, Bentes e Cavalcante (2007),

A metatextualidade, para Genette, corresponde a uma relação de ‘comentário’ que une um texto-fonte ao outro que dele trata. Como declara o autor, ‘é, por excelência, a relação crítica’ (cf. p. 10). Muitas vezes, a crítica, ou a convocação do texto-fonte, aparece sob a forma de uma *alusão* (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007, p. 133).

- A *arquitextualidade* é a relação mais abstrata e implícita dentre as transtextualidades, visto que diz respeito mais a uma classificação taxonômica, manifesta ou não. O exemplo dado por Genette (1982, p. 20): “este livro é um romance” é revelador.

O autor anuncia previamente a que gênero pertence a obra, supondo que se conhece o que caracteriza um romance, sem mencionar a que romance se refere, sem citá-lo, convocá-lo ou nomeá-lo. Com a simples afirmação de que se trata de um romance, estabelece-se uma relação crítica do texto pelo texto.

Assim, a architextualidade pode vir por meio de marcas da paratextualidade, como, por exemplo, o prefácio, e também por meio de alusão ou de citação. É importante constatar que, por transformação direta ou indireta, podem se constituir em índices da hipertextualidade, como em um pastiche ou em uma paródia;

- A *hipertextualidade* é a relação que une um texto B (hipertexto) a um texto anterior A (hipotexto), de forma tal que não nasce de um comentário. Isto é, quando um texto B sem mencionar o texto A, mas impossível de existir sem este, dele se origina, e não de um comentário.

Em outras palavras, pode-se dizer que um texto deriva de outro texto preexistente, daí a terminologia “intertextualidade por derivação”, em oposição à “intertextualidade por copresença”, como, posteriormente, adota Piègay-Gros (1996).

A derivação ocorre por transformação simples (transformação propriamente dita), que são os casos da paródia, do travestimento burlesco e da transposição, ou por transformação indireta (imitação), que são os casos de pastiche, charge e forjação.

Para ilustrar os critérios que distinguem a transformação da imitação, optamos por demonstrar essas diferenças no quadro a seguir:

Figura 1 – (Genette): Quadro da transformação e imitação

Transformação	Imitação
Um esquema de ação em estilo diferente	Um certo estilo que se aplica a uma outra ação
Dizer a mesma coisa de outro modo	Dizer outra coisa de modo semelhante
Menos complexa	Mais complexa
Transformação direta (simples)	Transformação indireta
Ex: Ulisses	Ex: Eneida

Fonte: Faria (2014).

Além de estabelecer os subtipos de transformação e de imitação para a distinção das práticas hipertextuais (paródia, travestimento, transposição, pastiche, charge e forjação), Genette (2010) estabelece outro critério: o da função, preferencialmente chamado por ele de *regime*.

Esse regime, embora repouse sobre o aspecto funcional, marca a distinção entre o *satírico*, o *lúdico* e o *sério*. O regime satírico busca uma intenção crítica, por vezes agressiva ou irônica; o regime lúdico visa a um tipo de entretenimento, de um jogo de palavras; e o regime sério se situa em um campo “neutro”.

Entretanto, o autor ressalta que não se deve considerar radicalmente a tripartição do regime como algo fixo e nitidamente delimitado, tendo em vista a grande possibilidade de nuances de sentido, pois, entre o regime lúdico e o sério, temos o humorístico; entre o sério e o satírico, o polêmico; e entre o satírico e o lúdico, o irônico.

A *paródia*, segundo Genette (2010), é uma transformação atestada pelo nível semântico, com conteúdo menos satírico do que o *travestimento burlesco*. Os *travestimentos* trazem uma transformação estilística e têm um teor satírico mais agressivo. Note-se que a separação entre os dois reside apenas em uma questão de grau, o que dificulta sobremaneira a distinção, a nosso ver. Já a *transposição*

seria a transformação com função séria. Esta última, o autor ilustra com a obra *Doutor Fausto* (1947), de Thomas Mann.

A transposição é, para Genette, a mais importante de todas as práticas hipertextuais, não só por se aplicar a obras de vasta dimensão, mas por mascarar ou quase apagar todas as marcas hipertextuais, graças à diversidade dos procedimentos de transformação que essa prática apresenta.

Genette (2010) destaca em ordem crescente o caráter manifesto e assumido da transposição como uma intervenção sobre o sentido do texto do hipotexto transformado, distinguindo duas categorias fundamentais:

As transposições em princípio (e em intenção) puramente formais, que só atingem o sentido por acidente ou por uma consequência perversa e não buscada, como ocorre na tradução (que é uma transposição linguística), e as transposições abertas e deliberadamente temáticas, nas quais a transformação do sentido, manifestada e até oficialmente, faz parte do propósito (GENETTE, 2010, p. 62).

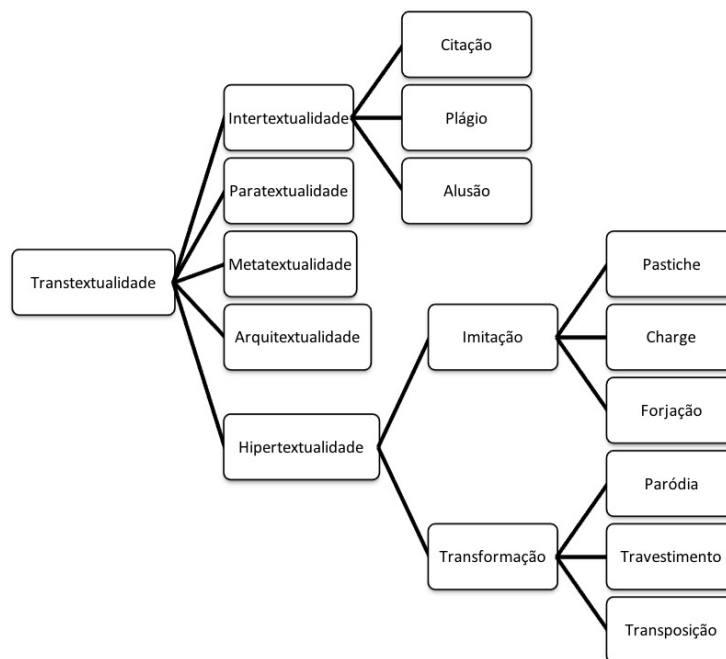
Constatações assim levaram Faria (2014) a demonstrar como as transposições formais e temáticas se constituem de parafraseamentos vários.

O *pastiche* faz-se por imitação e tem uma função lúdica. A *charge* é a imitação de um texto-fonte com função satírica. Decidir entre as funções exclusivamente lúdicas e exclusivamente satíricas não nos parece, contudo, muito simples, mas, ao mesmo tempo, não se pode fugir a essa distinção, já que ela é usada pelo próprio autor para separar os fenômenos de derivação. Já a *forjação* é a imitação com função séria, e Genette a exemplifica com a obra *La suite d'Homère*, de Quinto de Esmirna, em que o autor tenta suprir uma lacuna de Homero e a perda das epopeias do ciclo troiano apresentando a continuação da *Ilíada*. Não se trata, pois, de um texto-fonte transformado, mas da imitação de um estilo, neste caso, narrativo, épico.

Pelos exemplos citados acima e, em especial, o de transposição e forjação, parece-nos que a diferença entre o primeiro e o segundo reside na complexidade que um escritor encontra ao reescrever uma história com um personagem clássico, e que outro escritor encontra quando elabora uma história em que o personagem clássico se envolve em uma nova aventura, em outro lugar, em outro tempo. No primeiro caso, há transformação; no segundo, imitação.

Tendo em vista as concepções de Genette (1982) sobre transtextualidade, optamos por reproduzir, aqui, o esquema resumitivo elaborado por Kennedy Cabral Nobre (2014), para visualizar essa classificação.

Figura 3 – Quadro da transtextualidade



Fonte: Nobre (2014).

Estas cinco categorias de transtextualidade não podem ser consideradas, como o próprio Genette (1982) afirma, como categorias estanques ou sem comunicação uma com a outra. Muito pelo contrário, as relações entre essas categorias são inúmeras e variadas.

Em outras palavras, as categorias de paratextualidade, metatextualidade e arquiteitualidade configuram casos de alusão e algumas vezes de citação, ou de ambas ao mesmo tempo, reforçando a tese de Faria (2014) de que essas manifestações intertextuais de copresença são estratégias para a construção de manifestações intertextuais de derivação.

Baseada nos pressupostos de Genette (2010), Piègay-Gros (1996) formula uma classificação para o estudo da intertextualidade apoiada em dois tipos de relação: a de copresença – ou *intertextualidade*, propriamente dita – entre dois ou mais textos; e a de derivação – ou “hipertextualidade”, a partir de um texto matriz.

As relações de copresença se distribuem em quatro tipos: a *citação*, em que o texto é inserido expressamente em outro, ou seja, marcado por aspas, negrito ou itálico; a *referência*, que é similar à citação, porém sem transcrição literal do texto- fonte; a *alusão*, que retoma o texto matriz por indicações sutis; e o *plágio*, em que as citações não vêm indicadas para serem percebidas.

Piègay-Gros (1996) ressalta que a *referência* – que não consta da proposta original de Genette, na qual a autora se baseia – é uma forma explícita da intertextualidade, como a citação, embora não exponha o outro texto ao qual nos remete. Em outras palavras, é uma relação *in absentia* que ela estabelece. Um dos exemplos escolhidos por Piègay-Gros como Balzac menciona os romances da obra *A comédia humana*.

Piègay-Gros (1996) inclui em sua pesquisa a referência na intertextualidade de copresença como manifestação intertextual

bem diferente da alusão, embora ambas, referência e alusão, sejam formas de fazer um texto remeter a outro, não importando a sutileza da forma retomada.

A alusão se efetiva por relações inferenciais, mais implícitas do que explícitas, e a verdade é que só faz sentido falar em *referência intertextual* se se associar tal processo ao da alusão. Assim, por exemplo, fazer referência intertextual a um personagem de uma dada obra é, simultaneamente, aludir à obra inteira. Esses dois fenômenos de copresença só aconteceriam em conjunto.

A alusão é um tipo de citação mais discreta, uma referência indireta, já que não é explícita, e exige mais da memória do leitor, para perceber a relação de um texto com outro nas entrelinhas.

O plágio, segundo Piègay-Gros (1996), é uma citação não marcada, porque são citados trechos de obra sem informar a autoria; em outras palavras, é uma apropriação indébita. Vale ressaltar que essa afirmação provoca duas questões. O plágio, diferentemente da citação e da alusão, pode variar de extensão de tal forma que possibilitaria originar outro texto, o que constituiria um caso de derivação. Mas, se essa cópia criminosa ocorrer em uma pequena parte, isto é, em trechos menores, teremos, então, um caso de plágio por copresença. A segunda questão é que não se deve falar de não marcação, nem na alusão, nem no plágio, mas em marcações diferentes, assinaladas por outros recursos, que não exatamente os de natureza tipográfica, como argumenta Cavalcante (2006).

A intertextualidade derivacional ou de derivação constitui-se, de acordo com Piègay-Gros (1996), de *paródia*, que se apoia em uma *transformação*; e de *pastiche*, que se apoia em uma *imitação* do texto-fonte. Desde já, salientamos que são estes os dois parâmetros em que se baseia Genette (2010) para tratar de todos os casos de “hipertextualidade”, que ele aborda na obra *Palimpsestos*. Piègay-Gros

(1996) não utiliza esse parâmetro para subdividir diferentes casos de transformação e de imitação, como o faz Genette (2010).

Piégay-Gros (1996) reconhece que o *travestimento burlesco* é “uma simples variante da paródia” (PIÉGAY-GROS, 1996, p. 230), embora ressalte que as duas formas sejam diferentes. O travestimento burlesco baseia-se em uma reescritura de estilo cujo conteúdo é mantido, enquanto a paródia consiste em uma transformação de um texto cujo conteúdo é modificado, ainda que mantenha o mesmo estilo. O pastiche, por sua vez, direciona-se para a imitação de um estilo.

A noção de travestimento burlesco, para a autora, diferencia-se da noção de paródia, por desviar-se bastante da forma, ainda que retomando o mesmo tema do texto-fonte. O texto é, de fato, travestido, torna-se exagerado propositadamente; o cômico e o satírico nascem dessa discordância, distanciando o épico do vulgar. Conforme a autora, um dos grandes propósitos do travestimento era justamente a popularização do conteúdo de um dado texto de difícil acesso ao povo em geral.

A autora destaca ainda que não se devem separar radicalmente os estilos lúdicos e satíricos, como se a paródia tratasse apenas do primeiro; e o travestimento, do segundo estilo. Assim, ambos os estudiosos, Genette e Piégay-Gros, afirmam que as categorias funcionais (lúdica e satírica) não são estanques, e “que cabe, em última instância, ao leitor determinar que eficácia particular reconhece nesses diferentes textos” (PIÉGAY-GROS, 2010, p. 238).

POR UMA NOVA DESCRIÇÃO INTERTEXTUAL

A intertextualidade não se manifesta apenas em textos escritos e extensos, mas varia em extensão e, muitas vezes, pode ser construída

apenas com palavras, expressões ou imagens que remetem ao texto matriz. Por isso, buscamos, nesta pesquisa, analisar como diversos e variados textos se enquadram nessas tipologias intertextuais propostas, e em que medida as caracterizações podem ser adaptadas.

Baseados em Genette (2010), propomos, a partir de Carvalho (2018), os seguintes subtipos intertextuais: a intertextualidade estrita de copresença e a de derivação e a intertextualidade ampla. *Para a intertextualidade estrita de copresença*, apontamos três possibilidades estruturais de um texto repetir-se em outro, que chamamos de intertextualidade estrita *por citação literal*, *por alusão estrita* e *por parafraseamento de conteúdo*.

- a. *citação literal* (com ou sem referência) manifesta-se de forma geralmente mais explícita (marcada por verbo *dicendi*, dois pontos, aspas, itálico, recuo de margem, fonte reduzida) e sempre literal. Cumpre notar que, mesmo sem evidências tipográficas, o recurso não se descaracteriza, pois podemos presumir a recuperação do intertexto, a despeito da ausência de marcas explícitas, visto que veiculam elementos amplamente conhecidos e partilhados culturalmente;
- b. *alusão estrita*: esse tipo de relação se define por insinuações, menções indiretas. Trata-se de “empréstimo, retomada não explícita” (AUTHIER-REVUZ, 2007, p. 12). Para a autora, ocorre, pela alusão, um jogo com a possibilidade de fazer ressoar outros dizeres, de fazer suscitar a música de outra voz. Menos marcada e menos literal, exige maior percepção do leitor para que se dê a (re)construção do sentido planejado. Citação e alusão se diferenciam formalmente, uma vez que a primeira se apresenta como transcrição exata de um texto original. A segunda, por outro lado, pode se realizar por remissão indireta, incorporando-se sutilmente; apresentar modificações formais

no texto a que recorre; realizar-se por expressões referenciais ou, ainda, mencionar título, personagens, nome de autor etc.

A alusão estrita favorece modificações formais no texto a que recorre, transformando-o para finalidades diversas, especialmente humorísticas ou crítico-apreciativas (FARIA, 2014). O texto aludido será mais facilmente reconhecido se for mais clássico ou conhecido, como por exemplo:

Vou-me embora pro passado

Vou-me embora pro passado

Lá sou amigo do rei

Lá tem coisas “daqui, ó!”

Roy Rogers, Buc Jones

Rock Lane, Dóris Day

Vou-me embora pro passado.

[...]

Terei uma cama Patente

Daquelas do selo azul

Num quarto calmo e seguro

Onde ali descansarei

Lá sou amigo do rei

Lá, tem muito mais futuro

Vou-me embora pro passado.

Esse texto, do paraibano Jessier Quirino, desenvolve-se a partir da alusão ao poema de Manuel Bandeira *Vou-me embora pra Pasárgada*. O autor alterou minimamente o título e o verso inicial, procedimento que, por si só, já aponta para o texto modernista. Além disso, repete o verso “lá sou amigo do rei”, do texto-fonte. Vê-se, então, uma paródia do poema de Bandeira revelando a estreita relação entre copresença e derivação;

- c. Embora não apareça na proposta de Genette (2010), claramente circunscrita ao domínio literário, consideramos importante tratar do *parafraseamento* como subtipo intertextual dada a sua produtividade para textos que ultrapassam os limites literários. E, para discutir com mais vagar acerca desse recurso, começamos por Fuchs (1985). A autora aponta que a retórica se apoderou do estudo desse recurso como processo de reformulação de um texto-origem, isto é, o conteúdo de um texto-fonte sob a forma de novo texto. Sob essa ótica, reformular implica interpretação: identificar a significação de um texto e reconstruí-la em novo texto, reconhecendo-se, nesse processo, que essa sobreposição de sentidos está inscrita em uma dada situação, em um dado contexto.

Podemos dizer, então, que a paráfrase, não obstante busque identidade referencial, opera com deslocamentos de sentidos, o que nos autoriza a pensar que não estamos diante de uma simples troca de palavras. E, nesse processo, os detalhes nunca são meros. A partir do que encontramos em Hilgert (2006), assumimos a paráfrase, neste estudo, como uma operação linguística por meio da qual podem se efetuar diferentes diálogos intertextuais, como é o caso de diferentes transposições já discutidas em Genette (2010).

Em Cavalcante (2012), a paráfrase aparece discutida ainda entre as relações intertextuais dadas por derivação. A autora retoma Sant'Anna e Koch, Bentes e Cavalcante (2007) e caracteriza o fenômeno como “uma repetição de outro texto, com objetivo de esclarecê-lo, com a utilização de palavras próprias do autor do texto atual” (CAVALCANTE, 2012, p. 167). Acentua, ainda, que esse recurso se presta, sobretudo, a reforçar/explicar outro texto. Reconhecemos, especialmente nos textos acadêmicos, a utilização da paráfrase para explicitar ou explicar o conteúdo de outro texto. Não podemos, entretanto, descuidar que

essa operação pode se prestar a outras funções textual-discursivas, dependendo do gênero em que figuram.

Para as *intertextualidades estritas de derivação*, em que temos um texto inteiro se originando a partir de outro texto inteiro, propomos como categorias para esse tipo de relação também 3 tipos: *paródia*, *transposição* e *metatextualidade*:

- a. *Paródia*: são transformações que operam desvios de forma e/ou conteúdo, bem como dos propósitos de um texto-fonte. O humor – à luz de Dantas (2018), o espaço do discurso questionador, que ameaça as certezas, as polarizações e leva a uma tensão, manifestada pela dissonância, pela quebra de ritmo – constitui a marca dessa categoria intertextual. Sumarizando, é possível caracterizar o humor por três propriedades: 1) tem início em um evento desagradável; 2) implica uma interação social; e 3) subverte a ordem estabelecida.

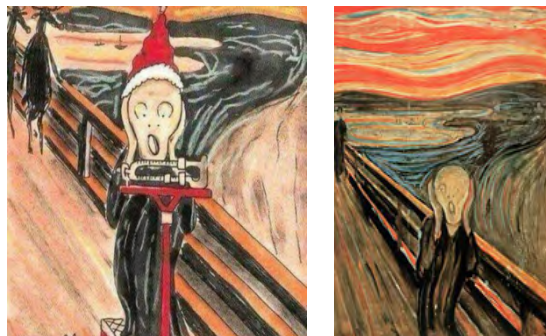
Para esse cotejo de características do humor – aqui apontado como marca da paródia –, mencionamos, ainda, o que afirma Travaglia (2015):

No texto humorístico (em oposição ao não humorístico), a perspectiva é da comunicação não confiável, ou seja, há o rompimento do compromisso da comunicação com a seriedade, de ser algo válido em que se pode confiar, do princípio segundo o qual se alguém me diz algo, aquilo deve ser levado em conta com seriedade. No texto humorístico o receptor é pego de surpresa, geralmente porque há dois mundos cruzados, superpostos, em interseção e se pensa estar falando de um quando, na verdade, é de outro ou, de algum modo, há o imbricamento dos dois (TRAVAGLIA, 2015, p. 51-52).

Feitas essas considerações, defendemos que sejam abarcadas sob o rótulo de paródia todas as transformações humorísticas que se distanciem do texto-fonte, desde as mais sutis até as que resultem em rebaixamento do estilo sério do texto original a um estilo mais

vulgar ou satírico. Acreditamos que a denominação dessa categoria intertextual já se apresenta cristalizada e se preste bem para comportar as situações descritas. Segue exemplo:

Figura 5 – Paródia



Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/73/9c/ac/739cac30730ea054705356c5d73aee64.jpg>. Acesso em: 19 set. 2019.

A célebre pintura *O grito*, do norueguês Edvard Munch, representando uma figura andrógina em momento de angústia e dor existencial, aparece parodiada por uma imagem de alguém angustiado por seu peso no momento das festas de final de ano. Situações como essas são muito comuns nas redes sociais. O quadro *Monalisa* também é parodiado em incontáveis anúncios publicitários e em *posts* com memes.

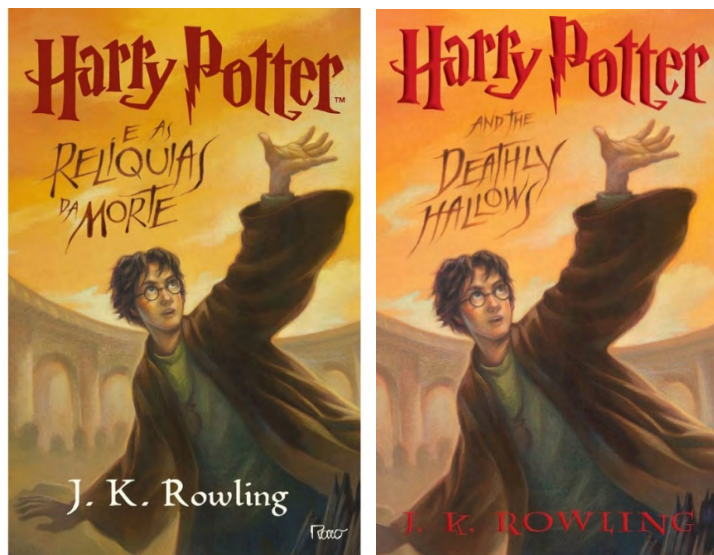
Esses exemplos confirmam que a intertextualidade é fenômeno verificável por diversos sistemas semióticos. É perfeitamente possível empreender retomadas intrinsecamente intertextuais de elementos linguísticos, imagéticos, melódicos etc. Cada criação semiótica pode se desdobrar em inúmeras outras possibilidades criativas, e a ligação intertextual pode se dar em diferentes graus, desde uma inspiração até a reprodução fiel de elementos;

1. *Transposição*: enquadram-se nesse subtipo todas as passagens genéricas e suas decorrentes adaptações. Nota-se, com frequência, que os textos se alimentam mutuamente. É comum a prática de transformação dos mais variados gêneros miméticos: romances, poemas narrativos, peças de teatro e longas-metragens, novelas e seriados de televisão, HQs etc., sofrendo adaptações que configuram a passagem genérica, preservando a essência semântica do texto original. Por força de procedimentos diversos (tradução, transestilização, transmodalização, versificação, práticas hiperestéticas, transformações quantitativas etc.), um texto-fonte pode ser reforçado e atualizado em diferentes contextos, conforme discutimos.

Teremos, então, uma transposição quando for operada uma transformação, cujo resultado mantenha proximidade do original e não haja efeito humorístico. Evidentemente, para que essa aproximação seja alcançada, serão mobilizados recursos de copresença, quais sejam, citação, alusão e parafraseamento. Ora, se estamos pleiteando um inventário de recursos intertextuais que se mostre aplicável a textos multissemióticos, ocorre-nos que ninguém chamaria de *paráfrase* a passagem de um texto verbal para uma pintura, por exemplo. Parece-nos muito mais adequado chamar essas passagens de retextualizações ou adaptações.

Reiteramos, então, que a transposição, como transformação que é, implica alguma ordem de alteração em um texto inteiro, preservando-se a essência do texto-fonte. Segue, como exemplo de transposição, um caso de tradução:

Figura 6 – Transposição



Fonte da imagem 1: <http://harrypotterfanzone.com/wp-content/2009/06/dh-us-jacket-art.jpg>. Acesso em: 19 set. 2019.

Fonte da imagem 2: https://vignette4.wikia.nocookie.net/harrypotter/images/9/9d/Capa_Harry_Potter_e_as_Rel%C3%ADquias_da_Morte_%28livro%29.jpg/revision/latest?cb=20130101152519&path-prefix=pt-br. Acesso em: 19 set. 2019.

- c. *Metatextualidade*: conforme mencionamos, os metatextos resultam de uma relação de comentário/crítica/avaliação. Um texto brota de outro com a finalidade de comentá-lo. Cumpre notar que, diferente do que fez Genette (2010), incluímos esse tipo de relação como um subtipo de derivação (hipertextualidade, em termos genettianos). Acontece que, dentro do escopo da Literatura, o autor concebeu que a relação em que um texto deriva de outro ($A > B$) somente se dá em duas situações: a transformação e a imitação. E, conforme discutimos, o metatexto não transforma nem imita o texto-fonte.

Entretanto, não nos parece aceitável excluir a metatextualidade do âmbito da derivação, a partir dos conceitos de transformação e de imitação. A nosso ver, a metatextualidade prova que a derivação não se resume a processos de imitação e de transformação, como pensou Genette (2010). Alargando o escopo da teoria para domínios diversos, não há como não incluir a metatextualidade entre os subtipos de derivação. Como exemplos de relação metatextual, podemos mencionar as resenhas acadêmicas, além de muitos dos comentários que são feitos nas redes sociais.

Sobre os elementos epitextuais, tais como prefácios e posfácios, defendemos que se trata de legítimos metatextos, na medida em que eles se prestam claramente a comentar um texto. E, embora possam ocupar o mesmo lócus dos textos que comentam, esses elementos podem constituir outros gêneros e circular autonomamente, o que, a nosso ver, corrobora nossa proposta.

Em nossa proposta, a *intertextualidade ampla* pode se dar em três situações, reconhecidas ou não pelo interlocutor: a) pela imitação de parâmetros de gênero; b) pela imitação do estilo de autor e c) pelas alusões a textos não particulares.

- a. *Imitação de gênero*: Para fundamentarmos nossa defesa do processo imitativo como ocorrência intertextual ampla, pautamo-nos na proposta de Genette (2010) acerca do que chamou de imitação, que entendemos como a abstração de um paradigma de gênero tomado como modelo para um sem número de outros textos. Esse conceito se refere não à retomada de um texto específico, mas a parâmetros de gêneros constituídos historicamente, o que remete a um conjunto de textos.

No domínio da literatura, por vezes, é possível identificar o cânone, isto é, o texto a partir do qual se instituiu um número incontável de imitações, tal como se deu com *Ilíada* e *Odisseia*, apontadas como

padrões de poemas épicos. Talvez por isso, Genette as use como exemplos. Segundo o autor, a Odisseia foi imitada em Eneida. Nesta, verifica-se uma história que, embora distinta, mantém características formais e temáticas, conforme a epopeia assumida como adâmica.

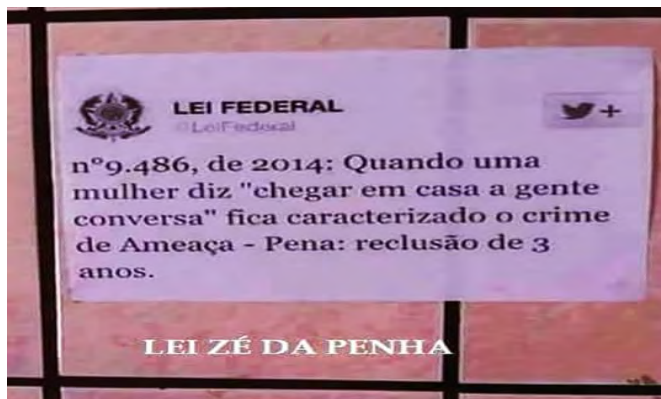
Importa, contudo, assinalar que o fato de existirem, no domínio literário, algumas ocorrências de textos que “inauguraram” determinados gêneros, como foi o caso da primeira epopeia, não deve, a nosso ver, constituir um limite para que se compreenda o processo imitativo estendido a outros domínios. Sabemos que é tarefa inglória tentar resgatar textos adâmicos para a grade maioria dos gêneros que circulam socialmente. De modo geral, o processo imitativo marca, em alguma medida, todo e qualquer texto e, mais frequentemente, dá-se entre um texto e um conjunto de textos, e não entre textos específicos.

Acreditamos, quanto a isso, que, mesmo se pensada exclusivamente no domínio literário, como fez Genette (2010), são bastante pontuais os casos em que a imitação se dá a partir de um texto específico. A nosso ver, mesmo que exista e possa ser apontado “o texto representativo”, como no caso da epopeia adâmica de que se valeu Genette, a imitação não se refere ao texto específico em/por si. Defendemos que se imita aquele gênero, a despeito de existirem ou não outros textos que dele relevam. Isso quer dizer que se abstraem o(s) parâmetro(s) que marcam o gênero, de modo a perpetuá-lo.

Evidentemente, não escaparia a Genette a observação de que, na prática, todo texto sempre imita outros textos do mesmo gênero de que releva, o que aponta para uma relação constitutivamente dialógica, própria não apenas de textos literários. O autor, então, decide tratar o fenômeno por marcas tangíveis na manifestação do texto. É essa proposta de evidenciação que atende aos nossos interesses, porque representa uma interseção com os procedimentos analíticos adotados pela Linguística Textual. Como afirmamos, o percurso metodológico que temos assumido consiste em buscar evidências cotextuais que

embasem nossas postulações textual-discursivas e as comprovem mais criteriosamente, como por exemplo:

Figura 7 – Imitação de gênero



Fonte: <https://pbs.twimg.com/media/CELBbhvWEAAJ3LD.jpg>. Acesso em: 19 set. 2019.

No texto de humor, notamos os mecanismos de progressão temática, o léxico e as expressões ritualizadas se apresentando como marcas que indiciam a imitação de gênero. Há, obviamente, possibilidades de temas que podem ser mobilizados para um texto de lei – crime, no caso – bem como o cumprimento de um modo previsto para a estruturação do conteúdo temático. Podemos apontar, por exemplo, a numeração, a descrição da situação que configura o crime, dada por expressões como “fica caracterizado crime”, além da mancha gráfica, que remete à memória de como um texto de lei aparece publicado.

Dessa forma, constatamos que marcas temáticas (o léxico), enunciativas (a inscrição do eu e do destinatário) e composicionais (estrutura frásica) apontam para o gênero mobilizado. Mas, há, ainda, o parâmetro disposicional. Miranda (2010) menciona a que diz respeito, nos gêneros escritos, ao modo como geralmente se organizam as

seções de um texto. Essa 'mancha' é necessariamente a primeira imagem que o texto nos oferece de si próprio e é, por isso, o primeiro passo no processo de leitura. Nesse ponto, envolve-se o aspecto material, o qual recobre o modo de apresentação física de um texto, seja qual for o seu suporte de circulação.

Em suma, acreditamos que as pistas elencadas possibilitam o reconhecimento dos diálogos intergenéricos;

- b. *Imitação de estilo*: conforme mencionamos, entendemos por intertextualidade ampla o diálogo tangível entre um texto e um conjunto de textos. Esse tipo de intertextualidade se diferencia qualitativamente da estrita porque não é possível retomar o texto-fonte a que se recorreu. Nos casos que envolvem a imitação, seja de gênero ou de autor, abstrai-se um padrão não de um único texto, mas de um conjunto de textos.

A concepção de estilo que admitimos aqui, de base bakhtiniana, refere-se ao “conjunto de particularidades discursivas e textuais, que cria uma imagem do autor, que é o que denominamos efeito de individualidade” (FIORIN, 2016, p. 51). Cumpre notar que essa individualidade pode ser singular (estilo de Guimarães Rosa, que cria uma imagem de Rosa) ou coletiva (estilo do Parnasianismo, que cria a imagem do poeta parnasiano). Trata-se de um conjunto de procedimentos que peculiarizam um modo de acabamento dos enunciados, a partir de recursos como traços fônicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, enunciativos, discursivos etc., os quais criam o efeito de sentido de individualidade. Trata-se de características que singularizam desde as coisas mais triviais até criações artísticas, configurando-se como recorrências do plano do conteúdo (reiteração de certos temas, por exemplo) ou da expressão (formas textuais), produzindo efeito de sentido de identidade (FIORIN, 2008).

Convém, contudo, esclarecer que esse efeito de individualidade não quer dizer que se está tratando apenas de expressão de subjetividade. O estilo se define dialogicamente, isto é, na/pela relação com o(s) outro(s) estilos e na interação entre produção e interpretação, sendo, portanto, um fato controlado pela instância da enunciação, e não um fato da ordem da estrutura.

Trata-se de um processo bastante produtivo para que se alcance o efeito persuasivo e/ou o efeito jocoso. Esses casos são semelhantes aos de pastiche (imitação em regime lúdico) e charge (imitação em regime satírico) de Genette (2010). O autor, entretanto, não esclarece se concebe estilo como parâmetro de gênero ou com relação a autor. As duas possibilidades parecem viáveis, mas, dado o exemplo de que se vale, qual seja, *L'affaire Lemoine*, retomado e discutido por Piègay-Gros (2010), entendemos que se refira mais especificamente a estilo de autor.

Outra ruptura de nossa proposta em relação ao quadro de Genette (2010) se refere ao limiar definido para distinguir as categorias de imitação. Na proposta genettiana, os regimes sério, lúdico e satírico dizem respeito à comparação entre a imitação e o que se imita. Trata-se, pois, de uma condição formal, uma relação de mais ou menos distanciamento entre o a(s) fonte(s) e a imitação. De nossa parte, quanto aos propósitos textual-discursivos a que a imitação pode se prestar, admitimos, com base em Gignoux (2005), que o recurso intertextual – para nós, o jogo de repetição de um texto original, de um parâmetro de gênero, de um estilo ou de uma temática – é sempre, em última instância, lúdico por força. Segue um exemplo em que se retoma a cena de abertura do Globo Repórter:

Figura 8 – Imitação de estilo



Fonte: <https://static.imagemwhats.com.br/content/assetz/uploads/2017/10/baixar-imagens-suricate-seboso-01.jpg/>. Acesso em: 19 set. 2019.

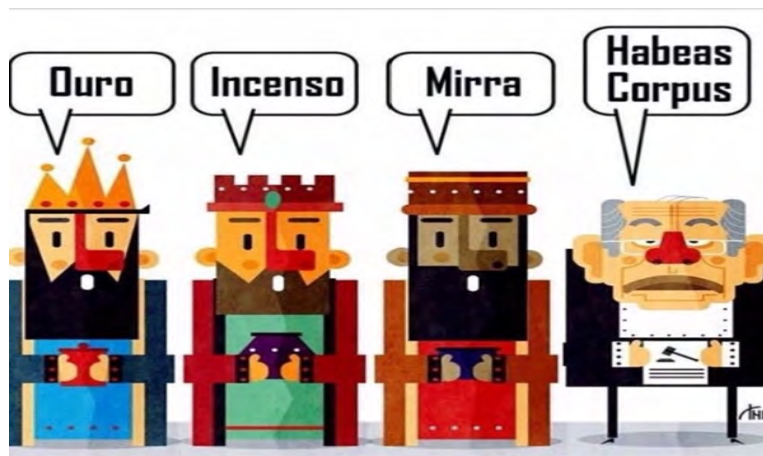
Observamos que aspectos verbais e imagéticos são mobilizados para satirizar e fazer piada. O estilo do Globo Repórter, programa que está no ar há muitos anos, é representado por elementos como as indagações que seguem à chamada do programa original para atizar a curiosidade do público. Até mesmo os elementos sonoros, como a música e a voz do apresentador, presentificam-se na memória do leitor. Podemos dizer que a intertextualidade, dessa forma, é orquestrada por elementos imagéticos: o Suricate de terno e gravata, com um microfone na lapela, como o próprio apresentador, Sérgio Chapelin.

Os casos de imitação de estilo que não cumprem propósitos humorísticos talvez sejam os mais difíceis de demarcar, salvo quando a convocação do estilo de outrem funciona para validar determinados

procedimentos criativos ou, de alguma forma, confere valor estético. Há, por exemplo, vários trabalhos acadêmicos que aproximam os estilos de Guimarães Rosa e de Mia Couto, dentre os quais mencionamos o de Martin (2010). Vale ressaltar que o próprio autor moçambicano declara importantes interseções entre seus textos e os do escritor mineiro;

- c. *Alusão a texto não particular:* o fenômeno a que temos chamado de alusão ampla se refere à menção não a um texto específico, mas a um conjunto de textos, ou a uma situação partilhada coletivamente em uma dada cultura, manifestável por textos diversos. Opõe-se, evidentemente, à alusão estrita, uma vez que esta, por força de remissão indireta manifestada em modificações formais, no apelo a expressões referenciais, como em título, personagens, nome de autor etc., aponta para uma relação imediata com texto(s) específico(s), ainda que por marcas menos explícitas.

Figura 9 – Alusão ampla



Fonte: <https://conteudo.imguol.com.br/blogs/58/files/2017/12/ThiagoLucasGilmar.jpg>. Acesso em: 19 set. 2019.

Para exemplificar, observe-se um *post* com meme em que se alude ao relato da Bíblia sobre o nascimento de Jesus e a visita dos Reis Magos. Conforme a narrativa bíblica, os magos do Oriente ofereceram presentes preciosos ao menino. Na imagem, ao lado dos reis e seus presentes, a saber, ouro, incenso e mirra, vemos o ministro do STF, Gilmar Mendes, também com o que dispõe para presentear. A atuação do ministro é muito criticada por conceder *habeas corpus* a inúmeros políticos envolvidos em importantes investigações, sobretudo a Lava Jato.

O ministro faz campanha aberta ao que considera “excesso de prisões desnecessárias durante as investigações”. Por suas ações, Gilmar Mendes foi envolvido em sucessivas polêmicas, especialmente com réus da operação mais importante no país e foi constantemente atacado pela mídia e por inúmeros protestos. O recurso intertextual aponta para o fato de que, assim como os Reis Magos ofereceram presentes ao menino adorado, Gilmar ofereceu aos seus um bem precioso e estimado: a liberdade. Há, no texto, um diálogo intertextual estrito com a narrativa bíblica e outro mais difuso com os inumeráveis textos que veiculam críticas às ações do ministro em bajular políticos envolvidos em processos.

Na alusão ampla, tem-se uma referência difusa a fatos, conteúdos ou situações que, embora não retomem texto(s) específico(s), estabelecem uma relação ainda tangível entre um texto e diversos outros. No caso acima, os indícios a partir dos quais (re)construímos o diálogo intertextual são a redundância de (sub)tópico(s) discursivo(s), bem como as expressões referenciais que constroem o objeto de discurso(s) presente(s).

A proposta de (re)organização das categorias para classificação das ocorrências intertextuais estritas e amplas culmina com a figura que segue com a classificação das intertextualidades estritas e amplas:

Figura 10 – Intertextualidades estritas e amplas



Fonte: Carvalho (2018).

Esse instrumento, de caráter classificatório, é fruto de nossa busca por uma reorganização das categorias de relações intertextuais, a partir do quadro pioneiro de Genette (2010). Reflete a tentativa de considerar o fenômeno da intertextualidade em suas mais distintas manifestações, em textos de diversas semioses, respeitando a tendência dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Linguística Textual.

ANÁLISE DAS SANÇÕES SOCIAIS IMPOSTAS AO PLÁGIO E DAS MARCAS INTERTEXTUAIS DE REALIZAÇÃO DA PRÁTICA

Discutimos, aqui, com base em Souza Santos (2020), a possibilidade de abordar o plágio, fenômeno geralmente investigado sob a ótica dos estudos do Direito (por questões jurídicas), da Literatura (por questões autorais), da Sociologia (por questões de organização das relações sociais de poder), ou mesmo da Filosofia

(por questões éticas), a partir do arcabouço teórico-metodológico da Linguística. Assim, filiamo-nos à Linguística Textual, apontando caminhos para análise da apropriação indébita junto aos estudos do texto e do discurso.

De modo geral, o plágio é hoje concebido como o ato de apropriar-se indevidamente, sobretudo, de ideias e textos³⁸, sem remeter ao devido autor a responsabilidade pela produção plagiada. Essa associação, de plágio como uma prática que envolve textos, ou possíveis textos, entretanto, estabilizou-se, sobretudo, após a criação da imprensa no século XIX (fundada por Johannes Guttenberg, em 1440, sec. XV). Anterior a este período, consoante Christofe (1996), o plágio pode ser observado nas mais diversas produções de linguagem durante a história, tendo seus primeiros registros na Roma Antiga (sob a ótica do direito romano), como ato de apropriação indevida de homens livres ou escravos libertos.

Christofe (1996) considera ainda que o plágio só se tornou crime quando passou a produzir prejuízos econômicos aos autores de textos; antes, porém, essa prática era reconhecida como não criminosa e recorrente nas produções literárias. O movimento que hoje se concebe como plágio, portanto, visto anteriormente ao século XIX, antes de ser conceituado como prática criminosa, apresentava-se como um processo intertextual por excelência, repetição não condenável de textos ou de partes. Os textos eram colocados em diálogo para que os propósitos dos interlocutores fossem alcançados, sem necessidade de atendimento a “normalizações intertextuais”, que buscassem explicitar, por exemplo, a diferença entre plágio e citação, ou plágio e paráfrase. Dessa forma, ao se colocar textos em diálogos, não havia necessidade de marcação da autoria, aspeamento, itálico,

38 Apesar de menos comum, não se descarta, ainda, a possibilidade de acusações de plágio envolvendo outro tipo de produções. Essa questão pode ser aprofundada em Christofe (1996) e em Chaves (1981).

negrito, referência, ou qualquer outra indicação que se justificasse pela busca de evitar o plágio.

Nota-se, a partir desse breve retorno ao histórico social do fenômeno, que a apropriação indébita se organizou em meio às relações de poder que cerceiam a sociedade, vinculadas, principalmente, a autor e obra.³⁹ O plágio, como fenômeno transgressor de normas, tende a ser avaliado (sancionado) pela sociedade, o que mobiliza os sujeitos a, em embates argumentativos, posicionarem-se contrários ou favoráveis à prática, reconhecerem ou não determinadas ocorrências como plágio, acusarem ou defenderem determinadas produções de serem ou comportarem plágios. Além disso, é inegável o fato de essa prática se alicerçar nas relações entre textos (mesmo que essas se deem de forma ilícita) para existir. É necessário, para existência do plágio, portanto, que o sujeito mobilize texto(s) outro(s) na construção daquele que propõe seu. Tal mobilização é o que nos permite reconhecer as ocorrências, sendo também o que permite ao sujeito camuflá-las, de maneira mais ou menos habilidosa.

É em torno dessas discussões que gira nossa proposta de tratamento do plágio sob o olhar da Linguística Textual. Tal disciplina é a área da ciência Linguística que se propõe a analisar questões relacionadas à produção e interpretação de textos. O plágio, sem dúvidas, é um fenômeno que ocorre no âmbito textual. Mostra-se, assim, importante que haja esforços para compreender esse fenômeno, trazendo-o à discussão. Se quisermos realmente coibir o plágio, como se supõe, é preciso entender sua organização em âmbito social, textual e discursivo. Chama-se, frente a essa problemática, a Linguística⁴⁰, por meio da Linguística Textual, a assumir posição que lhe cabe quanto ao estudo da prática.

39 Essa discussão pode ser aprofundada com base em Barthes (2004), Foucault (2001) e Maingueneau (2010).

40 Essa discussão, sobre a possibilidade e necessidade de estudo do plágio a partir da linguística pode ser aprofundada em Christofe (1996).

Propomos, desse modo, que, à luz da Linguística, o plágio deva ser analisado como uma prática social, textual e discursiva que demanda, rigorosamente, movimentações intertextuais para se realizar. Nesse viés de discussão, analisamos ser possível investigar as sanções sociais impostas à prática associando-as do domínio discursivo⁴¹, de modo geral, e aos gêneros discursivos, de modo específico⁴². Essa possibilidade de análise é pressuposta a partir de Piègay-Gros (2010). A estudiosa argumenta que as ocorrências de plágio colocam sob contestação as regras de circulação de textos. Para esse exame, apoiamo-nos na proposta de compreensão das sanções sociais trabalhada por Radcliffe-Brown (1970). O autor propõe que tais sanções podem ser discriminadas em organizadas (proferidas principalmente por entidades) e difusas (proferidas pelos sujeitos individualmente), positivas (avaliações de caráter aprovativo) e negativas (avaliações de caráter reprovativo).

Além da trilha de investigação tratada no parágrafo anterior, é possível analisarmos, também, a configuração intertextual das ocorrências de plágio, buscando compreender como esse fenômeno transita entre manutenção texto-fonte e camuflagem do texto-plágio. Para analisar tal configuração, embasamo-nos em critérios analíticos dos processos intertextuais estudados por Nobre (2014). O autor aponta que os processos intertextuais podem ser compreendidos a partir de suas funções (captação ou subversão) e constituições (forma, composição e referência). Nobre (2014) indica que o plágio demanda movimentos de outros processos intertextuais ao ser realizado. Assim, analisamos que, de forma prototípica, o plágio aciona movimentos da citação e paráfrase, podendo, ainda, de forma não prototípica, apropriar-se dos movimentos da paródia, e do pastiche (imitação de estilo). As possibilidades de análise intertextual do plágio advêm,

41 Com base em Marcuschi (2008).

42 Com base em Bakhtin (1997), Marcuschi (2008) e Bazerman (2005).

especialmente, das reflexões de Christofe (1996), Koch (2009) e Cavalcante e Brito (2011).

Com objetivo de alcançar essa discussão, a análise que se segue está dividida da seguinte forma: inicialmente, discutimos as sanções sociais impostas às ocorrências de plágios com base no caso 1 (ocorrência de plágio envolvendo pesquisadores da USP) e no caso 2 (ocorrência de plágio envolvendo as canções “Loucuras de amor”, de Sebastião Braga, e “O Careta”, de Roberto Carlos). As sanções são aferidas a partir de notícias, que nos possibilitam ter conhecimento das sanções organizadas proferidas, e a partir da interação de internautas em redes sociais, que nos permitem analisar as sanções difusas. Adiante, apresentamos os trechos do texto-fonte e do texto-plágio envolvidos no caso 1, investigando quais movimentos intertextuais serviram à dupla organização realizada pelos interlocutores responsáveis pelo texto-plágio, de manutenção do texto-fonte, e disfarce do texto-plágio.

Façamos a análise do caso 1:

Figura 11 – Notícia contendo as sanções organizadas – plágio no domínio discursivo acadêmico, gênero artigo científico

Professor da USP é demitido após plágio em pesquisa acadêmica
Na mesma sindicância aberta pela universidade, pesquisadora perde o título de doutora

Por da redação

access_time 16 maio 2017, 13h53 - Publicado em 22 fev 2011, 16h15

No último sábado (19) foi publicado no Diário Oficial do estado de São Paulo a demissão do professor Andreimar Martins Soares, que há 15 anos dava aulas na Universidade de São Paulo. A exoneração do professor, que trabalhava no Departamento de Análises Clínicas, Toxicologia e Bromatologia, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP de Ribeirão Preto, foi o resultado de uma sindicância da universidade que apurava a prática de plágio em uma pesquisa orientada por Soares.

O estudo foi publicado em 2008, mas só foi conhecido pelo público acadêmico em 2009, após a publicação de um artigo sobre a pesquisa. Na época, um grupo de professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) notou que o trabalho usava imagens de outras pesquisas realizadas na universidade do Rio de Janeiro em 2003 e 2006, sem creditá-las.

De acordo com a assessoria de imprensa da universidade, assim que a direção da USP recebeu a notificação do possível plágio, ainda em 2009, foi aberta a sindicância para apurar a questão.

Além de Soares, a pesquisadora Carolina Dalaqua Sant'Ana também foi punida, perdendo o seu título de doutora. Ela é a autora da tese de doutorado – que utilizou as imagens plagiadas – orientada pelo professor.

O artigo envolvia mais outros nove pesquisadores, entre eles a ex-reitora da USP Suely Vilela. Mas, de acordo com a sindicância, eles não foram punidos por serem coautores da pesquisa.

A assessoria da USP afirmou que cabe a universidade apurar casos de plágios e que esses são considerados inadmissíveis, por gerarem uma falta de credibilidade à instituição.

Fonte: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/professor-da-usp-e-demitido-apos-plagio-em-pesquisa-academica/>. Acesso em: 12 jul. 2019. Grifo nosso.

Como nos apresenta a reportagem acima, em 2009, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), da área de Farmacologia, enfrentaram acusação de plágio. Esse caso teve ampla

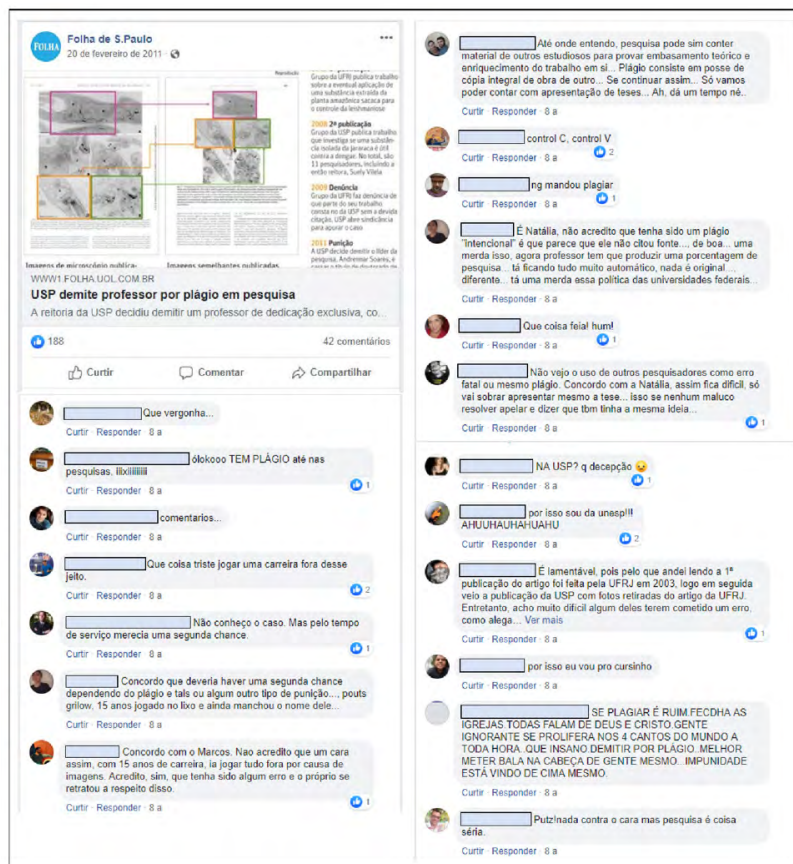
repercussão, não somente no meio acadêmico.⁴³ Na reportagem que analisamos, os trechos grifados indicam algumas das sanções organizadas, proferidas em âmbito administrativo. Após sindicância⁴⁴, a USP puniu aqueles que seriam os autores principais; o professor supostamente responsável pela pesquisa foi demitido; sua orientanda, também autora da pesquisa, que supostamente teria se utilizado de imagens plagiadas ainda na tese de doutorado, teve o título cassado. Os demais pesquisadores não sofreram punição, para além da exposição pública.

Vejamos, a seguir, como sujeitos avaliam individualmente a ocorrência:

43 Mais informações podem ser acessadas em *Informativo da ADUSP*, nº 296 – 3 de novembro de 2009, que originalmente tratou do caso. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/files/informativos/296/info296.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019. O texto contextualiza o ocorrido e trata das semelhanças entre os artigos, conforme apontamos no trecho de análise das marcas intertextuais (cf. adiante).

44 Mais informações podem ser acessadas em atas de conselhos da USP, nas quais os representantes da universidade discutem o caso. Ata “933ª Sessão do Conselho Universitário”, disponível em: <http://www.usp.br/secretaria/wp-content/uploads/Ata-933.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019. Ata “nº 309 da Comissão de Legislação e Recursos (CLR)”, disponível em: <http://www.usp.br/secretaria/wp-content/uploads/AtaCLR240520111.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

Figura 12 – Interação no *Facebook* contendo as sanções difusas – plágio no domínio discursivo acadêmico, gênero artigo científico



Fonte: https://www.facebook.com/folhadesp/posts/190172551014232?comment_tracking=%7B%22tn%22%3A%22O%22%7D. Acesso em: 12 jul. 2019.

A interação analisada na figura 12 nos apresenta 18 comentários de usuários da rede social *Facebook*. A discussão se inicia com uma postagem na página do jornal Folha de S. Paulo. A notícia postada

informa “USP demite professor por plágio em pesquisa”⁴⁵. Além de tal informação, a postagem traz uma imagem informativa⁴⁶ objetivando que os leitores “entendam o caso”, bem como possam se situar perante a cronologia da ocorrência exposta. 12 internautas proferiram sanções negativas à prática. 6 proferiram sanções positivas. As sanções negativas se pautam, principalmente, na compreensão dos sujeitos de que o suposto plágio se deu em “pesquisa” (pressupondo seriedade, compromisso e respeito científicos), o que claramente atrela a avaliação dos internautas ao fato de esta ocorrência de plágio, situada em artigo científico, estar atrelada ao domínio discursivo acadêmico. Os usuários que proferiram avaliações positivas apresentaram visão mais empática à ocorrência, argumentando que os pesquisadores, principalmente pelo tempo de vida dedicado às pesquisas, deveriam receber uma segunda chance.

Adiante, realizamos análise semelhante de ocorrência situada no domínio literomusical, gênero canção. Fazemos a análise do caso 2:

45 Link de acesso disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/saber/878368-usp-demite-professor-por-plagio-em-pesquisa.shtml>. Acesso em: 25 jan. 2019.

46 Imagem semelhante à que apresentamos no trecho de análise das marcas intertextuais (cf. adiante).

Figura 13 – Notícia contendo as sanções organizadas – plágio no domínio discursivo acadêmico, gênero artigo científico

STJ mantém condenação do cantor Roberto Carlos por plágio

O cantor e compositor Roberto Carlos não conseguiu reexame da decisão que o condenou por plágio. O ministro Ruy Rosado de Aguiar, do Superior Tribunal de Justiça, negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelo cantor.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro confirmou que a música “O Careta”, lançada por Roberto Carlos em 1987 pela gravadora CBS é plágio da canção intitulada “Loucuras de Amor”, de autoria do compositor Sebastião Braga.

A disputa pela titularidade da música “O Careta” teve início no STJ em 1995, e neste período, oito recursos foram interpostos para análise do caso. Sebastião Braga ajuizou a primeira ação em primeira instância em 1990, com base na Lei do Direito Autoral (Lei 5.988/73), quando pediu o reconhecimento do plágio, a publicação em jornal de grande circulação de material reconhecendo sua autoria, a inserção de seu nome nas gravações ainda não distribuídas, além de indenização por danos moral e material.

(...)

Ruy Rosado diz que não verificou a alegada ofensa aos artigos 471 e 620 do Código de Processo Civil como apresentou a defesa de Roberto Carlos. Ele entendeu ser correta a decisão do Tribunal de origem que condenou o cantor e compositor por plágio da música “O Careta”. (STJ)

AG 50.377

Revista Consultor Jurídico, 26 de agosto de 2003, 12h42.

Fonte: https://www.conjur.com.br/2003-ago-26/condenacao_roberto_carlos_plagio_mantida. Acesso em: 13 jul. 2019. Grifo nosso.

Na reportagem, veiculada pelo site *Revista Consultor Jurídico*, podemos constatar as sanções organizadas proferidas a esse caso de plágio. Tais sanções podem ser analisadas, principalmente, nas partes grifadas. Inicialmente, o título da notícia anuncia “STJ mantém condenação do cantor Roberto Carlos por plágio”, o que nos indica que a acusação já foi avaliada em outras instâncias da justiça brasileira e que o STJ, frente à questão, manteve o posicionamento de reconhecer a existência de plágio. Em seguida, confirma-se que Roberto Carlos não conseguiu reexame, no STJ, da decisão que reconheceu o fenômeno, bem como que o TJ do estado do Rio de Janeiro “confirmou que a música ‘O Careta’, lançada por Roberto Carlos em 1987 pela gravadora CBS é plágio da canção intitulada ‘Loucuras de Amor’, de

autoria do compositor Sebastião Braga". Essa ocorrência de plágio deu-se não na parte verbal escrita da canção, mas na parte melódica, sobretudo nos oito primeiros compassos da melodia.⁴⁷

Vejamos, a seguir, como os sujeitos avaliam individualmente a situação.

Figura 14 – Interação no Facebook contendo as sanções difusas – plágio no domínio discursivo acadêmico, gênero artigo científico



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=h8eSfcGkduk>. Acesso em: 12 jul. 2019.

47 Para mais informações, acessar notícia divulgada no site do STJ sobre a ocorrência. Disponível em: http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/%C3%9Altimas-not%C3%ADcias/STJ-mant%C3%A9m-decis%C3%A3o-que-condenou-o-cantor-Roberto-Carlos--por-pl%C3%A1gio. Acesso em: 17 fev. 2019.

A figura 14 apresenta 13 avaliações individuais proferidas pelos sujeitos em interação na rede social *Youtube*. A discussão se inicia a partir de uma postagem na qual o vídeo de um internauta compara as duas canções, apontando a existência de plágio. Esse internauta deixa transparecer, em trechos do vídeo, sua posição de reconhecimento da prática de plágio na canção e, assim, julga negativamente o texto. Ele anuncia, ainda, o fato de a justiça ter penalizado Roberto Carlos a pagar “2 milhões de reais” em decorrência de reconhecimento de apropriação indébita. 10 internautas proferiram sanções positivas à ocorrência, 3 proferiram sanções negativas. As sanções difusas positivas organizaram-se em torno do não reconhecimento, por parte dos sujeitos, de proximidades entre as canções, bem como afirmam ainda ser o texto-plágio mais belo que o texto-fonte, e que o autor do texto-fonte teria processado Roberto Carlos por interesses financeiros.

A partir desta breve análise, realizada a partir das sanções, organizadas e difusas, proferidas ao caso 1 (ocorrência de plágio envolvendo pesquisadores da USP) e ao caso 2 (ocorrência de plágio envolvendo as canções “Loucuras de amor”, de Sebastião Braga, e “O Careta”, de Roberto Carlos), investigamos a tendência de as sanções proferidas às ocorrências de plágio se moldarem às ideologias do domínio discursivo, de modo geral, e às regras dos gêneros, de modo específico, em que se localizam a prática. Em ambos os casos, as sanções organizadas (no caso 1 proferidas em âmbito administrativo, no caso 2 proferidas em âmbito jurídico) foram negativas. No caso 1, por sua vez, as sanções difusas se deram, em sua maioria, de maneira negativa; no caso 2, as sanções difusas se deram, em sua maioria, de maneira positiva.

A figura 15, analisada abaixo, apresenta-nos os trechos dos artigos⁴⁸ envolvidas no caso 1. Nela, podemos verificar de forma

48 O artigo acusado de plágio encontra-se sinalizado com aviso de retratação (retracted). A publicação da revista comunicando o ocorrido pode ser acessada em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0006295210002108>. Acesso em: 13 jul. 2019.

mais precisa quais movimentos intertextuais foram realizados pelos locutores na produção do texto-plágio.

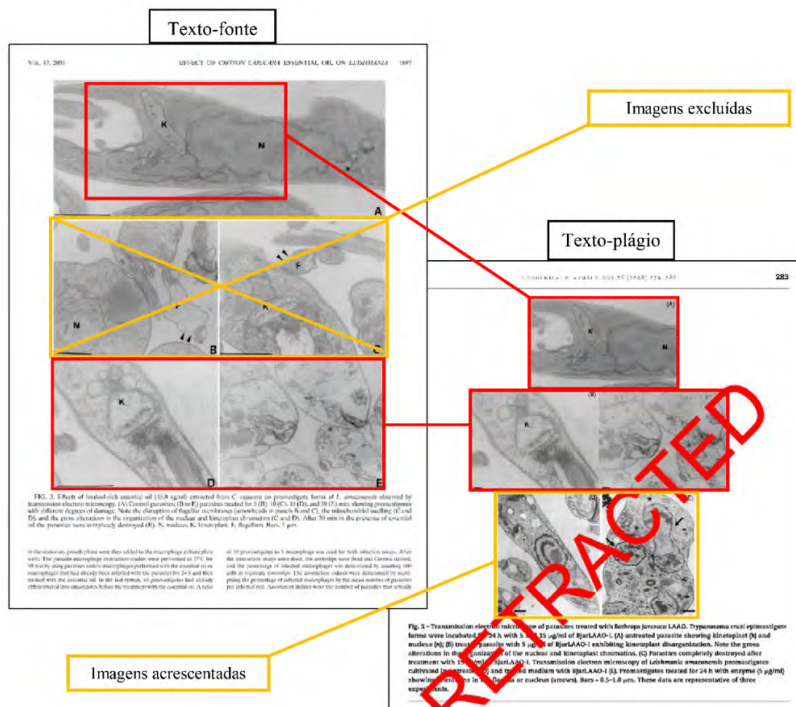
Na primeira parte, analisamos que uma das imagens foi recortada e reproduzida no texto-plágio (região demarcada em vermelho). Esse movimento caracteriza uma reprodução por copresença. Em seguida, duas imagens foram excluídas, o que pode ser observado de forma mais precisa quando nos reportamos ao texto-fonte (região demarcada em laranja). Logo abaixo, visualizamos duas imagens que foram reproduzidas, também por copresença, no texto-plágio (região demarcada em vermelho). Dessa vez, porém, as imagens não foram recortadas. No texto-plágio, podemos notar ainda que duas imagens foram acrescentadas (região demarcada em laranja).

Na segunda parte, avaliamos dois trechos verbais escritos que comportam reproduções e adaptações (apagamentos, movimentações internas ao intertexto e acréscimos). Em azul, no texto-fonte, analisamos as partes que foram excluídas. Em verde, no texto-plágio, analisamos as partes que foram acrescentadas. Em amarelo estão tarjados os trechos que, embora reproduzidos, foram movimentados na parte interna do intertexto (o locutor mudou a frase grifada de posição, em comparação com o texto-fonte).

Os movimentos da primeira parte são típicos da citação. Os movimentos da segunda parte são típicos da paráfrase. O que diferencia essas duas práticas do plágio é o fato de o autor, além de não ter feito referência ao texto-fonte, ter tratado como seu texto de outro, tomando, assim, responsabilidade enunciativa alheia. Além disso, os sujeitos não mobilizaram os intertextos articulando-os em prol do seu texto (apesar de ambas as práticas se organizarem, enquanto a função, como captações para convergência). Tal articulação, no gênero artigo, é geralmente feita como recurso de autoridade. Nota-se, portanto, que toda essa movimentação intertextual foi realizada

para que o texto-fonte fosse mantido, ao mesmo tempo que o texto-plágio é camuflado.

Figura 15 – Texto-fonte, texto-plágio, caso USP



Fonte do texto-fonte: <https://europepmc.org/backend/ptpmcrender.fcgi?accid=PMC155815&blobtype=pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

Texto-fonte	Texto-plágio
Transmission electron microscopy. Untreated and treated (15.0 ng of essential oil per ml) promastigotes were observed by transmission electron microscopy, and photomicrographs of the promastigotes are shown in Fig. 3A to E, which show promastigotes with different degrees of damage. Disruption of flagellar membranes, mitochondrial swelling, and gross alterations in the organization of the nuclear and kinetoplast chromatins were detected. After 30 min in the presence of essential oil the parasites were completely destroyed. (p. 1898)	Untreated and treated promastigotes (<i>L. amaz</i> epimastigotes (<i>T. cruzi</i>) were observed by electron microscopy. Photomicrographs of the p with different degrees of damage are shown in treated <i>T. cruzi</i> with BjarLAA0-I, disruption membranes, mitochondrial swelling and gross a the organization of the nuclear and kinetoplast were detected. After 24 h in the presence c BjarLAA0I the parasites were completely destroyed. (p. 283)
Mitochondrial swelling and important alterations in the organization of the nuclear and kinetoplast chromatins were observed by electron microscopy when <i>L. amazonensis</i> parasites were treated for 20 to 30 min with 15.0 ng of essential oil from <i>C. cajucara</i> per ml (Fig. 3). (p. 1900)	Mitochondrial swelling and important alterat organization of the nuclear and kinetoplast chro (p. 283) observed by electron microscopy when <i>L.</i>

Fonte do texto-plágio: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0006295208003031>. Acesso em: 13 jul. 2019.

O plágio é caracterizado não somente por sua organização intertextual, que, para se concretizar, demanda movimentos típicos de outros processos intertextuais (mantendo o texto-fonte e disfarçando o texto-plágio), mas, também, pelas sanções sociais que recebe. Tais sanções variam conforme o domínio discursivo, de modo geral, e conforme o gênero discursivo, de modo específico, nos quais a prática ocorre. Esses dois caminhos de investigações, que buscam analisar as sanções sociais impostas ao plágio e a organização intertextual dessa prática, representam um passo importante, que pode ser ampliado ao refletirmos sobre questões pedagógicas envolvendo o fenômeno, sobre o estreitamento dos estudos linguísticos e forenses, relacionados à questão, e sobre a análise do plágio em textos verbais ou verbo-visuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos, ao longo deste capítulo, a noção de intertextualidade adotada nos estudos da Linguística Textual vinculada ao Grupo Protexto/UFC. Dessa forma, analisamos como textos verbais e verbo-visuais se enquadram nas tipologias intertextuais propostas nas classificações tradicionais provenientes de textos literários, além disso, apontamos em que medida essas caracterizações precisam ser repensadas.

A primeira parte do trabalho foi dedicada à discussão das categorias intertextuais propostas por teóricos que descrevem as intertextualidades aplicando seus pressupostos a obras literárias. A segunda parte tratou de uma reclassificação das categorias intertextuais, percorrendo sobre como tais categorias podem atender à análise de textos multimodais que circulam fora e dentro do ciberespaço. A terceira parte demonstrou como as sanções sociais impostas ao plágio e sua organização intertextual podem ser analisadas pela Linguística Textual. As questões aqui debatidas podem ser aprofundadas nos trabalhos de Faria (2014), Carvalho (2018) e Souza Santos (2020).

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Nos riscos da alusão. *Revista Investigações*, v. 20, n. 2, p. 9-46, 2007.
- BARTHES, R. A morte do autor. In: BARTHES, R. *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAZERMAN, C. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. Tradução de Judith Chambliss Hoffnagel e Ana Regina Vieira. In: DIONISIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (org.). *Gêneros textuais, tipificação e interação*. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 19-48.

CARVALHO, A. P. L. *Sobre intertextualidades estritas e amplas*. 2018. 135 f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

CAVALCANTE, M. M. Referenciação e intertextualidade. In: *XXI Jornada Nacional de Estudos Linguísticos*, 2006, João Pessoa. XXI Jornada Nacional de Estudos Linguísticos. Anais. João Pessoa: Gelne, 2006, v. 1. p. 2250-2260.

CAVALCANTE, M. M; BRITO, M. A. P. Intertextualidades, heterogeneidades e referenciação. *Linha D'Água*, v. 24, n. 2, p. 83-100, 2011.

CHAVES, A. Plágio. *Revista de Direito Pge-go*, Goiânia, v. 16, p. 52-77, 1981.

CHRISTOFÉ, L. *Intertextualidade e plágio*: questões de linguagem e autoria. 1996. 193 f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

DANTAS, Y. *Simulacros enunciativos e efeitos de blindagem no discurso humorístico*. 2018. 121f. Tese (Doutorado em linguística), Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2018.

FARIA, M. G. S. *Alusão e citação como estratégias na construção de paródias e paráfrases em textos verbo-visuais*. 2014. 118 f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

FIORIN, J. L. *Em busca do sentido*. São Paulo: Contexto, 2008.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos*: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

FUCHS, C. A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação. Tradução de João Wanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 8, p. 129-134, 1985.

GENETTE, G. *Palimpsestos*: a literatura de segunda mão. Tradução de Cibele Braga, Erika Viviane Costa Vieira, Luciene Guimarães, Maria Antônia Ramos Coutinho, Mariana Mendes Arruda e Mirian Vieira. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010.

GIGNOUX, A. C. *Initiation à l'intertextualité*. Paris: Ellipses, 2005.

HILGERT, J. G. Parafraseamento. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do Português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006. p. 99-275. v. 5.

KOCH, I. G. V. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.

MARCUSCHI, L. A. Processos de produção textual. In: MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 50-225.

MIRANDA, F. *Textos e gêneros em diálogo: uma abordagem linguística da intertextualização*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

NOBRE, K. C. *Critérios classificatórios para processos intertextuais*. 2014. 128 f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

PIÈGAY-GROS, N. Introduction à l'intertextualité. Paris: Dunod, 1996. Traduzido por Mônica Magalhães Cavalcante; Mônica Maria Feitosa Braga Gentil; Vicência Maria Freitas Jaguaribe. *Interseções*, n. 1, p. 220-244, 2010.

RADCLIFFE-BROWN, A. Sanções sociais. In: PIERSON, D. (org.). *Estudos de organização social* (Tomo II). São Paulo: Livraria Martins, 1970. p. 383-390.

SOUZA SANTOS, J. E. *Plágio, sanções sociais e marcas intertextuais*. 2020. 310f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2020.

TRAVAGLIA, L. C. Texto humorístico: o tipo e seus gêneros. In: CARMELINO, A. C. (Org.). *Humor eis a questão*. São Paulo: Cortez, 2015. p. 15-27.

11

Daniela Zimmermann Machado
Jussara Maria Jurach
Evandro de Melo Catelão

ESTUDO DESCRITIVO/EXPLICATIVO DA TEORIA DAS SEQUÊNCIAS TEXTUAIS

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.120.357-393

Resumo:

Abordamos neste estudo o tema das sequências textuais desenvolvido por Jean-Michel Adam e divulgado no início da década de 1990 na obra *Les textes: types et prototypes*. Pretendemos, de maneira descritiva e explicativa, traçar o modelo proposto pelo linguista que, grosso modo, implica privilegiar os elementos de constituição/composição de um texto. O estudo das sequências textuais representa uma forma de investigação que possibilita a observação de aspectos sociocognitivos envolvidos na formação textual, permitindo estabelecer relações com questões textuais e discursivas responsáveis, por exemplo, pela caracterização dos gêneros de discurso. Durante a descrição teórica, apresentamos que as sequências textuais representavam uma forma de simplificar a demasiada quantidade de tipologias textuais em apenas cinco: narrativa, descritiva, argumentativa, dialogal e explicativa. Organizamos este estudo, assim, em três momentos principais: a teoria das sequências textuais; estrutura esquemática de cada uma das sequências textuais sugeridas pelo autor; a questão da injunção como gêneros de discurso procedurais.

Palavras-chave:

Sequências textuais; Gêneros discursivos; Injunção; Gêneros Procedurais.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende abordar o tema das sequências textuais, a partir de um estudo descritivo e explicativo do modelo proposto pelo linguista Jean-Michel Adam. Entende-se que observar o texto no nível das sequências textuais implica privilegiar um dos níveis (possíveis) de estudo e análise textual, aquele nível da constituição/composição do texto. Dito de outro modo: o texto pode ser observado a partir de diferentes critérios (seja a partir do gênero de discurso, seja a partir de diferentes fatores (extra ou intra) textuais, seja a partir de sua composição, entre tantos outros aspectos). O estudo das sequências textuais representa uma dessas formas de investigação e possibilita a observação de aspectos sociocognitivos envolvidos na formação textual, permitindo estabelecer relações com questões textuais e discursivas responsáveis, por exemplo, pela caracterização dos gêneros de discurso.

Antes de se chegar até a teoria das sequências, julga-se necessário apresentar uma primeira distinção, indispensável para se pensar na composição textual: as diferenças e aproximações entre as noções de gênero e de sequência. Já foi comentado que se trata de níveis diferentes de análise e de observação textual. Enquanto os gêneros são conhecidos como “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” (BAKHTIN, 2019, p. 12, grifo do autor) que organizam, em certa medida, as diferentes relações sociais existentes, as sequências textuais “são segmentos relativamente fixos que compõem os diferentes e vulneráveis gêneros de nossa sociedade. São tipos que perpassam os diferentes gêneros” (WACHOWICZ, 2010, p. 52). Ainda segundo a autora, as sequências preveem estruturas linguísticas características, mas, diferentemente dos gêneros, não existem isoladamente na vida real das relações comunicativas. Já os gêneros “são enunciados da vida real, carregados de condicionamentos pragmáticos, contextuais

e ideológicos” (WACHOWICZ, 2010, p. 52). Para uma compreensão completa e complexa do estudo do texto, entende-se que a relação entre gênero e sequência existe e pode ser motivada pela compreensão de que os textos são constituídos por sequências e caracterizados por pertencerem a um determinado gênero de discurso. O foco de investigação, neste artigo, é a teoria das sequências e, como poderá ser notado, o gênero é um dos conceitos revisitados para esta discussão.

A teoria das sequências textuais foi desenvolvida por Adam e divulgada no início da década de 1990 na obra *Les textes: types et prototypes*. Já na primeira edição, fica nítido que a teoria das sequências textuais apresenta uma reformulação do que era denominado tipologias textuais. Segundo o próprio autor, as sequências textuais representavam uma forma de simplificar a demasiada quantidade de tipologias textuais em apenas cinco: narrativa, descritiva, argumentativa, dialogal e explicativa. No decorrer dos anos, seu texto sofreu críticas e passou por revisões, que culminaram na publicação de 2017 (quarta edição), na qual Adam (2019 [2017]) apresenta a teoria das sequências originalmente – editada em 1992, agora revisada e com o objetivo de suprimir possíveis ambiguidades que estavam presentes nas edições anteriores.

Nesta obra, destaca-se o cuidado do autor em delimitar e (até mesmo) “redelimitar” parte de seu percurso teórico segundo as transformações e novas observações ao longo dos anos. A teoria das sequências foi e é ainda largamente empregada e/ou adaptada em pesquisas que se dedicam à compreensão das unidades composicionais dos textos (campo textual), nos caminhos que envolvem sua articulação em gêneros (campo discursivo) ou ainda no entendimento das sequências como categorias sociocognitivas, oferecendo, assim, inúmeras alternativas de análise.

Nesta última edição, o autor trata de forma mais ampla o caso da injunção. A injunção (que já foi e é ainda considerada uma

seqüência para alguns autores – MARCUSCHI, 2005) sempre trouxe alguns questionamentos, em especial por não ser considerada uma seqüência, mas entendida como construções mais relacionadas ao campo genérico como discursos procedurais ou gêneros de incitação à ação (ADAM, 2019)⁴⁹. O propósito deste trabalho é retomar algumas dessas questões centrais tratadas pelo autor. A questão da injunção, em especial, será discutida neste estudo.

Este capítulo está organizado em três momentos principais: primeiramente, discute-se acerca da teoria das seqüências textuais, assumindo e apresentando a proposta de análise textual/discursiva (ATD) e a teoria das seqüências de Adam (2011, 2019); em um segundo momento, apresenta-se, a partir de uma direção descritiva e explicativa, a estrutura esquemática de cada uma das seqüências textuais sugeridas pelo autor. Na continuidade do estudo, discute-se de forma detalhada a questão da injunção, trazendo os principais pontos que levam o autor à caracterização em discursos procedurais. Não se espera, neste estudo, elucidar totalmente os tópicos, mas, sim trazer uma apresentação da teoria, bem como os conceitos a ela relacionados, tornando-os, de certa maneira, mais distintivos ao leitor.

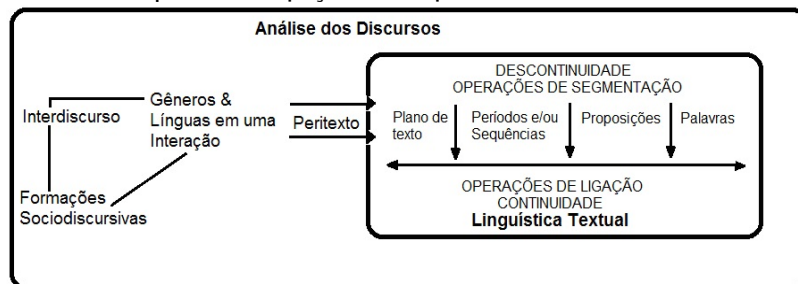
UMA TEORIA BASEADA NA ANÁLISE TEXTUAL/DISCURSIVA E EM ESQUEMAS

Para entender o modelo das seqüências de Adam, é importante também compreender o que o autor assume como *análise textual discursiva* ou ATD. Nesse sentido, assume-se que a ATD (ADAM, 1999, 2011) pode ser definida, grosso modo, como uma teoria que estabelece critérios de análise com base na relação entre gênero,

49 Sobre este tópico, apresenta-se, neste estudo, uma discussão particular que é tratada na seção final.

interdiscurso e formações discursivas. No decorrer de seus trabalhos, Adam (2011[2008]) desenvolveu uma abordagem que busca inserir a Linguística Textual (LT) no campo da Análise de Discursos (AdD), por isso a noção de *análise textual dos discursos*. O autor propõe o que chama de uma LT desprendida de uma gramática de texto, utilizando-se da AdD (emancipada da Análise do Discurso francesa – AD) como fonte para suas análises. Em sua proposição, o autor abrange parte da AD e envolve a separação e a complementaridade das tarefas e dos objetivos da LT e da AD, em que a LT se fixa em um subdomínio da análise das práticas discursivas (ADAM, 2011). Segundo o autor, há um campo maior da AdD em que estaria o interdiscurso (ligado às formações sociodiscursivas), seguido dos gêneros e das línguas em uma interação e em uma fronteira entre o subcampo da Linguística Textual e o discurso, o peritexto⁵⁰ (esquema 1). Vejamos:

Esquema 1 – Espaço dos campos textual e discursivo



Fonte: Adam (2011, p. 43).

Com base no esquema apresentado, a noção de texto é entendida em sua dimensão social, inserida em redes institucionais de diferentes grupos sociais que demandam diferentes corporalidades a partir da situação de enunciação. A prática de produção textual está ligada às representações construídas sobre a ação dos

⁵⁰ Fronteira entre os textos e as formas discursivas em que se evoca a complexidade pragmática das condições de produção e recepção.

sujeitos com suas intenções, motivações e conteúdos somados às representações dos gêneros disponíveis no interdiscurso (lugar onde constroem seu significado com base em outros discursos) que, generalizando, corresponderia ao discurso em relação com outros discursos, formando um conjunto de discursos em um mesmo campo ou em campos distintos. Os gêneros de discurso são caracterizados como de variedade infinita, podendo surgir, evoluir e até mesmo desaparecer ao longo do tempo. Pode-se perceber que, ao tratar do texto e dos gêneros, lida-se com um nível de análise que é diferente daquele da sequência.

Para Adam (1999), seria dentro das práticas sociodiscursivas, ou seja, em um contexto de interação, envolvendo atividades discursivas entre os falantes/produtores e os ouvintes/interpretadores que os gêneros estariam manifestos⁵¹. Nessa projeção, na delimitação da noção de gênero, o autor se utiliza do conceito de formação discursiva, formulado inicialmente por Foucault e reformulado por Pêcheux para a AD, segundo ele. Para Silva (2012), que também pontua algumas delimitações de Adam,

o conceito de formação discursiva remete para um conjunto de locutores integrados numa mesma área socioprofissional, na qual a produção de textos é simultaneamente uma atividade com relevância sociocultural (na comunidade em que a formação discursiva está inserida) e uma propriedade que os identifica e os distingue de outras formações discursivas (SILVA, 2012, p. 55).

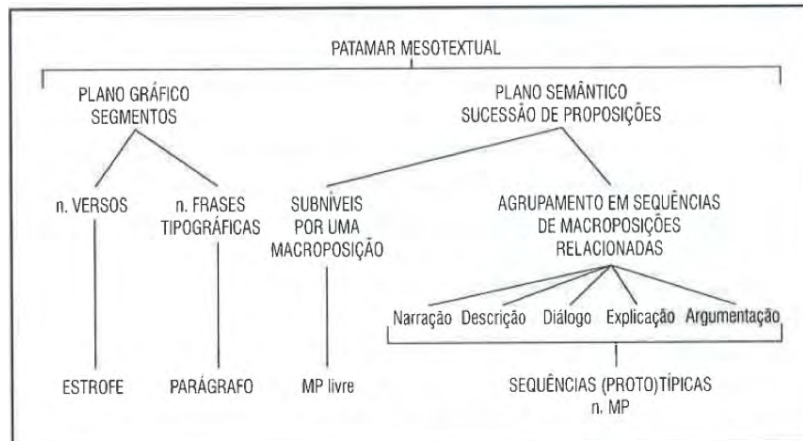
Para Adam (2011), a aproximação entre gêneros e formação discursiva contribui para a explicação e a compreensão do estudo dos gêneros de discurso, como é de fato compreendido, ou seja, construído a partir de aspectos sociais, discursivos e ideológicos.

51 A definição de gênero de Adam (1999) parte do que é discutido por François Rastier (*apud* ADAM, 1999), aproximando o gênero ao discurso.

O protótipo das sequências textuais: histórico e momento atual

Estudar o texto a partir de seus aspectos composicionais leva hoje também à discussão sobre sequências. A ampla repercussão da teoria das sequências é indicada pelo próprio autor em sua justificativa de reedição, segundo Adam (2019 [2017]), visando a eliminar ambiguidades das edições anteriores. Do seu objetivo inicial, desenvolver um protótipo de configurações pré-formatadas contra a excessiva quantidade de tipologias textuais, o autor chegou aos cinco tipos base (ADAM, 2019). O esquema 2, a seguir, apresenta os limites do patamar mesotextual com o plano gráfico de segmentos que compreende os elementos constituintes do texto.

Esquema 2 – Observação geral do espaço das Sequências Textuais



Fonte: Adam (2019, p. 49).

Com essa proposta teórica, tem-se a possibilidade de deixar de lado categorias como gramática de texto e tipologias de texto e de dispor de uma teoria que absorve cada vez mais os conceitos de gênero, texto e discurso. Segundo Adam (2019),

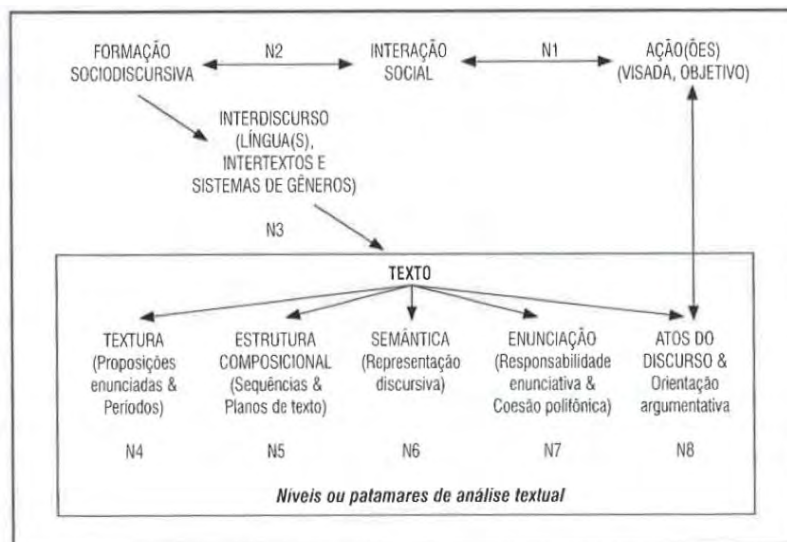
as sequências parecem se reduzir a alguns tipos elementares de composição de enunciados. No estado atual da teoria, eu me atenho apenas às cinco sequências prototípicas *narrativa*, *descritiva*, *argumentativa*, *explicativa* e *dialogal* (ADAM, 2019, p. 59, destaque do autor).

O autor, por outro lado, não desconsidera, no momento das descrições, elementos e/ou características próprias dos gêneros, como sua heterogeneidade constitutiva. Afirma que o reconhecimento das tipologias fundado sobre um critério de genericidade é muito mais pertinente do que o conceito de tipologia textual ou gramática de texto, pois é o gênero discursivo que determina a composição dos textos. Logo, o conceito bakhtiniano de gênero perpassa a introdução da obra (ADAM, 2019), “os tipos relativamente estáveis de enunciados” situam a extrema mobilidade e diversidade presente nessa noção e são visíveis nos discursos mais elementares de nosso cotidiano. Essa contextualização delinea agrupamentos de gêneros segundo características tipológicas de forma, por exemplo, a aproximar o conto e a fábula do tipo narrativo, ou a entrevista e o teatro do tipo dialogal.

Assumimos duas conceituações de Adam (2019) que servirão, neste estudo, como escolhas teóricas e metodológicas. Primeiramente, a noção de *texto*: traçado linguístico de uma interação social, uma materialização semiótica de uma ação sócio-histórica da fala, pela qual a narração, a descrição, a argumentação, a explicação e o diálogo são as formas de condução discursiva; e de *gêneros*: padrões sociocomunicativos e sócio-históricos que os grupos sociais utilizam para organizar as formas de linguagem e seu discurso.

Nesses limites, esboçamos o arcabouço de análise do autor em dois planos: o textual e o discursivo, pela edição de 2019 [2017]:

Esquema 3 – Níveis ou patamares dos campos textual e discursivo



Fonte: Adam (2019, p. 35).

De forma explicativa, o esquema integra os três componentes do gênero considerados por Bakhtin: composição (N5), tema (N6), estilo (N4). As questões enunciativas e polifônicas ficam localizadas no nível (N7), assim como o componente interacional de sua teoria social do discurso em (N8) e na parte superior do esquema (N1, N2, N3). Adam (2019[2017]) ressalta que nenhum dos níveis apresentados permite acesso direto ao texto, incluindo o nível N5. Seu quadro teórico resumido pelo esquema é descendente, sendo os gêneros e a interação discursiva os elementos de destaque. A seção seguinte descreverá aspectos do nível N5.

O protótipo: N5, um nível composicional

Dentro da perspectiva descritivo-explicativa que caracteriza o presente estudo, nesta seção, apresenta-se o protótipo de cada uma das sequências textuais sugeridas por Adam (1997), buscando destacar elementos linguísticos que possam contribuir para o estudo de cada uma das sequências textuais. Mais do que entender o protótipo como um esquema básico mobilizado na organização (interna) dos textos, entendem-se os protótipos, considerando a teoria das sequências textuais, como propriedades formais que são recorrentes nos textos empíricos. As sequências textuais organizam-se a partir de protótipos dos quais os textos podem se aproximar ou se distanciar, o que torna o protótipo como um esquema de base (podendo ser ajustável e adaptável a depender do gênero). Wachowicz (2010) afirma que “o elemento composicional do texto é o mais previsível dentre os constitutivos do gênero” (WACHOWICZ, 2010, p. 50), talvez isso justifique a própria possibilidade de delimitar esquemas prototípicos (características que têm como base um padrão determinado). Considerando o nível composicional e a noção de protótipos, pode-se dizer que a teoria de Adam (2017, 1997) inaugura fundamentos para a análise da organização interna dos textos.

N5 equivale a um nível de transformações das unidades. Para Adam (2011), ao se pensar em um ponto de vista textual e ao mesmo tempo discursivo, levando-se em conta também aspectos relacionados aos gêneros, não se poderiam utilizar expressões como frases, períodos, cláusulas ou quaisquer outras sem correr o risco de entrar em outras áreas e se perder em aspectos primeiramente organizacionais. Como forma de análise e exemplificação, o autor apresenta um termo que para ele representaria a unidade textual de base elementar, sem resvalar em certas contradições terminológicas e formar unidades textuais mais complexas. Levando em conta

direcionamentos realizados por Benveniste (2006), principalmente os relacionados aos enunciados, o autor chega ao termo proposição-enunciado como essa unidade textual elementar.

Ao escolher falar de proposição-enunciado, não definimos uma unidade tão virtual como a proposição dos lógicos ou a dos gramáticos, mas uma unidade textual de base, efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação, portanto, como um enunciado mínimo (ADAM, 2011, p. 106).

Nos termos de Benveniste (2006), esse ato caracteriza um locutor (eu) que emite uma “forma sonora” que é alcançada por um ouvinte ou coenunciador (tu) que, por sua vez, pode trocar de papel em outra enunciação de retorno. Toda enunciação apresenta um coenunciador, ou seja, os enunciados são sempre direcionados a figuras de recepção do enunciado e, mesmo que elas ainda não estejam presentes ao enunciador, ele admitirá uma figura de recepção generalizada. Dessa forma, ao se considerar a proposição-enunciado uma unidade elementar, é preciso entender que ela contempla todas essas características.

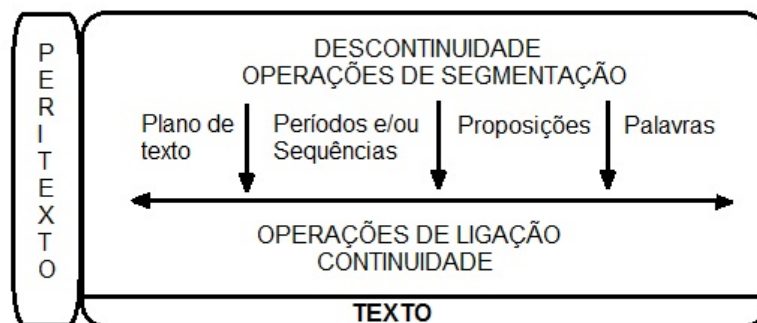
A ligação entre palavras com a formação das chamadas proposições-enunciados (unidade textual de base – ADAM, 2011) tende a agrupar-se em dois tipos de unidades textuais subsequentes e mais complexas, os períodos e as sequências (agrupamentos particulares de proposições-enunciado). Os períodos⁵² (textura – N4) são descritos em Adam (2011) como unidades mais frágeis que as sequências e entram diretamente na composição de partes de um plano de texto, não tendo assim estrutura marcada. As sequências (estrutura composicional juntamente com o plano de texto – N5) representam nos textos unidades textuais mais complexas, relativamente autônomas, compostas de macroproposições ou espécies de períodos com propriedades específicas (ou marcadas prototipicamente) de ligação com outras macroproposições.

52 Para a noção de período, ver Adam (2011, p. 207).

As macroproposições que entram na composição de uma sequência dependem de combinações pré-formatadas de proposições. *Narrar, descrever, argumentar e explicar* são atos de discurso não-primitivos, intermediários entre o objetivo primário de uma asserção (ação de discurso), o partilhar de uma crença, por exemplo, e seu objetivo último que pode ser convencer ou provocar o fazer (posição monogerida). De forma complementar às cinco sequências, o *diálogo* é articulado por atos primitivos de força primária por ter uma posição poligerida, ou seja, sem controle de falas em que o discurso pode ser construído em duas direções/vozes.

Em síntese, esse universo de ligações é traçado por Adam (2011) no esquema abaixo, em que o autor organiza de forma descendente o plano de texto, as sequências e/ou períodos, as proposições/enunciados e as palavras. Essas relações mostram que Adam (2011) delimita sua análise no campo da Linguística Textual a dois tipos de operações de textualização: segmentação⁵³ e ligação⁵⁴.

Esquema 4 – Conjunto simplificado das operações de textualização



Fonte: Baseado em Adam (2011, p. 64).

53 A segmentação consiste na observação de cada um dos constituintes do texto (o plano de texto, as sequências e/ou períodos, as proposições/enunciados e as palavras) em separado.

54 As operações de ligação reúnem as unidades em ordem superior de complexidade, visando ao estudo dos elementos que as unem e ao próprio estabelecimento das ligações.

Para chegar aos tipos de sequência, Adam utilizou o esquema de prototipagem de Eleanor Rosch (2004), que também vem sendo utilizado por diferentes autores para conceituação/classificação em diferentes áreas⁵⁵. Em parâmetros semelhantes aos apresentados por Rosch, Adam (1997) estabeleceu, dentro dos diferentes tipos de textos, formas textuais recorrentes, ou seja, formas prototípicas denominadas sequências, sobre as quais propõe uma caracterização segundo os padrões verificados. Dentro das sequências, estariam algumas “formas textuais” que a tradição literária permitiu identificar por apresentarem determinadas regularidades, como a narração, a descrição, a argumentação, a explicação e o diálogo. O nível sequencial dessas formas seria menos elevado dentro da complexidade composicional existente nos textos. As sequências seriam, então, recursos ou ferramentas composicionais dos próprios gêneros.

Os cinco tipos de sequências prototípicas provêm da visualização de movimentos textuais recorrentes e selecionados, gerando protótipos pelo que o autor chama de impregnação cultural por meio das práticas de leitura, escrita e escuta. Tais marcas podem ser admitidas como macroações elementares das capacidades cognitivas humanas de interagir com o meio em dadas situações factuais ou ficcionais, sempre com o intuito de chegar a um objetivo comunicativo ou “ação sociodiscursiva visada” (ADAM, 2011, p. 207).

Ao lidar com as sequências e com o conceito de texto, complementa que o

texto é um traço linguageiro de uma interação social, a materialização semiótica de uma ação sócio-histórica de fala. A narração, a descrição, a argumentação, a explicação e o diálogo são formas que esse comportamento discursivo pode tomar (ADAM, 2019, p. 33).

55 De forma sucinta, as noções de formação de categoria ou protótipos apresentadas pela autora se fixam em alguns conceitos gerais. Segundo Rosch (2004), para cada entidade existem elementos mais ou menos típicos em que sempre podem existir casos limítrofes.

Em resumo, uma categoria é alcançada à medida que se obtém de uma entidade o máximo de informações com o mínimo de esforço e, ao mesmo tempo, estabeleça-se e entenda-se o contexto em que ela se formou em relação ao mundo.

A sequência argumentativa

Descrever a sequência argumentativa é, antes de mais nada, fazer considerações sobre qual a concepção do autor para os termos. Estaríamos falando da argumentação propriamente dita? A resposta a essa questão é não e foi prontamente apresentada por Adam na última edição da obra que foi marco para a teoria das sequências (ADAM, 2019 [2017]). A sequência argumentativa prototípica é parte do que o autor denomina como unidade composicional, e não a argumentação propriamente dita. O esquema 3 explica, em parte, essa distinção realizada pelo autor. Ao falar em sequência argumentativa, o autor está falando em uma forma de composição elementar situada apenas no nível N5 do esquema 3. Em outras palavras, as outras facetas da argumentação, também apresentadas no esquema, fazem parte de outros níveis.

Esta sequência é base para determinados gêneros como os artigos de opinião, os gêneros do discurso político e os presentes em campanhas publicitárias ou qualquer outro gênero em que se pretende gerar adesão a uma ideia. O enunciador busca construir representações reais ou imaginárias, dividir opiniões com um ou vários coenunciadores, provocar adesão à sua opinião ou compartilhar uma tese (CATELÃO, 2013). Para estabelecer essa intenção, a sequência argumentativa tem base na ligação entre características gramaticais, pragmáticas e semânticas com centralidade em três aspectos: os dados ou premissas, as inferências ou princípios de apoio e as conclusões. Assim, muito do que é estabelecido nos limites da argumentatividade

ou da intenção de argumentar não pode ser observado apenas em um espaço textual, por tender a diferentes campos de análise, como apresentado no parágrafo anterior. Por ora, centrando-se nos aspectos textuais/discursivos, selecionaram-se os exemplos 1 e 2 como forma de ilustrar parte das potencialidades das proposições/enunciados argumentativos (tradução nossa).

(1) “Les hommes aiment les femmes qui ont les mains douces”.

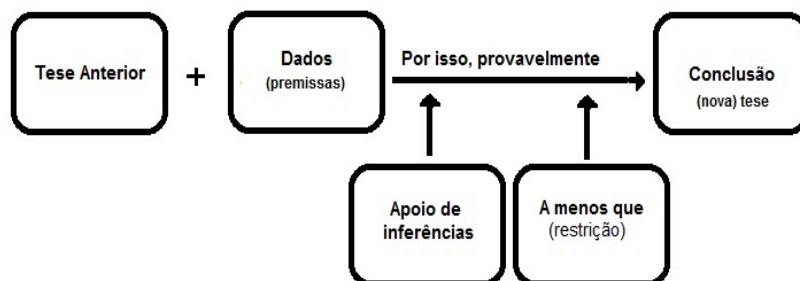
(2) “La marquise a les mains douces, mais je ne l’aime pas”⁵⁶.

No exemplo trabalha-se basicamente com aspectos argumentativos internos a essas proposições-enunciados, onde aparece uma contradição entre a conclusão/afirmação presente na premissa de (1) e a afirmação presente em (2). Segundo Adam (1997), a premissa estabelecida em “os homens apreciam as mulheres que têm mãos suaves” leva à conclusão de que toda mulher que tem mãos suaves é apreciada pelos homens. Sendo assim, a proposição “a marquesa tem as mãos suaves” levaria, de certa forma, a uma conclusão semelhante em (2), ou seja, “mãos suaves, portanto, apreço dos homens”. Este aspecto marca a existência de um princípio ou regra geral de inferência, quebrado pelo emprego de uma marca de restrição com conectivo adversativo “mas” presente em (2) e que traz um dado que não se encaixa na regra geral proposta em (1), “mas eu não a amo”. Isso, dito de outra forma, tem, na tese “mãos suaves, portanto, apreço dos homens”, uma não concretização por uma particularidade específica. Para Adam (1997), trata-se de um refinamento das inferências que o levam a concluir que pode existir certo número de justificativas que apoiam uma tese, mas também outras que expressam contradição, justificada ou não. Assim, uma dada premissa leva a determinada conclusão, que é aceita como verdade, caso não haja um fato que a refute, ou seja, uma *restrição*.

56 Os homens apreciam as mulheres que têm as mãos suaves. A marquesa tem as mãos suaves, mas eu não a amo (versão livre).

Em um esquema prototípico para a sequência argumentativa, salientam-se outras propriedades das proposições/enunciados argumentativos. Pode-se, por exemplo, complementar o quadro argumentativo com o princípio dialógico da manutenção, que implica certa relação entre uma proposição argumentativa e outra. Replica-se esse esquema abaixo com base em Adam (2011), salientando-se que não houve alteração significativa na obra de 2019 [2017].

Esquema 5 – Esquema prototípico para a sequência argumentativa

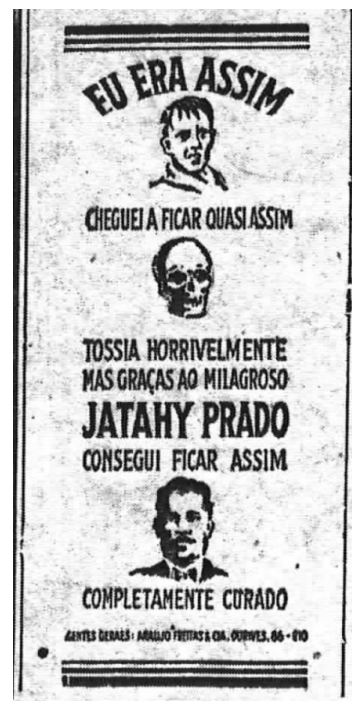


Fonte: Baseado em Adam (2011, p. 233).

O esquema assim se estende a outras teses que mantêm relação com a nova tese, ideia ou posicionamento defendido, produzidas ou motivadas pelas inferências com base nos dados que são expressos junto à proposição. Adam (2004) afirma que seu esquema não está estruturado em uma ordem linear obrigatória; a nova tese, por exemplo, pode ser formulada no início e retomada por uma conclusão que a duplica ao fim da sequência. Segundo Adam (2019), o esquema também comporta os níveis justificativo e dialógico ou contra-argumentativo de argumentação. No justificativo, o interlocutor é pouco levado em conta, e a estratégia abrange a exposição dos conhecimentos. No dialógico, “a argumentação é negociada com um contra-argumentador (auditório) real ou potencial. A estratégia argumentativa visa a uma transformação dos conhecimentos” (ADAM, 2011, p. 234).

Esse mesmo esquema pode se estender em alguns casos a certos gêneros e subgêneros do discurso em que se observa a dominância sequencial argumentativa no próprio plano de texto, ou seja, a sequência argumentativa prototípica expressa acima dá conta estruturalmente de toda expressão textual, principalmente em textos curtos, como é o caso, mais especificamente, de anúncios e de campanhas publicitárias. Como maneira de exemplificação, toma-se a publicidade a seguir, imagem 1. Apesar de Adam (2019) não trazer nenhum texto multimodal em suas análises, emprega-se essa publicidade com a utilização dos princípios de inferência apresentados pelo autor e com base no modelo de aplicação da sequencialidade apresentado por Catelão (2013).

Imagem 1 – Publicidade Jatahy Prado de 1931



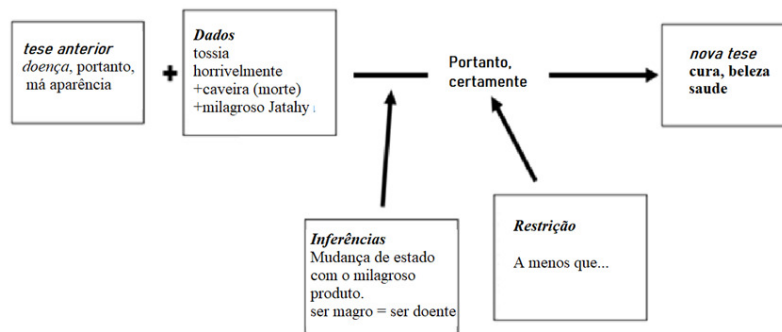
Fonte: A Noite, 7 de dezembro de 1931.

A publicidade apresentada no folhetim *A Noite*, em 7 de dezembro de 1931, apesar de seus traços descritivos (construção de uma representação – função descritivo-referencial da língua) e ligação multissemiótica, permite a elaboração de um esquema de sequencialidade argumentativa pelo regime de inferências e avaliação próprios aos limites retóricos/discursivos. Contudo, limitando à análise composicional, nos limites de N5 (esquema 3), pode-se direcionar à tese “Jatahy Prado” (xarope), por isso, certamente, cura/beleza/saúde. A tese anterior viria da inferência: *doença*, portanto, má aparência com referência na imagem à magreza na primeira caricatura masculina, à caveira – morte, na segunda caricatura, mas barrada pelo advérbio “quasi”.

É interessante perceber também que o adversativo “mas” cria a inferência para mudança de estado com o dado que a substância seria “milagrosa”. As marcas temporais contribuem para essas inferências e geram a tese “Jatahy, portanto, cura”, ou seja, a existência do dado “tossia horivelmente”, uma possível doença, a aproximação à morte com o dado multimodal da caveira, somada ao dado que o produto seria “milagroso” levaria certamente a supor essa conclusão.

Usando o modelo de Catelão (2013), pode-se chegar ao seguinte esquema:

Esquema 6 – Esquema dominância argumentativa Jatahy



Fonte: Elaborado pelos autores.

Baseando-se nessa utilização sequencial, é possível supor que um determinado discurso que começa pela apresentação de dados ou de estado anterior pode gerar expectativa ou ser mais contundente a determinado coenunciador. Um discurso que começa com a conclusão pode tender a ser mais persuasivo do ponto de vista argumentativo a outro tipo de coenunciador. Sobre isso, Adam e Bonhomme (2010) alegam que é possível que a argumentação possa, então, ser abordada em relação ao discurso e à interação social em um nível pragmático/textual, tornando-a uma forma de composição textual elementar cujas principais funções são agir sobre as opiniões do interlocutor e dar credibilidade ao enunciado. Nesse caso, observa-se a existência de relações entre argumentos/conclusão e dados/conclusão relativas ao esquema argumentativo apresentado e situado no nível de organização sequencial da textualidade.

A sequência narrativa

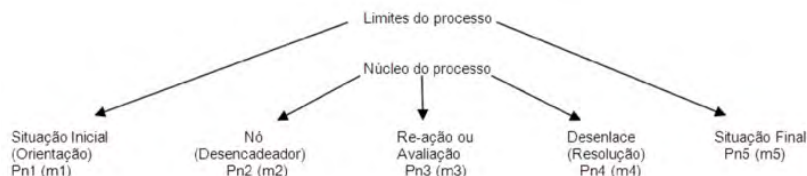
Sobre o percurso histórico da narrativa, Wachowicz (2010) infere:

(...) há mais de dois mil anos percebemos a construção e a perpetuação de estruturas que passam a ser reconhecidas e empregadas pelos indivíduos, e mais profundamente sedimentada pela tradição histórica oral e letrada. A narrativa existe há muito tempo: já no que se registrou de Homero e dos textos clássicos" (WACHOWICZ, 2010, p. 56).

Dados históricos comprovam que a narração e os estudos sobre narrativa não são recentes, mas que especificações devem ser consideradas para a explicação prototípica da sequência narrativa? A sequência narrativa, grosso modo, pode ser caracterizada como a exposição de fatos reais ou imaginários. Esses "fatos" podem aparecer a partir de duas realidades distintas: os eventos e as ações. A ação se evidencia pelo agente apresentado (ator humano ou antropomórfico) – que provoca ou tenta evitar uma mudança. Já o evento, acontece sem que haja intervenção intencional de um agente (ADAM, 2008).

Baseado em Adam (2001), algumas condições características dos textos narrativos são: *a sucessão de eventos* (acontecimentos diversos sucessivos no tempo, ordem temporal entre os acontecimentos), *a unidade temática* (deve-se ter um sujeito agente, a ação narrada deve ter unidade/coerência), *os predicados transformados* (transformação de características dos personagens, por exemplo, no desenrolar dos fatos), *o processo* (o desenrolar: início, meio e fim), *a causa da narrativa* (intriga) e *a avaliação final* (moral final, juízo de valor). Os critérios que caracterizam a sequência narrativa são facilmente recuperados (porque já conhecidos e previstos) quando se pensa na constituição de uma fábula, por exemplo. Segue abaixo a composição prototípica da sequência narrativa, segundo Adam (2011):

Esquema 7 – A sequência narrativa



Fonte: Adam (2011, p. 225).

Observa-se, no esquema, a forma prototípica como a sequência narrativa se organiza. Cada um dos pontos, tanto constituintes do limite do processo quanto do núcleo do processo, representam macroproposições que constituem e caracterizam a sequência. Inicia-se com a apresentação de uma situação inicial, que orienta a narrativa, a qual integra informações sobre os fatos, contextualizando, muitas vezes, o leitor sobre o tema do texto. No prosseguimento, há uma sequência de fatos (nó – situação desencadeadora, reação ou avaliação e desenlace), macroproposições que trazem a complicação e o desenvolvimento da narrativa. Por fim, o texto é marcado pela situação final, em que se tem a resolução. Na narrativa, é comum aparecer, no final, a moral da história ou juízos de valor. Exemplos de gêneros constituídos por esse tipo de sequência são: a fábula, o conto, o romance, a novela, entre outros.

A sequência narrativa está organizada basicamente em dois processos: um que delimita (o início e o fim), e outro que diz respeito ao desenvolvimento da história, à apresentação dos fatos, à ação propriamente (o núcleo do processo).

Adam (2011) propõe duas metodologias de análise da sequência narrativa: análise no sentido amplo e análise no sentido distribucional. O sentido amplo, segundo Adam (2011), contempla as fases da sequência narrativa no texto, possibilitando a identificação de cada uma das macroproposições sugeridas pelo autor. Em outras palavras,

tal análise representa a observação do início, do desenvolvimento e do final. O sentido distribucional possibilita olharmos para o texto de forma ainda mais detalhada e encontrarmos, dentro dos limites do discurso, *n* complicações e resoluções, ou seja, há um detalhamento, uma decomposição maior das partes que o compõem.

Independentemente da sequência textual, é importante destacar que há fatores de ordem cognitiva, intuitiva e discursiva que auxiliam no reconhecimento e na composição da sequência. O caráter “pré-formatado” das sequências justifica a influência de todos esses fatores no estudo e domínio das sequências. No caso particular da produção e interpretação de textos prototípicos narrativos, pode-se dizer que há certa familiaridade com a estrutura desse tipo de sequência, o que a torna acessível.

Elementos linguísticos que podem contribuir para a caracterização da sequência estão relacionados àqueles que garantem as condições/ os critérios que qualificam a sequência narrativa: sucessão de eventos, unidade temática, processo, entre outros. Wachowicz (2010) apresenta alguns desses aspectos, os quais são aqui resumidamente replicados: flexões de passado imperfeito, flexão de passado perfeito, advérbios de tempo, frequência, quantificação determinada e indeterminada de substantivos.

Imagem 2 – Texto de Joseph Shafan

Joseph Shafan

O Rei dos Macacos e Dois Homens



Tendo perdido o caminho, dois companheiros que caminhavam, depois de terem andado muito, chegaram à terra dos Macacos. Foram, então, levados ante o rei, que vendo-os disse: - Em vossa terra, e dos lugares de onde vindes, o que dizem de mim e de meu reino? Um dos homens respondeu: - Dizem que sois um rei grandioso, de gente sábia e culta. O outro, que gostava da verdade, respondeu: - Toda vossa gente são macacos, portanto irracionais e, sendo assim, vós que sois o rei também é um macaco. Ouvindo isso, o rei mandou que o matassem e, ao primeiro, ordenou que o tratassem muito bem.

≡ ≡

8

Fonte: As Fábulas de Esopo, adaptação de Joseph Shafan.

O texto acima é ilustrativo da estrutura composicional de uma sequência narrativa. Pode-se observar a presença das seguintes macroproposições: *situação inicial* (no trecho – “Tendo perdido o

caminho, dois companheiros que caminhavam, chegaram à Terra dos Macacos”); *nó* (no trecho: “Foram então levados ante o rei” que perguntou: “Em vossa terra, e dos lugares de onde vindes, o que dizem de mim e de meu reino?”); *re-ação* ou *avaliação* (no fragmento: “Um dos homens respondeu: – Dizem que sois um rei grandioso, de gente sábia e culta”. “O outro, que gostava da verdade, respondeu: – “Toda vossa gente são macacos, portanto irracionais e, sendo assim, vós que sois um rei também é um macaco”); *desenlace* e *situação final*, que, neste texto, coincidem (“Ouvindo isso, o rei mandou que o matassem e, ao primeiro, ordenou que o tratassem muito bem”). Observa-se que a fábula apresenta todos os elementos (lê-se macroproposições) característicos da estrutura da sequência narrativa.

Além dessas etapas, podem-se destacar também os elementos linguísticos sinalizados por Wachowicz (2010), como, por exemplo, o pretérito imperfeito (“que *caminhavam*”); pretérito perfeito (“*Foram*, então, levados ante o rei”, “Um dos homens *respondeu*: [...]”). Há advérbios de lugar, quantificação de substantivos (no próprio título: “O rei dos Macacos e *dois* homens”). Esses são alguns dos aspectos que, somados às macroproposições, auxiliam a constituição da sequência textual narrativa. O texto analisado ilustra a sequência textual narrativa.

A sequência descritiva

Diferentemente da sequência narrativa, a sequência descritiva não se caracteriza prioritariamente pela ordenação de fatos no tempo nem pelo envolvimento de personagens e ações realizadas por personagens. Pode-se afirmar que a sequência descritiva exibe uma natureza diferente das demais sequências: seu conteúdo temático e o que se diz sobre ele não são entidades tão concretas quanto os verificados na sequência narrativa ou argumentativa, por exemplo. A sequência descritiva focaliza a descrição/caracterização de objetos ou

peças, de modo subjetivo ou objetivo, com ausência de ações. Em sua qualificação, observa-se o predomínio de formas nominais e de adjetivos (ADAM, 2008).

Para alguns autores, como Bronckart (2003), a sequência descritiva não é considerada uma sequência como as demais, porque, para este autor, a sequência descritiva se caracteriza por se constituir junto com outras sequências, ou seja, a sequência descritiva pode aparecer como parte da sequência argumentativa ou explicativa, por exemplo. Adam (2011) afirma que a sequência descritiva tem objetivos e características bastante precisos. Sobre esse tipo de sequência, Bonini (2005) afirma: “Dificilmente será predominante em um texto. Sua ocorrência mais característica é como parte da sequência narrativa” (BONINI, 2005, p. 222).

Para um entendimento da sequência descritiva e dos textos que podem ser constituídos por este tipo de sequência, menciona-se a seguinte passagem de Wachowicz (2010):

(...) Podemos fazer descrição topográfica (de um lugar ou de uma entidade visível), cronológica (de períodos de tempo, épocas, fases do funcionamento de um evento, como um jogo, por exemplo), pessoal (características, virtudes, hábitos etc. de um personagem real ou fictício), pictórica (acontecimentos, hábitos, fenômenos físicos e ou morais de uma época), representacional (traços e definições envolvidos em conceitos) e tantas opções quantas forem pertinentes à descrição de um tema de natureza concreta ou abstrata (WACHOWICZ, 2010, p.70).

A sequência descritiva, a partir da construção esquemática proposta por Adam (2011), apresenta as seguintes macroproposições: *ancoragem*, *aspectualização*, *relacionamento* e *reformulação*. Considerando Adam (2011), a *ancoragem* nada mais é que a introdução do tema, ou seja, o tópico que será abordado no texto; a *aspectualização* tem relação com a seleção das diferentes partes que serão descritas (seja de uma pessoa, seja de um objeto). Enquanto a *aspectualização*

seleciona as partes (a serem) descritas, o *relacionamento* é a etapa que propõe relacionar (comparar) essas diferentes partes. Na etapa denominada *reformulação*, o tema é retomado considerando o que foi orientado a partir da aspectualização e do relacionamento.

A sequência descritiva está presente em gêneros como autorretrato, classificados, textos publicitários, entre outros. Além disso, ela aparece em gêneros como o romance, o conto, fábulas, na descrição de ambientes e de personagens.

Vejamos o trecho abaixo, em que há o predomínio da sequência descritiva, enquanto parte de um texto de gênero caracterizado com o domínio de sequência narrativa, o romance.

Havia apenas um passageiro, naquele momento, a moça inglesa da qual o condutor falara. Era morena, alta e esguia, talvez uns 28 anos de idade. Havia um quê de eficiência na sua maneira de tomar o desjejum e no modo de pedir mais café ao garçom, o que revelava seu conhecimento de mundo e das viagens. Usava um traje escuro de viagem, feito de tecido eminentemente adequado à atmosfera aquecida do trem. Sem mais o que fazer, Monsieur Poirot distraiu-se estudando-a disfarçadamente.

Ela era – pensou – o tipo de moça que sabe tomar conta de si mesmo com facilidade, esteja onde estiver. Tinha equilíbrio e eficiência. Ele chegou a gostar da regularidade das suas feições e da delicada palidez de sua pele. Apreciou o negro dos cabelos ondulados e os olhos frios, impessoais, cinzentos. [...]

Fonte: CHRISTIE, Agatha. *Assassinato no Expresso Oriente*. Tradução de Archibaldo Figueira. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1986. p. 12.

É possível observar as macroproposições que definem a sequência descritiva no texto acima: *ancoragem*, definida por *a moça inglesa*, que é descrita na continuidade do texto apresentado. Tal descrição se organiza a partir da macroproposição *aspectualização*, em que diferentes “partes” que constituem a personagem são mencionadas: cor da pele (*era morena*), altura (*alta e esguia*), provável

idade (*talvez uns 28 anos de idade*), personalidade (*havia um quê de eficiência em sua maneira de tomar café...*, *o tipo de moça que sabe tomar conta de si. Tinha equilíbrio e eficiência*), vestimenta (*usava um traje escuro de viagem*), fisionomia (*regularidade de suas feições, delicada palidez de sua pele, o negro dos cabelos ondulados*), olhos (*frios, impessoais, cinzentos*). Todas essas descrições aparecem no texto para a construção da personagem. Quando é mencionado “o que revelava seu conhecimento de mundo e das viagens”, observa-se a macroproposição *relacionamento*, em que as descrições são postas como um conjunto de elementos que definem a personagem.

No exemplo, observamos a construção da sequência descritiva, como parte da sequência narrativa, como já previsto por Bonini (2005).

Uma última particularidade bastante pertinente no quadro da sequência descritiva se dá em torno da discussão entre o entendimento do texto procedural e da descrição de ações. Adam (2011) afirma que, em publicações anteriores, já considerou gêneros como receita de cozinha, regras e regulamentos, guia de itinerários como representantes de um tipo específico de sequência, mas nos últimos anos o autor tem se dedicado à explicação da noção de injunção e incitação à ação. Sobre esta problemática, discutir-se-á de forma mais detalhada na última seção deste trabalho.

A sequência explicativa

Na vida cotidiana, a sequência explicativa aparece quando justificamos um fato, quando explicamos uma situação. Diferentemente da sequência argumentativa, na explicação, não se tem o propósito de modificar uma crença, mas sim transformar um entendimento. Presente em gêneros como artigos científicos, atestados entre outros, esse tipo de sequência geralmente responde às questões: Como? e Por quê?

Segundo Adam (2011), a caracterização da sequência explicativa é previsível. A sequência explicativa geralmente aparece como parte constitutiva da sequência descritiva e argumentativa.

O texto constituído de sequência explicativa caracteriza-se por apresentar uma macroestrutura composta geralmente por quatro partes:

1. *A esquematização inicial*, que se trata de uma afirmação aceita pelo enunciador e pelos coenunciadores, normalmente se caracteriza por algo não-polêmico, uma vez que a intenção do produtor do texto não é o convencimento, e sim chamar a atenção para uma informação;
2. *O problema*, que se refere à formulação de uma questão a partir da esquematização inicial, é assinalado normalmente por questionamentos como: “*por quê?*” ou pelo “*como?*”;
3. *A explicação*, que corresponde à resposta dada ao problema, pode, às vezes, assumir a forma de sequência narrativa ou descritiva;
4. *A conclusão/avaliação* funciona como encerramento da sequência e consequência das partes anteriores.

A sequência dialogal

A sequência dialogal é considerada pela maioria dos estudiosos (incluindo ADAM, 2011) como a mais comum das sequências textuais. Isso se deve pelo fato de que ela está presente em gêneros orais do dia a dia, como a conversa informal e o debate. A sequência dialogal também pode assumir forma escrita e surgir nos contos, nos romances e nas piadas. Para Adam (2019), esse modo de composição é o menos estruturado se comparado aos outros quatro. “A conversa ordinária pode ser, como se diz ‘formal’, bastante ritualizada, porém

a maior parte do tempo predomina uma impressão de desordem e de heterogeneidade” (ADAM, 2019, p. 209), chegando alguns autores a recusarem o diálogo em suas tipologias. A principal questão apresentada por Adam (2019) como característica diferencial dessa sequência está no fato de que a sequência dialogal seria poligerida por definição se comparada às outras sequências (monogeridas). Em outras palavras, esta sequência teria em sua base uma dupla enunciação ou intervenção de interlocutores diferentes (construção coparticipativa ou de coconstrução) e assim define:

O diálogo, como forma textual, é apenas a mais evidente manifestação de um mecanismo enunciativo complexo. É necessário distinguir entre sucessão de réplicas e presença de várias vozes (enunciadores) no seio de uma mesma intervenção (monologal) [...]. Podemos, assim, colocar no próprio centro da atividade enunciativa, uma polifonia e um dialogismo constitutivos (ADAM, 2019, p. 211).

Contudo, o autor acaba por defender que, assim como as demais sequências, a dialogal tem sua estruturação característica. O texto dialogal seria então definido como de estrutura hierarquizada de sequências de troca, organizadas segundo Adam (2019, p. 2019) em:

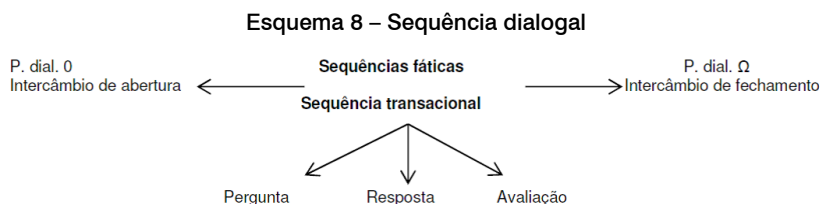
- As sequências fáticas de abertura e término de uma interação;
- As sequências transacionais que constituem o corpo da interação.

A sequência fática se caracteriza pela abertura ou fechamento do diálogo. A sequência transacional constitui, segundo Adam (2011), o corpo da interação, e a sequência fática final sugere o encerramento do diálogo. O que caracteriza essa sequência é o diálogo, sua forma de organização composicional (pergunta e resposta). Na forma escrita, a sequência dialogal se caracteriza pelo uso de sinais de pontuação que caracterizam (e marcam) a interlocução, como as reticências, os pontos de interrogação e exclamação (que imprimem ao diálogo as marcas do autor/produtor) e o travessão (que demarca

a mudança de fala de interlocutor ou a separação entre a voz de quem narra e a do personagem).

O autor afirma que muito dificilmente se encontram, na escrita, sequências dialogais completas. É mais comum as sequências fáticas serem omitidas ou aparecer somente uma das etapas, marcando o início ou o final do diálogo. Também é comum a sequência dialogal encontrar-se subordinada à sequência narrativa, quando aparecer inserida em algum trecho de narrativa, em gêneros como o conto, as fábulas, entre outros.

Adam (2011, p. 250) apresenta que, normalmente, um texto dialogal, completo, apresenta a seguinte estrutura:



Fonte: Adam (2011, p. 250).

Para Adam (2019), as sequências de abertura e fechamento são mais marcadamente estruturadas que as sequências transacionais, e ele prefere defini-las como sequências fáticas. Nesses mesmos limites, a abertura e o final de uma interação variam, em extensão e característica, a depender do discurso em questão. A carta, por exemplo, em razão do distanciamento físico da fonte de interlocução, tem uma organização própria e semelhante às trocas em textos conversacionais. Endereçamento, saudações, marcas espaço-temporais correspondem, segundo o autor, com exatidão às sequências fáticas; e o corpo da carta, às sequências transacionais; a única diferença estaria em seu caráter monogerido.

O texto seguinte mostra como a forma epistolar se torna um exemplo interessante de exploração da sequência dialogal.

ABERTURA

[1]Rio 17 de Janeiro de 1909

[2]Illm. Snr. Delegado de Polícia [ENDEREÇAMENTO DIRETO]

EXÓRDIO

[3]Para evitar não só maximos trabalhos para si, como também que recahiam suspeitas em quem quer que seja, CORPO DA CARTA declaro-lhe que sou eu o único responsável por tal acontecimento.

[4]Não procure saber o motivo.

PERORAÇÃO

[5]Só peço comunicação este facto ao meu irmão Juvenal de Almeida, em São Paulo, Rua das Palmeiras nº. 6.

FECHAMENTO

[6]Grato por este obséquio, subscrevo-me [CLÁUSULA DE FECHO]

[7]J.A B. [ASSINATURA] ⁵⁷

Como apresentado, apesar de monogerido, o gênero epistolar é muito próximo dos textos dialogal-conversacionais. No exemplo, a abertura e o fechamento estariam para as sequências fáticas, e o corpo da interação do exórdio até a peroração para as sequências transacionais, retomando, dessa forma, o plano de texto do oral. A carta teria, então, uma dominância, mesmo com a ausência de réplica, dialogada e, em seu corpo, sequências mais ou menos desenvolvidas de marcas descritivas, argumentativas, narrativas e explicativas e/ ou de possibilidades composições variadas segundo o propósito comunicativo do enunciador (CATELÃO, 2013).

⁵⁷ Fonte do documento: Catelão (2013, p. 209).

A injunção: uma sequência?

Adam (2019 [2017]) afirma que no passado ele próprio chegou a considerar receita de cozinha, horóscopo, etc., como tipos textuais. Contudo, na obra de 1992, abandonou essa ideia e passou a insistir na força que a descrição exercia sobre seus planos de texto, como: descrição-lista para os ingredientes de uma receita, por exemplo.

Para ele, textos instrucionais como receitas de culinária, guias de TV, manuais de instrução, horóscopo, por mais que tenham regularidades microlinguísticas, apresentam essas regularidades em um patamar genérico de análise. Sobre esse assunto, o autor afirma, antes de chegar a essa conclusão, que sobre a injunção muitas questões podem ser colocadas, como: as regularidades microlinguísticas são suficientes para constituir um tipo de texto? Ou, se há regularidades, elas são comparáveis às observadas nas outras sequências? Adam (2017) conclui, então, que os textos que entram nesta vasta e confusa categoria são resolutamente factuais e objetivam uma finalidade prática. Para ele, mesmo o horóscopo, que se relaciona mais ao conselho do que a uma programação, apresenta esse fim.

Em suma, os injuntivos são definidos como textos cuja finalidade é facilitar ou mesmo guiar uma tarefa ou ação dos sujeitos. Ações essas que são linguisticamente materializadas por predicativos acionais como proibições diretas (é proibido fumar), ações no infinitivo, no imperativo, futuro ou presente. Em função disso, os textos dessa classe comportam também muitos organizadores e advérbios temporais assim como locativos. Por outro lado, há baixa argumentatividade, ou seja, poucos conectores argumentativos e poucos concessivos. Além disso, a cadeia de atos discursivos é bem variada e dependente dos gêneros. A injunção-recomendação pode ser muito fraca para quase todos os gêneros ditos “reguladores” como os regimentos; muito elevada para

os horóscopos; mas média para os gêneros procedurais, como as receitas, os guias, formulários de montagem. Para Adam (2017),

si le sujet de l'énonciation est souvent effacé, en revanche, la place du destinataire est posée, mais reste vacante, sous la forme d'un simple pronom personnel de deuxième personne la plupart du temps; elle est destinée à être occupée par le lecteur lui-même, appelé à devenir sujet-agent (ADAM, 2017, p. 262)⁵⁸.

Demarcamos ainda, com base nas considerações do autor, que o aspecto enunciativo mais marcante desses gêneros (não sequências) está no lugar do destinatário permanecer livre, em atenção ao imperativo, apagado no emprego do infinitivo e com ação atenta a um tempo e um sujeito particular, o que o autor chama de “atualização”. Trata-se de um tipo de ação mobilizada por aspectos sociais dos próprios gêneros discursivos, ou seja, a ação é determinada diretamente por dados da interação sociodiscursiva. Daí o autor considerar essas formas discursivas como gêneros, pois se revelam como “esferas de atividade humana” (BAKHTIN, 1984⁵⁹, *apud* ADAM, 2017, p. 263) que em seu desenvolvimento vão se diferenciando, tornando-se mais complexas e se multiplicando, a exemplo das receitas de cozinha e guias de turismo, que evoluíram paralelamente ao turismo de massa e ao jornalismo.

Nesse sentido, para Adam (2019 [2017]), estamos, quando falamos de textos injuntivos, tratando não de uma classe sequencial, mas de *discursos de incitação à ação* ou até mesmo de *gêneros de conselho* (quando houver valor ilocucionário diretivo). O termo, também empregado, discursos procedurais, é para o autor um pouco vago, pois equivaleria a dar ênfase a um *fazer* e não em sua orientação. Assim, as formas mais frequentes para esses gêneros estariam em uma mistura

58 “Se o tema da enunciação é muitas vezes apagado, por outro lado, o lugar do destinatário é colocado, mas permanece vago, sob a forma de um mero pronome pessoal de segunda pessoa na maioria das vezes; destina-se a ser ocupado pelo próprio leitor, chamado a tornar-se sujeito-agente” (ADAM, 2017, p. 262, tradução nossa).

59 BAKHTIN, M. *Esthétique de la création Verbale*. Paris: Gallimard, 1984.

entre conselhos/recomendações e instruções procedimentais, quase sempre com valor ilocucionário diretivo.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste capítulo era a de apresentar o quadro teórico das sequências textuais e, para isso, foi necessário retomar uma série de outros conceitos (como o de gênero de texto), apresentar o campo teórico em que essa teoria se instala (a ATD), os esquemas de macroproposições e discussões pertinentes para a compreensão da composição textual. Dentre alguns aspectos, destacam-se como principais para a contribuição deste estudo: a) conceito de sequência textual, entendida como elemento composicional dos textos e/ou fazendo parte de um nível de análise textual; b) esquema prototípico das cinco sequências textuais, com alguns exemplos ilustrativos conforme a última edição da obra (ADAM, 2019) e, por fim, c) discussão sobre a injunção, indicando as considerações do autor em não incluí-la como sequência. Tratamentos que acreditamos serem importantes de um ponto de vista introdutório e para compreensão da obra do autor para os estudos na Linguística Textual.

A partir da teoria das sequências (ADAM, 2019, 2017, 2011), observamos que os textos podem ser observados a partir de diferentes níveis e graus de detalhamento, com diferentes objetivos.

Considera-se que esses aspectos são centrais para uma compreensão teórica e reflexiva sobre o estudo das sequências textuais e sobre o estudo do texto de um modo geral. Finaliza-se este estudo apresentando que a contribuição do autor vai além dos limites teóricos, pois sua obra é um marco dos estudos do texto. Graças ao autor, conceitos inovadores como o de sequência, proposições/enunciado, entre outros,

foram incorporados nas mais diferentes metodologias didáticas e/ou práticas escolares com o texto no trabalho que desempenhamos hoje nas instituições de ensino em seus diferentes níveis.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. *A Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, J. M.; HEIDMANN, U.; MAINGUENEAU, D. *Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações*. São Paulo: Cortez, 2010.

ADAM, J. M. *Eléments de linguistique textuelle*. Mardaga: Bruxelles-Liège, 1990.

ADAM, J. M. Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940. In: AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 93-117.

ADAM, J. M. *Les textes: types e prototypes, récit, description, argumentation, explication, et dialogue*. Paris: Nathan, 1997.

ADAM, J. M. *Les textes: types e prototypes, récit, description, argumentation, explication, et dialogue*. Paris: Cursus, 2017.

ADAM, J. M. *Textos: tipos e protótipos*. São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, J. M. Une approche textuelle de l'argumentation: "schéma", séquence et phrase périodique. In: Doury M, Moirand S (eds.) *L'Argumentation aujourd'hui*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2004. p. 77-102.

ADAM, J. M. *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris, Nathan, 1999.

ADAM, J. M.; BONHOMME, M. *L'argumentation publicitaire*. Paris: Armand Colin, 2010.

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2019.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006.

BOLÍVAR, A. A construção dialógica dos padrões textuais. In: DE SOUZA, E. R. F.; PENHABEL, E.; CINTRA, M. R. *Linguística Textual: interfaces e delimitações*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 58-93.

BONINI, Adair. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 208-236.

CATELÃO, E. M. *Revelando motivos: a argumentação de suicidas sob as perspectivas textual/discursiva e retórica*. Curitiba, 2013a. 237 f. Tese (Doutorado em Letras).

MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. Orgs. *Gêneros textuais e ensino*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lucerna , 2005. p. 19-36.

ROSCH, E. Principles of categorization. *In*: ARTS, B.; DENISON, D.; KEIZER, E. *et al.*, *Fuzzy grammar: a reader*. Oxford University Press, 2004. p. 01-25. Disponível em: <http://books.google.com>. Acesso em: 23 jan. 2006.

SILVA, P. N. *Tipologias textuais: como classificar textos e sequências*. Coimbra: Almedina, 2012.

WACHOWICZ, T. C. *Análise linguística nos gêneros textuais*. Curitiba: Ibpex, 2010.

12

Amanda Heiderich Marchon
Rafael Lima de Oliveira
Welton Pereira e Silva

ARGUMENTAÇÃO: DA RETÓRICA À LINGUÍSTICA DO DISCURSO

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.120.394-422

Resumo:

Este capítulo faz considerações acerca de algumas das principais vertentes teóricas que se debruçam sobre a argumentação. Primeiramente, delineamos um rápido percurso histórico do fenômeno argumentativo, desde a retórica aristotélica, passando pela Filosofia do Direito e desembocando nos estudos argumentativos inseridos na Linguística. Em seguida, damos maior enfoque à Teoria Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau, e à Teoria da Argumentação no Discurso, de Ruth Amossy, visando a apresentar seus principais posicionamentos teórico-epistemológicos. Para isso, baseamo-nos principalmente em Aristóteles (2005), Perelman e Tyteca (2005), Ducrot (1987, 1999), Charaudeau (2009, 2010, 2016), Amossy (2000, 2008, 2015, 2016), Plantin (2013) e Fiorin (2015). Esperamos que este trabalho possa contribuir para que a argumentação seja mais efetivamente compreendida por linguistas e não-linguistas, principalmente em uma época política na qual circulam diferentes discursos com pontos de vista antagônicos e polêmicos.

Palavras-chave:

Argumentação; Retórica; Análise do discurso.

INTRODUÇÃO

Pensar a respeito da argumentação é se perguntar até que ponto o homem é capaz de influenciar os demais, em maior ou menor grau, através da língua e do discurso. A arte de convencer e de persuadir, isto é, de levar o ouvinte a concordar com as ideias defendidas pelo sujeito que argumenta é antiga, talvez tão antiga quanto a própria capacidade da linguagem. Não é de se estranhar, portanto, que essa arte, desde muito cedo na história humana, tenha despertado o interesse de filósofos e pensadores, que procuraram elencar as técnicas mais eficazes para o desenvolvimento da argumentação.

Neste capítulo, alinhando-nos a essa tradição que remonta ao período clássico, procuramos apresentar as bases teóricas que fundamentam as noções de argumentação por meio de um breve percurso histórico. De início, apresentamos o lugar da argumentação nos estudos de pensadores clássicos, com destaque para a *Retórica* de Aristóteles. Em seguida, discorremos *en passant* acerca do espaço dessa disciplina no *trivium* medieval para, por fim, desembocarmos no século XX, quando ocorreu o que Plantin (2013) afirma ser a redescoberta da retórica, a partir das ideias apresentadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) em sua *Nova Retórica*.

Já no âmbito da linguística, nomeadamente na Análise do Discurso de linha francesa, nosso percurso culmina com a apresentação de duas importantes linhas teóricas contemporâneas que se debruçam sobre o fenômeno argumentativo, mas agora visto a partir de uma perspectiva discursiva: a Semiologia do Discurso, de Patrick Charaudeau, e a Teoria da Argumentação no Discurso, proposta e desenvolvida por Ruth Amossy.

Por este ser um capítulo teórico, não procederemos à coleta e à análise de um *corpus* específico. Nosso objetivo é o de apresentar

algumas importantes bases teóricas que, embora sejam detentoras de olhares epistemológicos distintos, complementam-se de forma satisfatória, fornecendo subsídio para a análise e a compreensão de diferentes gêneros argumentativos.

DA RETÓRICA CLÁSSICA À LINGUÍSTICA: BREVE HISTÓRICO DA ARGUMENTAÇÃO

A argumentação pode ser entendida como a prática linguístico-discursiva que objetiva alterar o comportamento, o pensamento, a crença ou mesmo alguma emoção do interlocutor. Assim, nas correntes enunciativas e argumentativas mais recentes, que se preocupam com uma abordagem pragmática acerca da língua e do discurso, argumentar consiste em apresentar enunciados capazes de influenciar, em maior ou menor grau, o interlocutor.

Desde tempos remotos, o homem percebeu que seu discurso apresentava o poder de transformar a realidade. Em diversas mitologias e religiões, são encontrados relatos acerca da característica quase mágica da linguagem, como exemplo a Criação, descrita no livro do Gênesis, que narra a forma como o deus judaico-cristão, simplesmente verbalizando, trazia, *ex nihilo*, tudo à existência. Não surpreende, portanto, que, desde cedo na história humana, os pensadores mais atentos à realidade circundante tenham percebido o poder das palavras, procurando, inclusive, analisá-las de modo filosófico.

Na Antiguidade indiana, por exemplo, Panini já se preocupava com a gramática do Sânscrito, uma língua usada em cerimônias religiosas. No Ocidente, reserva-se à Grécia e a Roma a base dos estudos em gramática e retórica que, embora vistas de maneira separada, preocupavam-se com o objeto “linguagem”. Neste capítulo, entretanto, interessa-nos a segunda dessas artes, a retórica.

De acordo com Ruth Amossy (2000), a disciplina retórica surgiu no século V a.C., sendo proposta pelo siciliano Corax. A noção de retórica como o conjunto de técnicas argumentativas, ainda para Amossy, só foi possível existir dessa forma graças à noção de *democracia*, desenvolvida pelos gregos; afinal, a partir dela, os homens poderiam tomar a palavra e defender suas ideias. Alexandre Júnior (2005) explica o contexto no qual se desenvolveu essa disciplina:

Por volta de 485 a. C., dois tiranos sicilianos, Gélon e Herão, povoaram Siracusa e distribuíram terras pelos mercenários à custa de deportações, transferências de população e expropriações. Quando foram destronados por efeito de uma sublevação democrática, a reposição da ordem levou o povo à instauração de inúmeros processos que mobilizaram grandes júris populares e obrigaram os intervenientes a socorrerem-se das suas faculdades orais de comunicação. Tal necessidade rapidamente inspirou a criação de uma arte que pudesse ser ensinada nas escolas e habilitasse os cidadãos a defenderem as suas causas e a lutarem pelos seus direitos. E foi assim que surgiram os primeiros professores da que mais tarde se viria a chamar retórica (ALEXANDRE JÚNIOR, 2005, p. 19).

Desta feita, quando, no século III a.C., Aristóteles definiu o que entendia por arte retórica, ele afirmou que esta consistiria no conjunto de técnicas que poderiam ser utilizadas pelo orador – o sujeito argumentante – de modo a influenciar as decisões do juiz e do auditório – os interlocutores. É interessante ressaltar que Aristóteles estava preocupado em refletir sobre a retórica efetuada nos três gêneros relacionados à vida na *polis* ateniense, vale saber: o deliberativo, o jurídico e o epidídico. O gênero deliberativo estaria associado à vida política e administrativa levada a cabo pelos cidadãos atenienses, como os discursos efetivados no senado. O gênero jurídico abarcaria as atividades desenvolvidas no âmbito do fórum, diante do juiz, acusando ou defendendo alguém. Por sua vez, o gênero epidídico dizia respeito aos textos laudatórios, utilizados para elogiar.

Sem se focar, entretanto, em apenas um desses gêneros, Aristóteles nos apresenta dois tipos diferentes de prova: as provas técnicas e as provas artísticas, ou retóricas. Assim, para ele, “as provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar” (ARISTÓTELES, 2005, p. 96).

Desse modo, ao se tentar acusar ou defender alguém, por exemplo, seria possível apresentar provas técnicas, como testemunhas ou evidências do crime, a exemplo de um punhal supostamente utilizado no delito. Quando não houvesse provas técnicas, materiais, no entanto, o orador poderia se valer das chamadas provas retóricas, pautadas sobre a argumentação. Advém daí a ideia de que o raciocínio argumentativo fornece provas para embasar determinada tese, concepção que permanece até os dias de hoje.

A primeira prova apresentada por Aristóteles consiste no *logos* (λόγος), vocábulo grego que designa a palavra ou mesmo o conhecimento. A partir de um raciocínio de base lógica, racional, tendo como exemplo prototípico o silogismo clássico do tipo *todo X é Y, Z é X; logo, Z é Y*, seria possível apresentar uma prova cabal para defender ou refutar determinada tese.

Além do uso da palavra e da razão, ou seja, do próprio discurso, Aristóteles apresenta ainda a prova retórica do *ethos*. Em grego, *ethos* (ἦθος) designa algo como o caráter do orador. Observa-se, portanto, o grande valor que a sociedade ateniense dava à ascendência de um homem, pois, se o orador fosse de uma linhagem importante, apresentando uma vida idônea, ele, supostamente, seria mais digno de fé. Assim, o caráter do orador seria uma condição favorável ou desfavorável para que seus argumentos fossem mais ou menos credíveis.

Por fim, Aristóteles reserva grande parte de sua Retórica para o tratamento da terceira prova artística apresentada por ele: o *pathos* (πάθος). Designando paixão, sentimento, emoção, o *pathos* corresponderia à capacidade que alguns argumentos do orador apresentariam de levar o juiz e o auditório a experienciar determinadas emoções. De acordo com o próprio Aristóteles (2005): “persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio” (ARISTÓTELES, 2005, p. 97).

Pelo fato de os juízos serem alterados a depender do estado de espírito do juiz ou do auditório, o uso de argumentos que objetivassem o despertar de emoções foi considerado uma falácia argumentativa por aqueles que não concordavam com o pensamento aristotélico. Isto é, se a retórica era a arte de convencer o destinatário por meio de raciocínios objetivos e limpos, na medida em que as emoções alterariam os juízos, elas obscureceriam a razão, tornando-se inimigas do raciocínio e do pensamento.

Esse ponto de vista permaneceu durante toda a Idade Média, já que a retórica era parte importante dos ensinamentos nas Universidades, compondo o *Trivium*, juntamente à gramática e à lógica, sendo essas as três artes liberais. Entretanto, gradativamente, o currículo universitário, que antes relegava um importante espaço à retórica, passou a relacionar a Lógica à Matemática, distanciando-a da argumentação.

No século XVIII, com René Descartes, talvez o mais proeminente filósofo positivista, esse pensamento chegou ao seu ápice. O movimento Positivista, procurando agir contra o poderio das crenças e da religiosidade que reinou durante praticamente toda a Idade Média, pregava a primazia da razão, relacionada ao espírito (*res cogitans*), sobre as emoções, que fariam parte do corpo físico (*res extensa*).

Houve, portanto, uma ruptura entre a razão, como a faculdade inerente ao homem, e a emoção, como a parte animalesca, primitiva e, portanto, inferior. Se, desde a Retórica Clássica, os argumentos que se pautavam sobre as emoções eram tidos como falaciosos, com Descartes, eles foram remetidos a um lugar ainda mais inferior, próximo ao irracional.

No século XIX, de acordo com Plantin (2013), “a ‘retórica’ foi violentamente criticada como disciplina não científica e eliminada do currículo da universidade republicana, à época em seus primeiros anos” (PLANTIN, 2013, p. 13). Percebemos, portanto, um declínio no prestígio da retórica enquanto disciplina digna dos bancos universitários. Entretanto, após esse período de obscurecimento, ainda nas palavras de Plantin (2013), a retórica voltou à cena, nomeadamente, a partir da publicação do *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*.

Publicada pelos filósofos do direito Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca no período pós-Guerra, o *Tratado da Argumentação* reúne uma verdadeira taxonomia de variadas técnicas argumentativas que, supostamente, poderiam ser utilizadas em qualquer situação de comunicação, desde uma conversa familiar até o ambiente jurídico. Além disso, a obra situa a argumentação no âmbito de uma racionalidade negociada à medida que a noção de acordo prévio é o ponto de partida para o desenvolvimento da argumentação. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), “do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 73). No *Tratado*, que consiste em um reavivamento dos estudos retóricos no Ocidente, a retórica é definida como a arte de:

[...] provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação pretendida ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno (PERELMAN; OLBRECHETS-TYTECA, 2005, p. 50).

Nesta ocasião, retórica e argumentação apresentam sentidos muito próximos, sendo entendidas como as técnicas elencadas pelo sujeito argumentante de modo a fazer com que o interlocutor, chamado de auditório por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), aceite as teses levantadas e defendidas pelo sujeito que argumenta.

Como pode ser notado, desde Aristóteles até Perelman e Olbrechts-Tyteca, passando por Descartes e até por Toulmin – pensador do fenômeno argumentativo sob um ponto de vista lógico e não retórico –, a argumentação foi tratada no âmbito da filosofia. No que concerne aos estudos linguísticos, foi apenas com a Semântica Argumentativa, do linguista Oswald Ducrot, que a argumentação passou a ser um objeto de estudo e uma preocupação dos cientistas da linguagem.

Para Ducrot (1987), ao contrário do que postulava a tradição retórica, a argumentação estaria inscrita na própria língua. Na versão *standard* de sua teoria, que ficou conhecida como a Teoria da Argumentação na Língua, o sistema linguístico forneceria as ferramentas necessárias para que o locutor orientasse o interlocutor a determinadas conclusões. A essas marcas linguísticas, Oswald Ducrot chama de *operadores argumentativos*, podendo ser classificados como preposições, conjunções, advérbios e palavras denotativas, já que a Nomenclatura Gramatical Brasileira não as insere em nenhuma das dez classes gramaticais.

O estudo concernente aos operadores argumentativos é considerado como a primeira fase da Teoria da Argumentação na Língua, a fase *standard*. Assim, por exemplo, ao nos depararmos com um enunciado do tipo “ela é mulher, mas dirige bem”, notamos que, do ponto de vista do sujeito argumentante, o fato de a pessoa de quem se fala dirigir bem é mais importante do que o fato de ela ser mulher. De acordo com Koch (2015), o operador argumentativo “mas” contrapõe argumentos orientados para conclusões contrárias.

Com isso, entende-se que, ao ser produzido com recurso ao operador argumentativo “mas”, o enunciado “ela é mulher, mas dirige bem” orienta o interlocutor a determinada conclusão, que só pode ser contrária à ideia defendida no primeiro argumento. Logo, se o argumento “ela é mulher”, apoiado em *topoi* machistas, leva à conclusão de que “logo, ela não dirige bem”, ao ser introduzido o operador argumentativo “mas”, o interlocutor é conduzido à conclusão contrária: ela é mulher, mas [apesar do que preconiza a *doxa*⁶⁰ machista] dirige bem. Desta feita, para Ducrot, estava comprovado que o próprio sistema linguístico forneceria as ferramentas adequadas para uma argumentação eficaz.

Na segunda fase, entretanto, postula-se que, para que uma asserção leve a uma dada conclusão, é necessário que haja um princípio norteador que relacione um argumento a uma conclusão. Assim, voltando ao exemplo anteriormente apresentado, se alguém diz “ela é mulher, mas dirige bem”, o que faz com que o argumento “ela é mulher” conduza à conclusão “ela não dirige bem”, contraposta pelo operador argumentativo “mas”, é um *topos*, um lugar comum discursivo compartilhado pelos membros machistas de uma mesma comunidade de fala que afirma que as mulheres não dirigem bem.

A noção de *topoi* argumentativos é oriunda dos estudos de Aristóteles, que teorizou acerca da *doxa*, dos valores compartilhados e tomados como verdadeiros pelos membros de uma dada comunidade. Em teorias mais recentes, tais valores são tratados como relacionados a estereótipos, preconceitos, ideologias e imaginários sociodiscursivos diversos.

Por fim, em uma terceira fase da Teoria da Argumentação na Língua, conhecida como Teoria dos Blocos Semânticos e desenvolvida

60 A palavra *doxa* é modelada em uma palavra do grego antigo, a qual se refere à *opinião*, à *reputação*, ao que é dito sobre coisas ou pessoas. A *doxa* corresponde ao *senso comum*, isto é, a um conjunto de representações socialmente predominantes, difusas, por vezes contraditórias, cuja verdade é incerta, considerada mais frequentemente na formulação de linguagem comum (PLANTIN, 2016, p. 221-222).

em parceria com Carel, entretanto, Ducrot reelabora seus pensamentos, abandonando a noção de *topos* como a garantia do encadeamento argumentativo. Agora, a argumentação não se alicerça mais na passagem do argumento à conclusão, mas o argumento influencia a conclusão e vice-versa, constituindo uma unidade de sentido, o bloco semântico: entidade semântica subjacente a encadeamentos argumentativos (BARBISAN *et al.*, 2010).

Essa terceira fase da teoria ainda continua sendo reelaborada e sofrendo muita crítica por parte dos linguistas, principalmente os que se filiam à Pragmática e à Análise do Discurso. Ao voltar seu olhar novamente para o sistema linguístico, deixando de lado o que ele chama de *componente retórico*, Ducrot não admite mais que haveria questões culturais, sociais e cognitivas envolvidas no fenômeno argumentativo.

Como veremos nas próximas seções, tanto a Teoria Semiolinguística do Discurso, proposta por Patrick Charaudeau, quanto a Teoria da Argumentação no Discurso, proposta por Ruth Amossy, compreendem, ao contrário de Ducrot e Carel, que a argumentação não pode depender unicamente dos recursos linguísticos para que seja efetivada de forma adequada. Assim, é entendido que questões de natureza discursiva, como a situação de comunicação, o período histórico e as identidades dos sujeitos devem ser levados em conta para que a prática argumentativa cumpra seus objetivos: influenciar o interlocutor, podendo alterar sua forma de agir, pensar, crer ou até sentir.

SEMIOLINGUÍSTICA: O MODO ARGUMENTATIVO DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

A Semiolinguística do Discurso, teoria desenvolvida pelo francês Patrick Charaudeau por volta da década de 80, insere o discurso em uma

problemática que procura relacionar, em uma perspectiva linguística, questionamentos que tratam do fenômeno da linguagem – sendo uns mais externos (lógica das ações e influência social), outros mais internos (construção de sentido e do texto) –, que se realiza por meio da interação entre os sujeitos participantes do evento comunicativo.

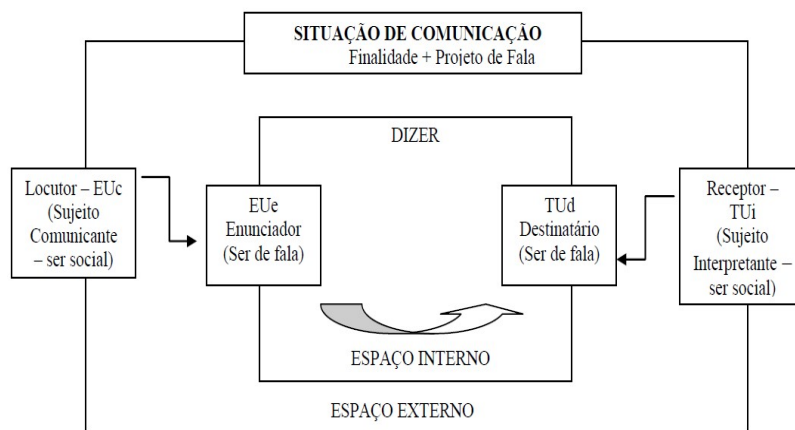
Para explicar os pressupostos norteadores da Semiologia, Charaudeau (2009) se vale do próprio nome dessa teoria e separa a partícula 'sémio' da palavra 'linguística'. A primeira parte vem do grego *semeiosis*, que aponta o fato de que a construção do sentido e sua configuração se constroem por meio de uma relação forma-sentido. A segunda parte, 'linguística', significa, para o autor, o material linguageiro da comunicação que impõe significação ao mundo – esse material linguageiro, simultaneamente, representa e é parte da realidade.

Alicerçada nos preceitos bakhtinianos de *dialogia* e *alteridade*, a Teoria Semiologia apreende a linguagem como algo indissociável de seu contexto sócio-histórico. Nele, a linguagem emerge para satisfazer certas intenções vindas dos sujeitos em interação e para produzir efeitos por meio de seu uso. Essa forma de tratar a linguagem caracteriza-se por uma conduta de elucidação responsável por revelar a maneira pela qual as formas da língua são organizadas para atender a determinadas demandas que vêm de circunstâncias particulares em que se realiza o discurso.

Segundo Charaudeau (2009), todo ato comunicativo é o resultado de operações linguístico-discursivas realizadas por instâncias subjetivas, a partir de situações bem definidas. Esse modelo busca articular o discurso com uma rede interdisciplinar de acontecimentos textuais e sociais, realizado por duas atividades complementares: a da *produção* e a da *interpretação*, regidas por espaços de estratégias e restrições. Ambas se processam em uma *mise-en-scène* discursiva de que participam entidades subjetivas: o *Eu Comunicante (EUc)*, o *Eu Enunciador (EUe)*, o *Tu Interpretante (TUi)* e o *Tu Destinatário (TUD)*.

O primeiro, sujeito responsável pela produção, tem uma intenção e um projeto de fala, quando se engaja numa interação com outro protagonista, o *Tu Interpretante*. Ambos, seres sociais, atuam no circuito externo da linguagem, lugar das condições de *produção* e de *interpretação*, da ação, ou do *fazer* do discurso. A esses dois sujeitos, associam-se o *Sujeito Enunciador (EUE)* e o *Sujeito Destinatário (TUD)*, seres discursivos, pertencentes ao circuito interno da linguagem, ao local do *dizer*, produzido por operações e/ou manobras linguístico-discursivas realizadas durante a enunciação, processo representado pela figura a seguir:

Figura 1 – A representação do ato de linguagem



A representação do ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2009:52)

Fonte: Charaudeau (2009, p. 52).

Não basta ao sujeito enunciador produzir um discurso verdadeiro, mas é necessário que o discurso produza um efeito de verdade, fazendo com que seu interlocutor interprete e acredite nas ideias e nos fatos expostos em sua atividade discursiva. Nesse cenário, constrói-se o *contrato de comunicação*. Esse termo, tomado de empréstimo do domínio jurídico, indica, de um lado, que o ato de comunicação em

questão é um ato de troca que se instaura entre dois participantes e, de outro, que ele só é válido se os dois se submeterem mentalmente a certas condições discursivas que lhes permitam identificar-se como verdadeiros parceiros de troca, ao mesmo tempo em que reconhecem a validade do ato de comunicação.

O contrato de comunicação, assim definido, compõe-se, então, de um espaço de *restrições* que constitui as condições que não podem ser infringidas pelos parceiros, sob pena de não haver a comunicação. O contrato também conta com um espaço de *estratégias*, que compreende os diferentes tipos de configurações discursivas de que o sujeito comunicante dispõe para satisfazer as condições do contrato e atingir seus objetivos comunicativos.

Como o contrato prevê a produção de um discurso, os modos como esse discurso se organiza também são contemplados pela Semiologia, como explicaremos a seguir.

Modos de organização do discurso

Charaudeau (2009) problematiza a noção de *comunicar* e afirma que é preciso representar o ato de comunicação como um dispositivo no centro do qual se encontra o sujeito falante (o locutor que fala ou escreve) em relação a outro parceiro (o interlocutor). Nesta interação, regulada pelo princípio da intencionalidade comunicativa do ser de fala e balizada pelas regras de que dispõe o contrato de comunicação, o enunciador deixa, em seu enunciado, marcas de si expressas pelas categorias da língua e pelos modos de organização do discurso.

O estudioso francês define os modos de organização do discurso como procedimentos discursivos que constroem o texto, ou seja, princípios de organização da matéria linguageira dependentes da

finalidade comunicativa do sujeito falante: *enunciar, descrever, narrar e argumentar*, o que forma, respectivamente, os *modos enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo*. Em virtude da temática deste capítulo, destacamos os modos *enunciativo* e *argumentativo*.

O *modo enunciativo* tem uma função particular na organização do discurso. Por um lado, sua vocação essencial é a de dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros – o que resulta na construção de um aparelho enunciativo; por outro lado, e em nome dessa mesma vocação, esse *modo* intervém na encenação de cada um dos três outros *modos de organização* e, por esse motivo, pode-se dizer que comanda os demais.

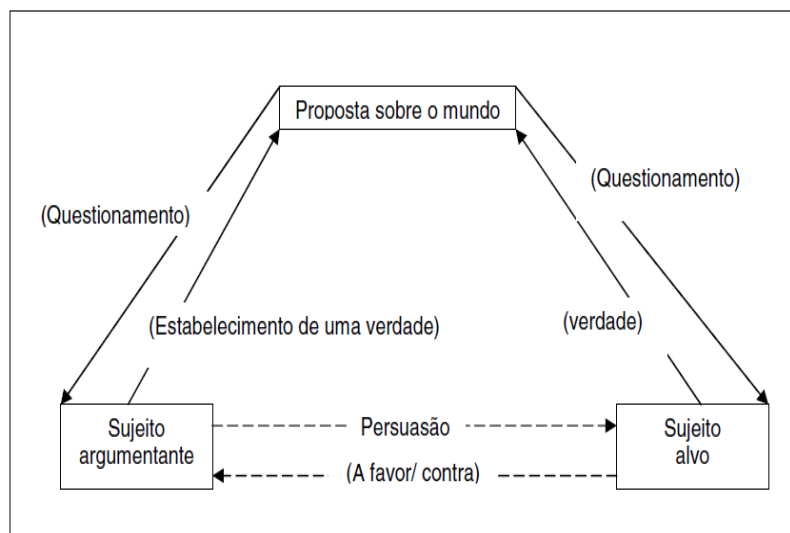
Vale salientar que, ao tomar a palavra, o sujeito comunicante constrói uma imagem de si próprio e de seu interlocutor e, diante disso, não podemos negar que toda *maneira de dizer* induz a uma imagem que pode facilitar ou condicionar a boa realização de um projeto discursivo. Em outras palavras, “por meio da enunciação, revela-se a personalidade, o caráter dos enunciadores” (PAULIUKONIS *et. alii*, 2012, p. 57).

O *modo de organização argumentativo* autoriza a construção de explicações sobre asserções acerca do mundo em uma dupla perspectiva de razão demonstrativa e de razão persuasiva. Esse *modo de organização* está em contato apenas com um saber que tenta levar em conta a experiência humana por meio de certas operações do pensamento. Esse saber se dá por meio de certas operações do raciocínio e pode ser refutado ou não pelo interlocutor.

Conforme postula Charaudeau (2009), há algumas condições para que a *argumentação* exista: uma proposta sobre o mundo que provoque um questionamento, em alguém, quanto à sua legitimidade; um sujeito que se engaje em relação a esse questionamento para estabelecer uma verdade (tese) sobre essa proposta e, ainda, outro

sujeito que, relacionado à mesma proposta, questionamento e verdade, seja o alvo da argumentação. Desse modo, o linguista nos apresenta uma relação de três vértices: sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo, esquema que pode ser representado da seguinte forma:

Figura 2 – O modo argumentativo



Fonte: Charaudeau (2009, p. 205).

A interpretação do esquema de estruturação do modo argumentativo, conforme a figura apresentada, permite que tracemos alguns pontos de semelhança entre o que discutimos sobre a instauração da *doxa*, bem como sobre a noção de *topos*, aproximando, pois, postulados que se comunicam, até mesmo por se alimentarem da mesma fonte: a Teoria da Enunciação. Dessa forma, entendemos que *proposta sobre o mundo*, nos termos de Charaudeau (2009), é equivalente à visão que a sociedade imprime sobre determinado tema, ou seja, a *doxa* – apesar de o linguista se referir a um sujeito que não é coletivo. A tomada de posição do argumentador, mostrando-

se favorável ou contrário à proposta sobre o mundo e apresentando proposições para consolidar seu ponto de vista, entendemos que se aproxima do que Ducrot (1999) define como *topos*, termo que retoma da *Retórica* de Aristóteles:

Tomei o termo aristotélico de *topos* para designar o princípio geral que garante ou justifica a passagem do argumento à conclusão da argumentação. Na medida em que os encadeamentos argumentativos são vistos como manifestações de argumentações, é tentador admitir que esses encadeamentos convocam *topoi*, que se tornam, então, parte constitutiva de seu sentido e devem ser, portanto, mencionados em sua descrição semântica (DUCROT, 1999, p. 5).

Argumentar, portanto, é uma atividade dupla que depende tanto daquele que argumenta quanto daquele que recebe essa argumentação e enuncia uma resposta a partir dela – ainda que tal resposta seja apenas imaginada pelo enunciador e não se concretize linguística nem textualmente nas palavras do interlocutor.

Tal como a compreendo, a argumentação considera o interlocutor não como um objeto a manipular, mas como um *alter ego* que se quer levar a fazer partilhar sua visão. Agir sobre ele é procurar modificar as diversas representações que lhe atribuímos, evidenciando certos aspectos das coisas, ocultando outros, propondo novidades, tudo isso com a ajuda de uma esquematização apropriada (GRIZE, 1990, p. 40⁶¹ *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 52).

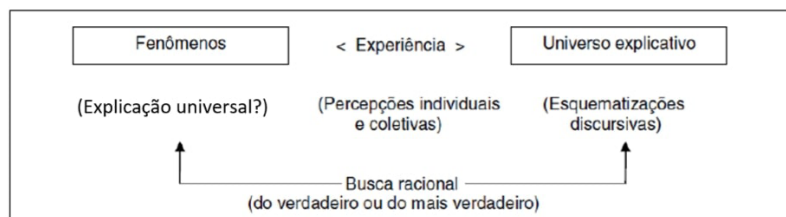
Esse *modo de organização do discurso* possibilita a construção das explicações sobre asserções que tratam do mundo, partindo de uma perspectiva racional de demonstração e de persuasão. A racionalidade se refere aos fenômenos do universo que são percebidos pelas experiências individuais e sociais do ser humano, o qual está inserido em um quadro espacial e temporal determinado e efetua as operações de pensamento que constroem as explicações.

61 GRIZE, J. B. *Logique et langage*. Paris-Gap: Ophrys, 1990.

Esse procedimento tem por objetivo a busca pelo verossímil – um verossímil que depende das representações socioculturais divididas pelos membros de um dado grupo em nome da experiência ou do conhecimento as quais constituem os imaginários sociodiscursivos apoiados em *topoi* balizados pelo senso comum (*doxa*).

Por conseguinte, a atividade discursiva de argumentar, do ponto de vista do sujeito argumentante, participa da busca da racionalidade que tende a um ideal de verdade inerente às explicações dos fenômenos do universo. Não se trata, porém, apenas de um ideal, pois, mesmo que esses fenômenos tenham uma explicação, ou melhor, uma razão de ser no universo, eles são percebidos por meio de uma filtragem dupla: a da experiência individual e social do indivíduo e a das operações de pensamento que constroem um universo discursivo de explicação, que depende de esquematizações coletivas. A figura que segue permite a visualização desse processo de filtragem:

Figura 3 – Universo explicativo



Fonte: Charaudeau (2009, p. 206).

A busca do verossímil, em lugar do verdadeiro, é uma questão fundamental do processo argumentativo, uma vez que o verossímil depende das representações socioculturais compartilhadas pelos membros de um determinado grupo, em nome da experiência ou do conhecimento. Assim, para haver argumentação, não é necessário apenas emitir propostas sobre o mundo. Toda asserção pode ser argumentativa desde que se inscreva em um dispositivo argumentativo composto de proposta, proposição e persuasão.

TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO

A Análise do Discurso (referimo-nos, especialmente, à que é concebida por Maingueneau e seguidores) não toma a argumentação como objeto de investigação, ainda que possam ser observadas tentativas de aproximação entre os dois campos de estudo. Em *L'analyse du discours*, de 1991, Dominique Maingueneau reconheceu o papel da argumentação como fator primordial para a coerência discursiva, todavia não prosseguiu nessa problemática em estudos posteriores. A perspectiva adotada por Amossy, em sua análise da argumentação nos discursos, porém, tem investido na ideia de que o discurso possui uma dimensão argumentativa, tendo em vista o princípio dialógico da linguagem, postulado por Bakhtin, admitido nas abordagens discursivas. Talvez por isso Fiorin (2015) constate que:

Na medida em que um discurso é sempre um discurso sobre outro discurso, todos os discursos são argumentativos, pois todos eles fazem parte de uma controvérsia, refutando, apoiando, contestando, sustentando, contradizendo um dado posicionamento. Todos os discursos são argumentativos, pois são uma reação responsiva a outro discurso (FIORIN, 2015, p. 29).

Quando publicou, nos anos 2000, a obra *L'argumentation dans le discours*, traduzida ao português em edição ampliada em 2018, a pesquisadora Ruth Amossy, da Universidade de Tel-Aviv, propôs um estudo sistemático que visa a integrar e a estabelecer o lugar da argumentação nas pesquisas do âmbito da linguística do discurso. O principal objetivo da autora, nessa obra e em artigos publicados posteriormente, incide justamente no desafio de considerar alguns princípios da argumentação retórica dentro de uma abordagem discursiva, tendo em vista que, por vezes, observa-se a relutância por parte de analistas do discurso em relação a essa articulação. Parte dessa relutância, como discute Amossy (2015), advém de críticas quanto ao fato de as abordagens retóricas:

- Não darem conta da multiplicidade de manifestações da comunicação contemporânea;
- Não fornecerem instrumentos suficientes e satisfatórios para um adequado tratamento das questões discursivas;
- Sustentarem uma noção de sujeito intencional não compatível com pressupostos das análises do discurso.

O fato de a retórica não contemplar a variedade de manifestações da comunicação contemporânea é o motivo pelo qual Charaudeau (2016) não se insere na tradição retórica, pois observa, nesta abordagem, “uma concepção parcial da comunicação” incapaz de levar em conta a ampla gama de situações e contratos interacionais existentes.

Mas, em primeiro lugar, embora seja inegável que a contemporaneidade oferece uma multiplicidade de gêneros que transborda o campo explorado pela retórica, para Amossy (2015), nada impede que seja realizada uma ampliação do escopo de análise, de modo a contemplar a atual realidade, acrescentando aos gêneros retóricos a conversação familiar, o debate televisivo, a consulta médica, o anúncio publicitário, os comentários de *posts* de *Facebook* etc.

Em segundo lugar, reivindicar a herança retórica (e a retórica perelmaniana, principalmente) em sua abordagem implica não só examinar o modo como os seres humanos interagem e influenciam-se mutuamente, com auxílio dos meios verbais, mas também analisar essas trocas em quadros institucionais e em gêneros discursivos – alega Amossy (2015). A teoria da argumentação no discurso, para a autora, é uma abordagem analítica que explora as figuras retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*) apoiada nos instrumentos elaborados pelas ciências da linguagem contemporâneas: a linguística da enunciação, a pragmática, a teoria da argumentação na língua, o estudo das

interações verbais etc. É dotando a retórica desses instrumentos que se torna possível o tratamento adequado às questões discursivas.

Em terceiro lugar, é possível, sim, para Amossy (2015), que a noção de sujeito intencional caiba em análises do discurso, como propõe a semiolinguística charaudiana. Uma das principais questões conflituosas nessa integração entre retórica e análise do discurso foi problematizada por Maingueneau (1991), quando diz que, para a retórica, deve haver “um sujeito soberano ‘usando’ de ‘processo’ a serviço de um objetivo explícito, ao passo que, para a segunda [a análise do discurso], as formas de subjetividade estão implicadas nas próprias condições de possibilidade de uma formação discursiva” (MAINGUENEAU, 1991, p. 234). Ruth Amossy, contudo, não vê nessa questão um problema que corrobore a divisão irreduzível entre as disciplinas, pois, para a autora, os sujeitos só argumentam exercendo suas vontades dentro das restrições impostas pelos quadros institucionais e genéricos que os atravessam. Esse posicionamento, de resignificação do sujeito retórico, advém de Chauradeau (2010), para quem o *espaço de estratégia*, isto é, a livre iniciativa do sujeito sobre seu dizer, é tributário das condições do contrato de comunicação.

Superadas as questões conflitantes que obstaculizaram essa articulação, Ruth Amossy reivindica a necessidade de considerar a argumentação como parte integrante do discurso, isto é, como uma dimensão constitutiva, pois, para a autora, “o componente retórico como uma tentativa de influenciar e negociar pontos de vista está no cerne do discurso” (AMOSSY, 2015, p. 57)⁶². Convém salientar, no entanto, que a noção de argumentação defendida pela autora não equivale àquela da retórica, de visada persuasiva. O primeiro passo dado na articulação da teoria da argumentação no discurso é a proposição de uma concepção ampliada de argumentação, entendendo-a como

62 “[...] la composante rhétorique comme tentative d’influence et de négociation des point de vue est au coeur du discours [...]” (AMOSSY, 2015, p. 57).

[a] tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário. Essa é a definição que eu desenvolvi em *L'argumentation dans le discours* (2006 [2000]), ampliando a da nova retórica de Perelman, pela tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir. Essa ampliação permite à argumentação, tomada como sinônimo de retórica ou de arte de persuadir, tratar do vasto leque de discursos, tanto os privados, quanto os públicos, que circulam no espaço contemporâneo, e reivindicar seu lugar nas Ciências da Linguagem sem, por isso, precisar, como sugere Patrick Charaudeau, recorrer à psicologia ou à psicologia social (AMOSSY, 2011, p. 130).

Essa noção ampliada proposta pela autora possibilita não só tratar a argumentação no discurso como também reivindicar o lugar da argumentação nas ciências da linguagem, porque ela passaria a ser analisada em um quadro comunicacional e sócio-histórico, observando-se o modo como se inscreve não somente na materialidade discursiva (com o auxílio de instrumentos linguísticos e pragmáticos), mas também no interdiscurso. Além disso, admitindo que toda fala tende a “compartilhar um ponto de vista, uma forma de reagir a uma situação ou de sentir um estado de fato” (AMOSSY, 2016, p. 174), percebe-se que os esquemas de raciocínios de uma argumentação podem ser ora mais elaborados e visíveis, ora menos, muitas vezes sendo a orientação dada perceptível por elementos da linguagem (formas lexicais axiológicas, conectores, modalizadores discursivos etc.) sem que, necessariamente, seja desenvolvido um argumento formal.

Essa constatação resultou na distinção, para Amossy (2016), entre visada argumentativa e dimensão argumentativa. Os textos que são dotados de visada argumentativa são aqueles que se organizam por sequência argumentativa dominante, tal qual definida por Adam (2019), isto é, os textos mais comumente conhecidos como argumentativos (em oposição aos não argumentativos), como os artigos de opinião, a redação do Enem, os editoriais, os artigos

acadêmicos etc. Os demais textos que não são composicionalmente argumentativos apresentam apenas uma dimensão argumentativa, isto é, uma tentativa de agir sobre o outro. Desse modo, todo texto teria uma dimensão argumentativa, mas não necessariamente uma visada argumentativa.

Entendendo a argumentação como constitutiva de todo discurso, Amossy (2018) substitui a divisão de discursos entre “argumentativos” e “não argumentativos” por uma noção de modos de argumentatividade (ou modalidades argumentativas), os quais estariam dispostos em um *continuum*, que iria da “confrontação violenta de teses antagônicas [...] [a] uma orientação das formas de pensar e de ver, de questionar e de problematizar, que não se efetua pela via de um raciocínio formal” (AMOSSY, 2018, p. 19-20). As modalidades argumentativas são, para Amossy (2008), “tipos de troca argumentativa que, atravessando os gêneros do discurso, modelam a forma como a argumentação funciona num quadro tanto dialogal quanto dialógico” (AMOSSY, 2008, p. 232).

Amossy (2008) classifica e caracteriza seis possibilidades de modalidades argumentativas (demonstrativa, patêmica, pedagógica, de coconstrução, negociada e polêmica), exemplificando em seguida com uma gama de gêneros discursivos que privilegiam cada uma das modalidades. O que as difere, segundo Macedo (2018), são alguns parâmetros, tais como os papéis desempenhados pelos participantes na troca comunicativa (parceiros, adversários); o modo pelo qual ocorre a tentativa de persuasão (com maior apelo à figura do *logos* ou a do *pathos*, colaborativa, instrutiva); e a maneira pela qual o interlocutor é concebido (aluno, cúmplice, rival etc.). Vejamos:

- a. Na *modalidade demonstrativa*, comum a gêneros como o discurso parlamentar, a redação do Enem, o artigo científico, uma tese é apresentada pelo locutor a um auditório e defendida por meio de uma demonstração racional, isto é, de um raciocínio apoiado em provas. Esse modo de argumentar é, muitas vezes,

confundido com a própria argumentação, por ser seu modo mais prototípico;

- b. Na *modalidade patêmica*, a argumentação é caracterizada fundamentalmente pelo apelo aos sentimentos do auditório para obter sua adesão à tese ou ao ponto de vista apresentado. São comuns a essa modalidade, segundo a autora, os gêneros do discurso de apelo à ajuda humanitária, o poema lírico etc.;
- c. Na *modalidade pedagógica*, “uma instância de locução em posição superior transmite um saber e leva à reflexão um auditório que ocupa o lugar de aprendiz, pelas vias do diálogo ou da troca verbal sob a forma monogerida⁶³” (AMOSSY, 2008, p. 234). Gêneros como a aula, a palestra e o manual escolar são exemplos prototípicos de ocorrência dessa modalidade;
- d. Na *modalidade de coconstrução*, os participantes, por uma troca dialogal, coconstróem as respostas para um problema levantado conjuntamente. São gêneros comuns a essa modalidade a reunião profissional, a reunião de colegiado, a conversação familiar etc.;
- e. Na *modalidade negociada*, há uma troca na qual os participantes discutem sobre um problema que os divide, mas para o qual tencionam chegar ao acordo, em uma negociação das divergências. São exemplos de gêneros dessa modalidade as negociações comerciais, as trocas diplomáticas, as audiências de conciliação etc.;
- f. Na *modalidade polêmica*, há um confronto violento entre teses antagônicas, no qual adversários argumentam, atacando as teses opostas e desqualificando o opositor, para obter a adesão de um

⁶³ Segundo Pinto, Cavalcante e Brito (2018), nos textos poligeridos, as vozes dos discursos reportados são reproduzidas livremente, tal como se deram; já nos textos monogeridos, as vozes são administradas por um mesmo e único locutor.

terceiro⁶⁴ que os escuta. Alguns exemplos que privilegiam essa modalidade são os debates midiáticos que confrontam adversários políticos, a reportagem, os comentários de *posts* no *Facebook* etc.

Não há uma caracterização mais detalhada e criteriosa dessas modalidades para além desta realizada pela autora em Amossy (2008), exceto no que tange à modalidade polêmica, para qual Amossy desenvolveu um estudo sistemático, culminando na publicação da obra *Apologie de la polémique* (2007), traduzida em 2017 no Brasil.

Por fim, para além dos elementos retóricos e discursivos que são utilizados em sua abordagem, Amossy (2018) recorre a instrumentos linguísticos e pragmáticos, tendo em vista as possibilidades que esses mecanismos oferecem para uma análise da orientação argumentativa dos enunciados. Desse modo, a autora observa o valor argumentativo das escolhas lexicais, as dissociações e os deslocamentos semânticos do léxico, o papel do implícito em suas formas diversas, bem como os conectores (advindos dos estudos ducrotianos). Resumidamente, podemos dizer, de acordo com Amossy (2011), que a teoria da argumentação no discurso:

1. Estuda os argumentos em língua natural, na materialidade do discurso, como elemento integrante de um funcionamento discursivo global;
2. Situa a argumentação, assim compreendida, em uma situação de enunciação precisa, da qual importa conhecer todos os elementos (participantes, lugar, momento, circunstâncias etc.);
3. Estuda a maneira como a argumentação se inscreve no interdiscurso, situando-se, quanto ao que se diz, antes e no momento da tomada da palavra, no modo da retomada, da modificação, da refutação, do ataque...

64 A polêmica apresenta uma estrutura actancial, segundo Macedo (2018), composta por Proponente (aquele que defende uma das teses), Oponente (aquele que se opõe à tese do Proponente e defende a tese oposta) e o Terceiro (aquele que assiste ao debate e que ainda não se coloca na disputa).

4. Leva em conta a maneira como o *logos*, ou o emprego de argumentos em língua natural, alia-se, concretamente, ao *ethos*, a imagem de si que o orador projeta em seu discurso, e ao *pathos*, a emoção que ele quer suscitar no outro e que também deve ser construída discursivamente (AMOSSY, 2011, p. 134).

Desse modo, o estudo desenvolvido por Ruth Amossy propõe não só uma análise da argumentação como uma dimensão inerente a todo discurso, como também busca situar a argumentação em contexto, percebendo como ela está inscrita no interdiscurso, para investigar a mobilização do *logos*, do *ethos* e do *pathos* nos textos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de linguagem que realizamos diariamente são sempre permeadas por *intenções* e *argumentatividade*. O indivíduo, ao interagir por meio da linguagem, o faz, visando a estabelecer relações, causar efeitos, desencadear determinados comportamentos. Em última instância, o ser humano – por ser gregário – quer quase sempre agir sobre o outro; tenta convencê-lo ou intenta persuadi-lo. A argumentação está tão presente na interação humana que, de acordo com Ducrot (1987), já está inscrita na própria língua.

Buscar análises mais profícuas para o entendimento da argumentação, portanto, é inquietação que, há tempos, move pensadores e estudiosos e não esgota os trabalhos acadêmicos. Certos de que toda teoria tem seus limites, independentemente da área do conhecimento a que se relacione, neste capítulo, apresentamos como distintas concepções teóricas constroem a argumentação como objeto de estudo e como postulam esse conceito.

Indiscutivelmente, a obra de Aristóteles, reconhecido como o filósofo que sistematizou uma extensa teoria acerca da *lógica* e

do *raciocínio*, é indissociável das pesquisas sobre argumentação. Embora muitos de seus postulados tenham sido lidos e reformulados com o desenvolvimento das ciências, heranças de suas ideias ainda perpassam muitos dos estudos que hoje cercam o tema, como o conceito de *doxa*: o orador, ao empreender uma argumentação, considera os valores do auditório, ainda que a intenção seja de refutá-los.

Logo, da Retórica à Análise do Discurso, o ato de argumentar é concebido como uma atividade dupla, medida pelo diálogo, que depende dos parceiros da comunicação diante de um questionamento sobre o mundo. Nesse viés, Charaudeau (2009) propõe que há argumentação quando o enunciador, em uma perspectiva racional e persuasiva, apresenta, ao interlocutor, um ponto de vista acerca da realidade, buscando sua atitude responsiva de assentimento ao posicionamento apresentado.

Para além do convencimento e da persuasão do interlocutor imediato envolvido diretamente no ato comunicativo, Amossy (2008) inova os estudos sobre argumentação ao defender que o jogo argumentativo pode provocar ainda a adesão de um sujeito que observa o confronto entre os parceiros da comunicação, modalidade a que a autora chama de polêmica.

Em uma era em que expressar-se contra determinado ponto de vista pode suscitar discursos de ódio e até provocar violência física, embora o direito à liberdade de expressão seja garantido por lei no Brasil, compreender e discutir as diferentes concepções sobre argumentação pode contribuir não só para o desenvolvimento de estudos acadêmicos, mas para a compreensão de que expressar opiniões divergentes pode – e deve – ser ponto pacífico em um país livre de pressões ditatoriais.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. *Textos: tipos e protótipos*. São Paulo: Contexto, 2019.
- ALEXANDRE JÚNIOR, M. Origem da retórica e formação do sistema retórico. *In*: ARISTÓTELES. *Retórica*. 2.ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005. p. 15-64.
- AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours: discours politique, littérature d'idées, fiction*. Nathan Université, Paris: 2000.
- AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. *In*: LARA, Gláucia; MACHADO, Ida; EMEDIATO, Wander (Orgs.). *Análises do discurso hoje*, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 231-254.
- AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011.
- AMOSSY, R. La place de l'influence et de la persuasion dans l'analyse du discours. *In*: SOULAGES, J-C. *L'analyse de discours: sa place dans les sciences du langage et de la communication*. Hommage à Patrick Charaudeau. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2015.
- AMOSSY, R. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. Trad. Rosalice Pinto, Mariza Angélica Paiva Brito e Meire Virgínia Cabral Gondim. *ReVEL*, edição especial, vol. 14, n. 12, p. 165-190, 2016.
- AMOSSY, R. Introduction: la dimension argumentative du discours – enjeux théoriques et pratiques. *Argumentation et Analyse du Discours* [Enligne], n. 20, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aad/2560>. Acesso em: 24 fev. 2019.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.
- BARBISAN, L. B. *et al.* Perspectivas discursivo-enunciativas de abordagem do texto. *In*: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 171-224.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coordenação de tradução de Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2009.

CHARAUDEAU, P. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. (Orgs.). *As emoções no discurso*, volume II. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 23-56.

CHARAUDEAU, P. A argumentação em uma problemática da influência. *ReVEL*, edição especial, v. 14, n. 12, 2016. Tradução de Maria Aparecida Lino Pauliukonis. [www.revel.inf.br].

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, O. Os topoi na Teoria da Argumentação na Língua. *Revista Brasileira de Letras*, São Carlos, v. 1, n. 1, inverno, 1999.

FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, I. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2015.

MACEDO, P. S. A. *Análise da argumentação no discurso: uma perspectiva textual*. 245f - Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

MAINGUENEAU, D. *L'Analyse du Discours*. Paris: Hachette, 1991.

PAULIUKONIS, M. A. L.; GOUVÊA, L. H. M. Um texto como discurso: uma visão semiolinguística. In: *Texto como discurso: uma visão semiolinguística. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 8, n. 1, p. 49-70, jan.-jun. 2012.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da Argumentação – A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINTO, R.; CAVALCANTE, M.; BRITO, M. Polêmica e Argumentação: interfaces possíveis em textos midiáticos de natureza política. *Diacrítica*, v. 32, p. 5-24, 2018.

PLANTIN, C. *A Argumentação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

PLANTIN, C. *Dictionnaire de l'argumentation: une introduction aux études d'argumentation*. Lyon: ENS Éditions, 2016.

SOBRE OS ORGANIZADORES E A ORGANIZADORA

Álisson Hudson Veras Lima

Doutor e Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduado em Letras Português/Francês: Língua e Literatura pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e professor de língua portuguesa no Instituto Federal de Alagoas. É ligado à linha de pesquisa de Aquisição, Desenvolvimento e Processamento da Linguagem da UFC, tendo interesse em pesquisas que tratem do processamento linguístico pela vertente do Gerativismo e do estudo da referência pelo âmbito Semântico e Pragmático, além de questões acerca da pronominalização em Português Brasileiro. Interessa-se também por Literatura, Crítica Literária, bem como pela interface Literatura-História. Possui trabalhos publicados sobre Educação e ensino de Português como língua materna, sobretudo no que concerne ao ensino de Leitura, Escrita e Gramática.
E-mail: alissonhudson@gmail.com

Maria Elias Soares

Professora titular da Universidade Federal do Ceará (UFC) e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística. Foi membro da Comissão do MEC que colaborou com a implantação da Universidade de Cabo Verde e da Comissão de Implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), da qual foi vice-reitora. Foi presidente e, atualmente, é conselheira do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste (GELNE) e da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). Fundou e editou a Revista do Gelne (1999-2005), edita a Revista de Letras da UFC, fundou e participa do Conselho Editorial da Revista da Abralín. Coordena, atualmente, o projeto Variação e processamento da fala e do discurso: análise e aplicações (Profala). Publicou livros, capítulos de livros e artigos em periódicos especializados e em anais de congressos, no Brasil e no exterior, principalmente nas áreas de processamento e análise do texto e do discurso, estudos da língua falada e escrita, aquisição e processamento da linguagem, letramento e ensino da leitura e da escrita.
E-mail: melias@ufc.br

Sávio André de Souza Cavalcante

Doutor e mestre em Linguística (PPGL/UFC). Professor de Língua Portuguesa e Língua Espanhola (IFCE). Professor do Instituto UFC Virtual/Universidade Aberta do Brasil, no curso de graduação Letras-Português. Graduado no Curso de Letras – Português, com habilitação em Língua Espanhola (UFC). Pesquisador nos Grupos Pesquisas Sociolinguísticas (SOCIOLIN - CE), Pesquisas Sociolinguísticas em Língua estrangeira (SOCIOLIN-LE) e PROTEXTO (UFC). Temas/áreas de interesse: articulação de orações, funcionalismo norte-americano e sociolinguística variacionista.

E-mail: savio.andre@ifce.edu.br

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Alena Ciulla

Doutora e mestre em Linguística (PPGL/UFC), professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Letras, UFRGS. Graduada em Letras (UFRGS), com habilitação em tradução do Francês e do Português. Na área de tradução, tem também pós-doutoramento (Universidade de Zurique) em Multilingual Text Analysis, atuando no Inglês, Francês e Alemão. Pesquisadora do Protexito (UFC) e participante do GT Semântica e Estudos Enunciativos, da Anpoll. Temas de interesse: referência/referencição, dêixis, texto e tradução.

E-mail: alenacs@gmail.com

Alexandro Teixeira Gomes

Doutor em Estudos da Linguagem (UFRN) com doutorado sanduíche na Universidade de Barcelona-Espanha, mestre em Linguística (UFC), graduado em Letras Línguas Portuguesa e Espanhola (UFC). Professor de Língua Espanhola na graduação em Letras e de Teorias da Linguagem e Ensino no Mestrado Profissional em Letras (UFRN). Interessa-se, principalmente, por temas que envolvam a Linguística de Texto, a Linguística da Enunciação, a Linguística Aplicada e o Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira. É membro do Grupo de Pesquisa em Análise Textual dos Discursos – UFRN e líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Hispânicos e Ensino – UFRN, além de membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – ANPOLL.

E-mail: alextgomes@yahoo.com.br

Amanda Heiderich Marchon

Licenciada em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa – pela Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia. Doutora e mestra em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, desenvolve pesquisa de pós-doutorado em Estudos da Linguagem na Universidade Federal Fluminense (PNPD/CAPES). Pesquisadora nos grupos de pesquisa Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso (CIAD-Rio /UFRJ) e Núcleo de Estudos Linguísticos do Português em Uso (PORUS /UFF). Temas/ áreas de interesse: articulação de orações, funcionalismo, análise do discurso, argumentação.

E-mail: claraeamanda@hotmail.com

Ana Paula Lima de Carvalho

Doutora em Linguística (UFC); mestre em Linguística (UFPI); Graduada em Letras (UESPI); professora de Língua Portuguesa (IFPI); pesquisadora do grupo PROTEXTO. Áreas/temas de interesse: Linguística Textual, Sociolinguística e Ensino de língua.

E-mail: professoraanapaula_phb@hotmail.com

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Possui graduação em Letras pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB (2006); especialização em Língua Portuguesa pela Faculdade Integrada AVM (2012); especialização em Filosofia e História das Ciências pela Faculdade Unyleya (2017) e Mestrado em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (2015). Desde 2016 cursa doutorado em Língua e Cultura na UFBA (com previsão de conclusão para junho de 2020), atuando na linha de Análise do Discurso. Em sua tese, analisa o discurso científico a partir das obras de Tomás de Aquino (Suma Teológica), René Descartes (o Discurso do Método) e Thomas Kuhn (A Estrutura das Revoluções Científicas). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Argumentação, Análise do Discurso, Oratória e Redação. Atualmente tem também se dedicado ao campo da Metodologia Científica.

E-mail: asterjunior@hotmail.com

Bougleux Bonjardim da Silva Carmo

Doutorando em Estado e Sociedade (PPGES/UFSB). Mestre em Letras (Proletras/UESC). Especialista em Linguística Forense (UP/PT). Licenciado em Letras Vernáculas (UNEB). Professor de língua portuguesa (CPMAT/SEC-BA), docente substituto no Colegiado de Letras (UNEB/Campus X) e tutor presencial do curso de Letras Vernáculas (UESC). Pesquisador nos grupos Educação e Linguagens – GEICEL (UNEB) e Grupo de Pesquisas Avançadas em Materialidades, Ambiências e Tecnologias (UFSB). Membro da Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN e da Associação de Linguagem e Direito – ALIDI. Músico e pianista, membro da Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM e psicanalista aspirante (SOBRAPP). Temas/áreas de interesse: marcadores discursivos, argumentação, pragmática, ensino de português, análise da conversa, memória social, psicanálise, teorias pós-coloniais e estudos da violência.

E-mail: bougleux.carmo@hotmail.com

Carlos Eduardo Silva Pinheiro

Possui graduação em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Atualmente, é aluno do curso de Mestrado em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará e membro dos grupos de pesquisa Protexto (UFC) e Gelt (Unilab). Temas/áreas de interesse: Linguística Textual, heterogeneidade enunciativa, polêmica e argumentação.

E-mail: carlospinho@alu.ufc.br

Daniela Zimmermann Machado

Doutora e mestre em Estudos Linguísticos pela UFPR. Pós-doutora em Estudos Linguísticos pela Université d'Orléans. Professora de Língua Portuguesa e de Linguística. Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR – campus de Paranaguá), nos cursos de Letras-Português e Letras-Inglês. Graduada em Letras-Português na UFSM. Pesquisadora do Grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Linguísticos (NEL). Atuante nos projetos: Argumentação e textualidade: a construção dos sentidos em diferentes gêneros textuais (UNESPAR) e Ações de Didatização de Gêneros em prol de Letramentos Acadêmicos (UEL). Temas/áreas de interesse: teorias do texto, referênciação textual, anáforas associativas, semântica.

E-mail: daniela.machado@unespar.edu.br

Evandro de Melo Catelão

Doutor em Estudos Linguísticos pela UFPR, mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Pós-doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Ceará. Professor da área de Linguística na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR – campus Curitiba). Professor do Magistério Superior da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba e Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens – PPGEL no Campus Curitiba. Tem experiência na área de Linguística Textual, estudando principalmente: gêneros do discurso, argumentação, retórica, leitura e produção de gêneros acadêmicos. Pesquisador do grupo PROTEXTO – UFC.

E-mail: evandrocatelao@utfpr.edu.br

José Elderson de Souza Santos

Doutorando em Linguística (IEL/UNICAMP), mestre em Linguística (PPGL/UFC/CAPES), especialista em Alfabetização e Multiletramentos (UAB/SATE/UECE), licenciado em Letras – Língua Portuguesa (UNILAB). Pesquisador nos grupos

GELT (UNILAB) e Protexto (UFC). Temas/áreas de interesse: Linguística Textual, intertextualidade, processos intertextuais, plágio.

E-mail: eldersonsantos@hotmail.com

José Olavo da Silva Garantizado Júnior

Professor do Mestrado em Estudos da Linguagem (UNILAB); Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Doutor e Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL/UFC); Graduado em Letras pela UFC; Na gestão acadêmica, atuou como Gerente da Divisão de Projetos Institucionais da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG/UNILAB); Atualmente, é Assessor Especial da Reitoria (UNILAB); Líder do Grupo de Pesquisa em Texto, Discurso e Ensino (TEDE/UNILAB). Temas de interesse: coerência textual, argumentação, gêneros textuais, discurso político, textos jornalísticos e discurso acadêmico.

E-mail: olavogarantizado@unilab.edu.br

Jussara Maria Jurach

Doutora e mestre em Estudos Linguísticos pela UFPR. Professora de Língua Portuguesa e Linguística. Graduada em Letras Português e suas Literaturas e em Comunicação Social, Jornalismo, pela UNICENTRO. Pesquisadora do Projeto de Pesquisa Interinstitucional Estudos Dialógicos da linguagem: contribuições para pesquisas em Linguística Aplicada nos contextos escolares e não-escolares. Temas/áreas de interesse: Linguística de Texto, gêneros do discurso e análise linguística.

E-mail: jumariaju@yahoo.com.br

Maria da Graça dos Santos Faria

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Graduada em Letras e Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras. Membro do Grupo de pesquisa PROTEXTO, membro do GT de Linguística Textual e análise da Conversação (ANPOLL) e coordenadora do Grupo de Pesquisa GEPOT. Autora de artigos e capítulos de livros na área da Linguística Textual e Aplicada.

E-mail: gracaefaria@hotmail.com

Maria das Graças Soares Rodrigues

Pós-doutora em Linguística (Universidade de Lausanne), doutora em Linguística (UFPE), mestre em Letras (UFPE), especialista em Língua Francesa (UFRN), graduada em Letras Línguas Portuguesa e Francesa (UFRN), Professora de Leitura e Produção de Texto da graduação em Letras, de Linguística Teórica e Descritiva no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (UFRN). É líder do grupo de pesquisa em Análise Textual dos Discursos, membro do Centre de Recherche en Terminologie et Traduction da Universidade Lumière – Lyon 2, tradutora do francês para o português. Interessa-se, principalmente, pela Análise Textual dos Discursos, pesquisa gêneros discursivos/textuais acadêmicos, jurídicos, políticos e midiáticos, estuda a Responsabilidade Enunciativa (a assunção e a mediatividade).

E-mail: gracasrodrigues@gmail.com

Mariza Angélica Paiva Brito

Professora do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades e do Mestrado em Estudos de Linguagem (UNILAB); Bolsista de Produtividade em Pesquisa da FUNCAP (BPI); Professora Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB); Pós-Doutora em Linguística de Texto, Mestre e Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC. Líder do GELT – Grupo de Pesquisa em Linguística Textual (CNPq/UNILAB) e Vice-líder do PROTEXTO – Grupo de Pesquisa em Linguística (CNPq/UFC). Membro do GT Linguística do Texto e Análise da Conversação, da Associação Nacional de Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL); Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará; Desenvolve pesquisas na área de Linguística Textual, Psicanálise, heterogeneidade enunciativa e argumentação.

E-mail: marizabrito02@gmail.com

Mayara Arruda Martins

Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGLin-UFC) e, atualmente, bolsista CNPq; é mestra em Linguística pelo mesmo programa. É licenciada em Letras – Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atua como pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Linguística Protexto (CNPq-UFC), desenvolvendo pesquisas com foco nos estudos da referência, da metadiscursividade, da argumentação e suas interfaces com a etnometodologia.

E-mail: mayaramartins@alu.ufc.br

Mônica Magalhães Cavalcante

Professora da Universidade Federal do Ceará, com atuação no Departamento de Letras Vernáculas (DLV) e no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin-UFC) e, atualmente, é bolsista CNPq de Produtividade em Pesquisa nível PQ-1. Fez pós-doutorado em Linguística pela Unicamp (2003), doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (2000) e mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (1996). É graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (1985). É membro do GT Linguística do Texto e Análise da Conversação, da Associação Nacional de Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). É líder do Grupo de Pesquisa em Linguística Protexito (CNPq-UFC), tendo experiência na área de Linguística Textual, com ênfase em referencialização, metadiscursividade, argumentação, intertextualidade, heterogeneidades enunciativas, gêneros do discurso, articulação tópica e sequências textuais.

E-mail: monicamc02@gmail.com

Rafael Lima de Oliveira

Mestre em Linguística (PPGL/UFC) e graduado em Letras pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Linguística - PROTEXTO (UFC). Temas/áreas de interesse: Linguística Textual, com ênfase em referencialização, intertextualidade e gêneros do discurso e suas relações com a argumentação.

E-mail: rafaellima@outlook.com

Suzana Leite Cortez

Doutora e mestra em Linguística pela UNICAMP, com estágio de doutorado sanduíche na Université de Lyon 2 – França, e pós-doutora pela Université Sorbonne Nouvelle-Paris 3. É professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da UFPE, e editora da Revista Investigações (PPGL/UFPE). É membro do PROTEXTO e do GT de Linguística do Texto e Análise da Conversação, da ANPOLL. Licenciada em Letras pela UFPE. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística textual, atuando principalmente nos seguintes temas: referencialização, argumentação em textos, ponto de vista, heterogeneidade enunciativa, formação de professores e ensino de língua portuguesa.

E-mail: suzana.cortez@ufpe.br

Tainan Santana da Silva

Mestrando em Ciências da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPCL) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Especialista em Língua Portuguesa: Leitura e Produção textual (FVJ); Graduado em Letras-Português (FVJ). Temas/áreas de interesse: Gêneros multimodais na perspectiva dos multiletramentos, Letramento Visual e construção de sentido em textos multimodais.

E-mail: tainansantana15@gmail.com

Nome Welton Pereira e Silva

Doutor em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa – PPGLV/UFRJ). Pós-doutorando, com bolsa FAPERJ, no PPGEI da PUC-Rio. Mestre em Letras: Estudos Linguísticos (UFV), licenciado em Letras (UFV) e em Português (Universidade de Coimbra). Pesquisador do grupo de pesquisa CIAD-Rio (UFRJ), do grupo de pesquisa FORPROL (UFVJM) e do grupo de pesquisa em Linguística Forense (UERJ). Principais interesses de pesquisa: argumentação, semiolinguística do discurso e linguística forense.

E-mail: weltonp.silva@hotmail.com

Yanchê Wanoll Silva

Mestrando em Ciências da Linguagem (PPCL/UERN). Professor efetivo de Língua Inglesa (SEDUC/CE). Especialista em Ensino de Língua Inglesa (FAS). Graduado no Curso de Letras, com habilitação em Língua Inglesa (UECE). Temas/áreas de interesse: Ensino, Língua Inglesa, Linguística Textual, Pragmática.

E-mail: yanchewanoll@hotmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

aceitabilidade 10, 26, 29, 30, 278, 280, 284, 289, 292, 295, 306
 ADD 177, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 206, 207, 209
 alocação 134, 154, 169, 170, 172, 173
 anáfora 240
 anáforas 9, 25, 40, 244, 248, 254, 256, 257, 259, 273, 304, 429
 análise 13, 20, 21, 22, 38, 40, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 54, 55, 57, 58, 65, 77, 79, 80, 81, 84, 87, 94, 104, 107, 112, 114, 120, 130, 134, 137, 141, 145, 148, 149, 150, 156, 163, 173, 174, 176, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 189, 209, 210, 214, 215, 220, 223, 241, 249, 257, 263, 273, 277, 314, 317, 342, 344, 345, 347, 349, 350, 352, 355, 356, 358, 361, 362, 363, 364, 365, 367, 369, 371, 374, 377, 380, 381, 391, 393, 394, 395, 398, 399, 403, 414, 415, 416, 420, 421, 423, 425, 427, 428, 430
 análise automática 80, 81
 análise dialógica 176, 180, 181
 Análise Dialógica do Discurso 15, 177
 análise do discurso 43, 54, 77, 79, 80, 179, 180, 181, 189, 210, 358, 416, 423, 427
 Argumentação 12, 16, 99, 150, 213, 237, 396, 397, 398, 403, 404, 405, 406, 423, 424, 428, 429
 articulação 10, 15, 41, 48, 53, 60, 91, 138, 275, 276, 278, 288, 289, 290, 293, 294, 315, 353, 362, 414, 416, 426, 427, 432
 autor 14, 15, 33, 36, 37, 50, 95, 96, 101, 102, 111, 130, 131, 132, 135, 136, 138, 139, 140, 142, 146, 147, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 165, 166, 172,

187, 192, 195, 197, 198, 199, 200, 208, 209, 216, 217, 243, 255, 256, 257, 269, 270, 290, 292, 296, 297, 309, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 326, 327, 328, 332, 333, 334, 336, 337, 339, 342, 343, 344, 352, 353, 356, 357, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 369, 370, 371, 372, 373, 376, 380, 384, 386, 388, 389, 391, 392, 393, 407
 autoria 84, 122, 187, 192, 209, 231, 317, 324, 343, 350, 351, 357

B

Bakhtin 13, 14, 15, 34, 35, 38, 47, 79, 87, 96, 97, 103, 106, 107, 108, 130, 137, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 216, 217, 218, 344, 368, 414
 Benveniste 13, 14, 87, 91, 92, 94, 96, 99, 102, 128, 132, 133, 134, 135, 149, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 189, 370

C

caracterização 16, 37, 41, 88, 106, 108, 125, 274, 360, 361, 363, 372, 381, 383, 387, 420
 caráter 9, 40, 52, 77, 78, 133, 156, 188, 201, 204, 207, 208, 209, 228, 250, 251, 261, 264, 269, 270, 273, 295, 321, 341, 344, 381, 389, 401, 410
 círculo de Bakhtin 103, 177, 181, 184, 185, 187, 189, 191, 193, 196, 206, 208, 210
 Coerência 10, 15, 28, 41, 273, 275, 276, 312

- coesão 10, 13, 15, 16, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 39, 40, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 298, 299, 303, 304, 305, 306, 310, 311, 312
- composição 19, 344, 360, 361, 367, 368, 370, 371, 373, 378, 379, 381, 387, 393
- constituição 10, 23, 51, 53, 70, 71, 84, 97, 115, 120, 122, 132, 155, 188, 194, 281, 292, 296, 297, 299, 360, 361, 379, 383
- construção argumentativa 9, 15, 110, 211, 215, 229
- Contexto 39, 40, 41, 80, 124, 150, 152, 175, 207, 208, 210, 227, 272, 274, 357, 394, 423, 424
- D**
- Dêixis 9, 10, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 312
- descrição 69, 106, 120, 136, 164, 260, 274, 314, 335, 360, 367, 372, 383, 384, 385, 386, 391, 412
- dessubjetivação 110, 112
- dialogismo 15, 34, 35, 36, 42, 96, 97, 98, 103, 123, 140, 177, 181, 187, 188, 193, 194, 195, 196, 212, 214, 216, 217, 249, 388, 434
- diálogo 35, 36, 41, 102, 117, 124, 169, 182, 185, 188, 193, 194, 195, 196, 198, 200, 208, 216, 217, 218, 249, 314, 315, 316, 318, 336, 340, 342, 358, 367, 371, 372, 388, 389, 419, 422
- Dimensões analíticas 13, 18
- discurso 9, 12, 13, 15, 16, 19, 22, 27, 29, 38, 40, 41, 43, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 85, 88, 93, 94, 95, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 134, 135, 138, 139, 140, 142, 146, 150, 151, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 176, 177, 179, 180, 181, 187, 188, 189, 193, 194, 195, 196, 197, 202, 203, 204, 210, 218, 219, 220, 221, 228, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 242, 243, 245, 248, 250, 251, 254, 255, 257, 272, 273, 281, 288, 290, 291, 292, 293, 302, 328, 340, 342, 357, 358, 360, 361, 362, 364, 365, 366, 367, 368, 371, 373, 376, 378, 381, 389, 394, 396, 398, 399, 401, 402, 407, 408, 409, 410, 412, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 423, 424, 425, 427, 428, 429, 430, 432, 433
- discurso materialista 43, 180, 181
- dizer 15, 22, 23, 27, 30, 31, 35, 37, 40, 50, 51, 52, 53, 57, 58, 62, 66, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 85, 86, 88, 93, 96, 102, 103, 104, 108, 109, 110, 111, 120, 121, 122, 123, 124, 134, 139, 143, 148, 150, 160, 161, 167, 168, 171, 181, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 197, 203, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 241, 242, 247, 256, 270, 284, 286, 287, 305, 309, 319, 328, 334, 337, 338, 369, 381, 408, 410, 416, 420, 424
- E**
- encapsulamento 9, 250, 257, 273
- enunciação 13, 14, 49, 54, 66, 69, 70, 71, 72, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 161, 163, 164, 165, 166, 170, 173, 174, 175, 189, 193, 195, 205, 212, 214, 215, 216, 217, 225, 227, 228,

230, 262, 264, 337, 364, 370, 388, 392,
408, 410, 415, 420
enunciador 30, 69, 70, 72, 95, 99, 100, 101,
102, 109, 111, 112, 113, 129, 135, 137,
138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 200,
205, 212, 216, 218, 221, 222, 230, 231,
235, 236, 268, 284, 370, 373, 387, 390,
408, 409, 412, 422, 435
escrita 32, 37, 40, 84, 85, 86, 87, 88, 92,
106, 109, 122, 125, 208, 219, 222, 274,
283, 311, 351, 372, 387, 388, 389, 425
estilos 36, 314, 315, 325, 337, 339
Estratégias argumentativas 212
estrutura 23, 35, 45, 49, 53, 67, 91, 93, 96,
99, 100, 101, 128, 145, 157, 171, 172, 179,
190, 214, 215, 224, 227, 252, 265, 277,
295, 335, 337, 360, 363, 370, 381, 382,
383, 388, 389, 420
estrutura esquemática 360, 363
estruturalismo 48, 55, 90, 91, 92, 96, 98, 99,
102, 120, 178, 185, 206
estudos 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 24,
25, 31, 34, 35, 36, 38, 45, 49, 54, 55, 65,
79, 81, 87, 88, 90, 99, 102, 105, 114, 119,
120, 122, 127, 128, 130, 131, 132, 133,
137, 149, 154, 155, 156, 170, 177, 178,
179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186,
187, 188, 189, 195, 203, 212, 213, 242,
257, 276, 277, 278, 281, 286, 294, 311,
314, 315, 316, 342, 355, 356, 379, 393,
397, 398, 399, 403, 404, 405, 414, 420,
422, 425, 428, 431
estudos linguísticos 13, 14, 15, 34, 54, 55,
65, 87, 88, 105, 122, 127, 137, 154, 177,
178, 181, 183, 186, 311, 355, 404

F

falante 22, 23, 48, 90, 91, 92, 93, 97, 102,
105, 116, 132, 133, 137, 157, 169, 171,
172, 173, 218, 219, 269, 306, 409, 410

filosofia 80, 85, 92, 96, 99, 114, 120, 121,
122, 123, 183, 185, 209, 404
formação 14, 28, 46, 60, 61, 63, 64, 67,
127, 180, 204, 205, 280, 298, 360, 361,
365, 370, 372, 416, 423, 432
formação discursiva 46, 60, 63, 64, 365, 416
formação ideológica 60, 61, 63
formação textual 360, 361

G

gêneros 15, 20, 33, 35, 36, 38, 84, 88, 98,
106, 107, 108, 114, 116, 119, 125, 137,
138, 144, 166, 177, 188, 199, 200, 201,
202, 203, 204, 205, 206, 300, 314, 315,
331, 333, 334, 335, 344, 352, 356, 358,
360, 361, 362, 363, 364, 365, 367, 368,
369, 372, 373, 376, 380, 385, 386, 387,
389, 391, 392, 394, 395, 399, 400, 401,
415, 418, 419, 429, 430, 431, 432
gêneros textuais 84, 88, 98, 106, 199, 300,
356, 395, 429, 430

H

heterogeneidade 13, 15, 21, 36, 38, 45, 64,
89, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 120, 123,
138, 203, 212, 214, 215, 216, 217, 218,
220, 221, 222, 224, 228, 229, 230, 231,
233, 236, 367, 388, 429, 431, 432
heterogeneidade enunciativa 13, 15, 36, 38,
103, 105, 106, 109, 120, 212, 214, 230,
231, 236, 429, 431, 432
heterogeneidades 9, 15, 31, 39, 109, 211,
212, 213, 230, 235, 237, 357, 432
heterogeneidades enunciativas 9, 15, 39,
211, 213, 230, 237, 432

I

inconsciente 9, 47, 53, 54, 71, 104, 105,
120, 213, 216, 217, 218, 219, 220, 221
informatividade 10, 26, 32, 278, 280, 285,
286, 289, 295, 307, 312
injunção 12, 16, 360, 362, 363, 386, 391, 393

intencionalidade 10, 26, 29, 30, 104, 278, 280, 282, 284, 289, 292, 301, 409
interdiscurso 9, 46, 47, 70, 71, 76, 111, 213, 218, 364, 365, 417, 420, 421
interlocutores 24, 25, 29, 30, 32, 33, 35, 37, 64, 65, 67, 94, 97, 142, 169, 191, 195, 198, 217, 227, 236, 240, 245, 255, 256, 262, 263, 265, 266, 267, 286, 291, 311, 342, 345, 388, 400
interpretabilidade 10, 29, 276, 278, 279, 294, 295, 311
intertextualidade 10, 13, 16, 21, 26, 34, 35, 36, 107, 121, 249, 278, 280, 286, 289, 295, 304, 312, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 323, 324, 325, 326, 330, 333, 336, 338, 341, 356, 357, 430, 432
intertextualidades 36, 39, 314, 315, 316, 328, 340, 356, 357
introdução 240
introdução referencial 240
introduções 9, 244, 248, 250, 257, 274

L

linguagem 15, 17, 19, 24, 29, 30, 31, 34, 40, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 62, 64, 65, 72, 73, 77, 79, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 100, 104, 105, 107, 110, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 163, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 193, 196, 201, 202, 206, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 224, 225, 229, 241, 242, 276, 277, 278, 299, 302, 306, 307, 342, 357, 367, 398, 399, 404, 405, 407, 408, 414, 415, 417, 421, 424, 425, 430, 436
Linguagem 88, 124, 125, 152, 187, 208, 209, 210, 357, 417, 423, 425, 427, 428, 430, 431, 433

linguista 34, 90, 93, 94, 100, 111, 130, 131, 133, 134, 149, 220, 222, 360, 361, 404, 411
linguística 12, 18, 20, 25, 29, 30, 42, 55, 57, 60, 65, 77, 81, 84, 86, 89, 90, 91, 92, 96, 97, 99, 101, 114, 120, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 131, 134, 136, 138, 139, 141, 146, 149, 150, 158, 165, 169, 174, 181, 182, 186, 189, 195, 218, 223, 224, 236, 248, 252, 277, 280, 291, 292, 295, 298, 312, 315, 321, 328, 344, 357, 358, 394, 395, 396, 398, 407, 412, 414, 415, 430, 433
linguística do discurso 12, 396, 414
linguística textual 18, 20, 42, 150, 189, 236, 248, 312
locutor 25, 28, 30, 31, 33, 38, 68, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 154, 156, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 194, 205, 212, 216, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 244, 245, 247, 254, 256, 257, 259, 260, 261, 263, 264, 269, 271, 286, 300, 353, 370, 404, 409, 410, 418, 419
lugar do sujeito 85

M

materialista 43, 80, 180, 181
modelo 33, 45, 50, 68, 134, 149, 183, 294, 333, 360, 361, 363, 376, 377, 407

N

Não-coincidências 212
narrativa 11, 137, 141, 144, 165, 166, 270, 340, 360, 362, 367, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 389

O

opacidade 102, 104, 122, 229, 237

organização 12, 20, 24, 25, 36, 89, 95, 97, 115, 157, 162, 165, 215, 279, 289, 295, 298, 299, 304, 307, 310, 315, 340, 342, 343, 345, 355, 356, 358, 369, 378, 388, 389, 409, 410, 412, 423

P

Parábola 39, 41, 81, 122, 175, 208, 210, 358, 395, 424
perspectiva 15, 20, 24, 34, 41, 47, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 66, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 87, 88, 89, 92, 93, 98, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 120, 128, 130, 133, 144, 149, 178, 181, 182, 189, 193, 194, 196, 201, 214, 215, 236, 238, 280, 281, 284, 295, 297, 329, 369, 398, 407, 410, 412, 414, 422, 424, 433
pessoa 14, 44, 94, 95, 101, 115, 118, 124, 135, 139, 142, 143, 144, 146, 147, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 192, 194, 260, 286, 298, 384, 392, 404
polifonia 15, 36, 84, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 107, 121, 122, 123, 137, 145, 177, 187, 188, 196, 197, 198, 199, 200, 213, 216, 217, 388
polifonia argumentativa 99
polifonia interdiscursiva 96
princípios 24, 26, 37, 52, 77, 79, 81, 148, 160, 165, 206, 280, 373, 376, 409, 414
procedimentos 46, 47, 79, 81, 93, 105, 256, 269, 271, 298, 299, 321, 331, 334, 336, 339, 409
produção 19, 21, 24, 33, 36, 45, 49, 52, 57, 59, 61, 63, 65, 66, 67, 69, 72, 77, 88, 93, 96, 104, 106, 108, 117, 120, 129, 160, 179, 187, 195, 201, 205, 213, 255, 280, 283, 286, 287, 299, 300, 307, 312, 337, 342, 343, 353, 358, 364, 365, 381, 407, 408, 409, 429

R

recategorização 240
referencial 15, 27, 28, 29, 140, 144, 162, 223, 240, 243, 244, 248, 250, 252, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 271, 274, 298, 310, 328, 377
retórica 12, 89, 99, 114, 125, 128, 215, 327, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 414, 415, 416, 417, 423, 429

S

semiolinguística 12, 416, 424, 433
sentidos 10, 15, 20, 24, 27, 28, 31, 40, 41, 49, 54, 55, 56, 57, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 112, 113, 128, 160, 213, 215, 216, 223, 224, 227, 228, 229, 234, 236, 241, 243, 267, 268, 269, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 291, 295, 296, 298, 299, 302, 307, 308, 309, 310, 328, 404, 429
sequências textuais 11, 16, 27, 38, 298, 359, 360, 361, 362, 363, 366, 369, 387, 393, 432
Situacionalidade 10, 33, 281, 306
subjetivação 84, 87, 88, 108, 120
subjetividade 13, 14, 15, 54, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 98, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 114, 116, 118, 121, 122, 123, 129, 131, 132, 135, 138, 139, 141, 154, 156, 157, 159, 161, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 245, 248, 337, 416
sujeito 14, 15, 22, 23, 30, 31, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 128, 130, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 156, 160, 167, 168, 169, 170, 171, 178, 189, 195, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 224,

225, 226, 228, 229, 235, 237, 247, 281,
282, 306, 307, 343, 379, 392, 398, 400,
404, 408, 409, 410, 411, 413, 415, 416, 422
sujeito-enunciador 212, 216

T

Teorias 14, 126, 427

texto 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21,
22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32,
33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 50, 57,
58, 59, 65, 70, 76, 81, 84, 85, 87, 93, 94,
95, 101, 107, 108, 114, 121, 122, 123, 127,
141, 149, 152, 155, 156, 157, 160, 166,
167, 168, 170, 171, 172, 177, 179, 188,
197, 205, 206, 212, 213, 215, 221, 224,
228, 229, 231, 233, 236, 240, 241, 242,
243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251,
252, 253, 254, 255, 256, 259, 268, 269,

270, 271, 273, 276, 277, 278, 279, 280,
281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288,
289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296,
297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304,
305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 316,
317, 318, 319, 321, 322, 323, 324, 325,
326, 327, 328, 329, 331, 332, 333, 334,
335, 336, 337, 339, 340, 342, 343, 344,
345, 347, 352, 353, 354, 355, 360, 361,
362, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370,
371, 372, 376, 380, 381, 382, 383, 384,
385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 393,
394, 407, 409, 418, 423, 424, 425, 427, 429
textualidade 24, 25, 27, 33, 34, 37, 81, 276,
277, 278, 279, 280, 281, 282, 284, 287,
289, 291, 292, 295, 296, 304, 312, 316,
378, 429

volume 2

www.pimentacultural.com

linguística

GERAL

os conceitos que todos
precisam conhecer